



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DE
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE
HISTÓRIA – PROFHISTÓRIA



ANA PAULA PÍCOLI DE LIMA

**A FESTA DE SÃO SEBASTIÃO E SANTOS REIS DO QUILOMBO DA PICADINHA,
DOURADOS-MS: POR UM ENSINO DE HISTÓRIA ANTIRRACISTA**

Amambai/MS

2022

ANA PAULA PÍCOLI DE LIMA

**A FESTA DE SÃO SEBASTIÃO E SANTOS REIS DO QUILOMBO DA PICADINHA,
DOURADOS-MS: POR UM ENSINO DE HISTÓRIA ANTIRRACISTA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Amambai, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ensino de História.

Área de concentração: Ensino de História.

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz dos Santos Landa.

Amambai/MS

2022

L696f Lima, Ana Paula Pícoli de

A Festa de São Sebastião e Santos Reis do Quilombo da
Picadinha, Dourados-MS: por um ensino de história antirracista

/ Ana Paula Pícoli de Lima. – Amambai, MS: UEMS, 2022.

142 p.

Dissertação (Mestrado) – ProfHistória – Universidade
Estadual de Mato Grosso do Sul, 2022.

Orientadora: Prof. Dr^a Beatriz dos Santos Landa

1. Ensino de História 2. Quilombo 3. Picadinha I.
Landa, Beatriz dos Santos II. Título

CDD 23. ed. 907.8171

**A FESTA DE SÃO SEBASTIÃO E SANTOS REIS DA PICADINHA, DOURADOS-
MS: POR UM ENSINO DE HISTÓRIA ANTIRRACISTA**

ANA PAULA PÍCOLI DE LIMA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Ensino de História

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Beatriz dos Santos Landa (Presidente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof. Dr. Lourival dos Santos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS

Profa. Dra. Manuela Areias Costa
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Amambai, 08 de agosto de 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – UEMS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA -
PROFHISTÓRIA

*Às luzes da minha vida: à minha mãe, Nadir Ana de Lima,
e ao meu irmão, Antonio Henrique.*

Ao quilombo da Picadinha.

AGRADECIMENTOS

Sou grata ao universo e às forças divinas por ter chegado até aqui. Em meio a todo esse espaço sagrado, existe uma gama de pessoas as quais gostaria de deixar a minha sincera gratidão. Começando por estas, agradeço a minha família: Nadir (mãe), Antonio (pai), Antonio Henrique (irmão), junto com as flores e os meus gatos, Francisco e Emilho. Sem vocês não teria ido à lugar algum. Amo vocês!

Em seguida, agradeço as instituições públicas que me acolheram nesse processo de aprendizado: a UFMS, campus de Dourados, universidade onde fiz a minha graduação em História, e a UEMS, campus de Amambai, pela oportunidade de pesquisa. Em relação à primeira, quero agradecer aos meus professores, em especial ao Paulo Roberto Cimó Queiroz, pelo primeiro contato com a pesquisa como sua orientanda na iniciação científica, e à Ceres Moraes, minha orientadora de estágio. Sou eternamente grata a vocês! O apreço pela pesquisa e pela sala de aula começou mediante as suas intervenções em minha vida acadêmica.

Em relação à UEMS, agradeço pela oportunidade de pesquisa, pela organização e transparência da gestão dos coordenadores do curso, Marinete Aparecida Z. Rodrigues e Rodrigo Gracco, tal qual a solicitude e gentileza das secretárias do curso, Ligia Cristina Carvalho e LÍlian Martins de Lima Santos. Fica aqui registrada a minha gratidão.

Em relação aos professores, quero também deixar os meus agradecimentos. Começando pelos já mencionados: Marinete, a quem tenho um carinho especial, Rodrigo, Anna e Deni, pela gentileza e dedicação nas aulas. Em continuidade a isso, pontuo também Manuela Areias, a grande responsável pela minha paixão pelo “atlântico negro” e história afro-brasileira, Beatriz Landa, pela orientação e por me fazer observar os prismas da decolonialidade, os caminhos da educação antirracista, assim como pela desconstrução que preciso efetuar na minha prática acadêmica e docente. A vocês, oferto também os meus sinceros agradecimentos!

Sobre os colegas, sou grata a todos, mas em especial às “meninas de Amambai”: Glauce e Gisele, a de Campo Grande, Daniele e o amigo Jorge. Obrigada pela convivência, pela força e pelo companheirismo. A amizade de vocês foi como bálsamo nos momentos difíceis dessa jornada. Nessa mesma perspectiva, listo aqui os meus amigos da vida: Bianca Marafiga, Cristiane Peres, Cristine Minohara, Diane Domingos, Edlaine Loser, Graciele Coimbra, Júlio César Santos, Luzia Araújo Figueiredo, Natália Zanchanari, Regiane Barbosa, Rosane Gonçalves, Tânia Paula Silva, Terezinha Pedroso, Vanessa Ribeiro e todos os demais que guardo no coração, mas não vêm na memória neste momento. Vocês são muito importantes para mim. Obrigada por tudo! Amo vocês!

Neste espaço agradeço de forma especial, também, aos participantes deste projeto: o(a)s entrevistado(a)s: Adriana Areco, Antonia da Silva Braga, Desidério Oliveira, Deisy Kuttert, Domingas Braga, Eduardo Alves, Ephigênia Oliveira, Gabriely Areco, Gerson Areco, Heriberto Areco, Jaqueline Areco, Noel Braga e o ilustrador Gabriel Mattos. Sem a contribuição de vocês esta dissertação e o produto didático não existiriam. Muito obrigada!

A todos vocês que foram listados, deixo aqui registrado que esta é uma forma singela de homenageá-los diante da importância de cada um de vocês para mim, uma vez que esta pesquisa ocupa um espaço importante na minha vida acadêmica e pessoal.

Por fim, agradeço também a todos os ativistas na luta pelos direitos humanos, por uma educação antirracista e baseada na equidade. Avante!

“Em uma sociedade racista, não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”.
Ângela Davis

LIMA, Ana Paula Pícoli de. *A festa de São Sebastião e Santos Reis da Picadinha, Dourados-MS: por um ensino de História antirracista*. 2022. 142 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Amambai/MS, 2022.

RESUMO

Esta pesquisa analisou as festas de São Sebastião e Santos Reis da comunidade quilombola Dezidério Felli de Oliveira, localizada na região da Picadinha, distrito de Dourados-MS, especialmente a partir de familiares e festeiros que participaram/am das atividades e comemorações que são, em sua maioria, uma continuidade de práticas familiares iniciadas no começo do século XX, em cumprimento a uma promessa feita durante a Segunda Guerra Mundial. Assim, elegeu-se a História Oral como principal metodologia, para produzir as informações necessárias acerca das festas, como estas estão presentes na memória desta comunidade e a importância delas para a constituição da identidade do grupo ao longo do tempo. Portanto, faz-se presente o conceito de memória coletiva, pois permite o alargamento da pesquisa histórica, e é capaz de desvendar as tensões, os elementos de coesão interna para a manutenção do quilombo, e aqueles que definem a sua identidade atual e as transformações que o quilombo e essas festas vem sofrendo neste momento. Busca-se compreender as mudanças e permanências na realização das festas no decorrer dos anos, bem como a sua relevância para a preservação e ressignificação dos costumes e para a história do Quilombo da Picadinha. Os dados sobre a vida do fundador do quilombo e sua família, a construção desse espaço de existência e resistência desta comunidade e a realização das festas de São Sebastião e Santos Reis foram a inspiração para a elaboração de um material didático sobre o tema em formato de história em quadrinhos (HQ) para ser utilizado na educação básica, para promover a educação étnico-racial prevista nas Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008, com vistas à construção de uma sociedade que rompa com o silenciamento em relação à participação da população negra na História do país e para reduzir desigualdades, preconceitos e racismos ainda presentes no cotidiano desse segmento.

Palavras-chave: Ensino de História; Festas; Memória; Quilombo da Picadinha; Relações étnico-raciais.

LIMA, Ana Paula Pícoli de. The festivities of São Sebastião and Santos Reis of Picadinha, Dourados-MS: for an anti-racist History teaching. 2022. 142 f. Dissertation (Professional Master's in History Teaching – PROFHISTÓRIA) – State University of Mato Grosso do Sul, Amambai/MS, 2022.

ABSTRACT

This research analyzed the festivities of São Sebastião and Santos Reis of the quilombo community Dezidério Felliipe de Oliveira, located in the region of Picadinha, district of the city of Dourados-MS, especially from family members and participants who attended the activities and celebrations that are mostly a continuation of family practices that started at the beginning of the 20th century, in fulfillment of a promise made during the Second World War. In this way, Oral History was chosen as the main methodology to produce the necessary information about the festivals, how they are present in the memory of this community, and their importance for the constitution of the group's identity throughout time. Therefore, the concept of collective memory is present, as it allows the expansion of historical research, as well as being able to reveal the tensions, the elements of internal cohesion for the maintenance of the quilombo, and those that define its current identity and the transformations that the quilombo and these festivities are undergoing at the moment. It seeks to understand the changes and permanence in the festivities over the years, as well as its relevance to the preservation and resignification of customs and for the history of the Picadinha Quilombo. The data on the life of the founder of the quilombo and his family, the construction of this space of existence and resistance of this quilombo community, and the holding of the festivities of São Sebastião and Santos Reis were the inspiration for the preparation of educational material on the subject in comic book format (HQ) to be used in basic education, to promote ethnic-racial education provided for in Laws No.10.639/2003 and No. 11.645/2008 with the purpose of building a society that breaks with the silence regarding the participation of the black population in the country's history and to reduce inequalities, prejudices and racism still present in the daily life of this segment.

KEYWORDS: History Teaching; Festivals; Memory; Quilombo da Picadinha; Ethnic-racial Relations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Bens patrimoniais da Cartilha Memórias do presente.....	75
Figura 2 – Bens tombados em Mato Grosso do Sul	76
Figura 3 – Localização dos quilombos de Mato Grosso do Sul	80
Figura 4 – Festas religiosas das famílias Oliveira e Braga que deram origem à Festa de São Sebastião e Santos Reis	92
Figura 5 – Disposição das bandeiras e dos foliões durante as celebrações	100
Figura 6 – Representação do movimento circular dos foliões.....	101
Figura 7 – Capa do material didático.....	125

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Altar e imagem de São Sebastião juntamente com a bandeira do Divino Espírito Santo que pertenciam à Benvinda Cândida de Oliveira, idealizadora da festa	89
Foto 2 – Imagem que mostra a circularidade do ritual, capitaneada pelos palhaços.....	102
Foto 3 – Imagem que mostra a circularidade do ritual, capitaneada pelos palhaços.....	102
Foto 4 – Bandeira de São Sebastião	104
Foto 5 – Bandeira de Santos Reis com os seus artefatos inseridos a cada promessa	105
Foto 6 – Bandeiras de São Sebastião (vermelha) e Santos Reis (amarela, tecido antigo).....	106
Foto 7 – Homenagem dos foliões aos falecidos da família Oliveira e Braga, em 2018.....	109
Foto 8 – Giro da Bandeira na casa de Adriana Braga, zona urbana de Dourados-MS, em 2019	113
Foto 9 – Registro da Festa de São Sebastião e Santos Reis na Picadinha (jan. 2021)	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Temas da UCs previstas pelas escolas estaduais de Mato Grosso do Sul (tempo integral e semi-integral).....	24
Quadro 2 – Produções acadêmicas sobre os quilombos de Mato Grosso do Sul	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

11º RCMEC	Regimento de Cavalaria e Infantaria do Exército Brasileiro, de Ponta
Exército Brasileiro	Porã
AI-5	Ato Institucional n.º 05
ARQUEDEZ	Associação Rural Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDR/UFGD	Centro de Documentação Regional
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CP	Conselho Pleno
DPI	Departamento do Patrimônio Imaterial
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FCMS	Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul
FCP	Fundação Cultural Palmares
ha	Hectares
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INCRI	Inventário Nacional de Referências Culturais
INDL	Inventário Nacional da Diversidade Linguística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Artístico Nacional
LDB	Leis de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
MinC	Ministro de Estado da Cultura
MNU	Movimento Negro Unificado
MPF	Ministério Público Federal
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
PCI	Patrimônio Cultural Imaterial
PNPI	Programa Nacional de Patrimônio Imaterial
PPP	Projeto Político Pedagógico

PROFHISTÓRIA	Mestrado Profissional em Ensino de História
PT	Partido dos Trabalhadores
SECIC	Secretaria de Estado de Cidadania e Cultura
SEMAGRO	Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TRF	Tribunal Regional Federal
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. CAPÍTULO I – CARACTERIZANDO A COMUNIDADE DEZIDÉRIO FELLIPE DE OLIVEIRA/QUILOMBO DA PICADINHA E SEU PATRIMÔNIO CULTURAL	30
1.1. Produções acadêmicas sobre o Quilombo da Picadinha	43
1.2. Histórico do Quilombo da Picadinha: da chegada de Dezidério Fellipe de Oliveira à regulamentação da terra	50
2. CAPÍTULO II – AS POLÍTICAS PÚBLICAS PATRIMONIAIS E O PATRIMÔNIO IMATERIAL AFRO-BRASILEIRO	59
2.1. Da criação da UNESCO ao Programa Nacional do Patrimônio Imaterial brasileiro	59
2.2. O Patrimônio Imaterial Afro-Brasileiro e o Patrimônio Cultural de Mato Grosso do Sul	68
3. CAPÍTULO III – AS FESTAS DE SANTO DO QUILOMBO DA PICADINHA: SÃO SEBASTIÃO E SANTOS REIS	83
3.1. Alguns apontamentos e percepções	83
3.2. As festas de Santo do Quilombo da Picadinha: dos primórdios (1942) ao tempo presente, com fé, nostalgia e ressignificações	85
4. CAPÍTULO IV – AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS (HQ) PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	115
4.1. Legislações educacionais antirracistas	115
4.2. Breve histórico das histórias em quadrinhos	119
4.3. O produto didático em formato HQ	123
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	129
APÊNDICE	143
APÊNDICE A – Produto didático em formato HQ	143

INTRODUÇÃO

A Lei n.º 10.639, promulgada em 9 de janeiro de 2003, instituiu a obrigatoriedade do ensino sobre a História da África e da Cultura Afro-brasileira no ensino público e privado, que em conjunto com a Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008, visa o combate ao racismo e à discriminação. Estas duas legislações estão fundamentadas na Constituição Federal (CF) de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que asseguram o direito à igualdade, cidadania, à diversidade e de condições de vida¹.

Para cumprir essas leis, instituiu-se por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Resolução n.º 1, de 17 de mês de 2004, as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais* (DCN AFRO) referentes ao ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, elaboradas de acordo com o Parecer do CNE n.º 3, de 10 de mês de 2004. O objetivo deste último é regulamentar a Lei n.º 10.639/2003, deliberando sobre a inclusão de conteúdos nas disciplinas escolares, propondo um conjunto de ações pedagógicas visando sua implementação.

De acordo com as Diretrizes, a educação das relações étnico-raciais tem por objetivo a sensibilização dos cidadãos, a produção de conhecimentos que promovam o respeito à diversidade étnico-racial e a garantia de todos os direitos de maneira democrática.

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros (BRASIL, 2004, p. 2).

Dessa maneira, com o propósito levar para o ensino de história na educação básica uma nova interpretação da história de luta e resistência, esta pesquisa tem o intuito de contribuir com mais elementos para compreender a história dos quilombolas que se estabeleceram em um dos distritos de Dourados, no Mato Grosso do Sul (MS), os percursos dos negros que ali ficaram e das manifestações religiosas que fazem parte da identidade construída no local, com vistas a produzir material didático que aborde este tema.

¹ Essas legislações acompanharam diferentes acordos assumidos pelo Brasil como a Convenção da UNESCO de 1960 e a Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminações Correlatas de 2001 (BRASIL, 2001, p. 8).

O recorte temporal escolhido inicialmente estava entre 2003, com a promulgação do Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva que “[...] regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos Quilombos [...]” (BRASIL, 2003a), e terminava em 2020, momento em que houve a celebração religiosa em honra a São Sebastião e Santos Reis, ocorrida em 20 de janeiro de 2020, antes da pandemia de SARS-Covid-2 (COVID-19), conforme a declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) emitida em 11 de março de 2020 (BRASIL, 2020).

Diante do avanço da pesquisa, ampliou-se essa temporalidade: de 1942 ao tempo presente (2022), como forma de contemplar os diversos marcos temporais internos pontuados pelos foliões durante as entrevistas e, ao mesmo tempo, expor a continuidade de sua realização após a deflagração da pandemia, em 2020.

Sobre esse recorte temporal, este se localiza na chamada história do tempo presente, caracterizada pela presença de indivíduos que vivenciaram ou testemunharam um determinado fato histórico, tendo como recurso a metodologia da História Oral, com vistas à preservação dos vestígios, da transmissão e do testemunho. Para o historiador Paul Ricoeur (2007), essa categoria é “[...] aquela onde esbarram uma na outra a palavra dos testemunhos ainda viva e a escrita em que já se recolhem os rastros documentários dos acontecimentos considerados” (RICOEUR, 2007, p. 456).

A “[...] configuração da história do tempo presente está relacionada inexoravelmente à dimensão temporal presencial [...]”, o que torna os pesquisadores contemporâneos aos seus temas de estudo, dada a sua proximidade temporal (DELGADO; FERREIRA, 2013, p. 24). Uma das precursoras dos estudos relacionados ao tempo presente, em artigo publicado em 2018, explicou que o interesse dos pesquisadores brasileiros por esta categoria adveio juntamente com o processo de redemocratização ocorrido no final dos anos de 1980.

À medida que se consolidavam as instituições democráticas, um maior número de pessoas se interessava por conhecer a história do regime militar e também a trajetória dos grupos reprimidos e minorias como mulheres, negros e indígenas preocupados em resgatar suas memórias. Igualmente relevantes foram a criação das associações de bairros e o interesse de grupos étnicos de preservar suas trajetórias. (FERREIRA², 2018, p. 88).

² <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018080>

Segundo Ferreira³ (2002), esse novo estatuto da História do século XX é “[...] portadora da singularidade de conviver com testemunhos vivos [...] e condicionam o trabalho do historiador [...]”, ao colocar “[...] obrigatoriamente em foco os depoimentos orais” (FERREIRA, 2002). Nesse sentido, a história do tempo presente é balizada pela História Oral, pois as multiplicidades de vozes e memórias tornam-se fortemente presentes, possibilitando o registro de diversas narrativas. Para Delgado e Ferreira (2013), por meio da metodologia da História Oral, emerge-se as experiências individuais e coletivas

[...] as quais se convertem em documentos passíveis de crítica e análise [...] São vozes múltiplas, que muitas vezes registram de formas diferentes e até conflitantes a rememoração de acontecimentos e processos. São fontes orais que, por trazerem uma diversidade de visões de mundo e de relatos de experiências, valorizam o registro da heterogeneidade do vivido, em detrimento de uma homogeneidade que usualmente simplifica e distorce o mundo real, os movimentos e os conflitos da história. (DELGADO; FERREIRA, 2013, p. 28).

Posto isso, o diferencial deste estudo está tanto no segmento ouvido além de familiares, que são os festeiros e moradores do local e que participam ou não das festas ora analisadas, quanto na produção de um material didático para ser utilizado na educação básica. Assim, o objetivo geral foi conhecer, analisar e descrever a história das festas de São Sebastião e Santos Reis, oriundas da comunidade quilombola Dezidério Felipe de Oliveira/Quilombo da Picadinha, tendo como produto final uma história em quadrinhos (HQ) acerca do local e das festas de São Sebastião e Santos Reis para ser utilizada como material didático no ensino médio, com vistas a evidenciar a importância da presença dos negros na história de Dourados e do MS.

Por meio dos amparos legais mencionados anteriormente, tornou-se obrigatória a inserção dos conteúdos relacionados a essas temáticas nas disciplinas escolares. Assim, através das ações pedagógicas para a implementação prática de valorização da cultura e identidade dos povos indígenas e afro-brasileiros, a escola tornou-se o lugar de construção do saber, bem como o epicentro da disseminação de novos olhares sobre esses grupos sociais.

No cotidiano, a realidade escolar se encontra, em grande parte, na contramão dessas normativas, pois os materiais didáticos não pormenorizam a história de lutas desses povos, e diversos profissionais não recebem formações continuadas adequadas a respeito desses temas. O mesmo ocorre com as questões patrimoniais, em face da negligência perante o legado material e imaterial desses povos. Logo, apesar das legislações prescritas, essas temáticas ainda se encontram no limbo das prioridades do ensino brasileiro, tornando este um reproduzidor das facetas coloniais.

³ http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf

Como professora⁴ da Rede Estadual de Mato Grosso do Sul há 16 anos, tenho procurado acompanhar, na medida do possível, os debates acerca das relações étnico-raciais e isso interferiu em minha prática docente, entre erros e acertos. Mediante a inserção no ProfHistória pude começar a preencher as lacunas da minha formação intelectual, especialmente por meio da disciplina de História da África. Por intermédio desta, passei a compreender quão incompleta era a minha abordagem sobre o assunto. Uma vez que não tive a disciplina durante a graduação, não tinha muita ideia de como proceder corretamente, reproduzindo a lógica colonial, que não levava em conta a riqueza material e imaterial acerca do continente e da história afro-brasileira.

Nesse sentido, passei a buscar compreender um pouco dessa história e, em meio a esse processo, deparei-me com a problemática do silenciamento epistêmico e, conseqüentemente, da falta de materiais didáticos sobre a história afro-brasileira no MS. Desse modo, ao refletir sobre isso, cheguei à temática desta pesquisa, que se relaciona tanto com as questões já citadas quanto com as manifestações imateriais desses grupos sociais, a exemplo das festas e religiosidades. Para Mônica Silva (2002), o estudo das festas lança o diálogo com a subjetividade humana, pois nelas os grupos apresentam as suas histórias, danças, ritmos, risos, sonhos, utopias, dentre outros elementos culturais e, por vezes, imateriais (SILVA, 2002). Luiz Antônio Simas (2021), por sua vez, expõe que de modo geral a festa deve ser percebida como um espaço de dissolução das fronteiras, pois opera na “[...] dimensão de superação da distância entre os indivíduos [...] na reavivação de laços e da diluição do indivíduo na coletividade [...]”, isto é, no corpo coletivo (SIMAS, 2021).

As festas emergem enquanto tema de estudo por meio da História Cultural, que passaram a ser abordadas como “[...] uma forma de discurso, uma maneira de significar, uma forma de produzir, distribuir, fazer circular e se apropriar de sentidos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR⁵, 2011, p. 134). No caso dos quilombos, os negros afirmam a sua identidade contrastiva por meio das festas, assim como a luta pela terra (MOURA, 2012, p. 17). Tal afirmação entra em conformidade com os pesquisadores Costa e Silva (2020), que concebem as festas quilombolas como “[...] instrumento de defesa, reparação de direitos e resistência negra” (COSTA; SILVA, 2020, p. 53).

Segundo Silva (2002), o estudo das festas tem se consolidado no campo historiográfico, sobretudo nas últimas três décadas. A mesma afirmação é também defendida por Martha Abreu e Hebe Mattos (2021), que também explicam que até os anos 1970 era uma temática voltada

⁴ Como forma de demonstrar as inquietações que acompanham a minha prática docente, a partir deste momento o texto passará a ser redigido também em primeira pessoa do singular.

⁵ <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5703214.pdf>

aos estudos dos folcloristas, depois dos antropólogos. Com as mudanças ocorridas na historiografia a partir da referida década, novos aportes teóricos e temáticos vigoraram, gerando a pluralidade de ideias, conceitos, fontes e, por conseguinte, de pesquisas.

Além disso, Abreu e Mattos (2021) defendem que as festas são visualizadas sob diversos prismas pelos historiadores: “locais de encontro”, “janelas” para a compreensão das conjunturas, “[...] caminhos de conflito e/ou formação de identidades (étnicas, locais ou nacionais) [...]”, dentre tantas outras significâncias (ABREU; MATTOS, 2021, p. 1-2).

Assim sendo, por acreditar na importância que as manifestações imateriais possuem para a humanidade, interessei-me por essa temática. Em meio às pesquisas, deparei-me com a existência da festa de São Sebastião e Santos Reis do Quilombo da Picadinha: uma tradição existente há 80 anos, pouco conhecida e divulgada por diversos motivos, que vão desde o medo das supostas represálias ao incipiente interesse das universidades em pesquisá-la.

De modo geral, as festas do município de Dourados e do estado do MS estão imersas nas problemáticas apresentadas acima. Como estudante do ensino básico dos anos 1990, lembro-me de como estas eram tratadas como folclore, especialmente as relacionadas à cultura indígena. O exotismo e a pasteurização presentes naquelas narrativas soavam como depreciativo ou subalterno.

Sobre isso Manuela Costa, em entrevista ao site do governo do estado do MS, aponta que atualmente no Brasil existem quase quatro mil quilombos que se mantêm “[...] vivos e atuantes, lutando pelo direito de propriedade de suas terras, [...] entre outras políticas públicas” (MATO GROSSO DO SUL, 2019). Essas características se aplicam ao contexto histórico de formação da comunidade quilombola Dezidério Fellipe de Oliveira/Picadinha: um quilombo formado após a abolição da escravidão, ocorrida em 1888, que a exemplo das demais comunidades presentes no MS não é reconhecida em seu patrimônio físico e cultural. Sobre o último, as festas de santo (Santos Reis e São Sebastião), iniciadas há mais de um século nessa comunidade, estabelecem o elo entre os elementos indicados por Costa (2020): religiosidade, fé e memória da diáspora africana.

Para a mesma pesquisadora, em uma *live* promovida pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), em 26 de novembro de 2021, as manifestações culturais quilombolas despontam a “[...] memória da diáspora africana que deve ser valorizada, lembrada e divulgada”, e atuam como “[...] instrumentos de resistência e representam a luta das comunidades quilombolas para garantir seus direitos e a continuidade de suas manifestações culturais em terras sul-mato-grossenses” (COSTA, 2021).

Mediante a inquietude que acompanhava a minha vida escolar, ingressei no curso de História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), no ano de 2006, e lá pude realmente compreender que as festividades e outras expressões são plurais e constituem-se em elementos de suma importância para o enriquecimento da cultura humana. Porém, passados 16 anos da minha formação acadêmica, não tive contato com as pesquisas relacionadas às festividades deste estado, e tampouco do município, e no momento em que fui investigar, não encontrei referências no passado sobre estas. Nesse sentido, Abreu e Mattos (2021) expõem que apesar da elevação da temática das festas dentro do campo da historiografia, não existem registros de no passado e nem no presente um período de “esplendor” ou “unanimidade”, uma vez que os “[...] conflitos, mudanças, negociações e memórias compõem a história das festas — de todas as festas [...]” (ABREU; MATTOS, 2021, p. 2-3). Essa problemática apresentada pelas autoras se conecta à conjuntura da historiografia das festas no MS, pois são incipientes as pesquisas desta área. Além das festas, temas relacionados aos quilombos e às diversas formas de patrimônio cultural negro se mostram como “frestas” da historiografia do MS, exalando as luzes antes escondidas sob os monolitos da história (PEREIRA, 2021).

Dessa maneira, como forma de contribuir para o reconhecimento dos quilombos e as suas variadas formas de expressão, como as festividades, esta dissertação direcionou-se para a investigação do histórico da folia dos santos da Picadinha. Para a pesquisa, utilizou-se os aportes metodológicos expostos anteriormente. Mediante o hiato existente da produção historiográfica nessa região sobre tais temáticas, este estudo se apresenta com certo ineditismo, por trazer o quilombo e a festa para a sala de aula do ensino básico, especialmente por meio do material paradidático em formato HQ.

A escolha por essa modalidade textual se justifica por diversos motivos, sendo o principal deles a ludicidade que esse tipo de material fornece às aulas. Como docente do ensino fundamental e médio, trabalho com alunos em várias etapas escolares, abrangendo uma faixa etária que vai dos 10 aos 18 anos. Com o passar dos anos pude compreender que existe um certo desinteresse pelas aulas puramente teóricas, marcadas pelas longas e densas leituras, acompanhadas da explicação no quadro. Assim, como sempre estamos ressignificando a prática em sala de aula, passei a trazer alguns recursos imagéticos e textuais, a fim de tornar as aulas um pouco mais lúdicas.

Sabemos que as aulas teóricas dialogadas são de fundamental importância, porém vejo o quão necessário é trazer outras fontes de pesquisa para além do livro didático, para promover a leitura e o debate. Nesse sentido, sem perder as essenciais referências teóricas, as aulas podem

e devem ser acompanhadas por diversos recursos, como as fontes visuais, isto é, imagens de variadas naturezas, acompanhadas ou não de textos.

De modo geral, as HQ são quadros sequenciais dotados de estrutura textual e imagética. Segundo Belusso⁶ (2019), por conter a linguagem verbal e não verbal, podem ser utilizados como “[...] material pedagógico em diferentes áreas do conhecimento, em especial no ensino de História” (BELUSSO, 2019). Por isso, quando utilizadas nas aulas de História como fonte ou recurso imagético, as HQ proporcionam de melhor modo o processo de abstração, tão necessário para compreender a história de modo não anacrônico. Com base em Belusso⁷ (2019), as HQ são ferramentas de grande importância na elaboração das “[...] problematizações textuais e imagéticas [...]”, impulsionadoras do diálogo acerca de conteúdos com os alunos. A escolha por essa modalidade textual se justifica por se apresentar como uma interessante alternativa de leitura para as crianças e os jovens, pois ensina de forma lúdica, e ainda é acompanhada de certo entretenimento. Para Vilela (2004), a utilização dos quadrinhos no espaço escolar pode ser feita de duas formas: para ilustrar ou fornecer uma ideia de aspectos da vida social de comunidades do passado; como registros da época em que foram produzidos; e como ponto de partida de discussões de conceitos da História (VILELA, 2004, p. 109-110).

Uma das principais motivações para este trabalho adveio da minha já mencionada trajetória como estudante e docente. Até o presente momento, não recebi materiais relacionados a essas temáticas, e sinto falta disso, pois como professora desta modalidade de ensino estou submetida às diversas políticas de ensino, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), que preconiza o aluno autônomo, pesquisador e independente.

Segundo a BNCC, pautas como a diversidade cultural e racial são preconizadas. Em relação à primeira, o documento aponta, por exemplo, que além do português e suas variantes, há estimativa de mais de 250 línguas não faladas no Brasil, de diversos grupos sociais, como: indígenas, de imigração, de sinais, crioulas e afro-brasileiras, sendo “[...] patrimônio cultural e linguístico desconhecido por grande parte da população brasileira” (BRASIL, 2018, p. 72).

Ao mesmo tempo que a BNCC apresenta a preocupação com as tradições orais, não cria mecanismos para a efetiva apreensão do conhecimento entre educadores e educandos, uma vez que não se apresentam nos materiais didáticos a existência desse patrimônio cultural. No que toca a esta última, em termos contemporâneos, as escolas do MS têm primado pela pesquisa sobre os patrimônios físicos e de certa forma já conhecidos para a história sul-mato-grossense, a exemplo dos recortes temáticos expostos no Quadro 1.

⁶ <https://reducacaobasica.com.br/a-potencialidade-dos-quadrinhos-no-ensino-de-historia-da-teoria-a-pratica/>

⁷ <https://reducacaobasica.com.br/a-potencialidade-dos-quadrinhos-no-ensino-de-historia-da-teoria-a-pratica/>

Quadro 1 – Temas da UCs previstas pelas escolas estaduais de Mato Grosso do Sul (tempo integral e semi-integral)

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS (CHS)	
Unidade curricular (UC): História	
Ano 2022	
1º semestre	Estrada de Ferro Noroeste do Brasil ao Trem do Pantanal: histórias, memórias e patrimônios.
2º semestre	Formação territorial brasileira e ciclos econômicos: do Pau Brasil ao Café História.
Ano 2021	
1º semestre	Guerra do Paraguai: territorialidade, fronteiras e relações de poder.
2º semestre	Erva-Mate: Identidade cultural, costumes e tradições no contexto do Mato Grosso do Sul.

Fonte: Mato Grosso do Sul⁸ (2022).

As unidades curriculares dos anos de 2021 e 2022 primam por pesquisas relacionados à temas “clássicos” da historiografia sul-mato-grossense, não abrigando pautas relacionadas à pluralidade cultural, étnica e racial existente no estado. Cabe apontar que essa discussão não nega a importância das proposições efetuadas pelo órgão responsável pela educação estadual, porém se faz necessária a iniciativa em torno de estudos que objetivam a diversidade de ideias, conceitos e temáticas do patrimônio cultural sul-mato-grossense, como religiões, religiosidades, festas e outras formas de expressões imateriais. Nessa perspectiva, a própria BNCC defende a imprescindível importância que

[...] os alunos identifiquem a presença e a sociodiversidade de culturas indígenas, afro-brasileiras, quilombolas, ciganas e dos demais povos e comunidades tradicionais para compreender suas características socioculturais e suas territorialidades. Do mesmo modo [...] que diferenciem os lugares de vivência e compreendam a produção das paisagens e a inter-relação entre elas, como o campo/cidade e o urbano/rural, no que tange aos aspectos políticos, sociais, culturais, étnico-raciais e econômicos (BRASIL, 2018, p. 358).

O estado do MS é uma região marcada pela diversidade étnica e cultural, porém esse caleidoscópio torna-se fadado ao esquecimento quando não vislumbrado nas pesquisas acadêmicas e do ensino básico, pois são os campos produtores e disseminadores de conhecimento. Sobre esta problemática, aponta-se o trabalho de Elizabeth Macena (2018) sobre a aplicabilidade da Lei n.º 11.645/2008 em relação ao ensino de história indígena no município de Ponta Porã-MS. Ao longo das investigações, a pesquisadora constatou que por motivos como a ausência de formações continuadas e de materiais didáticos, esta temática acaba por se inserir de “[...] de forma esporádica e superficial nas escolas” (MACENA, 2018, p. 14).

⁸ <https://novoensinomedio.ms.gov.br>

A mesma complexidade também se volta ao ensino da História Africana e Afro-brasileira. As legislações asseguram a introdução desses temas, porém, não de forma efetiva, porque os órgãos responsáveis por amparar intelectualmente os docentes nessa jornada não se apresentam. Logo, sem o acompanhamento e a estrutura intelectual adequada, esses processos pedagógicos, quando ocorrem, podem não corresponder corretamente aos meandros de uma educação que sensibilize os cidadãos quanto a esses grupos sociais.

Corsino e Zan (2020), em um trabalho etnográfico sobre uma escola pública da zona norte de São Paulo-SP, corroboram essa questão ao mostrarem que, apesar das ações e projetos que objetivam a concretização dessa política, ainda existem dificuldades de implementação dessas temáticas nos currículos e, conseqüentemente, no ensino escolar em seu cotidiano. Balizados nos pressupostos de Benevides (2000), os autores afirmam também que a instituição de ensino que não se volta à educação para a democracia em seu cotidiano não consegue atingir uma “[...] educação livre de discriminações raciais, de gênero e de classe [...]” (CORSINO; ZAN, 2020, p. 6).

A luta pela educação antirracista, a fim de contribuir para a desconstrução do racismo estrutural existente na sociedade brasileira, deve passar pela escola pública. Porém, cabe aludir que, para se chegar a essa instituição, é preciso conhecê-la, problematizá-la em seu cotidiano permeado pelas

[...] complexas relações de poder, *que diversas vezes fogem da compreensão de seus(suas) atores, e por isso deixam de ser evidenciadas por meio de múltiplos silenciamentos que ocorrem no interior de um processo de negação e não reconhecimento de determinados sujeitos como pertencentes àquele espaço.* (CORSINO; ZAN, 2020, p. 5-8).

A mesma regra deve valer para as universidades, pois os profissionais que vão para as escolas de ensino básico são formados lá. Nesse sentido, Albernaz e Carvalho (2022) explicam que a reprodução de práticas que validam a permanência do racismo contra povos indígenas e negros continua sendo institucionalizada pela formação universitária, manifestada pela ausência da inserção da temática referente à história e cultura afro-brasileira em muitos cursos de licenciatura do ensino superior.

Diallo e Lima (2020), por sua vez, em mapeamento realizado sobre a presença desse tema nos cursos de licenciatura nas principais universidades públicas da região do Centro-Oeste (Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e UFMS, localizadas nos estados de Goiás, Brasília, Mato Grosso e MS, respectivamente), identificaram

que cerca de 50% das disciplinas ofertadas sobre o tema em questão não estiveram presentes nos 104 cursos da área das ciências humanas destas instituições (DIALLO; LIMA, 2020, p. 6-8).

Os recentes estudos mostram a emergência dessas pautas e as dificuldades de implementação no currículo formativo dos cursos superiores. Tais obstáculos interferem de forma efetiva na formação dos docentes da educação básica e em sua atuação na escola. Para promover a educação antirracista nas escolas, antes ela deve se fazer presente nas universidades públicas brasileiras. Sobre estas últimas, o ensino universitário deve possibilitar uma “[...] formação pluriépistêmica aos jovens brancos e aos cotistas. A luta antirracista dos acadêmicos deve começar no ambiente acadêmico, assim como a luta descolonizadora deve começar na academia colonizada” (ALBERNAZ; CARVALHO, 2022, p. 336).

Para Albernaz e Carvalho (2022), esse processo deve corresponder à intervenção de “todos os espaços da universidade”, isto é, corpo discente e docente, nos currículos dos cursos de graduação e de pós-graduação, e na própria constituição da instituição universitária (ALBERNAZ; CARVALHO, 2022). Sobre o processo de lutas antirracistas, vale mencionar que, segundo Diallo e Lima (2020), as universidades de maior destaque em relação à inserção de assuntos relacionados à história e cultura afro-brasileira e indígena foram os referentes ao MS: UFMS e UFGD (DIALLO; LIMA, 2020, p. 6-8).

Apesar da valorização dessas pautas no currículo acadêmico deste estado, cabe mensurar que esse é um processo recente, tendo em vista que sou formada pela UFMS em 2006 e, conforme exposto anteriormente, não tive essa formação. Passei a observar a inserção de tais temáticas através das aulas ministradas pelos estagiários e por meio do ProfHistória pude vivenciar a pauta imersa no currículo. Dessa maneira, é também recente o meu arcabouço intelectual sobre a história afro-brasileira e educação antirracista. A atualização das legislações e das discussões a respeito das relações étnico-raciais contribuem para que diante das situações de preconceito racial, de gênero, dentre outros, o professor saiba como agir adequadamente, a fim de combater as situações injuriosas que “[...] não podem ser esquecidas ou jogadas para baixo do tapete” (SCHNEIDER, 2021, p. 189).

Nesse sentido, “[...] é necessário que o professor se sinta capaz de dialogar, resolver, solucionar, transpor as dificuldades impostas em tais situações, sob o risco de ser mais um agente a contribuir com a perpetuação das ações racistas que ocorrem no ambiente escolar” (SCHNEIDER, 2021, p. 190).

Ancoradas nos pressupostos de Cavalleiro (2020), Diallo e Lima (2020) expõem que a educação antirracista possui como objetivos, em primeiro lugar, o reconhecimento da “[...]”

existência do problema racial na sociedade brasileira [...]”, e por isso deve contribuir para a constante reflexão “[...] sobre os efeitos nefastos do racismo no cotidiano acadêmico, bem como a promoção do diálogo entre a diversidade presente no ambiente acadêmico [...]” (CAVALLEIRO apud DIALLO; LIMA, 2020, p. 6-8).

Novamente, cabe frisar que as ações promovidas devem chegar aos professores da educação básica, desde a formação acadêmica até os cursos de formação continuada sobre tais temáticas. Da mesma maneira que a universidade deve seguir ressignificando as suas práticas de fomento ao antirracismo, a escola também precisa proceder assim. Somente com o diálogo entre ambas instituições é que poderão encontrar caminhos para a efetivação da desconstrução do racismo estrutural, tão presente e incentivado pelos projetos políticos contemporâneos de exclusão e apagamento das minorias.

Posto isso, esta pesquisa orienta-se pela perspectiva antirracista em diálogo do ensino superior com a educação básica. A primeira pela possibilidade de pesquisa sobre as festas em uma comunidade quilombola, tema ainda incipiente nas produções acadêmicas. Na segunda, através da elaboração do material paradidático a ser utilizado nas aulas de História. Sobre a estrutura desta dissertação, está dividida entre quatro capítulos. O primeiro intitulado “Caracterizando a Comunidade Dezipério Felipe de Oliveira/Quilombo da Picadinha e seu Patrimônio Cultural”, apresenta o histórico desta comunidade, as produções acadêmicas existentes a seu respeito e uma breve compreensão sobre as legislações e conceitos sobre quilombo.

O segundo, sob o título “As políticas públicas patrimoniais e o patrimônio imaterial afro-brasileiro”, discorre sobre o histórico das legislações em torno do patrimônio material ao imaterial do Brasil e estabelece um breve panorama sobre a quase completa ausência do patrimônio cultural negro do MS nas pesquisas e materiais didáticos. Em seguida, apresenta-se o tema da pesquisa, “As festas de santo do Quilombo da Picadinha: São Sebastião e Santos Reis”, que traça o histórico deste evento em meio às suas ressignificações ao longo do tempo, e, por fim, o derradeiro que expõe a construção e descrição do produto desta pesquisa. O quarto capítulo, “As histórias em quadrinhos (HQ) para o ensino de História”, trata de um breve histórico das HQ e sua importância para promover e valorizar o ensino de história ao despertar o interesse dos estudantes para as temáticas abordadas.

Nesse sentido, apresenta-se também a importância das pesquisas que evidenciam a presença, a resistência e a memória coletiva desses grupos sociais, como forma de romper com a visão determinista que legitima apenas uma parcela da população como produtora de cultura e de história. Para Gomes (2012), as “[...] investigações históricas sobre as experiências

camponesas do passado (e do presente) podem sugerir a ampliação da definição dos quilombos históricos e das comunidades negras atuais [...]” (GOMES, 2012, p. 392). Com isso, acredita-se que essas investidas são também válidas ao conceito patrimonial, uma vez que são resultados das invenções culturais, remodeladas no tempo e no espaço.

Em relação aos quilombos, o estudo acerca de suas trajetórias na contemporaneidade se faz essencial. Passado um século após a abolição da escravatura, sob a égide da Constituição Federal (BRASIL, 1988), eles ganharam visibilidade jurídica. A de ordem epistêmica, por sua vez, já havia dados importantes na revelação das suas (r)existências, por novas perspectivas de análise que admitiam as trocas interdisciplinares. Porém, ainda no tempo presente pouco se conhecem as trajetórias dos quilombos do pós-abolição, em meio às mudanças, permanências e dinamismos culturais.

Na contramão dessa perspectiva, perante o senso comum, na contemporaneidade ainda é evidente a cristalização do pensamento monocultural, promovido por grupos sociais que não reconhecem essas comunidades em meio às suas tradições e em um campo mais amplo, a diversidade social brasileira. Nesse sentido, Passos, Nascimento e Nogueira⁹ (2016) apontam que por meio disso “[...] as histórias, as culturas, as memórias e as identidades das populações negras e indígenas [...]” são negadas (PASSOS; NASCIMENTO; NOGUEIRA¹⁰, 2016, p. 196).

Desse modo, a discussão sobre o patrimônio cultural afro-brasileiro desafia essas estruturas que “[...] mantêm o mito da democracia racial e o racismo institucional no âmbito do Estado e, portanto, na gestão das políticas públicas [...]” (PASSOS; NASCIMENTO; NOGUEIRA, 2016, p. 197). Para Lima (2012, p. 8), esses debates são acompanhados de complexidade em virtude de que as “[...] dinâmicas de reconhecimento dessa matriz cultural podem ser vinculadas a uma trajetória histórica mais ampla de valorização da população negra e de combate ao racismo no Brasil”.

Como resultado dos projetos de silenciamento promovidos por setores que não reconhecem essas comunidades, as festas de Santo, assim como outras práticas culturais de origem afro-brasileira, não fazem parte do patrimônio cultural de Dourados, e tampouco do estado. Essas limitações são também resultados de um longo processo de exclusão e apagamento promovido por meio do racismo estrutural. Para Lima (2020), o enfrentamento ao racismo usando uma política pública engajada seria o principal eixo de salvaguarda dos patrimônios afro-brasileiros (LIMA, 2020, p. 56).

⁹ www.scielo.br/pdf/eh/v29n57/0103-2186-eh-29-57-0195.pdf

¹⁰ www.scielo.br/pdf/eh/v29n57/0103-2186-eh-29-57-0195.pdf

O atual contexto governamental brasileiro tem contribuído fortemente para esses projetos de esquecimentos. A memória, sobretudo coletiva, das minorias tem sido cada vez mais alvo de represálias que articulam o afastamento sistemático dessas esferas sociais e a diminuição das reivindicações pelos seus direitos legais. No que tange ao patrimônio, as políticas de não promoção das manifestações populares são reflexos do descaso com o setor cultural e, conseqüentemente, das minorias. Nesse sentido, frente às ideologias políticas retrocedentes, o protagonismo e a inserção das comunidades afro-brasileiras não são evidenciados como relevantes elementos formadores da identidade brasileira e sul-mato-grossense.

Sendo assim, compreende-se que existe um sinuoso caminho a ser percorrido para a elevação do histórico e da presença desses povos, no Brasil. No momento em que a educação brasileira internalizar essas questões, a herança patrimonial afro-brasileira e indígena poderá ser valorizada efetivamente.

1. CAPÍTULO I – CARACTERIZANDO A COMUNIDADE DEZIDÉRIO FELLIPE DE OLIVEIRA/QUILOMBO DA PICADINHA E SEU PATRIMÔNIO CULTURAL

Este capítulo tem por objetivo apresentar o histórico da comunidade Quilombola Dezidério Fellipe de Oliveira, conhecida externamente como Quilombo da Picadinha ou Negros da Picadinha (SARUWATARI, 2014). Em relação ao critério de autodefinição, internamente os seus moradores se reconhecem como membros de uma comunidade de remanescentes quilombolas. Sobre isso, Gomes (2012) explica que comumente as comunidades negras rurais foram/são conhecidas por diversas e diferentes denominações, como: “[...] populações tradicionais rurais negras, comunidades negras rurais, bairros rurais negros, terras de preto e terras de santo”(GOMES, 2012, p. 391). Ainda segundo ele, inclui-se nessa lista “[...] as comunidades de senzalas, que seriam comunidades negras formadas ainda na escravidão com desdobramento na pós-emancipação até os dias atuais” (GOMES, 2012, p. 391-392).

Símbolo de resistência, o Quilombo da Picadinha, localizado na cidade de Dourados-MS, ao longo dos seus 115 anos de existência tem vivenciado constantes conflitos fundiários e por segmentos sociais que não reconhecem a legitimidade da comunidade enquanto quilombo constituído. É evidente que este não é um caso isolado, pois muitas outras comunidades tem os seus processos questionados em meio aos preconceitos, a desinformação e por representarem a obstinação dos negros em espaços conquistados à custa de perdas de vidas humanas e sofrimentos, iniciando pelo não reconhecimento e desmoralização, e terminando com o silenciamento e o apagamento. Partindo desse princípio, Souza (2012) afirma que em todo o Brasil as comunidades remanescentes de quilombo

[...] vivem uma situação de desigualdade socioeconômica e de espoliação de direitos que são assegurados pela Constituição. Na prática, sua titulação de terras — último passo do processo de reconhecimento — esbarra em preconceitos e interesses que conflitam com o seus de terem a demarcação de suas terras garantida. A maioria desses conflitos surge por motivos fundiários e/ou interesses econômicos nas regiões que situam os Quilombolas. (SOUZA, 2012, p. 96).

A falta de segurança é um problema enfrentado por muitas comunidades quilombolas, porque as disputas pela terra são comuns, gerando uma situação de insegurança e perigo. Assim, a posse e regularização do território “[...] são fundamentais para assegurar aos quilombolas sua identidade e a preservação de suas memórias”. Em suma, “A garantia dos territórios refere-se à garantia da história, de uma cultura” (PEREIRA; AMORIM; BATISTA, 2012, p. 65).

Refletindo sobre o preconceito que assola essa comunidade, especialmente no que diz respeito à sua falta de reconhecimento, faz-se necessário não apenas apresentar as leis de amparo

aos quilombos, mas compreender a complexidade e as novas perspectivas que o conceito foi recebendo ao longo do tempo. Assim, antes de apresentar o histórico da comunidade Dezidério Felli de Oliveira/Quilombo da Picadinha este capítulo ponderará sobre a definição de quilombo, da concepção tradicional até a sua ressemantização, a fim contribuir para o aprofundamento da compreensão histórica e social referente a esse tema.

Nesse prisma, apresenta-se a definição de quilombo por Kabenguele Munanga (1996), um dos mais reconhecidos pesquisadores da temática étnico-racial:

[...] originária dos povos de línguas bantu (kilombo, aportuguesado: Quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra. Trata-se dos grupos lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala, etc., cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire. (MUNANGA, 1996, p. 58).

Emílio Gennari (2008) explica que a palavra quilombo “[...] é a incorporação à língua portuguesa de um termo africano que significa esconderijo [...]” e, no Brasil, tornou-se sinônimo de “[...] núcleo de negros fugitivos que procuram abrigo em locais de difícil acesso para neles construírem padrões africanos de organização social” (GENNARI, 2008, p. 33).

Em meio a esse cenário, pode-se compreender a gênese do conceito de quilombo no Brasil, que historicamente passou por transformações para garantir as conquistas obtidas pelos movimentos quilombolas em assegurar não somente o território, mas também as questões culturais, cosmológicas, espirituais, religiosas e identitárias da produção da categoria. Segundo o Conselho Ultramarino de 1740, definia-se por quilombo ou mocambo como “[...] toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (BRASIL, 2003).

Em 1840, já sob a égide do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que tinha o intento de forjar a identidade brasileira, houve uma pequena alteração: “[...] *reputa-se* ha escravo aquilombado, logo que esteja no interior das matas, vizinho ou distante de qualquer estabelecimento, em reunião de dois ou mais com casa ou rancho” (BRASIL, 2003). Diminuiu-se nesta definição o número de pessoas escravizadas que estivessem juntas em um local que não fosse a propriedade de quem os escravizava. Desde o início do século XX, por meio dos estudos marxistas, os quilombos foram sendo concebidos como espaços territoriais de resistência negra, mas com a lógica analítica balizada apenas sob o viés da escravidão. Nessa perspectiva, relegam-se as diversas experiências que colocavam o escravo como agente do seu próprio destino, a existência dos quilombos criados no pós-abolição, bem como o cotidiano, as práticas culturais e os seus significados (NEVES, 2009, p. 6).

De acordo com as legislações vigentes, como o artigo 2º do Decreto n.º 4.887/2003, considera-se quilombo o lugar social e territorial habitado por grupos étnico-raciais “[...] segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003a).

No Brasil, para uma comunidade ser atestada e reconhecida como quilombola, é preciso passar por um demorado processo que engloba diversos laudos técnicos, feito por especialistas da área, como os antropológicos, a fim de atestar os “nexos estabelecidos” por ela e outras comunidades locais. Dessa maneira, o objetivo destes procedimentos “[...] não é atestar a genealogia [...]” dessas comunidades, mas compreender os vínculos organizados por estas (PEREIRA; AMORIM; BATISTA, 2012, p. 51).

Cada quilombo possui a sua especificidade territorial, social e/ou histórica. Neste sentido, Gomes (2012) explica que historicamente, no Brasil, a formação do campesinato negro tem diversas origens, como:

[...] terras herdadas de quilombolas/escravos fugidos e seus descendentes da escravidão; doações de senhores ou ordens religiosas a ex-escravos; terras compradas por libertos e herdadas pelos seus descendentes; terras conseguidas do Estado em troca de participação em guerras (do Paraguai, por exemplo) ou ainda de inúmeras migrações de libertos e suas famílias no período imediatamente pós-emancipação. (GOMES, 2012, p. 351-352).

Para a compreensão das comunidades negras rurais, deve-se levar em conta a pluralidade existente que vai desde a formação dos quilombos históricos concebidos ao longo da escravidão brasileira, aos criados no contexto pós-abolição, como o Quilombo da Picadinha. Nesse sentido, a conjuntura deste quilombo entra em conformidade com a analogia feita por Mattos (2006), ao expor que grande parte das comunidades negras rurais dispersas pelo Brasil se encontravam em “[...] conflito pelo reconhecimento da posse tradicional de terras coletivas”. Estas “[...] majoritariamente identificadas como terras de preto, nem sempre se associava à ideia histórica clássica do quilombo” (MATTOS, 2006, p. 106).

Mediante a promulgação do artigo 68 da Constituição Federal de 1988, ocorreu a reinvidicação de comunidades rurais que passaram a requerer uma identidade quilombola. Esses espaços conhecidos por alguns estudiosos como “novos quilombos” (segundo critérios legais adotados a partir de então), foram compostos por grupos de camponeses originários “[...] de escravos libertos no movimento de desagregação e abolição da escravidão [...]” constituindo-se, também, em espaços de sobrevivência das últimas gerações de ex-cativos (PEREIRA; AMORIM; BATISTA, 2012, p. 49).

Nessa lógica, a comunidade da Picadinha é plenamente cabível nos critérios legais, sendo, portanto, um quilombo contemporâneo criado no início do século XX por uma família negra comandada por um homem negro livre. No que tange às políticas públicas contemporâneas e os seus desafios, Gomes (2012) expõe que é necessária a reflexão sobre os diversos mecanismos de organização social e cultural definidos como aquilombamentos “[...] como formas camponesas da escravidão e da pós-emancipação — na longa duração — e como significados de acesso, posse e controle sobre a terra” (GOMES, 2012, p. 376). Tal proposição surge no sentido de se romper com a concepção positivista que determina a análise dos quilombos apenas sob o contexto do Brasil escravista. No pós-abolição surgiram diversas formas de campesinato negro, com as mais variadas origens, como ocupação de terras devolutas, compra, doações, dentre outras, que pouco são levadas em conta. Têm-se também as manifestações culturais e sociais de variadas naturezas, ainda silenciadas em grande parte das análises, sendo um tema de pouco conhecimento.

Para Nascimento (1983), com o advento da Lei Áurea e o fim da escravidão no Brasil ocorridos no final do século XIX, o quilombo passou a ser concebido como a força ideológica contra a opressão escravocrata, e no século XX adquiriu uma “mística” que nutre “[...] os anseios de liberdade da consciência nacional” (NASCIMENTO, 1983, p. 46). No século seguinte, a figura de Zumbi passa a ser referenciada como herói nacional, e Palmares como o símbolo da resistência. Vale pontuar que esta análise advinda da teoria marxista entra em dissonância com a linha de pensamento predominante na época: o positivismo. Esta abordagem, ancorada nos princípios do sistema republicano recém implantado no Brasil, oferecia, segundo Superti¹¹ (2003), o suporte teórico-científico para as questões relacionadas à abolição da escravidão (SUPERTI, 2003, p. 6-8).

Historicamente, por meio da teoria positivista presente desde o Brasil Republicano, o conceito de quilombo referia-se apenas ao lugar de acampamento de escravos fugitivos, implantado no contexto do sistema escravista (GOMES, 1996, p. 36). Esta tese perpassou a chamada Primeira República brasileira e permanece no tempo presente. Por meio desta análise, classifica-se quilombo apenas sob a lógica da escravidão, não levando em consideração a pluralidade histórica, social, territorial dos quilombos brasileiros, tampouco a existência das comunidades negras do pós-abolição e o protagonismo negro (GOMES, 1996, p. 36-38).

Histórias acerca da escravidão, em muitos casos, têm servido para a construção de uma caracterização de passividade das pessoas escravizadas, e em contrapartida as formas de

¹¹ https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177544_f256575df9b4cfcf487f2c18bb054485.pdf

campesinato negro, em sua pluralidade social e cultural ainda estão marginalizadas na produção do conhecimento. “O que representaram camponeses e comunidades rurais no Brasil?” A provocativa pergunta cunhada por Gomes (2012) suscita a reflexão e a necessidade de pesquisa dimensionada à história dos negros do Brasil no pós-abolição. Conhecimento esse que não cristalize e fossilize o conceito de quilombo, mas que seja também analisado no tempo presente, em sua pluralidade social, cultural, territorial, bem como as suas formas de aquilombamento.

As atuais comunidades negras rurais — vale dizer que muitas não necessariamente originadas dos quilombos históricos, mas combinadas entre eles e complexos espaços agrários (vilas, feiras, entrepostos de trocas mercantis etc.) conectados por vários setores rurais na escravidão e na pós-abolição (GOMES, 2012, p. 391).

Segundo o mesmo autor, de forma que se articule as dimensões da “[...] memória histórica, de reconstruções do passado e do presente, de cidadania e de direitos constitucionais [...]”, as investigações a respeito das “[...] experiências camponesas do passado podem sugerir a ampliação da definição dos quilombos históricos e das comunidades negras atuais” (GOMES, 2012, p. 392). Com isso, é necessária a compreensão das novas semânticas atribuídas ao termo, bem como as novas construções históricas advindas em meio às transformações ocorridas na historiografia a partir de outras perspectivas nas pesquisas realizadas sobre a temática. Em termos historiográficos, até os anos de 1970, as análises valeram-se da perspectiva positivista e marxista, que davam ênfase às questões econômicas e políticas em detrimento às manifestações culturais.

A respeito disso, Florentino e Amantino¹² (2012) explicam que até a mencionada década, a história da escravidão em boa parte das Américas analisava o quilombo como uma “[...] organização social de efeitos deletérios, que transformava o escravo em ator social anômico [...]”, a exceção de poucos que superavam esse estigma, “[...] por meio do cristianismo ou da proximidade com os senhores, o que por vezes lhes permitia alcançar a tão almejada alforria” (FLORENTINO; AMANTINO, 2012, p. 296).

No âmbito da academia, a partir de 1970 ocorreram significativas mudanças no domínio da historiografia, que passou a dialogar com outras áreas do conhecimento, como a Antropologia e a Sociologia, além de agregar uma gama de novos temas e fontes de estudo. Uma dessas correntes refere-se à chamada História Nova, que fez emergir a ampliação do conceito de quilombo, e passou a analisá-la sob a lógica da resistência cultural advinda das “visões de liberdade” dos cativos. Para Souza (2012), isso influenciou “[...] a ação política

¹² <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/h6G4NL5f4f5Pcn9xjZRPjDf/?format=pdf&lang=pt>

quilombola e então, formas alternativas de organização foram colocadas em práticas” (SOUZA, 2012, p. 70).

Além do culturalismo, na mesma época (anos de 1960 a 1970), o materialismo histórico apresenta os “[...] quilombos como as principais características da resistência escrava. Devido aos castigos e maus-tratos, escravos resistiram à opressão senhorial fugindo [...]” para esses espaços (DOMINGUES; GOMES¹³, 2013, p. 8). A fim de compreender a pluralidade interpretativa que surgiu a partir dessa última década, aponta-se também a perspectiva de Nascimento (1977), que defendeu a proposição de análise que não reduz o quilombo apenas como uma reação de luta contra a escravidão, mas como núcleo organizado empreendido pelo negro, que não pode ser resumido ao militarismo (NASCIMENTO, 1977, p. 126). Para esta autora, o militarismo como ideia amplamente presente nas análises que pontuam somente as fugas como instrumento de luta, no sistema escravocrata, reduz as diversas formas de resistência empreendidas por homens e mulheres. Existiram “[...] outras formas bem mais contundentes, dos ex-escravos de reagir contra o regime de opressão [...]”, como “[...] abortos, suicídios, assassinios de senhores e até mesmo de toda a sua descendência” (NASCIMENTO, 1976, p. 68).

Partindo desse princípio, os quilombos devem ser entendidos como campos espaciais e, sobretudo, simbólicos, onde esses grupos sociais promovem a sua autonomia racial e cultural, um campo negro dotado de relações sociais e mercantis até mesmo com os “não negros”. Em suma, nas palavras de Nascimento (1977, p. 77): “[...] o reduto de homens livres, se relacionando com os outros homens livres ou não da sociedade brasileira, é que merece o esforço de interpretação que gostaríamos de empreender”.

Frente às transformações na construção histórica nas últimas décadas, ocorreu uma maior ampliação na compreensão do conceito de quilombo e, por consequência, a história dos negros também vem se alargando no Brasil. A partir de então, a categoria quilombo passa a ser concebida como elemento plural, dinâmico, complexo e presente, não mais cristalizado no passado e ditado somente sob a lógica escravagista. Nesse sentido, aponta-se o conceito de Gomes (1996 p. 36): uma “[...] complexa rede social, permeada por aspectos multifacetados que envolveu em determinadas regiões do Brasil, inúmeros movimentos sociais e práticas econômicas com interesses diversos”.

A partir desse conceito, os quilombos passam a ser analisados sob os mais diversos prismas, que vão desde as questões políticas ao imaginário, compreendidos como

¹³ http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf

agrupamentos marcados pela diversidade cultural, diferindo completamente da homogeneização sociocultural defendida pela historiografia oficial positivista. Tal redimensionamento se justifica em ampliar o “binômio fuga-resistência”, que abrange uma série de elementos a fim de compreender o espaço ocupado pelos remanescentes quilombolas e as suas diversas formas de apropriação (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO¹⁴, 2002, p. 3).

[...] grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de Quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO¹⁵, 2002, p. 4-5).

Em relação às ações afirmativas em prol da valorização da história e cultura afro-brasileira, destaca-se o Movimento Negro Unificado (MNU), que iniciou as suas ações a partir de 1978 para combater a discriminação e defender os direitos da população negra no Brasil, a terminologia quilombo passa a ser, ainda mais, um sinônimo de luta e resistência (PEREIRA; AMORIM; BATISTA, 2012, p. 48).

Para a militância, os quilombos historicamente foram espaços de liberdade étnica dos escravos no Brasil e a partir do cenário de transformações sociais que ocorreram no país em virtude das reivindicações e ações do movimento negro em suas diferentes facetas, Abdias Nascimento, nos anos de 1980, propõe o conceito de “quilombismo”. Por meio deste, o autor amplia a noção de resistência ao incorporar as especificidades histórico-sociais de cada quilombo, tornando-se, assim, uma nova forma de defesa do movimento quilombola. Segundo Xavier Filho (2020), essa terminologia configura uma nova atribuição social ao defender a cultura afro-brasileira como matriz de referência para as mobilizações políticas e sociais. Assim, o conceito de quilombismo é um instrumento de luta que amplia as reivindicações do movimento quilombola, apresentando-se como alternativa político-social para a autonomia da população afro-brasileira, alicerçada em suas próprias experiências históricas e culturais. Em meio a isso, destaca-se a valorização da estética negra, como recurso para o combate ao racismo, à discriminação e ao aquilombamento de diferentes espaços (XAVIER FILHO, 2020, p. 4-5).

A respeito das lutas sociais quilombolas, Mattos (2006, p. 111) afirma que

[...] foi rompendo com o princípio do silêncio que emergiram as “terras de preto”. Colonos e posseiros em luta pela terra ameaçada pelos processos de modernização do

¹⁴ <https://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf>

¹⁵ <https://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf>

século XX, ao identificarem-se primeiro como “pretos” e depois como “Quilombolas”, tornaram-se sujeitos políticos coletivos. As metamorfoses sociais possíveis a tais atores estiveram, entretanto, firmemente ancoradas na associação entre identidade camponesa e memória do cativo, seja como reminiscência familiar ou estigma. Como descendentes de escravos, reivindicam políticas de reparação do estado brasileiro. A identificação coletiva é sempre processo e construção e só pode ser entendida levando em conta contextos históricos e políticos. Tanto o silêncio sobre a cor como ética social, quanto sua reivindicação, hoje, como bandeira de luta, são frutos diferentes da presença difusa do racismo na sociedade brasileira em suas complexas relações com a memória do cativo.

Com o fim da ditadura civil-militar no Brasil, a instauração da democracia e a promulgação da Constituição Federal de 1988, têm-se a primeira legislação em prol da causa quilombola. Por meio do artigo 68 da Constituição Federal de 1988 foi assegurado o reconhecimento da propriedade definitiva “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

A partir de então, as pesquisas têm demonstrado que não houve nenhuma promoção de políticas públicas àqueles que estiveram submetidos à exploração da mão de obra escravizada, ao contrário, atribuíram-se diversas indenizações aos senhores de escravos, e nada era planejado e proposto para os antigos/as cativos/as. Com as transformações políticas e sociais ocorridas no final da ditadura militar brasileira, emergem novas pautas de lutas, como o reconhecimento dos direitos de propriedade da terra aos quilombolas e as manifestações afro-brasileiras de caráter popular. Em meio a esta nova conjuntura de retorno à democracia, na “[...] Assembleia Nacional Constituinte, a reivindicação dessa causa foi denominada Quilombismo” (PEREIRA; AMORIM; BATISTA, 2012, p. 49).

Além disso, com a nova Constituição houve também o reconhecimento dos quilombos contemporâneos e iniciaram-se os trâmites para a legitimação e titularização destes. Por meio desta nova configuração, os quilombos se fortaleceram enquanto

[...] uma força social relevante no meio rural brasileiro, dando uma nova tradução àquilo que era conhecido como comunidades negras rurais (mais no Centro, Sul e Sudeste do país) e terras de preto (mais ao norte e nordeste), que também começa a penetrar no meio urbano, dando nova tradução a um leque variado de situações que vão desde antigas comunidades negras rurais atingidas pela expansão dos perímetros urbanos até bairros no entorno de terreiros de candomblé. (ARRUTI, 2005, p. 26).

Diante do exposto, entende-se que durante as décadas de 1970 e 1980, a questão em debate já se fazia presente. O grande marco institucional adveio com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), culminado após as manifestações sociais como o MNU, que classificou o quilombo como espaço territorial delimitado pela comunidade, bem como o ambiente cosmológico de liberdade de culto e proteção das tradições culturais ancestrais, sejam elas de

origem que forem (BRASIL, 2003).

O artigo 2º do Decreto n.º 4.887/2003 sobre o direito à terra quilombola vêm contribuir com o processo já antes iniciado, “[...] de revisão histórica e mobilização política, que conjugava a afirmação de uma identidade negra no Brasil à difusão de uma memória da luta dos escravos contra a escravidão” (MATTOS, 2006, p. 106-107). Nascimento (1983), por sua vez, defende que desde o início do século XX tais anseios alimentados por parte da elite intelectual brasileira voltam-se à valorização da história e cultura de matriz afro, colocando o quilombo, em especial o de Palmares e a figura de Zumbi, como o símbolo da resistência e heroísmo negro (NASCIMENTO, 1983, p. 46).

Segundo Filho (2020), os afro-brasileiros desempenharam o “[...] papel de sujeito na formação social brasileira [...]”, por meio dos quilombos. Logo, para entender o quilombo, os conceitos de resistência, luta, identidade e território são importantes para “[...] a compreensão da história dos negros no Brasil” (FILHO, 2020, p. 9). Reis¹⁶ (1996), por sua vez, em seu artigo “Quilombos e revoltas escravas no Brasil”, ao analisar a origem do quilombo no Brasil, expõe que este é uma criação particular dos negros, uma vez que revoltas e rebeliões existem em todas as populações (REIS, 1996).

A própria existência do quilombo e sobretudo sua defesa militar e incursões em território inimigo podem ser consideradas revolta. Se a relação entre quilombo e revolta era complexa, não menos complexas eram as experiências dos escravos, e de seus oponentes, face a cada um desses movimentos. O quilombo podia ser pequeno ou grande, temporário ou permanente, isolado ou próximo dos núcleos populacionais; a revolta podia reivindicar mudanças específicas ou a liberdade definitiva, e esta para grupos específicos ou para os escravos em geral. (REIS, 1996, p. 16).

Ampliando essa questão, Nascimento (1977), afirma que o quilombo deve ser analisado como núcleo social organizado, resultado não apenas de movimentos reativos ou espontaneístas, mas de ações planejadas e orientadas pela demanda de resistência cultural e racial do negro (NASCIMENTO, 1977, p. 129). Essa precisão registrada por Nascimento (1977), para Reis¹⁷ (1996), era explicada antes de tudo pela necessidade de sobrevivência que não estava relacionada com o objetivo de demolir a escravidão, mas continuar a viver,

[...] e até viver bem, em suas fronteiras. Também não procede, exceto talvez em poucos casos, a ideia de que os quilombolas fugiam para recriar a África no interior do Brasil, com o projeto de construir uma sociedade alternativa à escravocrata e além disso numa reação “contra aculturativa” ao mundo dos brancos. (REIS, 1996, p. 19).

¹⁶ [file:///C:/Users/Ana%20Paula/Downloads/28362-Texto%20do%20artigo-33013-1-10-20120626%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Ana%20Paula/Downloads/28362-Texto%20do%20artigo-33013-1-10-20120626%20(3).pdf)

¹⁷ [file:///C:/Users/Ana%20Paula/Downloads/28362-Texto%20do%20artigo-33013-1-10-20120626%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Ana%20Paula/Downloads/28362-Texto%20do%20artigo-33013-1-10-20120626%20(3).pdf)

Corroborando esta afirmação, Florentino e Amantino¹⁸ (2012) expõem que o fenômeno das fugas e eventuais transgressões efetuadas pelos cativos eram, até os anos de 1970, visualizadas sob os já mencionados conceitos de contra aculturação, isto é “[...] resistência à aculturação promovida pelos europeus e que a todos se impunha [...]”, além da insistente tentativa de “[...] encontrar nos quilombos traços de restauração da África tradicional no Novo Mundo” (FLORENTINO; AMANTINO, 2012, p. 296).

Conforme o exposto, o materialismo histórico e a perspectiva culturalista surgiram como importantes linhas de pensamento na formulação das teorias a respeito da história dos quilombos americanos e brasileiros. Segundo Florentino e Amantino¹⁹ (2012), a partir das décadas de 1980 e 1990, ambos os aportes teóricos cederam terreno, tal como passaram a dialogar em diversas instâncias, que iam desde as outras áreas do conhecimento, em especial a Antropologia, à literatura estrangeira. Sobre isso, Costa (2016) expõe que mediante uma tríade de perspectivas como a História social do sul dos Estados Unidos, a Micro-história italiana (Carlo Ginzburg, Giovanni Levi) e a já mencionada História vista de baixo (Edward P. Thompson), calhou-lhe as ressignificações das pesquisas a respeito da escravidão, abolição e pós-abolição (COSTA, 2016, p. 6-8).

Através dessas conexões intelectivas, redimensionou-se a ótica de análise que tratava o quilombo como espaço isolado, ao campo negro, simbólico, dotado de conexões comerciais e culturais. Segundo Costa (2016), por meio das pesquisas que procuraram lançar “[...] luz sobre os comportamentos [...] em sua multiplicidade de formas e configurações [...]”, assim como “[...] a dinâmica da relação entre senhores e escravos e a complexidade das relações sociais [...]” (COSTA, 2016, p. 6-8), o cativo, por sua vez, da condição de submisso passou a qualidade de protagonista.

A respeito dos quilombos, Domingues e Gomes²⁰ (2013) enfatizam que no Brasil os quilombos nunca estiveram isolados, de modo que se articulavam com “[...] variadas formas de microssociedades camponesas” (DOMINGUES; GOMES, 2013, p. 17). Eles também relatam que as comunidades quilombolas brasileiras devem ser “[...] pensadas a partir das experiências da pós-emancipação [...]”, pois não se esgotam “[...] num dado passado da escravidão [...]” (DOMINGUES; GOMES²¹, 2013, p. 17), e possuem variadas formações históricas, como

[...] terras herdadas de quilombolas/escravos fugidos e seus descendentes da escravidão; doações de senhores ou ordens religiosas a ex-escravos; terras compradas

¹⁸ <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/h6G4NL5f4f5Pcn9xjZRPjDf/?format=pdf&lang=pt>

¹⁹ <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/h6G4NL5f4f5Pcn9xjZRPjDf/?format=pdf&lang=pt>

²⁰ http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf

²¹ http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf

por libertos e herdadas pelos seus descendentes; terras conseguidas do Estado em troca de participação em guerras ou ainda de inúmeras migrações de libertos e suas famílias no período imediatamente pós-emancipação. (DOMINGUES; GOMES, 2013, p. 18-19).

Nesse sentido, a análise das ciências humanas e da historiografia contemporânea sobre os quilombos concebem a ideia de articulação e dinamismo social e cultural, dos seus primórdios ao tempo presente. Por meio dessas perspectivas, a escala analítica se debruça sobre o “micro”, de baixo para cima, sob a ótica que protagoniza “[...] a mulher quilombola, os sistemas de parentesco de algumas comunidades, a demografia desses grupos e questões relativas às suas identidades” (FLORENTINO; AMANTINO, 2012, p. 296).

Cabe aludir também que o debate a respeito do conceito de quilombo sempre esteve acompanhado das ordenações políticas de valorização das minorias. A Constituição Federal de 1988, ao reconhecer a condição de remanescente quilombola, trouxe à tona discussões efetuadas pela academia e os movimentos sociais desde os anos de 1970. Desse modo, na contemporaneidade os debates continuam vivos, mediante também os entraves enfrentados por essas comunidades, submetidas ao processo de exclusão e apagamento. Ao longo do período escravocrata, o enfrentamento era pela liberdade e o direito da existência. O tempo passou, surgiram legislações voltadas ao amparo desses grupos sociais, e junto a isso as novas demandas, que vão desde o efetivo respeito e reconhecimento moral a outras pautas de cunho imaterial. Sobre estes últimos,

[...] além do próprio MST, populações indígenas, populações tradicionais e populações remanescentes de quilombos aspiram não só pelo direito a terra, mas fundamentalmente por cidadania e direitos constitucionais no sentido de desenvolvimento autossustentável de respeito à diversidade, de reconhecimento de direitos e preservação de bens de natureza material e imaterial dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (DOMINGUES; GOMES²², 2013, p. 18-19).

Comunidades como o Quilombo da Picadinha se compõem na condição de remanescente de quilombo contemporâneo, constituído no pós-abolição e não em um “[...] espaço de fuga, estrategicamente isolado [...]”, conforme a análise predominante referente a essas comunidades efetuada há três décadas (FILHO, 2020, p. 8). Sobre as dificuldades enfrentadas, o quilombo em questão ainda as vivencia em decorrência do racismo estrutural que permeia as mais diversas esferas, causando a marginalização ética, social e epistêmica.

Sobre isso, Domingues e Gomes (2013) comentam que a efetiva produção acadêmica sobre as conexões intelectuais e legislativas existentes a partir do final dos anos de 1970, que

²² http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf

tragam ao relevo da discussão as “[...] trajetórias, personagens, narrativas, instituições, movimentos agrários de luta pela terra, redemocratização, participação da igreja e sindicatos rurais, eleições e debates da Constituinte em 1987 e 1988, movimentos negros e ativistas [...]” representam um desafio a ser cumprido (DOMINGUES; GOMES²³, 2013, p. 20).

Os mesmos desafios se apresentam em pesquisas relacionadas aos quilombos do MS. Em buscas efetuadas no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), entre dezembro de 2021 e junho de 2022, verificou-se que os maiores quantitativos de estudos de mestrado e doutorado sobre o tema são referentes aos quilombos Furnas do Dionísio, Tia Eva e Picadinha, dos municípios de Jaraguari, Campo Grande e Dourados, respectivamente. Além disso, das 22 comunidades presentes no estado, 14 não apresentaram resultados.

Quadro 2 – Produções acadêmicas sobre os quilombos de Mato Grosso do Sul

Municípios	Quilombos	Áreas de concentração das produções acadêmicas <i>stricto sensu</i> , até junho de 2022
Aquidauana	Furnas dos Baianos	Desenvolvimento local e Ciências da natureza
Bonito	Águas do Miranda	Meio ambiente e desenvolvimento regional
Campo Grande	Chácara do Buriti	Desenvolvimento local
	São Benedito/Tia Eva	Botânica Desenvolvimento local Educação História Linguagens Matemática
	São João Batista	Sem resultados
Corguinho	Furnas da Boa Sorte	Letras, Saúde e Educação
Corumbá	Campos Correia	Geografia
	Família Maria Theodora Gonçalves de Paula	Ciências Sociais, Geografia
	Família Ozório	Geografia
Dourados	Dezidério Fellipe de Oliveira – “Picadinha”	Agronegócios Agronomia Antropologia Educação Entomologia e conservação da biodiversidade Fronteiras e direitos humanos Geografia
Figueirão	Família Malaquias	Sem resultados
	Santa Tereza	Sem resultados
Jaraguari	Furnas do Dionísio	Ciências da saúde Desenvolvimento local Ensino de ciências

²³ http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf

		Geografia Letras Meio ambiente e desenvolvimento regional Psicologia
Maracaju	Colônia de São Miguel	Antropologia
Nioaque	Famílias Araújo e Ribeiro	Sem resultados
	Família Bulhões	Sem resultados
	Família Cardoso	Sem resultados
	Família Romano Martins da Conceição	Sem resultados
Pedro Gomes	Família Quintino	Sem resultados
Rio Brillhante	Família Jarcem	Sem resultados
Rio Negro	Ourolândia	Sem resultados
Sonora	Família Bispo	Sem resultados
Terenos	“Dos Pretos”	Sem resultados

Fonte: elaborado pela autora com base em MPMS²⁴ (2022) e Capes²⁵ (2022).

O Quadro 2 demonstra a relativa quantidade de projetos acadêmicos voltados aos quilombos, uma vez que durante muito tempo tais temáticas não foram constituídas como parte integrante da história e cultura do MS. Recentemente e de forma paulatina, esse silenciamento epistêmico tem sido rompido com o trabalho dos pesquisadores das Ciências Humanas, em especial os da área do Direito, da Antropologia, Letras, Geografia e, muito recentemente, da História. No que diz respeito aos projetos relacionados a esta última, indica-se o efetuado por Costa (2019): *Inventário do Patrimônio Cultural Imaterial das Comunidades Quilombolas de Mato Grosso do Sul*, que procurou evidenciar as tradições dos quilombos Águas de Miranda, em Bonito, Família Cardoso, de Nioaque e, por conseguinte, da comunidade Furnas dos Baianos, localizada em Aquidauana. Neste ano, pontua-se a dissertação de Jorge Ribeiro Diacópulos: *Memória e patrimônio cultural da comunidade quilombola Tia Eva (Campo Grande – MS): ensino de história e educação antirracista*.

Diante do exposto, visualiza-se que as iniciativas em torno da valorização da história, memória e do patrimônio quilombola no estado estão sendo efetuadas aos poucos. No que se refere à historiografia dos quilombos, esta ainda é incipiente. Com vistas a elevar a diversidade da origem dos espaços de resistência, a apreensão dos elementos de pertencimento, territorialidade e identidade étnico-racial, a construção historiográfica deve-se recorrer às demais áreas do conhecimento que já trilharam esse caminho, a fim de trazer à tona a pluralidade conceitual de quilombo em meio aos seus desdobramentos.

²⁴ <http://www.mpf.mp.br/ms/atuacao/mapa-quilombolas/deziderio-felipe-de-oliveira-picadinha>

²⁵ <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

1.1. Produções acadêmicas sobre o Quilombo da Picadinha

O Quilombo da Picadinha tem sido estudado buscando compreender sua inserção e importância na história regional, e a apresentação desta produção será iniciada com a tese de Santos (2010) denominada *Fiéis descendentes: redes-irmandades na pós abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses*. O referido trabalho, da área de Antropologia foi defendido em 2010, na UnB, e analisa a rede de relações existentes entre as comunidades negras rurais do estado do MS, chamadas por “rede-irmandades”, e destaca a negação da presença de quilombolas em terras sul-mato-grossenses por parte de grupos políticos e órgãos ligados ao agronegócio que não desejam o seu reconhecimento. Diante disso, esta pesquisa compõe-se de fonte fundamental para compreender a trajetória do Quilombo Dezidério Fellipe de Oliveira, pois aborda de forma minuciosa a história da comunidade e os elementos constitutivos desta, desde a luta pela terra às festas religiosas. Há também o artigo de 2018 do mesmo autor, *Quilombo, aqui, nunca existiu! Reflexões sobre o “reconhecimento” Quilombola*, no qual discute os entraves do processo de regularização fundiária das comunidades quilombolas do MS, como no caso da Picadinha, em Dourados.

Ainda no campo da Antropologia, está a pesquisa de Saruwatari (2014): *Comunidade quilombola Dezidério Fellipe de Oliveira: tradição, política e religião entre os negros da Picadinha*. A pesquisadora trata da predominância da religião protestante naquela região, em especial da Igreja Adventista do 7º dia e os impactos sociais e culturais causados por esta. Foi constatado que a Igreja Adventista orienta tanto as ações políticas, como a luta pela terra e o reconhecimento da identidade quilombola, quanto as de ordem cultural, ao não intervir no passado religioso dos seus convertidos. Em relação a este último ponto, a autora afirma que vários membros do quilombo continuaram participando das festas de São Sebastião e Santos Reis durante a sua “existência”, mesmo após a conversão ao protestantismo. Para ela, essa tradição foi construída quando todos da comunidade eram eminentemente católicos e foi perdendo fôlego por fatores que não necessariamente se ligavam à questão religiosa.

Em relação ao tema de pesquisa deste projeto, voltado à festividade de São Sebastião e Santos Reis, tanto a investigação de Saruwatari (2014) quanto a de Santos (2010) mencionam a festa como tradição religiosa do quilombo, que teve fim no início do século XX. Finalização essa que, segundo os referidos estudiosos, ocorria aos poucos, em detrimento da falta de recursos, saída dos moradores da comunidade e a presença protestante que não incentiva a continuidade da festividade. Tais apontamentos diferem em relação aos discursos de diversos moradores que defendem e registram a existência das festividades na contemporaneidade por

meio de fotografias (décadas de 1990, 2018, 2020, 2021 e 2022) e vídeos (2016 e 2021), o que pode significar a continuidade dela por meio de outros segmentos, fato que será investigado nesta pesquisa.

As pesquisas de Santos (2016, 2017), *Semeando ancestralidade em escolas quilombolas no Mato Grosso do Sul*, e *Por uma história do negro no sul de Mato Grosso: história oral de quilombolas de Mato Grosso do Sul e a (re)invenção da tradição africana no cerrado brasileiro*, mostram o Quilombo da Picadinha para discutir a condição do negro no antigo sul de Mato Grosso e a ancestralidade que está presente nas escolas quilombolas. No primeiro, em parceria com a professora Maria Aparecida Lima, ele defende a necessidade de ressignificação do currículo escolar a fim de incluir questões relacionadas à memória e à identidade da história afro-brasileira balizadas sob uma abordagem descolonizada e inter e/ou transdisciplinar. Para fundamentar as bases teóricas iniciais, eles aplicaram a interdisciplinaridade ao envolver as disciplinas da História, Antropologia e Pedagogia por meio da metodologia da História Oral temática entre as comunidades quilombolas, como a da Picadinha, e análise de fontes, como o caderno de campo e a bibliografia específica.

Ao discutirem a formação curricular forjada no âmbito da gênese do Estado nacional brasileiro, que excluiu a história das minorias, bem como estabeleceu as convencionais divisões disciplinares, Lima e Santos (2020) concluem que para superar tais perspectivas que apresentam o ensino científico de forma “doutrinadora”, “pronta” e “acabada” é preciso que a didática conceba a “natureza do tipo de conhecimento”, coerente com a especificidade disciplinar e que o conhecimento disciplinar não seja homogeneizado como “Ciências Sociais”, que pasteurizam o ensino das humanidades. Tal perspectiva apresentada pelos autores se constitui em um grande desafio, em virtude da demanda contemporânea que prega exatamente essa diluição do conhecimento.

O segundo artigo, por sua vez, discute a condição do negro no sul de Mato Grosso, a identidade negra, e os processos acerca da titularização dos quilombos no MS, como o caso do Quilombo da Picadinha. Para o andamento da pesquisa, Santos (2017) elencou, novamente, a metodologia da História Oral de vida, a fim de reescrever uma nova narrativa sobre a história dos negros nesta região, colocando-os na condição de agentes de seu próprio destino, “[...] protagonistas no processo de ocupação do oeste do Brasil” (SANTOS, 2017, p. 1).

Na dissertação de Irala (2014), *Educação rural em Dourados: A Escola Geraldino Neves Correa (1942-1982)*, o autor buscou compreender o ensino rural primário no antigo sul de Mato Grosso e a relação da educação escolar quilombola durante esse período, por meio da metodologia da História Oral e da perspectiva da Nova História Cultural. Utilizando a análise

das entrevistas e de fontes documentais disponíveis no Centro de Documentação Regional (CDR/UFGD), o pesquisador concluiu que esta instituição foi uma das que contribuiu para a escolarização de crianças no meio rural do antigo sul de Mato Grosso (IRALA, 2014, p. 7).

Da perspectiva da Geografia, o artigo *Existir e resistir: um olhar geográfico das comunidades remanescentes Quilombolas no pantanal sul-mato-grossense*, de Souza e Moretti²⁶ (2019), analisa a presença e resistência deste território e reconhecem a escassez bibliográfica existente sobre as comunidades quilombolas no MS. Concluem sobre a necessidade de reconhecimento do movimento negro e da Fundação Cultural Palmares (FCP) “[...] na divulgação de dados estatísticos, legislação e mapeamento dos territórios quilombolas [...]” mediante os entraves enfrentados no processo de reconhecimento dessas comunidades (SOUZA; MORETTI, 2018, p. 10).

Já o artigo dos antropólogos Oliveira e Pereira (2020), intitulado *Do “largão” da terra “voluta” à estreiteza da terra vendida: reflexões sobre territórios e comunidades quilombolas no norte de Mato Grosso do Sul*, aborda as barreiras no acesso à terra por “[...] diferentes segmentos da sociedade nacional no norte do estado brasileiro de Mato Grosso do Sul [...]”, como ocorre no caso da comunidade da Picadinha, que passou pela perda gradativa do território, culminando no que os autores pontuaram como “[...] o solapamento de suas formas de solidariedade grupal [...]”, acirramento as tensões e o comprometimento “[...] dos mecanismos de resolução de conflitos” (OLIVEIRA; PEREIRA, 2020, p. 20).

Na área do Direito, o artigo de Held e Botelho (2020), intitulado *A luta pelo território Quilombola e Picadinha na perspectiva decolonial*, utiliza a decolonidade como instrumento teórico para compreender a luta pela terra, bem como a valorização da cultura das minorias. Nessa mesma perspectiva, de autoria de Silva (2021), o texto *A luta decolonial da comunidade quilombola de Picadinha pela titulação definitiva da terra* avalia as consequências da postergação da titularidade à comunidade, que o autor pontua como uma das consequências da colonialidade em suas vertentes de poder, epistêmica e do ser. No entanto, em termos conclusivos, após analisar e discutir as dificuldades enfrentadas pelo Quilombo da Picadinha, Silva (2021) mostra a esperança como instrumento de resistência na luta pelo reconhecimento, a fim de romper com os obstáculos promovidos pela lógica colonial (SILVA, 2021, p. 18).

Em relação à decolonialidade, perspectiva de análise adotada nos últimos estudos, coloca-se como alternativa aos estudos eurocêtricos como postulava a história política na

²⁶ <http://www.eng2018.agb.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSzVZPlJtZjQ6IjQwNTgiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiOTQ0ZDlkNjAzMGQ4OWI1ZDg5ODAzMzBiNmI4ZDkwMzUiO30%3D>

qual todos os eventos históricos eram explicados a partir da lógica europeia, silenciando os espaços atingidos pelo controle imperialista. É uma ideia que vem “[...] debaixo, das margens, das fronteiras [...]”, a fim de transgredir o pensamento moderno europeu (WALSH, 2016, p. 72-73). Candau e Russo (2010), por sua vez, afirmam que essa ótica é a que melhor responde “[...] a problemática atual do continente latino americano, de uma abordagem que abarca diferentes âmbitos — ético, epistemológico e político —, orientada à construção de democracias em que justiça social e cultural sejam trabalhadas de modo articulado (CANDAU; RUSSO, 2010, p. 167).

A decolonialidade está em consonância com os projetos de promoção intelectual no combate ao apagamento das minorias, tornando-se instrumento de luta, resistência e valorização de indivíduos e grupos silenciados pela história colonial, por isso esta abordagem tem feito parte de pesquisas voltadas a fazer emergir grupos que foram subalternizados pelo mundo colonial.

Outro dado importante nesse breve levantamento das pesquisas já realizadas sobre o Quilombo da Picadinha é que grande parte não é da área da História. Por isso é urgente uma análise própria desta área, com o intuito de ampliar o conhecimento sobre a história e cultura desse quilombo (re)existente há 114 anos em território douradense. Dessa maneira, objetivou-se a construção de uma narrativa do local voltada para as festas, especialmente a partir do ponto de vista de seus participantes. Refletir sobre o Quilombo da Picadinha, por meio das celebrações, é estudar o cotidiano, a memória, bem como as relações sociais e culturais desta comunidade em suas metamorfoses até a contemporaneidade.

Assim sendo, a análise sobre o Quilombo da Picadinha, em meio à sua história de luta e resistência, deve ser pautada em concepções de abordagens que tragam à tona a experiência das minorias, que desconstrua a lógica da “racionalidade” europeia imposta e a violência aos diversos grupos subalternos, como os quilombolas. Em relação aos últimos, a razão europeia e escravocrata coisificou os humanos submetidos a esse regime, cujas marcas profundas foram e ainda estão presentes, por meio do racismo, da discriminação e do etnocentrismo.

Outras questões que merecem destaque na produção acadêmica sobre o Quilombo da Picadinha são a presença da oralidade como fonte de pesquisa, e o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento. Nesse sentido, para se construir uma análise sobre o Quilombo da Picadinha faz-se necessária uma abordagem inter/transdisciplinar, tendo a metodologia da História Oral como um recurso importante para a produção de dados que interessam a pesquisa.

A História Oral é um instrumento metodológico que mostra os diversos aspectos de

um determinado fato, e estes se revelam por meio de depoimentos e interlocuções, e as tomadas de decisões acompanhadas de dificuldades. Nas palavras de Ferreira²⁷ (2002), dificilmente os arquivos escritos “[...] deixam transparecer os meandros tortuosos dos processos decisórios” (FERREIRA, 2002, p. 321). Logo, é por meio da oralidade que se revelam os resquícios da história e os sentimentos atrelados a ela imersos entre as palavras. Para Meihy (1996), essa metodologia atua como uma “[...] percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado” (MEIHY, 1996, p. 10). Thompson (1992), por sua vez, analisa a História Oral como instrumento que “[...] devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao dar-lhes um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas” (THOMPSON, 1992, p. 337).

Sendo por excelência transdisciplinar, ela congrega diversos elementos de análise, tornando os depoimentos dos/as interlocutores/as em novos documentos, por meio da transmissão da memória concretizada pela escrita da história (SILVA, 2008). Já para Camargo (1994), “[...] a História Oral, no fundo, é um instrumento pós-moderno para se entender a realidade contemporânea. [...] Pós-moderno por sua elasticidade, por sua imprevisibilidade, por sua flexibilidade” (CAMARGO, 1994, p. 75-76).

Assim, a oralidade institui-se como elemento essencial na busca por informações, pois, além de enriquecer as análises, é feita a reflexão sobre a memória, importante elemento para a busca de informações sobre as temáticas que envolvem a luta dos grupos minoritários, imersos em processos conflituosos e submetidos a projetos de tentativa de esquecimento da própria história.

Posto isso, buscando compreender como é concebida, construída e vivenciada a memória coletiva da comunidade por meio das festas de São Sebastião e Santos Reis, bem como do quilombo por intermédio destas celebrações, foi produzido o estudo usando entrevistas com adultos moradores do quilombo. Em diversos momentos, a fim de solucionar as possíveis dúvidas e contatar pessoas que não poderiam estar presentes durante as gravações, utilizou-se o aplicativo WhatsApp, por se mostrar mais adequados no período de pandemia. O ambiente virtual tornou-se um recurso fundamental para a etapa de produção dos dados, pois a pandemia atravessou e alterou as relações com os interlocutores e interlocutoras que, no planejamento original, seriam realizadas presencialmente. Sendo assim,

[...] as entrevistas realizadas por pesquisadores constituem fontes importantes para o conhecimento e o entendimento da história e da memória dessas comunidades. As histórias contadas de geração em geração, assim como os modos de trabalhar

²⁷ http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf

ensinados entre os seus membros, as formas religiosas cultivadas socialmente. Além das brincadeiras, das festas e das danças, tem significado cultural valioso porque constituem elemento de união e identidade (PEREIRA; AMORIM; BATISTA, 2012, p. 58).

Para além da contribuição ao reconhecimento de sua história, esta investigação se justifica na perspectiva de inserir a temática da história do quilombo na educação básica, pois todos os estudos acadêmicos referentes a este tema encontram-se nos arquivos das universidades ou apresentados em revistas científicas que, excetuando as pessoas interessadas da área, permitem pouco acesso à população em geral, conhecimento que fica relegado a um grupo restrito. Apesar de disponíveis, inclusive na internet, aos indivíduos que possuem interesse em conhecer, as características próprias dos trabalhos científicos acabam por excluir leitores/as. Ou seja, quem irá ler são aqueles que circulam na academia, excluindo, entre outros, aqueles que estão na educação básica, que demandam um formato de leitura mais didático e de fácil acesso, especialmente professores e professoras que muito teriam a aprender por meio de novas pesquisas. Para além do campo universitário, não existem materiais didáticos voltados à história dos quilombos no MS, incluindo a Picadinha.

Vale frisar que existem livros didáticos sobre a história regional do MS, mas que ocultam temáticas como a história dos quilombos. Nesse sentido, nas produções direcionadas às escolas do MS predominam a história de cunho memorialista, que privilegia a antiga história política e não destaca as mudanças sociais, mantém a ordem estabelecida, ocultando a dominação e o conflito, da mesma maneira como a presença das minorias.

Partindo dessa premissa, pontua-se o episódio ocorrido em 2008, no qual o deputado federal Geraldo Resende requereu informações para o então Ministro de Estado da Cultura (MinC) Gilberto Passos Gil Moreira a respeito da “Certificação de Auto-reconhecimento da comunidade remanescente de Quilombo da terra localizada no Distrito de Picadinha, Município de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul” (BRASIL, 2008b). No recurso, o advogado José Tibiriçá garantiu que Dezidério, o fundador da Picadinha, adquiriu as terras por compra próximo a sua morte em 1935. Tal evidência foi apresentada pela narrativa presente no livro didático e memorialista do ano de 1983, *Aspectos Históricos do Povoamento e da Colonização do Estado do Mato Grosso do Sul*, de Lori Alice Gressler e Lauro Joppert Swensson. A fonte apresentada na sessão 108.1.53.0 da Câmara dos Deputados não comprova a alegação, mas é o suficiente para a cristalização do estigma sobre o direito territorial da Picadinha na luta pelo seu reconhecimento.

O processo de construção identitária é dinâmico e sujeito a constantes alterações, entretanto, no caso da historiografia do antigo MT, essa busca foi constituída por intelectuais

que, vinculados ao poder, forjaram uma memória estruturada em torno das classes dominantes. Estas tornaram-se referências para o olhar “estrangeiro”, uma vez que foram “civilizadoras do sertão”, “cultas” e “defensoras das fronteiras” (ZORZATO, 2000, p. 420). Pessoas e comunidades comuns não possuem espaço nesse tipo de historiografia, pois são tratadas de forma homogeneizada e tais aspectos permanecem enraizados em diversas obras de caráter memorialista sobre os estados de MT e MS.

Boa parte dessas publicações tornaram-se materiais didáticos, e são frequentemente utilizados até o presente na educação básica, dado o seu amplo acesso se comparado aos estudos científicos promovidos pelas universidades. O que está disponibilizada nas escolas é uma história elitista, de cunho memorialista e positivista, que serve aos propósitos daqueles que não desejam o pensamento e a atitude crítica dos seus cidadãos.

Sobre a História afro-brasileira, temáticas construídas sob a lógica da escravidão, do tráfico Atlântico são ainda bastante recorrentes e conhecidos. Segundo Gomes (2012), os estudos sobre a “[...] pós-abolição, o cotidiano e sociabilidades em áreas rurais [...]” são incipientes, relevando a cristalização do pensamento de ordem conservadora.

Já sabemos do pensamento das elites, dos parlamentares, dos higienistas e dos reformadores urbanos. E também das formas de controle, legislação, coerção e criminalização [...]. Mas não muito sobre vivências e expectativas de homens e mulheres comuns. Quem eram os pobres livres? Enfatizar permanências ou não mudança para os anos ou décadas que se seguiram à Abolição pode ser uma armadilha (GOMES, 2012, p. 391).

Na contramão da interpretação memorialista, com vistas à permanência e contrária às mudanças, existem os mais variados campos do conhecimento acadêmico, que procuram romper com a visão determinista deste tipo de narrativa. Nesse sentido, retoma-se a valorização da polifonia de vozes por meio da História Oral e da pluralidade da memória coletiva. Pontuando a historiografia acadêmica, em especial a História Social e Cultural, a memória social, coletiva se faz presente, deflagrando seus jogos de força. A memória ultrapassa o plano individual e uma vez que há a sua verbalização ou transcrição, esta torna-se coletiva, isto é, social. As memórias são construídas e determinadas por grupos sociais que determinam o que pode ou não ser memorável e qual lugar social ou geográfico em que esta será preservada (HALBWACHS, 2006, p. 48).

Memória e história, embora categorias diferentes, são por muitas vezes indissociáveis, e exercem um importante papel na construção da identidade. Estas fortalecem “[...] o sentimento de pertencimento e a continuidade temporal [...]”, além de “[...] manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um determinado grupo tem em comum [...]”

(PANDOLFI, 1995, p. 15).

Toda identidade é concebida e dada a ser por um meio da construção social e no âmbito intelectual por meio de elementos fornecidos pela “[...] história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso” (CASTELLS, 2008, p. 23). Assim, percebe-se a identidade como elemento catalisador de diversas fontes para os critérios de autodefinição, defesa e resistência sobre um determinado grupo social. Santos²⁸ (2018) contribui na perspectiva de que as identidades emergem como mecanismos de resistência às opressões, se afirmando no campo conflituoso das lutas e “[...] na transitoriedade histórica” (SANTOS, 2018, p. 325).

De modo geral, a identidade dos quilombos liga-se à questão territorial. Terra e identidade constituem um elo de difícil separação, e por meio deste que se pode refletir sobre o conceito de quilombo na contemporaneidade, e “[...] a terra, o terreiro, não significa apenas uma dimensão física [...]”, mas “[...] um espaço comum, ancestral [...]”, de registro histórico coletivo e individual (FILHO, 2020, p. 5).

Tais afirmações são cabíveis ao caso do Quilombo da Picadinha, que tem a festa de São Sebastião e Santos Reis como instrumento de identidade e afirmação da sua resistência em um campo conflituoso, marcado pela disputa do território. As festividades possuem “[...] o objetivo político e social de divulgar a cultura e reafirmar a identidade do grupo [...]”, logo “[...] as festas de santo nas comunidades negras rurais são formas de resistência quilombola na luta pelos seus direitos” (COSTA; SILVA, 2020, p. 53-54).

1.2. Histórico do Quilombo da Picadinha: da chegada de Dezipério Felipe de Oliveira à regulamentação da terra

A história do Quilombo da Picadinha é parte importante que constitui a trajetória do seu patriarca, Dezipério Felipe de Oliveira: nascido escravo em 1867 “debaixo de um pé de café”, na região de Uberaba, Minas Gerais (MG). Viveu 21 anos sob essa condição, até a promulgação da Lei Áurea, em 1888 (SANTOS, 2014, p. 136). Trabalhando como agricultor e peão nas fazendas, Dezipério foi contratado em 1898 por uma comitiva rumo à Vista Alegre (atual Maracaju-MS). Chegando nesta região houve um desentendimento entre Dezipério e o chefe da comitiva, fator que contribuiu para a estadia definitiva em terras mato-grossenses.

²⁸ http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Antologia_Boaventura_PT1.pdf

Com a libertação dos escravos, diversos ex-cativos saíram dos seus locais de origem e migraram para diversas regiões do Brasil. Um desses casos é o de Dezipério, que sempre trabalhou como agricultor e peão nas fazendas (SANTOS, 2010, p. 137-138).

Após um certo tempo, Dezipério conheceu a família Braga, também proveniente da região de Uberaba. A partir de então, iniciou-se uma relação de amizade e compadrio, concretizada por meio das escolhas para padrinho de batizados dos filhos e dos matrimônios entre ambas as famílias. Segundo Santos (2010), por meio dos Braga, Dezipério conheceu Maria Cândida Baptista da Silva (filha de ex-escrava com índio terena, pertencente à família Silva), com quem se casou. Para Mattos (2012), tais conexões se constituíam em uma possível estratégia de sobrevivência à conquista, através da construção de laços sociais, configurado em uma rede de apoio e proteção (MATTOS, 2012, p. 173).

[...] a família como linhagem, os nomes próprios que se repetem em cada geração ou se transformam em sobrenomes, a parentela como referência de pertencimento à comunidade, práticas comuns às antigas comunidades de senzala do Brasil oitocentista, apresentam-se como regularidades em muitos dos grupos identificados. (MATTOS, 2006, p. 108).

Por meio das relações sociais com os Braga e os Silva, Dezipério conseguiu trabalho em uma fazenda de Maracaju, onde morou com Maria Baptista e tiveram os primeiros filhos: Benvinda Cândida de Oliveira (04/10/1900), Thomaz Felipe de Oliveira (17/01/1902), Madalena Cândida de Oliveira (01/09/1905) e Miguel Felipe de Oliveira (01/09/1907) (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p. 179). Após o nascimento de Miguel Felipe, com a finalidade de possuir um pedaço de terra para morar e cuidar da família, naquele mesmo ano, Dezipério mudou-se de “[...] Vista Alegre para a cabeceira do córrego São Domingos, próxima à picada, apelidada na época de Picada Romualdo” (SANTOS, 2010, p. 142).

Estando naquele espaço, entre os anos de 1908 a 1926, nasceram os demais filhos: Elísia Cândida de Oliveira (13/08/1908), Felipe de Oliveira (16/02/1909), Maximiana Cândida de Oliveira (15/01/1910), Alfredo Felipe de Oliveira (07/02/1912), Antônio Felipe de Oliveira (07/07/1912), Benedito Felipe de Oliveira (12/06/1913), Cândida Batista de Oliveira (06/01/1919) e João Rosa de Oliveira (30/08/1926) (SANTOS, 2010, p. 184-185). A partir do nascimento de João Rosa, a família (nuclear) contava com o total de 18 pessoas. Dessa maneira, a fim de sustentar a família, o patriarca criou gado, teve roça e plantação de ervais, aos quais levava para Campo Grande e trocava por sal, querosene e tecido (SANTOS, 2010, p. 183).

Dezipério e sua família são membros que ajudaram a construir a cidade de Dourados-MS, porém não são mencionados na chamada “história oficial”. Como modo de corroborar esta

questão, recorre-se à Carlos Santos (2010) que, por meio de entrevistas efetuadas com os descendentes do casal fundador, descobriu que além de trabalhar em suas terras, o patriarca do quilombo plantou café para Marcelino José Pires (considerado o membro importante no início da construção da cidade). Para percorrer o trajeto de cerca de 22 km, Dezidério e seus filhos mais velhos iam a cavalo pela manhã e retornavam à tarde para a Picadinha (SANTOS, 2010, p. 183).

Outra informação que merece ser apontada é a participação de Dezidério frente às rebeliões de 1924²⁹ e 1932. Sobre a primeira, por lutar ao lado do governo republicano, recebeu dos militares uma espada como forma de condecoração, que atualmente se encontra com os seus descendentes. A segunda, por sua vez, diz respeito à Revolta contra Vargas. No caso de MT, o interventor de Cuiabá (a capital do estado) esteve ao lado do Presidente. No sul deste estado, criou-se durante os três meses do conflito uma espécie de governo paralelo, intitulado “estado de Maracajú”. Sobre esta revolta, Dezidério teve ativa participação, lutando ao lado dos rebeldes. Passado o conflito, este retornou aos seus afazeres em suas terras, onde, segundo o autor, “[...] ele tinha a posse mansa e pacífica [...]”, nunca incomodado diretamente pela Companhia Mate Laranjeira, principal empresa extrativista dos ervaais do sul de Mato Grosso (SANTOS, 2010, p. 189-190).

A ocupação de um determinado território com vistas a estabelecer a moradia, tirar o sustento, tornando-a elemento de herança aos seus descendentes, tornou-se objetivo de vida de muitos libertos, e por meio dessa “[...] prática de transmissão do legado material [...]”, permite-se “[...] perceber as relações de solidariedade entre parentes e conhecidos” (MATTOS, 2012, p. 165).

Dezidério tomou conhecimento da existência de terras devolutas na referida região por meio da irmandade da qual era membro. A região de Maracaju foi o espaço geográfico e social da rede de irmandade entre ex-cativos oriundos de MG. O patriarca da comunidade negra rural da Picadinha “[...] conheceu e cultivou relações sociais com várias famílias de negros escravos”, em função da “[...] dinâmica do trabalho com gado em fazendas” (SANTOS, 2010, p. 357).

As irmandades eram instituições de origem europeia voltadas à catequese católica das quais somente brancos poderiam participar. Com vistas a compor um mecanismo de identidade e solidariedade comunitária, os afro-brasileiros criaram as suas próprias associações, com o intuito de preservar as suas culturas, cultuar os seus santos (em especial os negros, como Santo

²⁹ A Revolução Tenentista em 1924, foi iniciada em São Paulo e logo espalhou-se para outros cantos do país, como o então estado de Mato Grosso, que tinha por objetivo a derrubada do presidente Artur Bernardes.

Elesbão, Santa Efigênia e São Benedito). Segundo Cruz³⁰ (2007), através destas instituições estes grupos fundavam as suas próprias igrejas e promoviam o culto aos santos de “sua cor” (CRUZ³¹, 2007, p. 4). Além disso, aplicavam-se outros critérios para a escolha do padroeiro, como a sua origem, os obstáculos enfrentados e o incentivo dado pelos missionários religiosos a devoção aos santos negros aos escravos e seus descendentes (CRUZ³², 2007, p. 4; MATTOS, 2012, p. 164).

Para Mattos (2012, p. 165), “[...] as irmandades compostas por negros, escravos e libertos eram de grande importância social para a manutenção das relações de solidariedade entre seus membros e para a tentativa de amenizar as agruras do sistema escravista”. Em suma, “[...] nesses locais eram-lhes facilitados os contatos com os seus companheiros de cor e condição social [...]”, sendo os libertos “[...] por uma questão de sobrevivência [...]”, detentores de “[...] uma extensa relação com parentes” (MATTOS, 2012, p. 165). As terras devolutas da cabeceira do córrego São Domingos ficavam a cerca de 22 km do centro de Dourados, e a posse desse espaço significava a possibilidade de sair de um modelo marcado pela hierarquia e exploração fundamentado na escravidão (SANTOS, 2010, p. 142) e a existência dessas terras na região do MS era real.

Porém, ocupar essas terras e legitimá-las era um entrave. Com a Lei de Terras de 1850, o acesso à terra era garantido aos grandes latifundiários por meio da compra e a ocupação por meio dos estrangeiros e libertos era negada. Assim, ao adentrarem para ocupar um espaço de interesse dos latifundiários, Dezidério e sua família enfrentaram diversos entraves. Segundo Saruwatari (2014), em 1920 iniciaram-se as ações para regularizar e adquirir a posse definitiva da terra. Em 1924, Dezidério conseguiu o título provisório do espaço ocupado, que era em torno de 500 hectares (ha), mas que segundo a medição feita passou para 3.748 ha. Em 1935, Dezidério faleceu não tendo em mãos a titulação definitiva dessas terras. Três anos após a morte do patriarca, Waldomiro de Souza, o engenheiro que fez a delimitação das terras “[...] alegou que a viúva e sua família haviam contraído uma dívida com ele, e a mesma deveria ser quitada em terras. Logo que saiu a titulação definitiva das terras, o engenheiro cuidou para que fosse realizado o inventário delas” (SARUWATARI, 2014, p. 47-75).

Ademais, Santos (2014) explica que mediante o pagamento feito a Waldomiro, este tomou posse de cerca de 3.148 ha, enquanto a viúva e os filhos ficaram com o equivalente a 600 ha. Nesse sentido, o referido engenheiro passou a vender as terras a outras famílias não

³⁰ <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1525>

³¹ <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1525>

³² <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1525>

pertencentes aos Oliveira, provocando a migração de parte da família de Dezydério, pois não havia lugar para todos (SANTOS, 2014, p. 77-79). Conforme os relatos dos remanescentes do Quilombo, até o ano de 2010 moravam cerca de 15 famílias no Quilombo, em um espaço de 40 ha, o equivalente a 1,07 % do tamanho original (SANTOS, 2010, p. 243).

Diante disso, boa parte dos descendentes de Dezydério e Maria Cândida residem na periferia de Dourados, em especial no bairro Jardim Flórida, lugar onde em 2007 o prefeito da cidade, Laerte Tetila, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), realizou “[...] o lançamento do busto de Dezydério Felipe de Oliveira no Parque Antenor Martins [...]”, tal qual nomeou uma rua com o nome do patriarca (SANTOS, 2010, p. 243-245).

Mesmo com a perda quase que total do território, o conflito em torno da terra da Picadinha não se encerrou. A comunidade foi oficialmente reconhecida pela FCP em 2005³³, porém continuou hostilizada e ameaçada. Um dos exemplos é do ano de 2007, em que o então deputado Geraldo Resende, em concordância com os latifundiários da região fez o seguinte pronunciamento:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, [...] há alguns meses fui procurado por um grupo de pequenos produtores de uma área conhecida como Picadinha, no Município de Dourados, gente trabalhadora que conquistou com esforço e muito suor tudo que tem na vida, gente que transformou aquele pedaço de terra em um dos mais produtivos da região, gente que tem identidade e vocação para cultivar a terra e tirar dela o que de melhor ela pode oferecer como alimento, para crescer e para trazer desenvolvimento. Pois bem, senhoras e senhores, essa gente de quem falo há meses não consegue dormir em paz porque tem sobre suas cabeças a espada da transformação de suas terras em um território reconhecido pelo INCRA como Quilombola. [...] Lá em Dourados, na Comunidade Picadinha, qualquer pesquisador competente será capaz de encontrar o fio da meada que conduz à origem daquela área: uma família de trabalhadores mineiros, que, como tantos outros daquele Estado, vieram para o então Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, em busca de terras produtivas e de uma vida melhor. A família, liderada pelo Sr. Dezydério Felipe de Oliveira, adquiriu terras de forma legal, comprando a área do Estado, como é possível comprovar com farta documentação, constante do processo. Não há nesse procedimento de aquisição de terras nada que justifique a reivindicação daquela área como remanescente de Quilombos. Com o passar dos tempos, a área em questão foi dividida pela própria família do Sr. Dezydério Felipe de Oliveira em outras áreas menores, distribuídas entre seus filhos e familiares. Muitas dessas pessoas, por não terem vocação para lidar com a terra, terminaram por vender suas propriedades de forma legal para outras famílias mais afeitas ao cultivo e à produção rural. Não há registro de que a ocupação daquele território se tenha feito a partir do refúgio ou da resistência ao sistema escravagista [...]. (BRASIL, 2007).

Discursos como o transcrito acima estão cristalizados até o tempo presente. Uma vez que o poder público e demais setores sociais não reconhecem a legitimidade desse quilombo. Sobre isso, Santos (2010) expõe que em 1953, com a criação de Itaporã-MS, “[...] 70% das antigas terras de Dezydério foi inserida neste município”. Já em 1958, promulgou-se o Distrito

³³ Ano de fundação da Associação Rural Quilombola Dezydério Felipe de Oliveira (ARQUEDEZ).

da Picadinha, pelo governador do MT, Ponce de Arruda. Dessa maneira, ao longo das décadas de 1950 e 1960,

11 imóveis foram vendidos pelo Estado de Mato Grosso em Dourados com área que variava de 411 ha a 7.375 ha, totalizando 15.609 hectares de terras. Ao todo 11 pessoas se beneficiaram. De 1901 a 1963, foram vendidos um total de 232.857 hectares de terra em Dourados para 49 pessoas. A maioria dessas pessoas beneficiadas com a compra de terras, segundo a relação do INCRA, é de famílias tradicionais da cidade de Dourados (GRESSLER apud SANTOS, 2010, p. 222).

Nesse prisma, compreende-se que o discurso efetuado pelo então Deputado é aliado aos grupos sociais que adquiriram essas terras e não desejam perdê-las. Sobre isso, os estudos recentes demonstram que desde o reconhecimento das “terras de preto” e/ou de “remanescentes” quilombolas tem sido alvo “[...] de polêmica na mídia e têm envolvido várias esferas de poder como o Estado e a Academia que buscam as origens dessas comunidades e questionam se elas realmente têm direitos sobre a terra” (MORAES; SILVA, 2008, p. 2). Mediante a intempéries dessa natureza, criou-se uma memória coletiva de caráter depreciativo nas regiões como a Picadinha, e de quem pleiteia a posse dessas terras. O silenciamento de memórias promovido pelos discursos deslegitimadores, bem como a prática do Estado brasileiro em negligenciar as

[...] demandas territoriais tradicionais quilombolas em razão da expansão do agronegócio, das hidrelétricas, hidrovias e mineração. Os quilombos de hoje estão ameaçados por fazendeiros e grandes empreiteiras. Isso porque eles tocam em uma questão que é crítica no Brasil: a divisão da terra. (COSTA; SILVA, 2020, p. 48).

Em relação à comunidade da Picadinha, no ano de 2009 houve uma manifestação por parte dos produtores rurais e moradores residentes próximos à Picadinha contra a visita dos agentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para apurar “[...] a demarcação das terras [...]” reivindicadas pela comunidade quilombola. O confronto ganhou tamanha proporção que houve a necessidade de intervenção da Polícia Federal (SARUWATARI, 2014, p. 77).

O mesmo evento foi retomado em notícia veiculada pelo site jornalístico Dourados Agora em 2011, ao apurar a retomada dos “[...] estudos antropológicos para demarcação da Comunidade Quilombola [...]” e a derrubada da liminar que barrava “[...] os estudos numa fazenda, daquela localidade [...]” sob o parecer do Ministério Público Federal (MPF) (QUILOMBOS..., 2011). Sob o título *Quilombos voltam a ameaçar Distrito da Picadinha*, descreveu-se brevemente o histórico do Quilombo, com a chegada de Dezidério ao mesmo tempo em que tentaram evidenciar que o Tribunal Regional Federal (TRF) desconsiderou

os argumentos do MPF:

[...] de que não existe qualquer laudo que comprove que os remanescentes de Quilombos não ocuparam historicamente a área. Ao contrário (*de*) um relatório antropológico de 2007 *afirmando* que o território compreende a área que foi de um ex-escravo, Dezidério Felipe de Oliveira. O estudo afirma que houve esbulho nas terras (retirada dos ocupantes contra a vontade) (QUILOMBOS..., 2011, grifo do autor).

Em 2015, o INCRA reconheceu e declarou o território da Picadinha como quilombola. Segundo o site da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO), a área correspondente à “[...] 3.538,6215 hectares, localizada no município de Dourados [...]” é terra “[...] remanescente de comunidades quilombolas”, e que “[...] do total reconhecido, 1.696,5738 hectares são correspondentes a área de ocupação atual de terras da Comunidade Remanescente de Dezidério Felipe de Oliveira, localizado no Distrito de Picadinha [...]” (SEMAGRO³⁴, 2015). Isso entra em consonância ao que Xavier Filho (2020) afirma em seu estudo acerca sobre os quilombos, de que muitos estão “[...] incorporados às áreas urbanas das cidades [...]”, e que essas “[...] comunidades tradicionais caracterizam-se por apresentar diferentes níveis de inserção social” (XAVIER FILHO, 2020, p. 5).

Antes disso, novamente o site Dourados Agora publicou em 2014, sob o título *Portaria declara terra na Picadinha como Quilombola*³⁵, uma notícia a respeito da titulação ao mesmo tempo que declara as “dificuldades” que podem travar a titulação definitiva: a portaria de reconhecimento “[...] ainda é apenas uma etapa no caminho. São várias as situações que podem vir a seguir, mas todas elas culminam na demarcação física do local, o que leva à outorga do título e, finalmente, registro em cartório (PORTARIA..., 2014).

Diante do exposto, percebe-se que existem diversas formas de desqualificação do local por parte de setores sociais que possuem interesse nessas terras. Nesse sentido, o Quilombo Dezidério Felipe de Oliveira possui uma imagem menosprezada que é veiculada pela imprensa local e que acaba sendo acompanhada pela população. Os noticiários descrevem os “negros da Picadinha” como usurpadores da terra ou como aproveitadores, a exemplo do fragmento da notícia abaixo:

Quem são os habitantes das terras da Picadinha? Quem conhece da história local sabe que as terras do Distrito da Picadinha sempre foram habitadas por pessoas oriundas do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, e deste Estado. Do dia 31 de março de 2005 para cá é que as terras da Picadinha também passaram a ser habitadas por

³⁴ <http://www.semagro.ms.gov.br/em-dourados-incra-reconhece-territorio-de-comunidade-Quilombola/>

³⁵ <https://www.douradosagora.com.br/brasil-mundo/rural/portaria-declara-terra-na-Picadinha-como-quilombola>

descendentes de escravo. E por que isso? Porque seis (06) indivíduos daquele lugar, de nome Desidério, Irinilda, Norvino, Plínio, Ramão e Sônia, se auto-reconheceram descendentes de escravo [...] . Mas, quem é o escravo no caso? Dezydério Felipe de Oliveira! Mas, quem foi Dezydério Felipe de Oliveira? Um indivíduo oriundo das Minas Gerais. Que se estabeleceu na Picadinha nos idos de 1923 [...] Desidério Felipe de Oliveira foi considerado escravo por mera declaração de seus descendentes. Logo, as terras que ele possuiu na Picadinha são consideradas de ocupação de escravo. Acredite: após décadas as pessoas que recentemente se auto declararam remanescentes de escravo vem reivindicar “direito” sobre as terras que foram de propriedade de Desidério Felipe de Oliveira na Picadinha. Dá para acreditar em um negócio desses? Dá para aceitar uma condição dessas? Daí porque a intervenção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) nas terras da Picadinha. Assim foi como se instalou o problema Quilombola para aqueles habitantes e legítimos proprietários das terras da Picadinha. (COSTA, 2009).

Sempre se utilizando do discurso de que eles não são uma comunidade quilombola, veículos de informação como o jornal acima, subservientes ao mandatário latifundiário disseminam esse imaginário estereotipado, que conduz ao não reconhecimento do direito ao território que ocupam. O único quilombo existente nessa região é alvo de comentários que procuram desqualificar e não reconhecer o direito dessas pessoas à ocupação deste espaço, a fim de não contribuir para o conhecimento da sua existência e legitimação.

O jornal é um intermediário entre a sociedade e os fatos produzidos por ela mesma, sendo uma espécie de autoridade simbólica de grande observador ou testemunha do mundo, especialmente do lugar social ao qual está inserido. Assim, sendo a imprensa um instrumento de intervenção da vida social, também é objeto de interesses, uma criação social permeada de intencionalidades.

Em relação à escolha desse tipo fonte em estudos científicos, Capelato e Prado (1980, p. 19) defendem que

[...] justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero veículo neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.

No caso de Dourados, os jornais locais constituem-se em importantes fontes para a compreensão do papel da imprensa na veiculação e formação de opinião da sociedade civil sobre o assunto em tela. Tais fontes se fazem presentes neste trabalho, pois são de grande relevância para a pesquisa que preze pela elaboração de uma historiografia e memória problematizadora sobre diversos temas, como o Quilombo da Picadinha. Em suma, por meio da análise dos jornais, aquele indivíduo que pesquisa consegue analisar os discursos, bem como desvendar o jogo de interesses da sociedade no qual o tema está imerso.

No que diz respeito aos materiais didáticos sobre a História regional de Dourados disponíveis nas escolas, estes não citam essa região como Quilombo, embora a sua fundação

seja mais antiga que a do próprio município, que foi elevada à categoria de município em 1935. O debate contemporâneo sobre as comunidades negras rurais é essencial, pois estão em jogo “[...] lutas seculares pela terra, tradições de uso e manejo dela, direitos constitucionais, reconhecimento do passado, formas de políticas públicas afirmativas e de reparação histórica”. Não há espaço para “certezas” ou “verdades, absolutas e definitivas”, como são comumente apresentados pelo senso comum (GOMES, 2012, p. 392).

Nesse sentido, sabe-se que os projetos de apagamentos históricos e negacionismos não são recentes, porém, em diversos contextos, como o da contemporaneidade, discursos depreciativos sobre os grupos sociais minoritários tem se tornado cada vez mais fortes com a finalidade de transformar as vítimas em réus de um crime não cometido. Por consequência, faz-se necessário o rompimento de toda e qualquer perspectiva que prive os direitos dos cidadãos, especialmente, aqueles assolados pela injustiça histórica e política.

2. CAPÍTULO II – AS POLÍTICAS PÚBLICAS PATRIMONIAIS E O PATRIMÔNIO IMATERIAL AFRO-BRASILEIRO

2.1. Da criação da UNESCO ao Programa Nacional do Patrimônio Imaterial brasileiro

Em termos etimológicos, a palavra patrimônio origina-se do latim *patrimonium*, que advém da palavra *pater*, *patriarca*, que em geral significam “pai” (PATRIMÔNIO³⁶..., 2022). De acordo com o dicionário *on-line* Michaelis de Língua Portuguesa, o verbete *patrimônio* possui como significados:

[...] herança paterna, bens de família, em tempos passados, bens necessários à ordenação e sustentação de um eclesiástico. Quaisquer bens materiais ou morais, pertencentes a uma pessoa, instituição ou coletividade. Patrimônio nacional: todos os bens do domínio da União ou próprios nacionais: bens imóveis, material bélico, terrenos e acrescidos de marinha e outros. Patrimônio líquido: diferença entre a soma de todos os bens e direitos de pessoa física ou jurídica e suas obrigações. Patrimônio bruto: conjunto de bens, direitos e obrigações de pessoa física ou jurídica sem deduções (PATRIMÔNIO³⁷..., 2021).

As definições acima expõem que o termo patrimônio ainda é visto notadamente como herança, legado ou imposição de um pai sobre os seus. Além disso, a expressão masculina é também observada como retentora de bens materiais, voltadas ao capital ou objeto de herança familiar. Nessa perspectiva reducionista, o conceito “universal” ainda não apresenta uma maior percepção sobre o que se pode entender por patrimônio, uma vez que o termo na atualidade se desdobra em questões tangíveis e intangíveis.

Na contramão das definições apresentadas, as concepções contemporâneas acerca da compreensão da noção de patrimônio advêm das perspectivas acadêmicas, a exemplo de Nogueira (2008), que aponta este conceito como “[...] um permanente processo de produção de referenciais identitários de grupos, indivíduos, classes, etnias etc., e não mais somente de legitimação do Estado e memória nacionais” (NOGUEIRA, 2008, p. 235). Guimarães (2012), por sua vez, defende que as reflexões acerca dos patrimônios devem levar em consideração “[...] as situações históricas de sua emergência — dos discursos e narrativas acerca do Patrimônio — como forma de compreender a patrimonialização do passado” (GUIMARÃES, 2012, p. 97).

Mediante a promoção dos diversos debates em prol da defesa e da inclusão de grupos sociais populares, como indígenas e afro-brasileiros, essa definição deve(ria) aglutinar e apresentar, de forma efetiva e não subordinada, as temáticas de ordens imateriais e culturais

³⁶ <https://www.dicionarioetimologico.com.br/patrimonio/>

³⁷ <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=3wPaw>

promovidas por esses grupos. Diante disso, destaca-se que para compreender esse conceito de modo amplificado, é necessária a promoção da sua pesquisa de forma minuciosa, de forma que considere as suas metamorfoses, ocorridas de acordo com cada contexto político e social.

Desse modo, na tentativa de entender em que medida as políticas públicas patrimoniais contribuem para a valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro e afro-diaspórico, como as festas de santos do Quilombo da Picadinha (São Sebastião e Santos Reis), apresenta-se no decorrer deste texto primeiramente o conceito de patrimônio em meio às suas transformações ao longo dos anos. Para isso, evidenciam-se as suas mudanças intelectivas que vão desde a definição e apreciação dos “monumentos de cal e pedra” da classe dominante nos anos de 1930, à inserção dos bens imateriais, nos anos 2000 (CORÁ³⁸, 2014, p. 3-5). Na segunda parte, por seu turno, elucida-se especialmente a valorização dos bens culturais a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, os projetos de identificação e valorização dos patrimônios imateriais, bem como da cultura afro-brasileira e africana como importantes componentes formadores da cultura brasileira. Em continuidade a isso, expõe-se brevemente a trajetória dos bens patrimoniais do MS, entre a materialidade, a imaterialidade e o esquecimento reinante sobre os de natureza afro-brasileira.

Como forma de balizar e contextualizar essas mudanças conceituais, identifica-se a trajetória das legislações prescritas em relação às questões patrimoniais, uma vez que por meio destas validaram-se novas perspectivas jurídicas. Nesse sentido, no transcorrer deste capítulo aponta-se não somente as políticas culturais globais (leia-se, UNESCO), como também as iniciativas do Estado brasileiro à salvaguarda patrimonial, que vão desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 13 de janeiro de 1937, à implantação do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) nos anos 2000, pelo Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN).

Em âmbito global algumas dessas intervenções em prol da definição, catalogação e proteção dos bens patrimoniais, realizaram-se após a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1945, com o objetivo principal de salvaguardar a “[...] paz por meio da cooperação intelectual entre as nações [...]” (BRASIL³⁹, 2018).

As discussões em torno da ampliação do conceito de patrimônio, e das ações que visem à sua preservação de forma segura, vêm sendo discutidas desde a metade do século XX.

³⁸ <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121497>

³⁹ <http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20747-unesco>

Inicialmente, naquele contexto após a Segunda Guerra Mundial, verificou-se a necessidade de assegurar a preservação e valorização de bens patrimoniais de diversas naturezas e suas especificidades. Conforme Veronez (2016) e Chuva (2020), a partir de então, o referido conceito passou por vários processos e pesquisas movidas por profissionais como antropólogos, cientistas sociais e historiadores, que levaram à sua extensão e ressemantização, congregando, assim, uma gama variada de noções, concepções e análises que vão além de bens materiais puramente concretos (CHUVA, 2020; VERONEZ, 2016).

A interpretação pacifista do pós-guerra ampliou-se em diversas esferas, que iam desde a manutenção da paz às questões relacionadas à ciência e ao patrimônio. Em relação a este último, também por meio do auxílio dos Estados-Nacionais, esta entidade articulou e impulsionou a garantia de sua defesa usando instituições criadoras de programas e projetos que visavam a “[...] preservação do Patrimônio histórico de nações que necessitavam de força externa” (QUEIROZ, 2020, p. 14). Tais preocupações permearam as ações da UNESCO, entidade nascida no contexto traumático do fim da Segunda Guerra Mundial. Segundo Stanca-Mustea (2015), mediante os bombardeamentos atômicos empreendidos pelos Estados Unidos contra as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, verificou-se a “[...] necessidade de que a organização tratasse também de questões associadas à ciência, para que se evitasse que um evento como esse voltasse a ocorrer” (STANCA-MUSTEA, 2015).

Para além da ciência, tais preocupações voltaram-se às questões relacionadas aos bens culturais, como os patrimônios, também assolados pelas atrocidades das guerras anteriores. Dessa maneira, conforme o artigo C da 1ª Constituição da UNESCO visou por “[...] manter, expandir e difundir o conhecimento [...]” de modo a garantir “[...] a conservação e a proteção do legado mundial de livros, obras de arte e monumentos de história e de ciência, recomendando as convenções internacionais necessárias às nações envolvidas” (UNESCO, 2002).

Ainda sobre o patrimônio, segundo Queiroz (2020), houve a elaboração de uma série de

[...] normas destinadas à preservação, promoção e proteção dos bens necessários ao desenvolvimento da qualidade de vida e para a construção de uma sociedade internacional que respeitasse as múltiplas manifestações da cultura e o Patrimônio cultural, objeto de tantas barbáries no decorrer das duas grandes guerras mundiais (QUEIROZ, 2020, p. 14).

Historicamente, no Brasil um importante marco para a extensão do conceito de patrimônio efetuou-se antes da criação da UNESCO, com a criação do SPHAN em 1937. Segundo o site do Instituto, o autor do projeto, Mario de Andrade, foi um dos que valorizou a cultura como patrimônio (IPHAN). De acordo com Queiroz, essa proposta foi encaminhada em 1936 e estava conexa entre o que atualmente é designado como Patrimônio Cultural Imaterial

(PCI) (QUEIROZ, 2020, p. 17). Na esteira daquelas perspectivas, a primeira lei brasileira voltada à questão patrimonial instituiu-se na chamada “Era Vargas”, por meio do Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, voltado à organização e proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Art. 1º Constitue o Patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

O Decreto-Lei n.º 25/1937 trouxe a discussão sobre a proteção e valorização dos bens físicos de “interesse nacional”, ao mesmo tempo que apresentou certa abertura para o alargamento do conceito de patrimônio. Dessa forma, segundo Queiroz (2020), evidenciou-se o destaque atribuído aos bens móveis e imóveis, e apresentou-se a importância das documentações audiovisuais e etnográficas como instrumentos para a construção e compreensão do seu conceito (QUEIROZ, 2020, p. 17).

Essa concepção, de caráter conservador e mantenedor do ditame estabelecido por um Estado positivista (anos de 1930 a 1960), validava somente os bens materiais, elitistas e de ordem eurocêntrica, a exemplo dos “monumentos de cal e pedra” da classe branca dominante (CORÁ⁴⁰, 2014, p. 3). A percepção de patrimônio estava, assim, fundamentada na ideia da valorização intrínseca aos bens identificados pela estética de origem europeia, como, por exemplo a arquitetura colonial mineira, de estilo barroco, que como o tombamento promovido pelo SPHAN, tornou-se a primeira referência da imagem patrimonial brasileira.

De acordo com Chuva (2009), essas iniciativas baseavam-se nos valores atribuídos pela época, cuja perspectiva voltavam-se à inclusão da produção da arte brasileira na história da arte “universal”, de matriz eurocêntrica e ocidental. Fonseca (2009b), por sua vez, em suas pesquisas sobre os aspectos culturais do patrimônio brasileiro, aponta que durante muito tempo estes foram forjados pelas elites econômicas, políticas e culturais, reduzindo-se especificamente à proteção e valorização dos bens materiais da tradição europeia.

Nessa conjuntura de valorização da produção estética do “velho mundo”, relegou-se os valores artísticos, culturais e patrimoniais dos grupos identitários da sociedade brasileira, como indígenas e afro-americanos. Segundo Lima (2020), como resquícios das teorias raciais do século XIX, os negros submetidos às supostas hierarquias sociais não eram considerados “[...] representantes de uma matriz cultural, o que significava, sob esse prisma, que não haviam deixado qualquer legado cultural e civilizatório a ser valorizado positivamente” (LIMA, 2020,

⁴⁰ <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121497>

p. 44). Por conseguinte, no século XX, as políticas patrimoniais brasileiras seguiram sob essa lente de segregação racial, ao não evidenciar a contribuição dos povos originários e dos negros para a cultura brasileira.

No plano político, com o fim da Segunda Guerra Mundial e da Era Vargas no Brasil, novas transformações de cunho político surgiram no interior do SPHAN, que teve a sua nomenclatura alterada para Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), que mais tarde tornou-se IPHAN⁴¹ (REZENDE⁴² et al., 2015). Suas funções orientadas por meio do Decreto-Lei nº. 8.534, de 2 de janeiro de 1946, voltaram-se a “[...] inventariar, classificar, tombare e conservar monumentos, obras, documentos e objetos de valor histórico e artístico existentes no país” (BRASIL, 1946a). De acordo com o Decreto-Lei n.º 20.303, de 2 de janeiro de 1946, a seção de História em plena consonância às atribuições acima, tinha por objetivo atuar no “[...] inventário continuado dos textos manuscritos ou impressos, de valor histórico ou artístico”, como também no tombamento dos manuscritos e “[...] documentação iconográfica que constituem fontes diretas ou subsidiárias para o estudo da história da arte no Brasil” (BRASIL, 1946b).

Conforme comentado anteriormente, nesta mesma época surgiu na esfera internacional a UNESCO. Naquele contexto, esta organização impeliu uma série de políticas públicas que incentivaram a documentação e preservação das tradições que poderiam estar em “[...] em vias de desaparecimento” (QUEIROZ, 2020, p. 17). Dentro desse panorama, o Brasil seguiu com o incentivo de proteção e valorização ao patrimônio nacional sob a ótica que revelava a importância ofertada especialmente aos bens materiais, como monumentos e documentos escritos, excluindo-se deste processo os de caráter imaterial e popular, como as heranças de natureza indígena, africana e afro-brasileiras.

Segundo Lima (2020, p. 44) a carência das referências de matriz afro-americana e indígena se relevava pela “[...] suposta ausência de testemunhos materiais dessas populações [...]”, evidenciando-se, assim, a relevância dada aos bens materiais de caráter eurocêntrico e elitista, perspectiva essa que perdurou em boa parte da trajetória da política de preservação brasileira.

No contexto internacional, no ano de 1972, de outubro a novembro na UNESCO, em Paris, ocorreu a Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Conhecida também

⁴¹ Em 1970, por meio do Decreto n.º 66.967, de 27 de julho, mediante algumas reorganizações do MEC, o DPHAN passou a nomear-se IPHAN, nomenclatura cristalizada até o tempo presente (REZENDE et al., 2015).

⁴² <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/55/instituto-do-patrimonio-historico-e-artistico-nacional-iphan-1970-1979-e-1994>

como a Recomendação de Paris, a conferência discutiu e delimitou as noções a respeito do patrimônio cultural e natural. Como resultado do encontro ratificou-se o Decreto n.º 80.978, em 12 de dezembro daquele ano, que definiu como patrimônio cultural os monumentos, conjuntos, locais de interesse. Sobre cada um desses, o artigo 1.º compreende como

[...] **monumentos**. – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

[...] **conjuntos**. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

[...] **locais de interesse**. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO⁴³, 1972, grifo nosso).

Em sua parte introdutória, o mesmo decreto expôs que as preocupações voltadas aos pontos acima baseavam-se nas possíveis ameaças de destruição por motivos “tradicionais de degradação” ou “[...] pela evolução da vida social e econômica que as agrava [...]”; e por isso a sua preservação era de “excepcional interesse” (UNESCO⁴⁴, 1972). Dessa maneira, apesar do cuidado para com os bens naturais e culturais da humanidade, seguiu-se com a mesma perspectiva que evidenciou a preocupação apenas com os acervos materiais, não pautando a discussão sobre as questões imateriais.

Em síntese, em conjunto com os países-membros que trouxeram as experiências de diversas regiões, a UNESCO elaborou quatro documentos que sintetizaram e patentearam as ações para a salvaguarda do patrimônio imaterial entre os séculos XX e XXI: *Recomendação sobre Salvaguarda da Cultura Popular e Tradicional* (1989), *Programa Tesouros Humanos Vivos* (1993), *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural* (2002) e a *Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* (2003) (VIANNA, 2016). Em relação a este último, configura-se como prescrição contemporânea às noções de patrimônio imaterial. Conforme o artigo 2, item 2:

O “patrimônio cultural imaterial” [...] se manifesta em particular nos seguintes campos:

- a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
- b) expressões artísticas;
- c) práticas sociais, rituais e atos festivos;
- d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;

⁴³ <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

⁴⁴ <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

e) técnicas artesanais tradicionais (UNESCO⁴⁵, 2003).

“Atuando na defesa de uma educação de qualidade para todos [...]” e no impulso ao “desenvolvimento humano e social”, a representação da UNESCO no Brasil foi constituída em junho de 1964, sob a égide do governo civil-militar e o seu escritório com sede na capital federal instituiu as suas ações em 1972 (BRASIL⁴⁶, 2018). Ao longo da segunda metade da década seguinte, este país avançou na luta ao retorno à democracia. Com o fim da ditadura militar, os direitos das minorias, como mulheres, indígenas e quilombolas tomaram importante espaço nas agendas dos movimentos sociais e, por conseguinte, das discussões políticas.

Na contramão das perspectivas assinaladas pela instituição acima, que enobrecia os valores culturais e imateriais populares, o Brasil, imerso nas ditaduras das décadas de 1930 e aquela iniciada nos anos de 1960, seguiu com uma perspectiva patrimonial positivista e voltada às elites. O SPHAN/DPHAN, até 1967, vislumbrou os patrimônios que validavam somente a história da elite branca, do catolicismo e das forças armadas. Nesse período, sob a política do referido instituto, seguiu-se sumariamente com o tombamento de mosteiros, igrejas, casarios, fortes e quartéis, demonstrando que a política federal de preservação do patrimônio focava especificamente na defesa e proteção de bens arquitetônicos e monumentos de “pedra e cal da classe dominante” (FONSECA, 2009a; FALCÃO, 1984).

Durante o governo civil-militar brasileiro (1964-1985), o cerceamento em torno da liberdade de expressão e, conseqüentemente, da cultura foram fortemente fixados, o que justifica de certo modo as iniciativas explicitadas acima. Porém, segundo Corá⁴⁷ (2014), mesmo durante esse período, mais especificamente no ano de 1975, com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), houve mudanças de ordem política e estrutural das políticas culturais patrimoniais que, a partir de então, passaram a adquirir uma abordagem interdisciplinar, agregando para si novas percepções baseadas na Antropologia. Por meio dessa operacionalização baseada na cultura, introduziu-se novos conceitos: “bem cultural” e “referência cultural”, demonstrando interessante avanço na perspectiva patrimonial (CORÁ⁴⁸, 2014, p. 3-6). Tais concepções são caracterizadas pela pluralidade de noções que ocorrem (e continuam ocorrendo) com o decorrer do tempo, mediante cada contexto social, geográfico e político.

⁴⁵ <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>

⁴⁶ <http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20747-unesco>

⁴⁷ <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121497>

⁴⁸ <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121497>

Cabe frisar que antes mesmo das leis citadas acima e da (ainda futura) Constituição Federal, as novas atribuições oferecidas ao conceito de patrimônio foram balizadas pelos movimentos sociais. Reivindicações por novas agendas e pautas de cunho político, social e popular foram de especial importância à formulação e inclusão dos novos repertórios no âmbito da legislação brasileira e patrimonial. Em consequência disso, foram também responsáveis pelo protagonismo atribuído aos novos temas e personalidades, por muito tempo relegados pelo Estado brasileiro, como: mulheres, crianças, quilombolas, indígenas, entre outras; assim como os bens materiais e imateriais gerados por este (a)s, como os saberes e hábitos, celebrações, tradições orais, reinvenções culturais, o imaginário, dentre tantas outras experiências que advém das minorias, do(a)s anônimo(a)s.

Retomando o contexto social brasileiro durante a década de 1970, este período foi marcado pela emergência de diversas bandeiras de luta, como a anistia dos presos e exilados políticos, bem como dos movimentos sindicais e estudantis que atuavam desde 1968. Em decorrência dessas mobilizações, do fim Ato Institucional n.º 5 (AI-5), em 1978, e da Lei da Anistia em 1979, avançou-se a pavimentação do caminho para a democracia. No que diz respeito ao patrimônio, ocorreu paulatinamente a sua transcendência teórica e prática.

Articulados às convenções internacionais, os debates brasileiros pautaram novas concepções patrimoniais. Baseados no reconhecimento da pluralidade cultural, de acordo com Lima (2020), os países do “terceiro mundo” passaram a visualizar o patrimônio na qualidade de “[...] bem cultural dos grupos sociais [...]”, imerso sob um “[...] processo dinâmico de produção e reprodução cultural [...]”, além da previsão da inclusão das expressões culturais dos “[...] diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (LIMA, 2020, p. 48).

Dentro daquele panorama, de acordo com Arantes (2009), verificou-se um expressivo aumento dos movimentos sociais que reivindicavam demandas populares, como o reconhecimento dos ofícios e das artes das populações afro-brasileiras e indígenas. Essas pautas foram também responsáveis por ancorar e promover as novas políticas públicas patrimoniais (ARANTES, 2009). Em relação a isso, segundo Corá⁴⁹ (2014), naquele momento, como resultado desses processos, destaca-se o tombamento de dois bens de matriz afro-brasileira: “[...] o Terreiro Casa Branca, considerado a primeira casa de candomblé aberta em Salvador (Bahia), em 1986; e a Serra da Barriga, sítio histórico onde se localizava o Quilombo dos Palmares, no município de União dos Palmares (Alagoas), em 1988” (CORÁ⁵⁰, 2014, p. 9).

De acordo com Lima (2020), como importantes marcos na identificação e no

⁴⁹ <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121497>

⁵⁰ <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121497>

reconhecimento do patrimônio cultural afro-brasileiro, esses tombamentos representam o incipiente alargamento das políticas de preservação patrimonial e da atuação dos “[...] movimentos sociais negros e antirracistas na luta pelo reconhecimento da cultura negra no Brasil [...]”, já na segunda metade do século XX (LIMA, 2020, p. 42).

Dentro desse panorama de lutas sociais, novas e fundamentais percepções ao conceito de patrimônio foram levantadas e fixadas na Constituição Federal (BRASIL, 1988). Em meio a um “[...] espírito de democratização das políticas [...]” públicas, bem como da “[...] concretização da cidadania e de direitos culturais [...]”, a Constituição apresentou o avanço na conceituação de ordem jurídica e na proteção ao patrimônio cultural, consagrando-se, assim, “[...] uma nova e moderna concepção [...]”, democrática e multicultural (SANTILLI, 2005, p. 62-63).

Vianna (apud CORÁ⁵¹, 2014), por sua vez, assinala que foi por meio da Constituição que os eixos da cultura e do patrimônio passaram a ser conectados no sentido político e antropológico, ao incorporar e fundamentar as identidades sociais e pluralidade cultural brasileira não materiais como, “[...] visões de mundo, memórias, relações sociais e simbólicas, saberes e práticas, além das experiências diferenciadas nos grupos humanos” (VIANNA apud CORÁ, 2014, p. 2-3).

De maneira concisa, percebe-se que com a promulgação da “constituição cidadã” houve uma relevante visibilidade e amplitude da compreensão do que é patrimônio cultural, que passou a agregar as representações culturais, sociais e imateriais de cunho popular, conforme exposto no artigo 216:

Constituem **Patrimônio cultural brasileiro** os bens de natureza **material e imaterial**, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Para Corá⁵² (2014), a CF/88 suplantou a compreensão do patrimônio como conceito que representa apenas os bens materiais, representados especialmente pelos “monumentos e obras de arte”. Ao incorporar a noção de patrimônio cultural, novas dimensões “menos tangíveis”

⁵¹ <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121497>

⁵² <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121497>

passaram a ser compreendidas se “[...] integrado aos processos, aos rituais e às manifestações culturais que proporcionam significados e identidades aos grupos sociais (CORÁ⁵³, 2014, p. 2).

Com a ampliação do conceito de patrimônio cultural, reconfigurou-se o conceito de identidade nacional e a compreensão de nação, que se transformou em favor “do fortalecimento de recortes identitários de outras naturezas, como por exemplo, religiosa, étnica, ideológica, de gênero”, dentre outras (CHUVA, 2012, p. 157). Para Queiroz (2020), uma das especificidades do patrimônio cultural é sua capacidade volátil, efêmera de produção, reprodução, aparecimento e desaparecimento “[...] no tempo e no espaço, às vezes com regularidade [...]” e a sua não permanência “materialmente” visualizada e disposta “[...] por determinado tempo como acontece com os chamados bens materiais” (QUEIROZ, 2020, p. 17).

Diante do exposto, visualiza-se a emergência de novas propostas políticas que validem a experiência dos afro-brasileiros, sob o viés da cultura. Essa perspectiva de transformações sociais tiveram nos anos de 1970 e 1980 como períodos fundamentais para o início da concretude da visibilidade das expressões culturais de natureza afro-brasileiras, culminando com as legislações ocorridas no início do século XXI. Em relação ao patrimônio, com o tombamento do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho e na Serra da Barriga, o patrimônio imaterial afro-brasileiro passou a ser efetivamente “integrante” ao “[...] conjunto de bens representativos da nacionalidade [...]” brasileira (LIMA, 2020, p. 57). Ações como esta modificam a percepção sobre o mundo cultural, pois demarca a presença da pluralidade que, sob o olhar da compreensão e do respeito, torna-se fonte inspiradora de novas proposições sociais, políticas e acadêmicas, a exemplo das pesquisas que elevam novas percepções positivas acerca da história afro-brasileira e diaspórica.

2.2. O Patrimônio Imaterial Afro-Brasileiro e o Patrimônio Cultural de Mato Grosso do Sul

No plano jurídico, como resultado de um amplo processo histórico de lutas sociais, a Constituição (BRASIL, 1988) reconheceu os direitos territoriais quilombolas e oficializou as políticas de preservação cultural dos patrimônios. Com esse dispositivo instaurou-se uma nova concepção de Nação, pautada na pluralidade social e cultural. Contendo em si a presença de grupos sociais como indígenas e afro-brasileiros, a legislação promoveu o rompimento do mito “civilizatório” que pontuava o Brasil como berço exclusivo da tradição luso-brasileira

⁵³ <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121497>

(LANARI, 2010, p. 4-5).

Para além da CF/88, outro importante acontecimento de validação e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro foi a criação do PNPI, por meio do Decreto n.º 3.551, de 04 de agosto de 2000, que projetou novas noções ao pontuar com maior profundidade as manifestações culturais de diversas naturezas:

Art. 1º: o Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de **Registro dos Saberes**, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de **Registro das Celebrações**, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de **Registro das Formas de Expressão**, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de **Registro dos Lugares**, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (BRASIL, 2000, grifo nosso).

Sobre isso, Lima (2020) assinala que as emergências das reorientações teóricas, conceituais e das concepções em torno da noção de patrimônio cultural foram possíveis com a correlação de forças sociais e, consequentemente, políticas, que promoveram a democratização do alcance às políticas culturais. Dessa maneira, a “[...] redefinição dos marcadores relacionados à atribuição de valor patrimonial [...]” e as transformações conceituais são acompanhadas de complexidade, e exigem conhecimento das balizas históricas e políticas desse longo processo de ressemantização (LIMA, 2020, p. 40). Dessa maneira, o “patrimônio intangível” posto como complemento ao conceito de patrimônio cultural, surge como sinônimo que denomina o patrimônio imaterial, termo que abarca uma gama de processos variáveis da invenção, transmissão, práticas e “[...] tradições fundamentais para as identidades de grupos, segmentos sociais, comunidades, povos e nações” (VIANNA, 2016).

A imaterialidade traz consigo as festas, expressões religiosas, tradições orais, dentre tantas outras manifestações marcadas pela pluralidade de saberes simbólicos, dinâmicos e reinventados, mediante os contextos sociais e políticos. Assim, o Decreto n.º 3.551/2000 do IPHAN, ao incluir as manifestações imateriais, especialmente as de caráter popular, significou um importante avanço no processo de lutas que há muito tempo reivindicava essas pautas. Nesse contexto, ainda em 1988, o Estado brasileiro, em solenidade ao centenário da abolição da escravidão, criou a FCP. Considerada a primeira entidade pública com vistas à promoção e salvaguarda dos “[...] valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira [...]”, fez parte do rol das conquistas

sociais adquiridas por meio da CF/88.

O Brasil, ao longo da década seguinte, seguiu com a perspectiva de salvaguarda dos direitos humanos. Nesse sentido, Monteiro e Abreu (2020) apontam as novas e importantes legislações em várias esferas, como: saúde, educação, assistência social e proteção da criança e do adolescente. Logo, na esteira dessas perspectivas, os anos 2000 foram balizados em meio às conquistas das políticas públicas de equidade e promoção social parcelas da população ignoradas pelo Estado ao longo da história, como negros e indígenas.

Como resultado desses processos, não apenas surgiram novas políticas públicas de proteção a esses grupos sociais, como emergiram também as ações de salvaguarda aos seus bens culturais patrimoniais. Nesse sentido, serão citadas algumas dessas legislações como forma de compreender como as políticas públicas contribuem efetivamente para a valorização das manifestações culturais afro-brasileiras, a exemplo das festas de santo do Quilombo da Picadinha em seu patrimônio cultural e imaterial.

Retomando um desses marcos temporais e políticos, segundo Chuva (2009), a partir de 2000, coordenados pelo IPHAN e sob a perspectiva da Antropologia, ocorreram diversas ações em torno da salvaguarda do patrimônio imaterial. Como resultados desses projetos, o mesmo instituto orientou as pesquisas que resultaram na promulgação do Decreto n.º 3.551/2000, que criou o já mencionado PNPI, instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR).

A partir daquele momento, novas orientações acerca do conceito de patrimônio foram gestadas. A CF/88 representou o resultado das lutas pela inclusão de novas perspectivas patrimoniais, porém não incluía um organismo formalizado voltado especificamente à salvaguarda das dimensões imateriais. Logo, a criação do referido programa concebeu importante avanço no reconhecimento dessa vertente, bem como propiciou a criação de dois novos organismos: o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) e o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), em 2004 e 2010, respectivamente. Por meio desses instrumentos legais corroboraram-se diversos tombamentos, ritos e procedimentos para a produção dos inventários. Além disso, seguiu-se com as ações em prol da preservação e o reconhecimento dos bens imateriais, como as linguagens “[...] portadoras de referência à identidade [...]”, e as ações de valorização da “[...] memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” como indígenas, africanos e afro-brasileiros (IPHAN⁵⁴, 2014).

Dessa forma, os organismos citados, resultados de uma série de marcos legais previstos

⁵⁴ <http://portal.iphan.gov.br>

pela CF/88, ampliaram e demarcaram, segundo Lima (2020), o “[...] complexo e sinuoso trajeto das referências culturais negras e indígenas rumo ao reconhecimento oficial”, assim como das “[...] novas modalidades de agenciamento do patrimônio como instrumento de luta política” (LIMA, 2020, p. 42-46). Ainda de acordo com a autora, com as legislações nacionais voltadas ao patrimônio imaterial, foi possível identificar a inserção de novos atores, demandas sociais, além de um expressivo acréscimo dos registros de bens de matriz africana (LIMA, 2020, p. 49).

Em âmbito político, por sua vez, como forma de “[...] reparar desigualdades sociais geradas pelo racismo estrutural em uma sociedade pluriétnica [...]”, bem como enaltecer a sua própria história, o Brasil, a partir do início do século XX, seguiu com a plataforma política orientada por essas razões (MONTEIRO; ABREU, 2020, p. 67). Tais proposições surgiram como instrumentos para a reafirmação da presença negra como um importante elemento integrante à diversidade cultural brasileira.

As mudanças legais apresentadas, fruto das manifestações sociais que mostraram a emergência do reconhecimento patrimonial para além da materialidade, ou de hábitos culturais instituídos por projetos políticos acerca da construção da identidade brasileira, entram em consonância, bem como são resultados das discussões teóricas que evidenciavam a necessidade da visibilidade de novos prismas de ordem epistêmica.

Ao longo do tempo, no pensamento social brasileiro, as culturas afro-brasileiras estiveram relegadas mediante o racismo estrutural que permeava todas as esferas sociais. Segundo Lanari (2021), frente à lógica colonial não houve por muito tempo o reconhecimento de uma “patrimonialidade negra” e indígena (LANARI, 2021, p. 11). Tal perspectiva orientada pela chamada velha história política, e pautada por uma lógica eurocêntrica, ratificava apenas os bens de natureza ocidental e europeia.

Essa lógica presente em diversas esferas sociais, influenciava desde as epistemologias acadêmicas às questões patrimoniais e políticas. Dessa forma, com vistas a atender às demandas sociais que desejavam reverter esse padrão elaborado pelas elites, reivindicados, por exemplo, pelos movimentos negros e das ações políticas de apoio ao patrimônio imaterial, as ciências humanas passaram a ressignificar as suas próprias trajetórias de produções, trazendo ao campo das ações novos olhares, sujeitos e temáticas (MONTEIRO; ABREU, 2020, p. 75).

Cabe ressaltar que pesquisas que visam trazer à tona indivíduos, fatos e objetos por muito tempo inexplorados pelas universidades, vêm sendo construídas desde os anos de 1970. Naquele momento, as Ciências Humanas promoveram diversos debates teóricos que viabilizaram o protagonismo às minorias, antes silenciadas pela corrente positiva, a velha história política. Designada como “[...] ciência social histórica ou do passado [...]”, esta passou

“[...] ao domínio das representações sociais e de suas conexões com as práticas sociais”, com a abertura para os mais variados temas até então pouco estudados: “[...] os poderes, os saberes enquanto poderes, as instituições supostamente não políticas, as práticas discursivas” (FALCON, 1997, p. 61-63).

Assim como essa, outras categorias de análise, como a história social cultural, “vista de baixo”, validam a experiência dos anônimos, admitem os contatos e trocas inter/transdisciplinares e a ideia de estrutura. As representações e a microanálise oferecem espaço em um universo de temas, que tratam do cotidiano de cada indivíduo ou grupo social, como: família, escola, asilos, prisões, hospitais, hospícios, polícias, oficinas, fábricas, dentre outras categorias (FALCON, 1997, p. 60-65; FERREIRA⁵⁵, 2002). Em suma, em meio a esses transcurso, paulatinamente foram surgindo as ressemantizações conceituais que passaram a valorizar a pluralidade cultural.

Pautadas na defesa de uma educação antirracista, as pesquisas universitárias trouxeram em relevo nas investigações o protagonismo de personagens antes esquecidos pela história política tradicional. Sob uma perspectiva multiculturalista, as análises de ordem política e teórica procuraram “[...] abandonar a perspectiva elitista, monumentalista e sacralizadora de patrimônio cultural [...]”, congregando em si a valorização de uma “[...] cultura viva, enraizada no fazer popular e no cotidiano das sociedades” (SANTILLI, 2005, p. 62).

Em meio às transformações epistêmicas ocorridas, a História, por seu turno, passou a abranger uma gama de pautas que, segundo Darnton (1990), não se limitam à reconstrução de um passado único, mas traz em destaque a discussão sobre a pluralidade de temas voltados, por exemplo, “[...] à História Negra, História Urbana, do trabalho, das mulheres, da criminalidade, da sexualidade, dos oprimidos, dos silenciosos, dos marginais” (DARNTON, 1990, p. 177).

Para os teóricos do pensamento decolonial, é preciso “[...] romper com os pensamentos [...]” de ordem eurocêntrica “[...] gravados nas mentes e corpos por gerações [...]”, tal como incorporar a existência e o conhecimento sobre a significância das formas de “[...] pensamento dos povos originários (índios) e de diáspora forçada (negros)” (COSTA NETO, 2016, p. 51). Refletir acerca destas temáticas significa compreender as diferentes formas de socializações culturais ao longo dos anos. Nessa direção, Guimarães (2012) expõe que através disso cria-se “[...] sentido para a passagem do tempo [...]” e para as construções que a humanidade edifica acerca do “[...] passado, presente e futuro, como formas históricas e sociais [...]” de interpretar o seu transcurso (GUIMARÃES, 2012, p. 99).

⁵⁵ http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf

Porém, mesmo na atualidade, diante do senso comum muitas interpretações esbarram no positivismo epistêmico, que além de silenciar a polifonia de vozes emergentes, promove a seletividade do que deve ou não ser visto, lembrado e cuidado (CHUVA, 2012; GOMES, 2012). Uma das inquietações dos diversos campos da História contemporânea é a compreensão sobre a diversidade do patrimônio afro-brasileiro (material e imaterial) em meio às suas (re)invenções ao longo do tempo, do espaço, das conjunturas vivenciadas. Nesse sentido, o estudo do patrimônio cultural negro (de natureza material e imaterial) pode contribuir para a desconstrução epistemológica que durante décadas elevou os bens uniculturais eurocêntricos e etnocêntricos.

Retomando mais uma vez a Constituição (BRASIL, 1988), que amparou as áreas de remanescentes quilombolas, e ao Decreto n.º 3.551/2000 do IPHAN, que elevou os saberes, celebrações, festas, lugares e diversas formas de expressão afro-brasileira como patrimônio brasileiro, ainda existem diversos entraves para as efetivações concretas de identificação e valorização dessas ações. Tomando como exemplo o MT, segundo Costa e Silva (2020), apesar da recente valorização da cultura material e imaterial quilombola, na contemporaneidade ainda existem poucos esforços para a patrimonialização dessa cultura.

Em âmbito acadêmico, por sua vez, segundo os autores, existe ainda a “[...] insuficiência de estudos relacionados à salvaguarda da cultura material e imaterial [...]” dessas comunidades (COSTA; SILVA, 2020, p. 50). Assim, “[...] as expressões culturais protagonizadas por quilombolas revelam uma memória da diáspora africana que deve ser valorizada, lembrada e divulgada”. Para isso, a tradição oral, a história e a memória desses grupos precisam ser percebidas como Patrimônios que devem ser conhecidos e registrados na memória pública brasileira” (COSTA; SILVA, 2020, p. 48-50).

Nesse segmento, a universidade possui um papel essencial: como lugar de conhecimento, gera a produção e o debate problematizado sobre pesquisas que envolvem as temáticas afro-brasileiras, como o patrimonial (i)material quilombola⁵⁶. Por meio dessas ações, as referidas instituições se diferenciam de outros organismos que também possuem a mesma relevância, mas que continuam sob o pensamento cristalizado de valorização apenas dos bens materiais, oriundos de “seletivos” grupos sociais.

⁵⁶ Em relação à ativa participação acadêmica nessas discussões, destaca-se a rede de pesquisas do Laboratório de história oral e imagem (LABHOI). Com sede na Universidade Federal Fluminense (UFF), desde 2018 vem desenvolvendo diversos trabalhos aos quais se incluem os patrimônios materiais e imateriais de origem afro-brasileiras. Ver mais em: <http://www.labhoi.uff.br/>. Sobre o estado do MS, destacam-se as pesquisas de Areias (2020) e Santos (2010), desenvolvidas sobre a condição do negro, tal qual a cultura e patrimonialidade afro-brasileira nessa região.

Os panoramas acima se aplicam à conjuntura patrimonial histórica do MS, que elegeu majoritariamente os bens físicos. Estando em boa parte da sua trajetória sob a perspectiva de ordem positivista e eurocêntrica, os organismos responsáveis pela identificação e tombamento concederam relativo espaço aos bens naturais (pois estão sob a especulação turística) e um singelo lugar aos bens de origem afro-brasileira.

O IPHAN-MS iniciou as suas ações em 1974, com o tombamento do Forte Coimbra. Desde então, vem desenvolvendo o processo de catalogação dos bens patrimoniais do estado. Em 2019, o IPHAN publicou a cartilha *Memórias do presente: patrimônios de Mato Grosso do Sul*. Segundo o texto introdutório, o material é voltado a um público “ecletico e diversificado”, como os servidores públicos e estudantes do ensino fundamental ao universitário. O exemplar teve por objetivo divulgar bens patrimoniais “[...] materiais, imateriais e arqueológicos [...]”, com vistas a “[...] fomentar e valorizar a identidade cultural sul-mato-grossense e suas memórias, além de mostrar a importância da preservação e salvaguarda do patrimônio cultural” (SCARDINI⁵⁷, 2019, p. 6).

Ainda sobre a publicação, sua estrutura está dividida entre textos que tratam sobre o conceito de patrimônio cultural, material e imaterial, e os que relatam a importância da preservação desses bens, informam sobre o histórico das ações jurídicas em prol destas iniciativas. Após essa etapa, aponta-se alguns dos patrimônios existentes no MS, de ordem física, são eles: Complexo Ferroviário da Noroeste do Brasil (2009), Casario do Porto (1993), Ponte Eurico Gaspar Dutra, Forte de Coimbra (1974), Forte Junqueira, Muralhas do 6º Distrito Naval de Ladário, Cemitério dos Heróis. Seguidos pelos naturais: Grutas do Lago Azul e de Nossa Senhora Aparecida (1978), alguns sítios arqueológicos e, a seguir, os imateriais: capoeira e produção da viola de cocho.

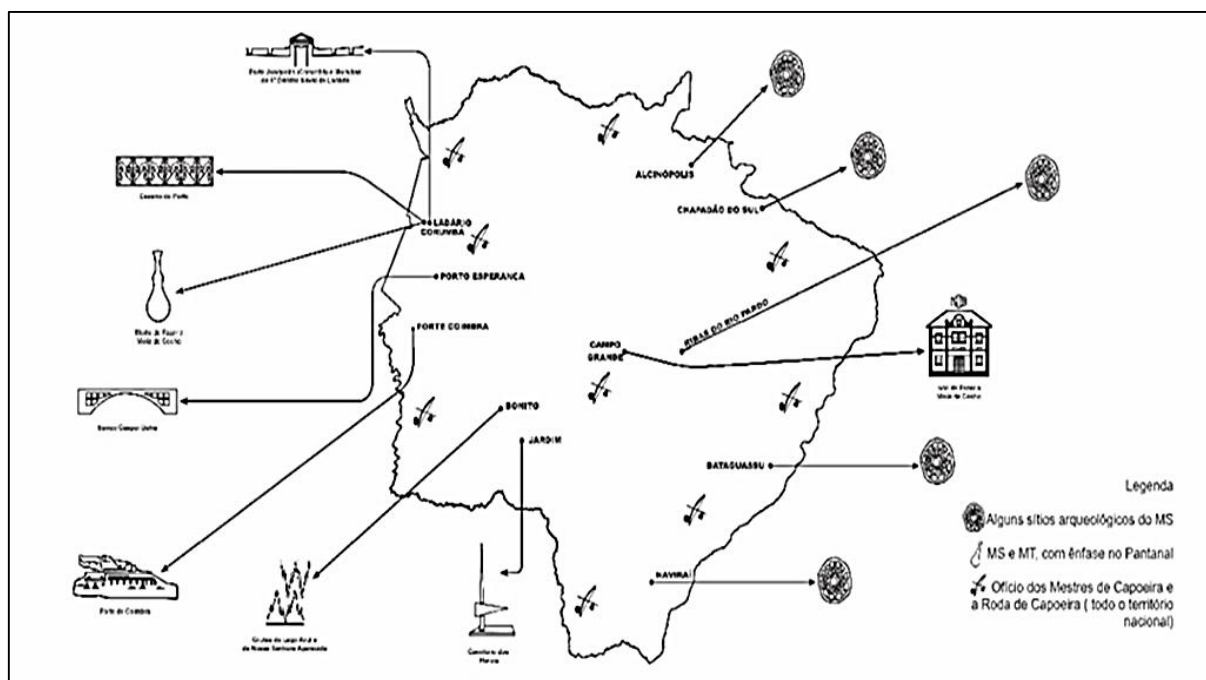
Diante do exposto, visualiza-se que o destaque atribuído aos monumentos das forças armadas e da arquitetura de origem europeia somam-se aos de natureza arqueológica e os imateriais. Sobre os arqueológicos, segundo o IPHAN, até 2015 haviam sido catalogados o equivalente a 677 sítios arqueológicos no MS (IPHAN⁵⁸, 2014). A cartilha, por seu turno, aponta os existentes em Alcínópolis (considerada a capital arqueológica do MS, com 24 sítios), seguida pelas cidades de Chapadão do Sul, Ribas do Rio Pardo, Bataguassu e Naviraí. Ressalta-se que a capoeira é fruto do resultado da mobilização nacional que vinha ocorrendo desde o início do século XXI: em 2008 foi inscrita como patrimônio cultural do Brasil, e em 2014, foi reconhecida como patrimônio cultural imaterial da humanidade pela UNESCO (IPHAN, 2014).

⁵⁷ <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=&busca=mem%C3%B3rias+do+presente>

⁵⁸ <http://portal.iphan.gov.br>

Por fim, os bens de natureza imaterial citados no material didático estão ainda mais abreviados, indicando que a perspectiva do instituto ainda é moldada em valores conservadores dos anos iniciais do IPHAN nacional, conforme demonstrado na Figura 1, que revela de forma reduzida o patrimônio de ordem material.

Figura 1 – Bens patrimoniais da cartilha *Memórias do presente*



Fonte: adaptado pela autora com base em Scardini⁵⁹ (2019).

Apesar das continuidades metodológicas de validação majoritária aos bens materiais, como os “monumentos de cal e pedra”⁶⁰, novas e interessantes ações em relação aos bens patrimoniais de natureza cultural e imaterial do MS foram concretizadas: o tombamento da cerâmica terena, como patrimônio intangível do MS, ocorrido em 2009; o tereré, como patrimônio cultural do MS em 2011, e imaterial da humanidade pela UNESCO, em 2020; do Chamamé como patrimônio estadual em 2017, e imaterial em 2020, pela UNESCO; e do banho de São João (Corumbá e Ladário) como patrimônio cultural do Brasil. Além destes, citam-se

⁵⁹ <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=&busca=mem%C3%B3rias+do+presente>

⁶⁰ Segundo o site da FCMS, até o momento os bens materiais tombados no MS são: Casa do artesão – Campo Grande (1994); Quartel General da 9ª RM – Campo Grande, Lei nº 1.526 de 26 de julho de 1994; Escola Estadual Maria Constança de Barros Machado – Campo Grande (1997); Acervo de artes plásticas “Lydia Baís” – Campo Grande (1998); Igreja Nossa Senhora do Carmo – Miranda (2017); 4º Batalhão da Polícia Militar – Castelinho (2008); Instituto Luiz de Albuquerque – Corumbá (2002); Catedral Nossa Senhora da Candelária – Corumbá (2017); Loja Maçônica Oriente Maracaju – Campo Grande (2007); Usina açucareira Santo Antônio – Miranda (2007). Em processo de tombamento: Cine São José – Bela Vista; “Prefeitura Velha”, antiga Prefeitura Municipal de Porto Murtinho; “Padaria Velha” – Porto Murtinho; Escola Estadual Dr. João Leite de Barros – Corumbá. Disponível em: <https://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/registros-e-tombamentos/>. Acesso em: 14 abr. 2022.

também os que estão em processo de registro: Festa do Divino Espírito Santo em Santa Tereza – Figueirão-MS, pois é uma manifestação de ordem “cultural, religiosa, popular e oral”, que ocorre há 112 anos; a Festa da Nossa Senhora dos Navegantes – Bataguassu-MS; Nova Porto XV, iniciada em 1948 (FUNDAÇÃO..., 2008).

Apesar das iniciativas mencionadas, que representam o incipiente alargamento semântico da compreensão de patrimônio no MS, há um longo processo para novas atribuições como, por exemplo, as que se relacionam com a diversidade indígena existente no estado, a presença das populações quilombolas, bem como as manifestações culturais de matriz africana e afro-brasileira. Em pesquisa feita pelo site da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS), o único bem tombado referente a esses segmentos sociais é a Igreja São Benedito, pertencente ao quilombo Tia Eva, em Campo Grande, em 1998, conforme mostra a Figura 2:

Figura 2 – Bens tombados em Mato Grosso do Sul

LISTA DE BENS TOMBADOS E EM PROCESSO DE TOMBAMENTO EM MATO GROSSO DO SUL				
BENS EM PROCESSO DE TOMBAMENTO	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO	DATA DO TOMBAMENTO	OBSERVAÇÃO
PREFEITURA CUÊ	PORTO MURTINHO	EM PROCESSO		OBRA REVITALIZADA
PADARIA CUÊ	PORTO MURTINHO	EM PROCESSO		OBRA REVITALIZADA
IGREJA NOSSA SENHORA DO CARMO	MIRANDA	EM PROCESSO		
USINA FILINTO MULLER	DOURADOS	EM PROCESSO		
CINE SÃO JOSÉ	BELA VISTA	EM PROCESSO		OBRA REVITALIZADA
ESCOLA ESTADUAL JOÃO LEITE DE BARROS	CORUMBÁ	EM PROCESSO		OBRA REVITALIZADA
BENS TOMBADOS	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO	DATA DO TOMBAMENTO	OBSERVAÇÃO
4º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR	PONTA PORÃ	DEFINITIVO ESTADUAL	13/03/2008 Decreto 12.521	
ACERVO DE ARTES PLÁSTICAS DE "LYDIA BAÍS"	CAMPO GRANDE	DEFINITIVO ESTADUAL	30/12/1998	
ANTIGO PRÉDIO DO QUARTEL-GENERAL DA 9ª. RM	CAMPO GRANDE	DEFINITIVO ESTADUAL	26/07/1994 Lei 1.526	
BANHO DE SÃO JOÃO	CORUMBÁ	DEFINITIVO ESTADUAL	22/01/2010 Decreto 12.923	
CASA DE CULTURA LUIZ ALBUQUERQUE "ILA"	CORUMBÁ	DEFINITIVO ESTADUAL	08/08/2002	OBRA REVITALIZADA
CASA DO ARTESÃO	CAMPO GRANDE	DEFINITIVO ESTADUAL	13/07/1994 Dec. 7.863	OBRA REVITALIZADA
CERÂMICA TERENA		DEFINITIVO ESTADUAL	17/11/2009 Decreto 12.847	
COMPLEXO FERROVIÁRIO DA REDE NOROESTE DO BRASIL E SÍTIOS HISTÓRICOS (DE TRÊS LAGOAS À CORUMBÁ)	TRÊS LAGOAS A CORUMBÁ	DEFINITIVO ESTADUAL	26/03/1997 Lei n. 1.735	
ESCOLA ESTADUAL "MARIA CONSTANÇA DE BARROS MACHADO"	CAMPO GRANDE	DEFINITIVO ESTADUAL	03/07/1997 Resolução SECE	
IGREJA SÃO BENEDITO "TIA EVA"	CAMPO GRANDE	DEFINITIVO ESTADUAL E MUNICIPAL	07/05/1998 Resolução SECE	
LOJA MAÇONICA "ORIENTE MARACAJU"	CAMPO GRANDE	DEFINITIVO ESTADUAL E MUNICIPAL	30/07/2007 Lei n. 3.406	
USINA ASSUCAREIRA SANTO ANTONIO	MIRANDA	DEFINITIVO ESTADUAL	13/08/2007 Decreto 12.391	
VIOLA DE COCHO		DEFINITIVO FEDERAL		REGISTRADA PELO IPHAN

Fonte: FCMS (2017).

O patrimônio cultural compõe a identidade de um povo, de uma nação. Em relação ao MS, a identidade é composta pela diversidade cultural advinda dos diversos povos instalados nessa região: os povos indígenas, que compõem o segundo maior contingente populacional do país, os fronteiriços, como bolivianos e paraguaios, diversos outros imigrantes e migrantes, os quilombolas, entre outros.

Esse mosaico cultural se apresenta no cotidiano do estado, por meio do contato, das trocas, das diversas formas de sociabilidade. Diferentemente da imagem que se exporta, isto é,

de um espaço puramente agrário, dotado de belezas cênicas que arrebatam seus visitantes, e exótico em sua complexidade: da cultura da lavoura, da pecuária e do Pantanal em meio a sua beleza selvagem e perigosa. Tal imaginário, fundamentado após a separação ocorrida em 1977 como critério de identificação e distinção perante os demais estados brasileiros, não somente reduz a real diversidade populacional e cultural existente, como as silencia.

Segundo Conceição⁶¹ (2016), em um texto no site do governo estadual, os principais componentes da “genética cultural” do MS são capitaneados pela música e pela culinária (dotada de um “cardápio plural e excêntrico”), além do artesanato indígena, das artes plásticas, festas populares e danças. Em relação ao patrimônio histórico, a mesma perspectiva adotada em outros meios de comunicação prevalece: a elevação do conjunto patrimonial físico, sendo os museus os guardiões da identidade cultural.

Mato Grosso do Sul possui vários museus e prédios antigos no conjunto do patrimônio histórico do Estado que revelam o “DNA” cultural e a influência dos processos de desenvolvimento econômico e social: Dom Aníbal Barreira, em Porto Murtinho (Padaria Velha); Cine São José e Aduana, em Bela Vista; antigo quartel da PM, em Ponta Porã; Usina, de Miranda; Esplanada Ferroviária em Três Lagoas, Campo Grande, Água Clara, Aquidauana, Miranda e Corumbá (FCMS, 2017).

A exceção feita ao Museu Arqueológico de Campo Grande é explicada: “[...] antes mesmo do descobrimento do Brasil os índios Guaicurús dominavam toda a região do Pantanal” (FCMS, 2017). Diante disso, verifica-se a presença das mesmas continuidades amplamente debatidas e desconstruídas no meio acadêmico, como o conceito de descoberta frente ao achamento e colonização europeia na América Portuguesa.

Em continuidade a isso, o mesmo texto exposto em um site institucional pontua as especificidades culturais com os mesmos estereótipos dos demais meios de comunicação e materiais didáticos voltados à história regional, que explicam como exótico o resultado da fusão cultural e étnica presente no estado. A miscigenação é uma marca fixada do Brasil e, consequentemente, está presente no MS. Elucidar essa questão baseada nesses conceitos é atribuir, de forma preconceituosa, o hibridismo cultural existente. Em suma, considerando as assertivas do senso comum acerca do discurso cultural e histórico desse estado, conclui-se que o não mencionado patrimônio quilombola é resultante dessas permanências, que não incluem esse grupo social do processo histórico e cultural.

⁶¹ <http://www.ms.gov.br/a-cultura-de-ms/#:~:text=Com%20uma%20das%20maiores%20popula%C3%A7%C3%B5es,e%20os%20Bugres%20de%20Concei%C3%A7%C3%A3o.&text=O%20Estado%20tem%20uma%20das%20maiores%20reservas%20ind%C3%ADgenas>

A multiculturalidade é uma linha determinante na concepção de patrimônio, sendo a “[...] diversidade cultural, patrimônio comum da humanidade” (UNESCO, 2002, p. 3). No caso do MS, esta não se apresenta de modo diversificado em seu patrimônio cultural, mas por meio de uma operacionalidade excludente, que nega a presença dos grupos minoritários historicamente relegados. Corroborando essa questão, a superintendente do IPHAN-MS, em conferência ocorrida em 2007, expôs que

[...] a relevância cultural de Mato Grosso do Sul não se iniciou em 1977 **a partir da criação do Estado, mas adveio dos** “primórdios da ocupação” das terras que, segundo estudos arqueológicos datam “aproximadamente 11 mil anos atrás”. A partir de então, “a herança cultural começa a ser construída fundindo caracteres portugueses, espanhóis e indígenas” [...] “fortemente caracterizada por essa miscigenação e pela influência desses povos, o que definiu, ao longo dos tempos” **a peculiar identidade cultural** (LIMA, 2007, grifo nosso).

Posto isso, a identidade cultural forjada segundo os critérios acima apresenta-se como um retrocesso frente aos avanços conceituais acerca da cultura, da identidade e, por conseguinte, do patrimônio. Os bens tombados do MS representam a sua identidade, mas de modo fragmentado em face da gama cultural existente, de ordem material e imaterial, marcadas pelo dinamismo e pela diversidade.

No ano de 2008, o então governador André Puccinelli publicou o Decreto n.º 12.686, de 30 de dezembro, que instituiu uma série de normativas a respeito dos tombamentos de bens materiais (móveis e imóveis) e os imateriais. A respeito do artigo segundo:

Art. 2º A instrução processual de que trata o art. 6º da Lei nº 3.522, de 2008, conterà, no mínimo, as seguintes informações:

(...) III - sendo o bem imaterial:

- a) identificação do proponente;
- b) **justificativa do pedido;**
- c) denominação e descrição do bem proposto para registro, com indicação da participação e ou atuação dos grupos sociais envolvidos de onde ocorre ou se situa, do período e da forma em que ocorre;
- d) **estudos históricos sobre o bem;**
- e) documentação mínima disponível adequada à natureza do bem, como fotografias, desenhos, vídeos, filmes e gravações sonoras;
- f) referências documentais e bibliográficas disponíveis (FUNDAÇÃO..., 2008).

Em face do exposto, destaca-se a importância da História como elemento de fundamental importância para os tombamentos patrimoniais, uma vez que ambos são construções sociais que conferem sentido e identidade à trajetória humana. Sobre os patrimônios, estes são a representação da memória coletiva de um povo, se não se fizer presente, silencia-se essa construção.

A respeito dos quilombos, segundo os sites da Secretaria de Ciência e Cultura (SECIC) e do Observatório Quilombola e Territórios Negros⁶², o MS possui 22 comunidades, distribuídas em 15 municípios:

Aquidauana: Furnas dos Baianos; Bonito: Águas do Miranda; Campo Grande: São João Batista, São Benedito/Tia Eva e Chácara do Buriti; Corguinho: Furnas da Boa Sorte; Corumbá: Família Ozório, Família Maria Theodora Gonçalves de Paula e Campos Correia; Dourados: Dezidério Felipe de Oliveira – Picadinha; Figueirão: Santa Tereza/Família Malaquias; Jaraguari: Furnas do Dionísio; Maracaju: Colônia de São Miguel; Nioaque: Família Cardoso, Famílias Araújo e Ribeiro, Família Romano Martins da Conceição e Família Bulhões; Pedro Gomes: Família Quintino; Rio Brillante: Família Jarcem; Rio Negro: Ourolândia; Sonora: Família Bispo; Terenos: Dos Pretos (SECIC⁶³, 2022).

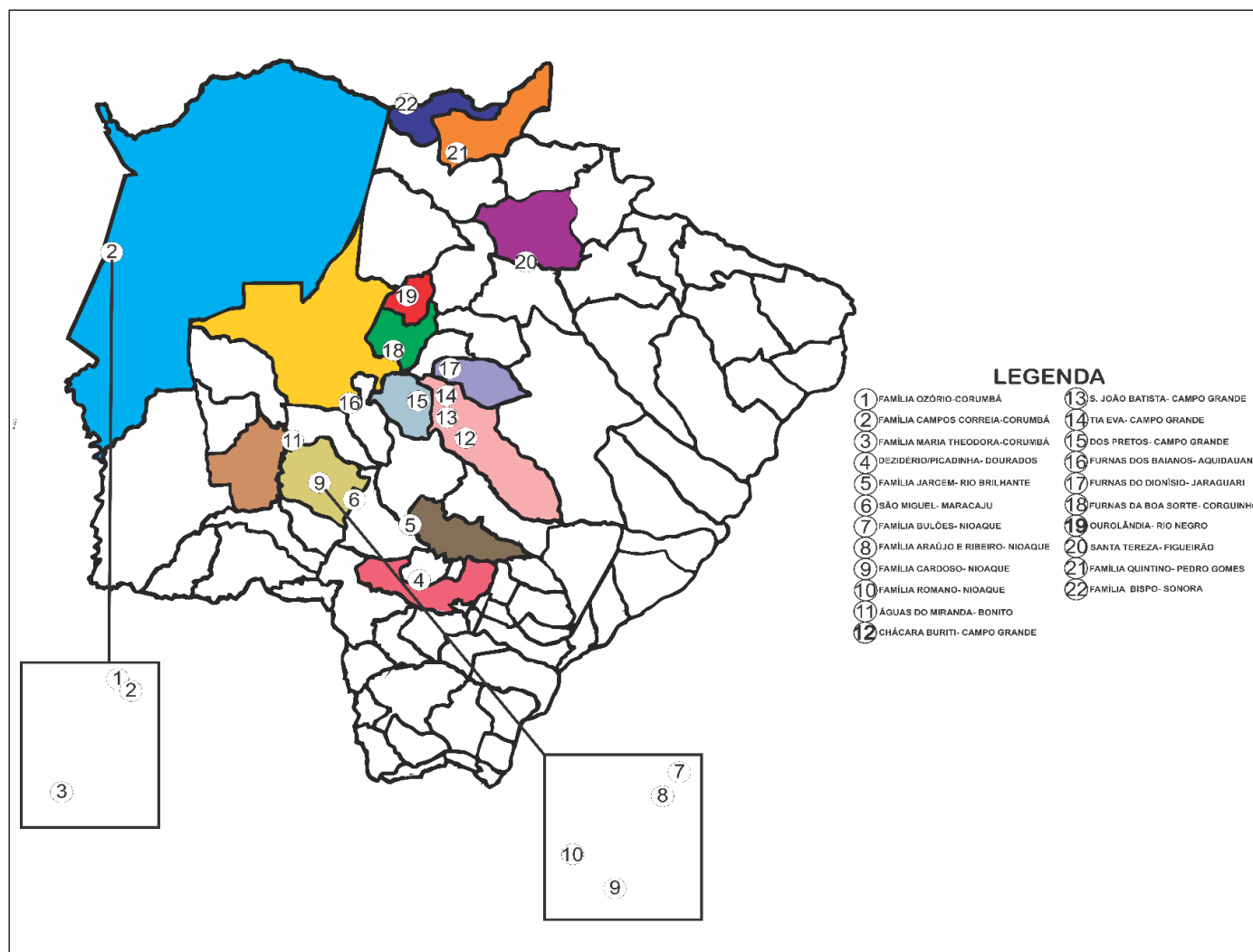
Segundo Costa (2020), mediante os processos abertos no INCRA, esses quilombos mesmo reconhecidos pela FCP reivindicam a regularização fundiária de seus territórios tradicionais. Assim, com o silenciamento existente, apesar da relativa quantidade de quilombos presentes no estado (conforme demonstrado na Figura 3), verifica-se a quase completa ausência de seu patrimônio cultural tal qual de suas manifestações culturais. Essa permanente invisibilidade iniciada a partir da escravidão é um dos entraves no processo de reconhecimento do patrimônio quilombola.

Para Alves e Melo (2020), “[...] ao menos nas letras da lei [...]”, a CF/88 simboliza a manifestação de forma prática e evidente de amparo a esses grupos sociais, e de redução do racismo. Em relação ao “[...] reconhecimento dos territórios quilombolas como patrimônio cultural nacional [...]”, esse compromisso estatal representa “[...] a superação da visão estereotipada e preconceituosa que recai sobre as manifestações culturais indígenas e afro-brasileiras” (ALVES; MELO, 2020, p. 176-178).

⁶² <https://kn.org.br/atlasquilombola/comunidades/MS/>

⁶³ <https://www.secic.ms.gov.br/comunidades-quilombolas-2/>

Figura 3 – Localização dos quilombos de Mato Grosso do Sul



Fontes: elaborada por Thaiane Coral Fernandes Lima com base em dados do MPMS⁶⁴ (2022) e da FCP⁶⁵ (2010).

⁶⁴ <https://www.mpf.mp.br/ms/atuacao/mapa-quilombolas>

⁶⁵ <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/quadro-geral-por-estados-e-regioes-22-08-2022.pdf>

Dentro dessa perspectiva de valorização da diversidade cultural, em especial de origem afro-brasileira, novas aberturas de ordem epistêmica estão surgindo na contemporaneidade, através das pesquisas acadêmicas que problematizam os parâmetros patrimoniais expostos e promovem a diversidade cultural tangível e intangível existente no MS. Nesse sentido, citam-se os trabalhos de Corrêa e Borges (2010): *Viola de cocho: da tradição pantaneira a patrimônio imaterial brasileiro*; em seguida, Félix Santos (2011): *Patrimônio cultural no contexto territorial da Noroeste do Brasil (NOB): perspectivas de desenvolvimento local das comunidades estabelecidas na rota do trem do Pantanal*; *A educação patrimonial no meio educacional – Projeto da FCMS – Educar para Proteger* (2013); *Artesanato de etnias indígenas: patrimônio cultural de Mato Grosso do Sul* (2015); *Artesanato e saberes locais no contexto do desenvolvimento local* (2017); e *Patrimônio histórico museal em Campo Grande-MS: perspectivas e desafios no contexto do desenvolvimento local* (2019).

Ademais, menciona-se Costa (2019) em *Inventário do Patrimônio Cultural Imaterial das Comunidades Quilombolas de Mato Grosso do Sul*; Andrade e Assis (2021) em *Patrimônios materiais e imateriais na cultura sul-mato-grossense: algumas questões para pensar práticas escolares*; e Jorge Diacópulos (2022), *Memória e patrimônio cultural da comunidade quilombola Tia Eva (Campo Grande – MS): ensino de história e educação antirracista*.

Todos os trabalhos citados contribuem positivamente para o acréscimo da apreensão do conceito de patrimônio no MS, que passa a introjetar as manifestações de natureza imaterial indígena e quilombola. Sobre este último, como forma de corroborar a importância do legado afro-brasileiro deste estado, retoma-se Manuela Costa em entrevista concedida ao site do governo estadual. Segundo a pesquisadora, as manifestações culturais quilombolas atuam como “instrumentos de resistência” na luta dessas comunidades para a garantia dos seus direitos, tal como da “[...] continuidade de suas manifestações culturais em terras sul mato-grossenses”. Logo, o seu reconhecimento e a salvaguarda promovidas por meio das políticas públicas são vitais para a “[...]continuidade de sua reprodução cultural [...]”, que fortalece a “[...] identidade do grupo e o sentimento de pertencimento de seus moradores” (MATO GROSSO DO SUL⁶⁶, 2019).

Por meio dessas operacionalidades que não somente evidenciam a história afro-brasileira, mas a incluem como parte integrante à identidade brasileira, redefinindo as

⁶⁶ <http://www.ms.gov.br/simbolo-de-luta-comunidade-tia-eva-completa-100-anos-de-historia/>

definições patrimoniais, que passa a valorizar novos bens culturais, físicos ou imateriais “dignos” de serem preservados, como os quilombos constituídos no pré e pós-abolição.

3. CAPÍTULO III – AS FESTAS DE SANTO DO QUILOMBO DA PICADINHA: SÃO SEBASTIÃO E SANTOS REIS

3.1. Alguns apontamentos e percepções

Para além das relações de poder e domínio e os conflitos causados por elas, presencia-se o imaginário, as representações e as práticas culturais, que permeiam todo e qualquer grupo social, como as religiões e religiosidades. Para Durkheim (1983, p. 212), a religião é “[...] uma coisa eminentemente social [...]”, e na condição de criação humana torna-se um importante elemento constitutivo dos aspectos culturais, além de um elo identitário, de unidade e pertencimento.

Em meio à pluralidade devocional brasileira, a cristandade compõe grande parte da população, sendo a Igreja Católica ainda predominante no país. Essa herança da colonização portuguesa ocupou/a diversos espaços públicos e privados, e é celebrado desde as elites à população em geral. Em relação aos espaços sociais de resistência e liberdade, como os quilombos, a presença do catolicismo é marcante, assim como as religiosidades/espiritualidades ancestrais africanas, revelando a “[...] interlocução entre elementos de crenças e religiões diferentes” (PEREIRA; AMORIM; BATISTA, 2012, p. 70).

Nesse sentido, a Igreja Católica se constitui em uma das marcas da pluralidade social brasileira e a diversidade religiosa, por vezes sincrética, dada a conexão construída entre o catolicismo popular e as religiões de matrizes africanas. No caso do Quilombo da Picadinha, desde os seus primórdios a cristandade se fez presente, primeiro por meio do catolicismo popular e, posteriormente, pelo protestantismo, sendo a primeira a base da criação e continuidade das festas de São Sebastião e Santos Reis.

Dessa forma, este capítulo se propõe a conhecer a comunidade Dezipério Felipe de Oliveira/Quilombo da Picadinha por meio do seu patrimônio cultural: as festas de São Sebastião e Santos Reis, com vistas a perceber a trajetória da festividade e as suas especificidades construídas, vivenciadas, ressignificadas e reinventadas.

Para a elaboração deste texto, recorreu-se à leitura e análise das produções literárias produzidas sobre a temática abordada, como a tese de Santos (2010) e a dissertação de Saruwatari (2016), bem como os jornais digitalizados da região de Dourados, também considerados como importantes fontes de pesquisa.

Pela capacidade de alcance ao histórico da festa, dos seus primórdios ao tempo presente, a História Oral foi a principal metodologia adotada, visto que em comunidades tradicionais

como as quilombolas, os mais idosos são reconhecidos como detentores de uma “[...] espécie de fonte de sabedoria porque ressignificam as memórias mais longínquas do grupo, sendo portanto, fundamentais para o processo de transformação constante das identidades coletivas” (PEREIRA; AMORIM; BATISTA, 2012, p. 65).

A oralidade é um elemento fundamental para a compreensão das relações sociais quilombolas e por meio dela é possível captar as representações sociais, as mentalidades e o imaginário acerca de um determinado grupo. Sobre o Quilombo da Picadinha, boa parte da sua história festiva se encontra/va na memória dos seus participantes. Assim, para a construção deste tema, elencou-se como interlocutores principais as famílias que ainda participam destas festas, tal como outras pessoas que em algum momento estiveram presentes nelas, ouvidas por meio das entrevistas efetuadas entre dezembro de 2021 e maio de 2022, cujos trechos dos diálogos serão expostos ao longo deste capítulo.

A memória é compreendida como uma construção social que pode ser ressignificada conforme as demandas do presente. Na contemporaneidade, a memória não pode mais estar “[...] associada metaforicamente a um espaço inerte no qual se depositam lembranças [...]”, mas deve ser “[...] compreendida como território, como espaço vivo, político e simbólico no qual se lida de maneira dinâmica e criativa com as lembranças e com os esquecimentos que reinstituem o ser social a cada instante” (BARROS⁶⁷, 2009, p. 37). Nesse sentido, compreende-se a memória enquanto um dos arquivos privados, que ao lado de elementos físicos, como fotografias e vídeos, foram essenciais para a compreensão da festividade como elemento indicador de uma das identidades que o quilombo assumiu ao longo do tempo.

Toda identidade é concebida e dada a ser por um meio da construção social e, no âmbito intelectual, por meio de elementos fornecidos pela “[...] história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso” (CASTELLS, 2008, p. 23). Assim, percebe-se a identidade como elemento catalisador de diversas fontes para os critérios de autodefinição, defesa e resistência sobre um determinado grupo social. Santos⁶⁸ (2018) aponta que as identidades emergem como mecanismos de resistência às opressões, se afirmando no campo conflituoso das lutas e “[...] na transitoriedade histórica” (SANTOS, 2018, p. 325).

As identidades, assim como as tradições, são dinâmicas. Logo, por indução compreende-se que historicamente as marcas identitárias do quilombo ancoram-se na luta pela terra, nas relações de amizade e compadrio e na festa dos santos, uma vez que o ambiente era

⁶⁷ https://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/documentos/Mouseion/Vol5/historia_memoria.pdf

⁶⁸ http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Antologia_Boaventura_PT1.pdf

predominantemente católico. O tempo passou, a comunidade foi reconhecida como quilombo pela FCP em 2005, porém este espaço continuou entendido como local de exclusão pela não aceitação desta categoria territorial. No que tange à religião, boa parte dos descendentes do casal fundador, Dezidério e Maria Cândida, se converteu ao protestantismo, o que resultou nas reinvenções das festas de santo, que passaram a ser uma tradição entre as famílias católicas e os festeiros da região, especialmente dos municípios de Itaporã e Douradina, e não mais propriamente do quilombo.

Nesse sentido, compreende-se que a identidade do Quilombo da Picadinha no tempo presente se apresenta na tríade composta pelas religiões cristãs (Católica Apostólica Romana, Adventista do 7º dia e Deus é amor), nas disputas internas sobre o comando da Associação Rural Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira (ARQUEDEZ) e na luta pelo reconhecimento moral do território como remanescente de quilombo. Sobre este último, cabe destacar que a religião como elemento de orientação cosmológica influencia fortemente as ações dos seus fiéis sobre o mundo que o cerca. Com isso, ao longo das conversas, foi possível perceber as diferentes visões sobre a luta pela terra e as festas.

Em relação à religião, as famílias de orientação católica assumem em maior grau as posturas de luta em prol do reconhecimento do território, enquanto as demais reagem com distanciamento desta questão por acreditarem que talvez seja a vontade divina agindo para o fim das contendas jurídicas. Sobre as festas de São Sebastião e Santos Reis, todas as pessoas entrevistadas demonstraram carinho, nostalgia e emoção por elas no passado. No tocante à contemporaneidade, os católicos contemplam os mesmos sentimentos, porém com os pesares das dificuldades encontradas, em especial a falta de apoio e recursos. Os evangélicos, por sua vez, mostraram respeito, porém frsaram que não desejam mais participar.

Grande parte das pesquisas acerca das minorias assoladas pela injustiça social debruça-se sobre questões como a política e o reconhecimento do território, bem como os protestos e as agitações sociais. Porém, outras formas de resistência, como as manifestações culturais religiosas e as festas, são campos produtivos para as perspectivas de análise da luta de diversos grupos sociais, como os afro-brasileiros. Assim, a partir dessa premissa, apresenta-se o histórico das festas de São Sebastião e Santos Reis: um patrimônio cultural marcado pela reinvenção.

3.2. As festas de Santo do Quilombo da Picadinha: dos primórdios (1942) ao tempo presente, com fé, nostalgia e ressignificações

“O Brasil declara guerra! O governo do Brasil reconhece o estado

de beligerância com a Alemanha e a Itália” (SOB PRESSÃO⁶⁹..., 1942, p. 1).

Como retaliação aos ataques alemães que vinham ocorrendo no país desde o ano anterior, e os mais de 600 brasileiros mortos “[...] nos 5 navios torpedeados pelo submarino alemão U-507 [...]”, em 22 de agosto de 1942, o jornal O Globo publicou essa manchete anunciando a decisão do então presidente Getúlio Vargas em relação à Segunda Guerra Mundial (MUSAL, 2022).

O país estava em guerra. Demoraria ainda mais dois anos para o envio das tropas brasileiras para a Itália. Porém, a declaração oficial foi o suficiente para o desespero de muitas famílias em relação ao futuro dos seus filhos, uma vez que militares e reservistas poderiam ser convocados a qualquer momento, entre estes os integrantes do Regimento de Cavalaria e Infantaria (11 RCMEC Exército Brasileiro) de Ponta Porã⁷⁰.

O anúncio feito no Rio de Janeiro, a capital federal na época, chegou a todos lugares possíveis, como na região da Picadilha localizada nos confins do Brasil. Nesse lugar, uma mãe sentiu o forte impacto dessa notícia: Benvinda Cândida de Oliveira Braga. Naquele contexto, João Batista Braga, filho de Benvinda e Manoel era reservista do RCMEC, e seria convocado à guerra. Sabendo da notícia, a matriarca desse núcleo familiar recorreu à fé: se o filho voltasse vivo da guerra, faria 20 anos de festa ao seu santo de devoção, São Sebastião (SANTOS, 2010, p. 215).

Segundo Desidério (84 anos, neto de Dezidério e Maria Cândida), João Batista e o seu tio, o primeiro filho e o segundo irmão de Benvinda Candida, estavam no quartel. Estes nem chegaram a sair do estado, pois a guerra acabou antes. Eles estavam se deslocando para o Rio de Janeiro, a notícia do término do conflito foi informada quando estavam passando por Três Lagoas.

Meu primo, tio, ele era irmão dela. Ele estava no quartel, ele serviu cinco anos no quartel. Aí saiu aquela guerra [...] a segunda guerra. Em quarenta e quatro, foram chamados pra ir pra guerra, tio e o sobrinho. E minha tia ficou nervosa, né? Ela fez a promessa pra São Sebastião. Se o fio dela e o irmão dela voltasse com vida, que ela ia festejar São Sebastião vinte anos. Eles foram até passando Três Lagoas. Aí cabô a guerra lá agora. Nem chegaram na guerra (OLIVEIRA, 2022).

Diante disso, Benvinda cumpriu a promessa feita ao santo que se estendeu para além do tempo que foi objeto da promessa, constituindo-se como um patrimônio cultural até o tempo presente, em meio às ressignificações e interpelações.

⁶⁹ <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/primeiras-paginas/sob-pressatildeo-8898987>.

⁷⁰ Com a criação do território federal de Ponta Porã, a cidade de Dourados era subordinada a essa região.

A primogênita Benvinda, filha do casal Maria Cândida de Oliveira e Dezidério Fellipe de Oliveira, em casamento arranjado pelos pais, teve como cônjuge Manoel Braga. O seu casamento, segundo consta, foi o segundo realizado na cidade de Dourados. Desse enlace nasceram sete filhos: João Batista Braga, Antônio Braga, Sebastião Braga, Eloi Braga, Dorcelina Braga, Jorge Braga, Noel Braga (SANTOS, 2010, p. 197).

Em relação à fé de Benvinda nos santos por quem era devota, este foi um legado deixado pelo seu pai. Segundo o Santos (2010), Dezidério, o fundador da Picadinha, era devoto de São Sebastião e possuía em sua casa uma imagem para manifestar a sua fé. Desde a sua chegada àquela região, anualmente, entre os dias 19 e 20 de janeiro, a família do patriarca realizava a novena em homenagem ao santo. Antônio Braga, neto de Dezidério, em entrevista concedida a Santos (2010), afirmou que o seu “[...] avô venerava São Sebastião desde o tempo do cativoiro [...]”, e que “[...] não esquecia de fazer essa novena [...] todo ano juntava as famílias e comemorava São Sebastião” (SANTOS, 2010, p. 188). Do mesmo modo que a oração do terço sempre foi realizada na casa de dona Benvinda, que “puxava as rezas” juntamente às “[...] outras mulheres que seguiam com a mesma ladainha” (SANTOS, 2010, p. 215).

Segundo Cavalcante⁷¹ (2019, p. 110), a prática da religiosidade popular ocorre em âmbito familiar, especialmente em pequenas comunidades rurais onde “[...] comumente o povo se reúne na casa de alguém ou na capelinha local para rezar o terço ou fazer uma novena”. Através disso, o devoto assume a interação com a imagem “em sua singularidade”, isto é, aquela que transita entre esses féis e não necessariamente com o santo (CAVALCANTE, 2019, p. 110).

A imagem de São Sebastião que pertenceu à Benvinda Oliveira tem sido cuidada ao longo das gerações. Após a sua morte, Antonio Braga (sr. Toninho, *in memoriam*) era o seu zelador. Com o seu falecimento, e até o tempo presente, está sob os cuidados de Noel Braga. Por ser uma imagem antiga e de muito valor aos seus devotos, não sai de seu altar da sua chácara, localizada no Quilombo da Picadinha, assim como a bandeira deste santo.

Aquela imagem da minha vó ainda tem até hoje está lá, ninguém mexe, isso é lei, a única pessoa que mexe lá é eu. Minha mãe vai lá, limpa, joga as toalhas. E até hoje não fica sem acender uma vela lá. Eu digo: eu não, vou lá. Então eu faço questão de acender uma vela lá e deixo lá olho. Tá lá naquele cantinho e ninguém mexe (Entrevista realizada com Noel Braga em 21/05/2022).

Valéria Rodrigues, filha de Noel, 22 anos, foliã, em monografia apresentada ao curso de Matemática pela UFGD, explicou que mediante o significado que a imagem possui para a família, sempre procuraram “[...] preservar a casa velha, o altar, para ter sempre essas memórias

⁷¹ <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/catolicismo-popular>

presentes [...]”, como modo de “[...] manter um pouco da história da comunidade” (RODRIGUES, 2020, p. 13).

Historicamente, o catolicismo foi a base religiosa do quilombo, ritualizada por meio dos terços, novenas e da festa a São Sebastião e, posteriormente, a Santos Reis, que são espiritualidades e manifestações religiosas diferentes, porém unificadas pela fé e pela criatividade dos seus fiéis. Essa celebração de natureza popular se difere do institucional, por permitir “[...] a relação plena da cultura das bases, em que o povo, mesmo com ritos próprios, traz à tona sua particularidade [...]”, muitas vezes sincréticas, em que o profano e o sagrado tornam-se uma coisa só (ANDRADE; NOGUEIRA, 2014, p. 1). Em relação ao Quilombo da Picadinha, as principais manifestações do catolicismo popular ao longo da história ocorreram mediante as festas aos santos e as novenas repetidas durante as celebrações.

As bases cristãs foram presentes desde o início do quilombo, inicialmente o catolicismo era hegemônico, cuja fé nos santos foi trazida pelo casal fundador e foram transmitidas aos filhos, iniciando pela primogênita, Benvinda. Depois, pelo avanço protestante ao qual boa parte da família de Dezidério optou por seguir.

Sobre a primeira, os pilares da fé fundamentados em meio ao quilombo estiveram alicerçados no chamado “catolicismo popular”. Esta modalidade da Igreja Católica marcadamente híbrida, segundo Azzi (1978), esteve conectada aos “[...] cultos africanos e ameríndios [...]” responsáveis por gerar diversas expressões religiosas consideradas sincréticas, assim como variadas formas de expressão como as romarias e festas das irmandades (AZZI, 1978, p. 52). Para Cavalcante⁷² (2019), “[...] a romanização valorizava mais os sacramentos em detrimento dos sacramentais, a saber: velas, fitas, imagens, etc. [...]”, e por isso afirma que o catolicismo popular pode ser considerado como o lado “[...] alegre da igreja, com suas festividades em honra a seus santos padroeiros, novenas, procissão, reza do terço, ladainhas, festas, momento de socialização e oportunidade de mostrar sua gratidão aos santos por uma graça alcançada” (CAVALCANTE, 2019, p. 108).

⁷² <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/catolicismo-popular>

Foto 1 – Altar e imagem de São Sebastião juntamente com a bandeira do Divino Espírito Santo que pertenciam à Benvinda Cândida de Oliveira, idealizadora da festa



Fonte: imagem capturada pela autora na residência de Noel Farias.

Conforme mencionado em outro capítulo, as famílias Braga e Oliveira, ambas provenientes da região de Uberaba-MG, se conheceram na região de Vista Alegre (atual Maracaju) e estreitaram uma relação de amizade e compadrio. Segundo Santos (2010), desde o início da formação do Quilombo da Picadinha essas famílias constituíram um elo que internamente os uniam enquanto grupo, de forma que externamente pudessem se diferenciar dos demais. Assim, por meio dessa proximidade compartilhavam vários aspectos de uma vida em comum, como as “[...] festas, as crenças, o trabalho, as dificuldades, uns ao lado dos outros [...] fundamentados em um saber, em uma tradição [...]” (SANTOS, 2010, p. 129).

Em conversas realizadas com os festeiros, dentre eles, Gerson Areco (47 anos), percebe-se que a união entre as famílias Oliveira e Braga se concretizava em diversos campos da vida social, inclusive nas celebrações e festas, tornando-as ainda mais plurais e dinâmicas. Nesse sentido, sobre a festividade da família Braga, no início havia uma comemoração voltada ao Divino Espírito Santo. Conforme Gerson Areco: “[...] a festa da Picadinha da família Braga,

começou na verdade, com a bandeira do Divino Espírito Santo. Eles saíam a cavalo e percorriam todos os distritos e fazendas vizinhas [...] E era praticamente semanas de romaria, saíam no dia 24 de dezembro e retornavam em seis de janeiro [...]” (ARECO, 2020).

A família Oliveira tradicionalmente comemorava São Sebastião, enquanto os Braga, o Divino Espírito Santo. Mais adiante foi inserida a festividade de Santos Reis⁷³, com a chegada de Eva Eulália da Silva Braga.

Eu era solteira e vinha com uma amiga, eu ia lá, lá já tinha a fama do terço de São Sebastião que eles rezavam. Mas era diferente e não tinha a bandeira e os palhaços. Foi quando nós levamos para lá as máscaras. Quem fez o arranjo para enfeitar o altar fui eu. A primeira festa com folião foi em 1955, no ano que eu casei, e aí continuou. Aí eles tomaram conhecimento com o pessoal de Itaporã, [...] era só festa que havia. (SANTOS, 2010, p. 214).

Com isso, mais uma vez as famílias Oliveira e Braga se uniram por meio do matrimônio, desta vez de Eva Eulália, filha de Dezidério e Maria Cândida, e João Batista Braga, filho de Marcelino Braga e Maria Rita de Souza. Através dos casamentos e dos batizados dos filhos, o laço de amizade entre os Oliveira e os Braga transcendiam as fronteiras dos núcleos familiares, constituindo-se em uma comunidade forte, unida pelos laços consanguíneos, culturais e de solidariedade. Sobre o conceito de família, do ponto de vista sociológico, este pode ser definida de acordo com as uniões estabelecidas pelos casamentos, que independente da ordem cultural estabelecem “[...] novas relações e direitos recíprocos entre os cônjuges e entre cada um deles e os parentes do outro” (LAKATOS; MARCONI, 2009, p. 174).

Ainda sobre isso, entende-se que a forte conexão entre os membros do Quilombo da Picadinha era também concebida por meio da circulação e aglutinação dos valores culturais e simbólicos, balizados pela religião católica em meio ao culto aos santos, e a criativa junção de diferentes entidades em um único e longo folguedo. Nesse sentido, a fim de corroborar esta questão, transcreve-se o depoimento de Antonia da Silva Braga (74 anos), que relembra com saudosismo esse passado festivo ao mesmo tempo que aponta a existência da comemoração atribuída aos santos (Sebastião, Reis e o Divino Espírito Santo):

Bom, esse passado foi passado muito bom, né? [...] minha mãe trabalhava com os irmão dela na caminhada da família de Divino Espírito Santo pra depois chegar até a casa morada que é de São Sebastião que é a minha vó Benvinda devota de São Sebastião que é aquela cultura, daquela família ali. E a gente participava das festa, que é de Divino Espírito Santo, Santos Reis, São Sebastião. E a gente era criança. Naquela época, das festas boa porque tinha, muita, muita devoção pela origem, da tradição, que é São Sebastião, Divino Espírito Santo, Santos Reis [...]. Minha mãe ela

⁷³ A origem da folia de Reis é associada às tradições cristas da Península Ibérica, provavelmente trazidas para o Brasil no século XIX.

andava a cavalo, cavalhada, tinha muito cavalo, ela ia com a bandeira. E ficava muitos dias pra fora aí chegava no dia dezanove de janeiro que era pra comemorar a festa de São Sebastião que é dia vinte de janeiro e aí era aquela festa muito bonita, uma festa de cultura, devoção, religião mesmo [...] (BRAGA, 2021, grifo nosso).

Segundo Galvão (1976), os santos são considerados divindades que protegem a comunidade, e por isso são invocados a fim de estarem amparados, além de outros objetivos. Ressalta-se que “[...] essa relação entre as partes é vista como uma forma de contrato que é a promessa, muitas vezes paga adiantada, para que o santo retribua com o benefício esperado [...]” (GALVÃO, 1976).

De acordo com o calendário católico, as comemorações a estes santos ocorrem em diferentes datas: Divino Espírito Santo em 5 de junho, Santos Reis em 6 de janeiro, e São Sebastião em 20 de janeiro. A fala transcrita acima demonstra a confluyente ritualização entre os santos, que dentro do quilombo eram comumente festejados durante uma única e longa celebração que não obedece/ia as datas previstas pelo catolicismo institucional.

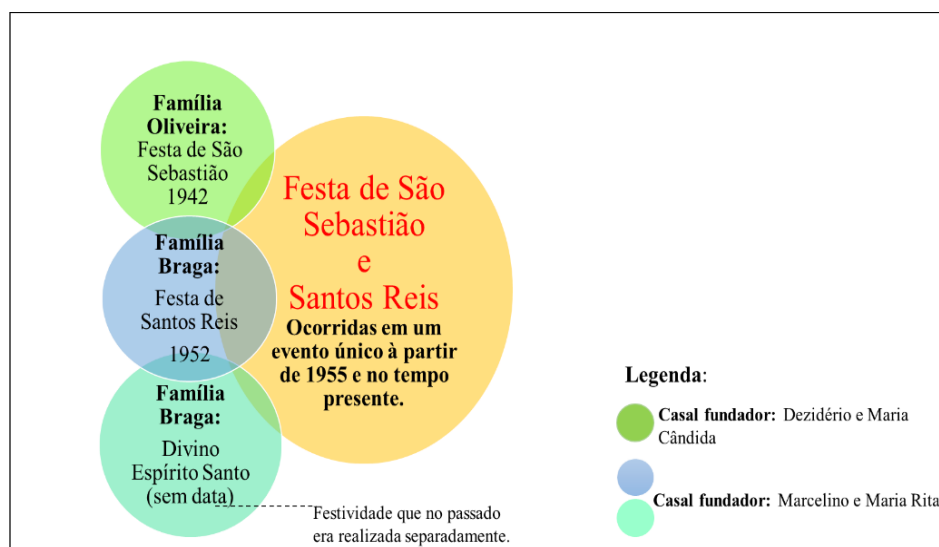
Dessa maneira, compreende-se que uma das especificidades desse grupo social, produzidas por meio da circulação e reinvenção dos valores culturais e simbólicos, pode ser identificada nas práticas de homenagear os santos em uma mesma data. Nesse sentido,

[...] reuniões familiares para reza comum; maior obrigatoriedade de frequência à novenas, procissões e romarias do que as práticas do culto oficial; as práticas religiosas não dependem necessariamente da aprovação ou presença do sacerdote nem seguem o calendário litúrgico oficial; a religiosidade, por conseguinte, é relativamente independente da Igreja, apresentando antes um caráter propiciatório do que expiatório. (CAMARGO, 1973, p. 58).

A Figura 4 resume a origem da realização das festas de São Sebastião e Santos Reis que hoje são comemoradas em um único evento e representa a sua especificidade, interação e reinvenção cultural. As culturas são dinâmicas, sofrem e promovem influências nos grupos sociais. Como forma de corroborar essa questão, aponta-se o depoimento de Noel Farias (57 anos), que explica a fusão dos festejos dos diferentes santos em uma única e plural comemoração.

São Sebastião é uma coisa. Santo Reis é outra coisa. O reizado se torna as duas junto. A comemoração ao Sebastião é no dia do Santo Reis, é tudo Santo Reis, mas o meu pessoal lá comemora São Sebastião, minha tia, meu filho lá começaram a cantar o reizado. Eles cantam o mesmo verso e fala Santo Reis e canta o mesmo verso e fala São Sebastião. É a mesma coisa. Então não tem diferença, são as duas festas em uma só. (FARIAS, 2022b).

Figura 4 – Festas religiosas das famílias Oliveira e Braga que deram origem a Festa de São Sebastião e Santos Reis



Fonte: elaborada pela autora.

Para Gino⁷⁴ (2012), amparada nos pressupostos de Ginzburg (2006) sobre a circularidade cultural como fruto de uma interação esférica, de movimento recíproco (de baixo para cima e vice-versa), e com essa interação, explica também a fusão cultural expressa nas manifestações religiosas, como as de cunho popular (catolicismo popular) e a “erudita” (catolicismo tradicional) (GINO, 2012, p. 17).

Os valores são carregados de simbolismos culturais que congregam a diversidade de costumes, credos, tradições, dentre outros elementos, que ofertam identidade e geram o sentimento de pertença a um determinado grupo social. Nesse sentido, os valores simbólicos do Quilombo da Picadinha podem ser apreciados através da religiosidade, manifestada por meio da fé aos diferentes santos e a interação destes com aqueles que ainda são responsáveis por estas celebrações e pertencem ao catolicismo.

Por fim, a cultura deve ser entendida como campo simbólico criado pela sociedade com o intuito de significar o mundo que a cerca, e numa perspectiva individualista, a compreensão do universo interior de cada pessoa. A “linguagem, o mito, a arte e a religião” são importantes componentes desse mundo construído e constantemente desconstruído pela humanidade. Em meio a essas transmutações dadas em sua coletividade, a cultura proporciona o “[...] reconhecimento de grupos historicamente discriminados [...]” e a efetiva compreensão à diversidade (FCP, 2010).

⁷⁴ http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340675188_ARQUIVO_TextoCompleto.pdf

Para Saruwatari (2014), pesquisadora que realizou um trabalho etnográfico no quilombo, as manifestações religiosas constituem-se em uma das marcas distintivas desta comunidade. “O patriarca da comunidade, Dezidério, era católico devoto de São Sebastião. Nasceu escravo, mas as influências religiosas que ele recebeu sempre foram oriundas do catolicismo tradicional” (SARUWATARI, 2014, p. 88).

As influências que Dezidério recebeu e repassou à sua família tem origens no catolicismo tradicional, porém as suas formas de ritualização são explicadas através do conceito de catolicismo popular. Sobre essa dicotomia, apresenta-se a concepção de Azzi (1978), que explica que o catolicismo em âmbito tradicional “[...] é caracterizado pelo aspecto luso-brasileiro, atuação leiga com resquícios medievalistas, sobre a questão social e familiar [...]” marcados pela inflexibilidade, inclusive nos cultos (AZZI, 1978, p. 50).

Gino⁷⁵ (2012), em estudo realizado sobre o catolicismo popular em Mariana-MG durante o período pós-colonial, explica que a atuação do Estado português em suas colônias impunha o catolicismo como forma de controle social balizadas pela eugenia, uma vez que os “[...] homens de cor e mestiços [...]” ocupavam, em grande parte, os mesmos espaços sagrados que os “brancos”, sendo reservadas a esses grupos sociais instituições como as “[...] irmandades e as santas Casas de misericórdia” (GINO, 2012, p. 7).

A condição social do patriarca da Picadinha, como ex-escravo e membro do que Santos (2010) definiu como “rede de irmandade”, já o coloca como praticante de uma das modalidades mais vivenciadas no Brasil: o catolicismo popular. Resultado da interação cultural entre as diferentes culturas presentes nos trópicos, como indígenas, africanos e europeus, desde a América Portuguesa as celebrações e outros ritos católicos foram marcados por uma certa leveza quando comparada aos que ocorriam na Península Ibérica. Sobre isso, Galvão (1976) explica que a “[...] riqueza do catolicismo popular é justificada pela fusão de três culturas: a do índio com sua pajelança, os africanos com sua variedade cultural, cheio de calor humano, que se expressava principalmente em suas danças e músicas ritmadas e dos europeus (GALVÃO, 1976, p. 7).

Já Cavalcante⁷⁶ (2019), ancorado nas percepções de Maués (1999) e Souza (2013), explica que catolicismo (romanização) de natureza popular oferece espaço de atuação aos leigos (“não especialistas do sagrado”) que “[...] assumiam funções religiosas como rezadores, curandeiros, parteiras, conselheiros” (CAVALCANTE, 2019, p. 113). Para Galvão (1976), a romanização popular é sinalizada pela forte devoção aos santos padroeiros e de devoção,

⁷⁵ http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340675188_ARQUIVO_TextoCompleto.pdf

⁷⁶ <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/catolicismo-popular>

celebrados por meio das rezas e festas fora do ambiente institucional, isto é, a Igreja (GALVÃO, 1976, p. 48).

Como forma de explicar o catolicismo popular como um dos perfis identitários da festa de São Sebastião e Santos Reis, recorre-se às entrevistas efetuadas com os foliões na contemporaneidade e foliões de outrora, a exemplo de Desidério Oliveira (adventista) que expôs o seu passado festivo e católico:

Era três dias de festa. Começava na sexta-feira ia terminar na segunda. É [...] eu ficava sexta, sábado, domingo. Segunda. Acabava segunda. E todo mundo vinha, né? E não cobrava nada. Vinha gente de Dourados, muita gente de Itaporã. E aí todo mundo participava esses dois, três dias. Todo mundo. E pousava aqui, o povo dormia na rede. Ficava tudo por aqui. Eu mesmo lembro que já fiquei passado três noites sem dormir (OLIVEIRA, 2022, grifos nossos).

Gerson Areco (2021b), folião no tempo presente, pontua a festa como tradição, bem como explica alguns detalhes sobre o tempo de duração:

A festa é uma tradição, uma devoção, a gente faz a romaria e festividade. Então começa em dezembro com a festa de Reis e aí vem o mês de janeiro e começa uma festividade de São Sebastião. Antigamente, eles faziam a romaria no mês de dezembro até o final do mês de janeiro que era a festa do divino Espírito Santo que é a mãe dele alguns tataravó carregava. Era diferente a romaria, utilizavam de artifícios como tração animal pra poder se locomover, eles iam a cavalo. Então assim, era bem mais bonito era bem mais aceita, as pessoas já ficavam ansiosas pra receber. (ARECO, 2021b).

Conforme o exposto, a festa desde os seus primórdios foi motivada pela fé nos santos, que segundo a crença popular atuam como mediadores perante Deus. Quem consegue a graça almejada promete anos de festa à entidade de devoção, que no passado ocorria exclusivamente mediante os donativos recebidos em forma de alimentos. Conforme Desidério (2022):

[...] minha mãe Anália Nunes de Matos, foi a primeira cozinheira da festa. Ela e uma paraguaia que morava aqui perto. Aí vinha muito frango, elas fazia, matava. Muito frango, leitoa [...] arroz, macarrão, mandioca. Ganhava de tudo. Fazia doce de abóbora, doce de leite. Do que era o que era produzido, do que tinha aqui e do que doava. (OLIVEIRA, 2022, grifos nossos).

Para Coelho (2015), as festividades são elementos que favorecem a coletividade entre os foliões, amigos e até desconhecidos em função de fatores como “[...] fé, devoção, promessas, votos, aptidões musicais, amizade, estar-com-o-outro, emoção e também, comida [...]” (COELHO, 2015, p. 3). Nesse sentido, sobre a captação de recursos, desde os tempos remotos, uma das principais formas de captação era e continua sendo por meio dos foliões, que ofertam as suas contribuições em meio ao giro da bandeira, isto é, quando o doador recebe a bandeira e os foliões em sua casa durante o seu trajeto. Gerson Areco, por sua vez, expunha que por ser

“um ato religioso, um ato de doação”, as doações angariadas são em forma de alimento ou dinheiro, usados especificamente para a festividade. Nessa direção, Jaqueline Areco (28 anos, foliã) explicou que “[...] não é assim individual. É uma festa coletiva que até então a gente doa”.

as pessoas que aceitam receber São Sebastião em casa fazem a oferta. Com o intuito de receber algum milagre. Por exemplo, eu preciso fazer essa oferta pra uma cura, saúde e tudo mais. Então a festa acontece em cima do ofertório onde as pessoas ofertam um animal, um arroz, uma comida e aí a gente se reúne pra fazer acontecer (ARECO, 2021c).

Em face da diversidade cultural e religiosa brasileira, o Quilombo da Picadinha, ao longo do tempo, constituiu uma ritualização específica e aglutinadora: devoção aos santos católicos e demais objetos sacralizados, como as bandeiras e as imagens desses santos. Na folia de Reis, os objetos sagrados se constituem na imagem do santo, nas vestimentas dos palhaços (em especial a máscara) e a bandeira. As vestimentas da banda e os instrumentos musicais são considerados importantes, porém sem a sacralização atribuída aos elementos anteriores.

A ritualização dos santos na Picadinha no início congregava três festas católicas: Divino Espírito Santo, Santos Reis e São Sebastião. Com o passar do tempo, a celebração passou a ser voltada aos dois últimos: iniciando dia 25 de dezembro, Natal, data que marca o nascimento de Jesus até a aparição dos Três Reis Magos que são citados na Bíblia, que foi definido como acontecendo no dia 6 de janeiro com a devoção a Santos Reis (marcada mediante o calendário católico), e finalizando em 20 de janeiro no dia de São Sebastião, em um altar preparado no quilombo, uma vez que a imagem de São Sebastião não é transportada a outras localidades.

Santos (2010) explica em seu trabalho que a origem da junção das festividades de Santos Reis e São Sebastião iniciou-se nos anos de 1950. Porém, em entrevistas com os foliões contemporâneos aponta-se também que um dos motivos para essa aglutinação esteja relacionado à conversão de diversos membros da família ao protestantismo. Segundo Jaqueline Areco (2021c), “[...] a festa se tornou uma só porque a maioria dos familiares mudaram de religião e viraram evangélicos. Até aqueles que eram da linha de frente da folia de Santo Reis de São Sebastião se converteram e abandonou” (ARECO, 2021c).

Segundo Saruwatari (2014), a chegada protestante e a consequente conversão dos quilombolas da Picadinha começaram por volta dos anos de 1970, iniciando pela Congregação Cristã do Brasil, depois a Assembleia de Deus e a Adventista do Sétimo Dia, sendo esta última a predominante na região (SARUWATARI, 2014, p. 118-119).

A linha temporal se difere em ambas as informações, se estendendo entre os anos 1950 (SANTOS, 2010), 1970 (SARUWATARI, 2014) e o tempo presente (ARECO, 2021c). Pode-se constatar que esse fenômeno da mudança de religião é algo que marcou a comunidade e,

consequentemente, as festas, estando presente em sua memória coletiva. As religiões protestantes, assim como as outras, contribuem para as mudanças comportamentais dos seus adeptos, como a participação ou não dos eventos fora do ambiente religioso.

Em continuidade dessa questão, a entrevistada Jaqueline Areco (2021c) afirmou também que em virtude da perda dos adeptos do catolicismo para a nova agremiação religiosa ou falecimento, a quantidade de foliões foi diminuindo. Sendo assim, os indivíduos que tinham devoção a São Sebastião permaneceram nessa linha, “[...] formando uma única festa para devoção” ao santo, realizada antigamente na casa no Sr. Antoninho (*in memoriam*), localizada no Quilombo da Picadinha. Nas palavras da interlocutora: “[...] foi diminuindo o grupo de família porque o povo foi se convertendo a outra religião e aí os que ficaram devotos e os que receberam milagres falaram: não, vamos fazer e tomar frente. Vamos uma só Folia a São Sebastião e Santos Reis” (ARECO, 2021c).

No que tange à unificação de diferentes santos (Reis e Sebastião) em uma única festa, as referências apontam para os anos de 1950. O depoimento de Areco (2021c) corrobora esta afirmação ao mesmo tempo que se conclui que a celebração ao Divino Espírito Santo pode ter sido agregada à presente festa mediante o avanço protestante no quilombo.

A memória individual e coletiva sobre esses eventos foi de fundamental importância para a compreensão dos seus significados e mudanças ao longo do tempo. Nesse sentido, ressalta-se a relevância da memória coletiva e da problematização da subjetividade. Em pesquisas acadêmicas, segundo Halbwachs (2006), recorre-se “[...] aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar [...]” o que sabe “[...] de um evento do qual já estamos informados de alguma forma” (HALBWACHS, 2006, p. 27).

De acordo com Coelho (2015), em estudos sobre as folias de Reis provenientes do interior de Goiás-GO, os símbolos destes folguedos são o “[...] palhaço, a bandeira, os presépios, as melodias das toadas, a culinária, os arcos feitos de folhagens de palmeiras e enfeitados com flores naturais ou de papéis, as oferendas para a bandeira e presentes para os palhaços” (COELHO, 2015, p. 3). Os adornos que compõem a festa no Quilombo da Picadinha são da mesma natureza que, em concordância com o autor, “[...] são atrativos para atrair os devotos para rezas, orações, preces e súplicas, de forma recitada e cantada” (COELHO, 2015, p. 3).

Sobre a memória de alguns desses enfeites, como as tolhas e as máscaras dos palhaços, apresenta-se as falas de Antônia Braga e Domingas Farias (68 anos, foliã), respectivamente: “[...] capacete dos palhaço foi mandado fazer no sapateiro, que é coisa fácil fazer aquela máscara bem feita e inclusive aquela máscara existe até hoje. Minha mãe fazia toalha, aquelas

toalha linda na mão, minha mãe fazia, vó Benvinda fazia e enfeitava o altar” (BRAGA, 2021b). “Tinha que chegar e lavar pra na hora da festa está tudo em dia. Eu lavava as roupas dos palhaço e as toalhas (no córrego são Domingos) durante os dias de festa. Batia a chuva, mas Deus ajudava e secava e era o movimento esses dias todinho, todo dia cheio de gente em casa. As pedras até hoje tão lá do mesmo jeito” (FARIAS, 2022a).

Para Bitter (2008), dois dos objetos apresentados anteriormente são essenciais para esses ritos: a bandeira dos Santos Reis (no caso da Picadinha, inclui-se a de São Sebastião), e as máscaras dos “palhaços”, são dotados de valores e “poderes extraordinários” (BITTER, 2008, p. 9-11) Sobre estes elementos, os tenentes (palhaços, para o imaginário popular), originalmente possuem um significado mitológico “negativo” que, como afirma Bitter (2008, p. 59-60), seriam entidades como o “[...] Diabo, o Cão, Herodes, o rei da Judéia, ou seus soldados que teriam perseguido o menino Jesus para matá-lo”.

Esse imaginário, porém, pode atribuir novas significações conforme os grupos sociais. No caso dos foliões da Picadinha, os palhaços assumem as funções de guardiões da bandeira, da Princesa/Rainha e do Rei da festa. Segundo Areco (2021c), estes são escolhidos por quem faz a promessa, para fazer o teatro juntamente com eles. “Eu fui rainha há dois anos se eu não me engano. A minha irmã foi rainha. Aí veste a gente de rainha pra esperar pra a retirada de bandeira. Aí tem todo esse envolvimento do rei e da rainha de São Sebastião. Os palhaços têm que defender e proteger a bandeira (ARECO, 2021c, grifos nossos).

Adriana Braga (50 anos, foliã), por sua vez, complementa que os palhaços protegem a caminhada, estando à frente da bandeira, em movimento de luta ou dançando a sua volta.

Então eles dançam em volta dessa bandeira, eles faz todo o envolvimento de luta porque eles estão ali protegendo. Digamos que é uma luta contra o bem e o mal, sabe? e aí eles tão lutando, então aí faz toda aquela movimentação, aquela brincadeira. No dia da finalização da festa, a rainha tá escondida e os palhaços precisam resgatá-la pra liberar a festa. Então eles faz todo um cercado de proteção e aí essa bandeira vai chegando, vai chegando na associação (BRAGA, 2021a, grifos nossos)

Jaqueline Areco (2021c), continua:

[...] os palhaços precisam capturar essa rainha, que está em poder dos guardas de Herodes. Eles são caracterizados, tem todas as vestimentas. E os palhaços de São Sebastião precisam salvar essa rainha que está ali no palácio. Pra liberar ela e ter a permissão de São Sebastião. Aí depois a festa acontece! Mas assim, é uma coisa assim muito chocante, assim, sabe? Quem assiste, quem é de fora, fica impressionada! (ARECO, 2021c, grifos nossos).

Diante das entrevistas, a condição do palhaço para a folia da Picadinha se diferencia completamente das apresentadas por Bitter (2008) nas festas em que esteve. Para os foliões da

comunidade em questão, esses atores assumem as funções de animação e proteção, características positivas se comparadas às mencionadas por Bitter (2008). Sobre as lembranças da festa, durante as entrevistas, diversas vezes, esses atores foram carinhosamente citados. Ainda sobre isso, os tenentes do folguedo da Picadinha são também orientados a receber os donativos para a festa final, que eventualmente são conquistadas por meio da solução de enigmas ou desafios maiores, conforme exposto abaixo:

Os tenentes (palhaços) usam roupas coloridas com um saquinho de lado, uma cor a cor é esse alegre. São pano de chita, sabe? Coloridos. Eles usam e o capacete que é a máscara de palhaço e eles dançam. Tem que ser a alegria da companhia né? Eles têm que fazer a arte ali. Uma vez quando a gente presenciou o fato de a gente chegar numa fazenda e aí o dono da fazenda receber com muito carinho e prestígio e falar assim: *ó eu vou dar uma novilha pra vocês, mais só que cês tem que entrar lá no pasto e pegar*. Aí os tenente tem que ir lá nessa obrigação. O fazendeiro está dando, mas isso tem que ir lá e pegar aí tem que trazer um pedacinho dele pra aquilo ser da companhia (ARECO, 2021a).

O mesmo episódio foi também narrado pelas ex-tenentes Gabriely Areco e Ana Paula Silva (foliãs, membros da banda, 18 e 19 anos, respectivamente): “[...] não temos medo. O Santo nos protege. Não vamos nós que vamos até a novilha. Ela vem até a gente!” A coragem juvenil é balizada na fé dos seus participantes que se arriscam às mais diversas situações. Durante o giro, os palhaços ficam em retaguarda e ao mesmo tempo desconexos, estando à frente das bandeiras, de modo que nenhum folião possa atravessá-la. No dia da festa da chegada, eles se apresentam de forma espontânea após a refeição.

Sob a análise da etnografia, Bitter (2008) indica que no “[...] plano das ações sociais e rituais [...]” a bandeira e a máscara se constituem em símbolos dominantes e complementares (BITTER, 2008, p. 58). A respeito da celebração em questão, os objetos que se locomovem durante os giros são as máscaras e as vestimentas dos palhaços, as vestimentas e os instrumentos da banda, e as bandeiras de São Sebastião e Santos Reis. Explicando um pouco mais sobre o giro (*gira* para os(as) entrevistado(a)s), em geral é considerado(a) uma performance da “[...] viagem que os Reis Magos (Gaspar, Melquior e Baltazar) teriam feito para adorar e presentear o Menino Jesus com ouro, incenso e mirra, segundo a tradição cristã, recriada no imaginário popular” (SOUZA⁷⁷, 2019, p. 1-3).

Coelho e Maia (2011), fundamentados nos pressupostos de Ullman (1974) e Corrêa (1997), reportam que esses movimentos-rituais são determinados por fatores como “fé, crença e confiança na Divindade”, recorridas pelas pessoas “[...] mediante promessas e votos com fins diversos” (COELHO; MAIA, 2011, p. 128-129). Bitter (2008), por seu turno, cita que de modo

⁷⁷ <http://journals.openedition.org/pontourbe/6041>

geral cada etapa desse movimento compreende uma série de ações planejadas e cheias de significados: “[...] chegada, entrada, distribuição de bênçãos, refeição, apresentação dos palhaços, ofertas, agradecimentos e despedida” (BITTER, 2008).

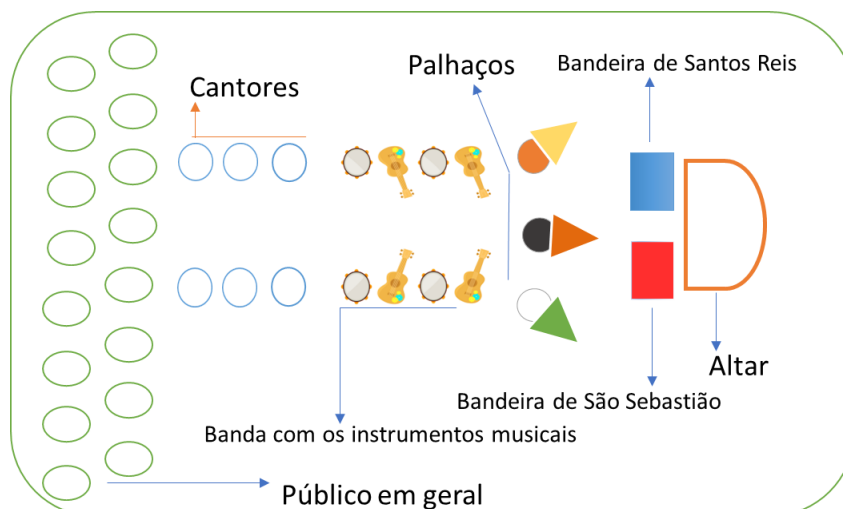
As giras, também chamadas de bandeiras (dada a importância desse artefato ao ponto de definição das visitas às casas), compreende que os foliões denominam como saída, uma vez que saiu do seu lugar de origem para chegar ao destino final, a chegada. Em suma, todo o trajeto de peregrinação nas casas é denominado saída, que ocorre na área urbana de Dourados até a chegada, que é o ponto final, na Picadinha, região rural onde está a imagem de São Sebastião. Esse momento se constitui como o ápice do ritual, em razão da união dos objetos considerados sagrados e da festividade de ordem sacralizada (ritual religioso) e profana (jantar e baile).

Para além dos palhaços, outros importantes responsáveis pela animação das celebrações da Picadinha são os músicos da Cia. Estrela do Oriente de Itaporã. Em conversa com Eduardo Alves (69 anos, mestre embaixador), descobre-se que há 37 anos o grupo tem animado a festa da Picadinha, composto por 15 membros que atuam em variadas funções como mestres embaixadores, contramestres, cantores em naipes de vozes diferentes (da primeira à sétima) e instrumentos adornados com fitas e flores coloridas, como cavaquinho, violão, violino, pandeiros, reco-reco e caixas, tocadas por homens e mulheres.

Ao longo do circuito entoam melodias referentes aos santos de devoção para a rememoração do nascimento do menino Jesus. Os ritmos mais frequentes são as toadas e embaixadas, tocadas conforme o momento que se pede. Gabriely Areco (2021a), membro da banda, explica que em meio às canções de agradecimento, de oferta, e de adoração

[...] o mestre que é o que puxa toda cantoria e os contramestres que respondem a cantoria do mestre. E aí tem também as vozes que é depois que os contramestres respondem tem as vozes. E a equipe tem que seguir no que o mestre está comandando. Ele dá um comando ele faz um sinal com o braço e com o violão. Quando ele levanta o violão é mais alto. Quando ele abaixa é parada. Diversas melodias. Tem o que quando o mestre tem que fazer um barulhinho com a baqueta, que é a embaixada. A embaixada é para a saída da bandeira e a sua chegada (ARECO, 2021a).

Figura 5 – Disposição das bandeiras e dos foliões durante as celebrações



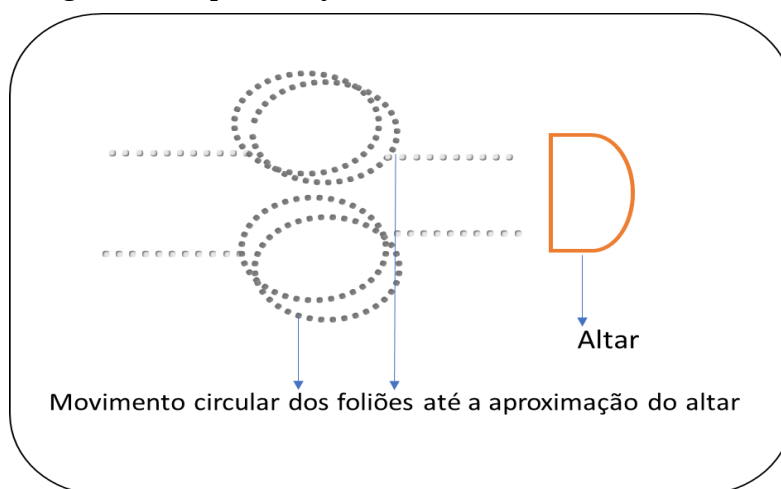
Fonte: elaborada pela autora.

O percurso da bandeira na visitação às casas é previamente planejado. Da saída (início) até a sua chegada na Picadinha, esse caminho caracterizado como “giro/gira” foi elaborado de modo que sempre se siga em frente, sem retroceder, criando uma imagem relativamente esférica.

Se começa no ponto X a gente tem que fazer literalmente um giro. Não pode voltar porque senão dá nó na bandeira. É uma crença que dá nó na bandeira e tudo começa a desandar. A companhia toda começa a desandar. Começa a quebrar instrumento, começa a dar diferença no som. É uma crença que já vem muito antes. É. Porque é assim, você começou no ponto X você tem que ir no círculo não pode voltar pra trás. Por isso que chama giro. Porque tem que prosseguir não pode cruzar (ARECO, 2021a).

Esse movimento de deslocamento de pessoas é acompanhado pelas sacralizações dos movimentos. Para Pereira (2009), seus participantes são incentivados a girar e se preparar para a grande festa final (chegada) “[...] são transferidas do mundo secular e profano para o domínio do extraordinário” (PEREIRA, 2009, p. 9).

Figura 6 – Representação do movimento circular dos foliões



Fonte: elaborada pela autora.

De modo geral, os círculos estão presentes em diversos momentos das celebrações. Da chegada até a entrada nos recintos, os foliões em filas separadas criam caminhos circulares para chegarem ao altar. Em diversas culturas religiosas os ciclos estão presentes, como forma de ressignificar os ciclos presentes na vida (do nascimento à morte), o tempo do calendário, do relógio, da natureza, ou da necessidade da constante renovação da fé.

Nesse sentido, Bitter (2008, p. 48-49) aponta que em termos simbólicos e formais a circularidade nas celebrações também advém da concepção de mundo “[...] na qual as benesses ofertadas pela Natureza e pelo Cosmos devem ser renovadas a cada ano”. Em relação aos ritos circulares nas celebrações em questão, o ato de circular promove a criação de um terceiro tempo, que congrega o tempo linear (da vida diária, cotidiana) e o tempo circular (o tempo em que foliões intensificam seus laços com divindades e antepassados) (BITTER, 2008, p. 48-49). Coelho e Maia (2011) relatam que tais movimentações são “[...] indicativos de interações espaciais, dada a transferência de pessoas e coisas entre áreas, que podem ter como uma de suas variáveis implicadoras a distância” (COELHO; MAIA, 2011, p. 128-129).

Foto 2 – Imagem que mostra a circularidade do ritual, capitaneada pelos palhaços



Fonte: imagem capturada pela autora.

Foto 3 – Imagem que mostra a circularidade do ritual, capitaneada pelos palhaços



Fonte: imagem capturada pela autora.

O percurso de visitas às casas dos foliões ocorre ao longo dos dias de festa, que no Quilombo da Picadinha, em tempos remotos, iniciava-se entre o Natal até o dia de São Sebastião. Quase um mês de “giras” e orações. As famílias que aceitavam receber a bandeira, ofertavam donativos em virtude da graça alcançada mediante a promessa feita. Os foliões, por sua vez, cantavam, rezavam e promoviam diversas brincadeiras, com muita diversão. Ao fim da estação com donativos ofertados, retiravam a bandeira do altar e prosseguiam para a próxima parada.

Durante a “gira” de visitas, a bandeira é um objeto considerado sagrado, tornando-se o baluarte dessas celebrações do início ao fim. Zeladas por todo o trajeto, estas no momento da chegada às famílias são recebidas com beijos ou toques, em sua ponta ou nas fitas,

acompanhadas de cantos e aplausos. Após esse momento, ela é fixada no altar e lá permanece até o fim do terço, puxado pelos homens, respondido pelas mulheres ou vice-versa. Passado esse momento, inicia-se a mística do encontro: a bandeira é retirada do altar e repassada às pessoas que desejam segurá-la. Nesse momento, o indivíduo realiza uma oração interiorizada, a fim de agradecer ou pedir uma graça. Em meio a isso, a banda capitaneada pelo mestre professa cânticos de forma espontânea, interpretadas de forma individual ou coletiva, inspiradas pelo “divino”. Nesse sentido, se a letra da música descrever ou dar pistas sobre o pedido “secreto”, o indivíduo receberá a graça alcançada. Eduardo Alves e Salomão como mestres embaixadores são os responsáveis por puxar e reproduzir essas melodias espiritualizadas. “Mestre embaixador é aquele que faz o verso, canta e os outros respondem. [...] não cantamos uma coisa que está escrito, uma coisa decorada. São versos criado no momento, na hora a gente faz. Saudamos as pessoas e fazemos o verso e os outros repetem” (ALVES, 2022).

Para Tremura (2004, p. 6), a bandeira simboliza “[...] os Magos, São José, Santa Maria e o Senhor Jesus Cristo recém-nascido”. Assim, quando perguntados sobre o significado das bandeiras, os foliões da Picadinha atribuem grande importância a um “verdadeiro instrumento de milagres”. Para os foliões, ambas possuem uma dimensão tangível e, sobretudo, intangível, explicadas pela fé e devoção. Assim, a bandeira “[...] demarca um campo de forças em torno de si, estabelecendo uma ordem hierárquica e mesmo proxêmica” (BITTER, 2008, p. 54).

Sobre a bandeira de São Sebastião, Noel Farias explica que não sabe quantos anos possui, mas “que faz muito tempo”, que era da sua avó, Benvinda.

Quantos anos ela tem essa bandeira? Ah ela tem ano, hein? Pra dizer a verdade o pano não. O pano ainda foi trocado, mas já tá vencendo, mas também a hora que ele acabar, eu vou jogar na água. Mas não que eu tenha alguma credence, não tem, eu tenho que preservar aquilo que era da minha vó, que era do meu tio, que não é meu e não é de ninguém. Era da minha avó (FARIAS, 2022b, grifos nossos).

Adriana Braga (2021a) também explicou que “[...] lá na picadinha tem um altar, com várias imagens e a bandeira. Ela é a principal porque nela tem a imagem São Sebastião e nela tem vários pedidos. Nessa bandeira fica pendurado os pedidos e os milagres que aconteceram”.

Foto 4 – Bandeira de São Sebastião



Fonte: imagem capturada pela autora.

A bandeira se constitui em estandarte posta em lugar de destaque. É composta pela trama de fios que servem de suporte à fixação das imagens dos santos, e demais ícones usados como enfeite, podendo também identificar “[...] uma associação de pessoas organizadas em seu entorno [...]” tendo em comum a possibilidade de serem transportadas “[...] temporalmente por determinadas pessoas” (BITTER, 2008, p. 9-10). É, portanto, uma construção coletiva.

Constituindo-se como elemento agregador de milagres, a bandeira não é explicada especificamente por seu critério físico como mastro e tecido, mas pela dimensão espiritualizada que ela possui, que vai desde a escolha das cores referentes aos santos aos adornos fixados pelos foliões a cada graça recebida. Noel Farias (2022b) informa que essa é mais nova se comparada à de São Sebastião.

Essa bandeira (*São Sebastião*) mais antiga está lá. A outra que você viu é a bandeira dos meus primos. Até a taquara de São Sebastião, que está no cabo dela foi, meu padrinho que fez (*Sr. Toninho*). E eu não vou te falar quantos anos tem, porque não lembro. Aquela madeira é muitos anos. Muitos anos. Aí. E ela andou muitas casas. Vixe Maria! Existe uma aventura! (FARIAS, 2022b, grifos nossos).

Em relação à bandeira de Santos Reis, segundo o Sr. Salomão (80 anos, folião), possui mais de 40 anos, mas não lembra quando começou a ser “feita”. Eduardo Alves (mestre da Cia de Reis), corroborou apontando que existe desde “[...] quando surgiu a Folia de Reis há quarenta anos atrás” (ALVES, 2022).

Foto 5 – Bandeira de Santos Reis com os seus artefatos inseridos a cada promessa



Fonte: imagem capturada pela autora⁷⁸.

Como forma de explicar os elementos presentes na bandeira de Reis, Areco (2021a) afirma que esta “[...] não foi feita por uma pessoa só. Tudo o que tem nela, cada fita ou enfeite foi uma promessa paga ou um pedido. Nunca é a mesma. Por isso, ela muda a cada casa que passa, e está em constante mudança. Ela nunca se perdeu e já passou por muitas casas e lugares como Dourados, Douradina, Itaporã, Picadinha, Montese, Panambi”.

A bandeira dos Santos Reis e a de São Sebastião constituem-se como artefatos sagrados que visitam as famílias que aceitam recebê-las. Nesse sentido, a mobilidade se constitui em uma forte característica, pois promove a sua aproximação aos seus fiéis antes da finalização da jornada, diferentemente do ícone de São Sebastião, que permanece imóvel enquanto acontece a “gira”. Sendo assim, os santos que compõem o altar das casas são aqueles pertencentes à família receptora, que de forma geral os que mais se fazem presentes são as imagens de Nossa

⁷⁸ Imagem produzida em 6 de janeiro de 2022, na casa do Sr. Salomão, o violeiro mais velho da Cia. Estrela do Oriente, que anima as celebrações em Itaporã e na Picadinha.

Senhora Aparecida (considerada a padroeira do Brasil desde a década de 1930), o presépio natalino (Maria e José com Jesus na manjedoura) e a Sagrada Família, São José e Santos Reis.

Foto 6 – Bandeiras de São Sebastião (vermelha) e Santos Reis (amarela, tecido antigo)



Fonte: Areco e Areco (2022).

Coelho e Maia (2011), em suas pesquisas sobre os folguedos de Goiás, apontam a ordenação espacial que os componentes das celebrações assumem durante os rituais, bem como a ressignificação posta no recinto que a recebe. Para os autores, “[...] todos os participantes, o devoto, o embaixador, os integrantes do coral os responsáveis pela percussão obedecem a uma posição, o que ratifica a dimensão essencialmente espacial dos rituais” (COELHO; MAIA, 2011, p. 132). Sobre a casa, quando urbana, assume uma nova personificação que remete ao meio rural: “[...] não é a casa da ‘cidade’, cerceada e sitiada na impessoalidade; mas sim a casa rural da prosa, da cantoria [...]” e da refeição compartilhada (COELHO; MAIA, 2011, p. 132).

Ainda sobre os rituais, estes são marcados também pela repetição e consequente criação de uma memória coletiva. Para Bitter (2008), as canções e orações repetidamente mencionadas constituem como “[...] instrumentos rituais de forte apelo mnemônico [...]” por meio da “[...] repetição dos cantos, dos gestos da estrutura ritual que se memoriza e, de certo modo, se realiza a mediação com os planos cosmológicos” (BITTER, 2008, p. 48-49).

Após os rituais sacramentais, seguem-se com o jantar compartilhado e o baile. Sobre este último, até o tempo presente, o sertanejo e os ritmos “regionais”, como vanerão, chamamé

e polca paraguaia, embalam os festejos até o sol raiar. Não há a presença de outros ritmos “contemporâneos”, como o rap e o funk, pois os organizadores da festa da Picadinha não permitem esse tipo de música, por considerarem ofensivo aos mais “velhos”.

Retomando sobre a sua trajetória, o mesmo interlocutor também explicou que a festa por muito tempo ficou restrita aos familiares do quilombo e à família que recebia a bandeira. Não era aberta para o grande público “por conta de medo ou represália da sociedade civil”. A partir do século XXI, houve certa abertura pelo interesse demonstrado pelas universidades em pesquisar o local (ARECO, 2020).

Sobre isso, historicamente as festas organizadas nos quilombos, especialmente as religiosas, eram alvo de desconfiança e represália. Pais de santos e benzedeiros eram “[...] respeitados pelos escravos e temidos pelos senhores [...]”, uma vez que lhes eram “[...] atribuídos poderes místicos e desconhecidos” (SOUZA, 2012, p. 78). Essa desconfiança sobre as celebrações relacionava-se ao fato de acreditarem que estas poderiam ser a cortina de fumaça para a organização de “[...] sociedades ocultas aparentemente religiosas, mas, sempre perigosas pela facilidade com que algum negro inteligente poderia utilizá-las para fins sinistros” (STEIN, 1985, p. 243). Nesse sentido, as manifestações culturais quilombolas, principalmente, as expressões religiosas se constituíam em representações de luta e resistência, pois além de ameaçar a ordem, transgrediam com a religiosidade imposta pelos senhores.

Ao longo das pesquisas, verificou-se que a conexão dessa comunidade com a religião católica ocorria (e continua ocorrendo) especificamente por meio das festividades. Sobre a presença de clérigos da Igreja Católica, Desidério (o membro mais velho desta comunidade) afirmou que os padres da região de Dourados iam ao quilombo de “vez em quando”, mas que nunca participaram das festas. Dessa maneira, a festa do Quilombo da Picadinha, desde os seus primórdios esteve balizada pelo catolicismo popular rural.

Segundo Maia (2002), isso se desenvolveu à margem da Igreja, mediante a dificuldade de alocação dos “[...] bispos, prelados e padres, fosse pela distância a ser percorrida, ou pelo descaso dos representantes clericais com o que consideravam ‘exterioridades’” (MAIA, 2002). Para Galvão (1976), as comunidades distantes apresentavam maior autonomia para a realização das festas religiosas, pois a “[...] presença das autoridades eclesiásticas era até evitada por representar uma ameaça para a realização do baile” (GALVÃO, 1976, p. 58).

A respeito do silenciamento epistêmico, isto se conecta aos quilombos históricos que foram criados no contexto do Brasil escravista. Sobre isso, Souza (2012) destaca o fato que ao mesmo tempo que as comunidades silenciavam-se sobre os seus esconderijos e as suas práticas

culturais, “[...] circulavam pela cidade ou pelo entorno das fazendas, contribuindo para a construção e o crescimento das redes urbanas nascentes” (SOUZA, 2012, p. 83).

Assim, as principais pesquisas sobre o quilombo em questão, capitaneadas por Santos (2010) e Saruwatari (2014), apontaram a sua “suposta interrupção” desde o início do século XXI. Esta teoria de suspensão da festa ocorreu por meio das entrevistas realizadas com aproximadamente 27 pessoas que comentaram e descreveram as lembranças referentes à festa, da sua gênese até a finalização, motivadas pela diminuição do número de participantes, a falta de recursos financeiros, o falecimento dos foliões, entre outros motivos, como “o desgaste natural” e a “vontade divina” (SARUWATARI, 2014, p. 90-91).

Sobre isso, Ramona O. Kuttert, membro da Igreja Adventista do 7º dia, em entrevista com Saruwatari (2014), afirmou que por muitos anos, mesmo depois de convertida, assistia à festa, sem participar dos rituais e do jantar, porque era uma tradição da família e “[...] estava no sangue” (SARUWATARI, 2014, p. 92). Porém, em conversas com sua filha, Deisy Kuttert, em 2021, esta informou categoricamente que não há a presença da sua família na festa, pois são de agremiações religiosas diferentes.

De um lado estão os descendentes de Dezydério convertidos à Igreja Adventista do 7º dia, de matriz protestante e, de outro, estão os católicos. Ambas são cristãs, porém, dotadas de usos e costumes completamente diferentes. Uma dessas características em que há mais divergência se refere ao culto aos santos e à presença das imagens. Para o catolicismo, tal prática se constitui em das maneiras de expressão da fé. Já para os protestantes, isto representa a idolatria renegada no antigo testamento bíblico, logo, não pode se fazer presente em seus cultos. Posto isso, acredita-se que a visão apresentada pelos entrevistados protestantes sobre o fim da festividade, provavelmente, esteve voltada aos princípios da “vontade divina”, uma vez que não prestam culto às imagens.

Ainda sobre os motivos, Dona Oneida Braga explicou que “[...] a festa foi perdendo a força porque várias pessoas da comunidade tiveram que sair de lá, a perda da terra contribuiu para enfraquecer a festa” (SANTOS, 2010, p. 213). Santos (2010) também apontou que a fé em São Sebastião ainda continuava viva entre os descendentes do casal fundador do quilombo, a exemplo do sr. Antonio Braga (*in memoriam*): “[...] toda minha vida eu fui devoto de São Sebastião, se não fosse a fé nele eu não existia mais não. Muita gente aqui é devota dele, isso ninguém tira da gente” (SANTOS, 2010, p. 215).

Diante do exposto, compreende-se que no Quilombo da Picadinha, a devoção ao Santo, a festa em sua homenagem e a terra se constituem como elementos identitários de difícil separação. Para José Filho “a terra, o terreiro”, não representam “[...] apenas uma dimensão

física [...]”, mas “[...] um espaço comum, ancestral [...]”, de registro histórico coletivo e individual (FILHO, 2020, p. 5).

Existe uma íntima ligação entre o espaço territorial ancestral e o quilombismo “[...] o território e sua relação com as formas de organizar, trabalhar, de elaborar o espaço estão ligados à cultura quilombola. A transferência de território traria prejuízos relacionados à identidade dessa parcela da população” (PEREIRA; AMORIM; BATISTA, 2012, p. 62).

A respeito da grande redução do espaço territorial do Quilombo da Picadinha, conforme exposto no capítulo anterior, atualmente equivale a 40 ha, correspondente a cerca de 1,07 % do tamanho original (SANTOS, 2010, p. 243). Com isso, a área do cemitério diminuiu-se cada “[...] vez mais com o lento avançar das plantações que o cercavam [...]”, estando os seus mortos “[...] ilhados pelas plantações, geralmente de soja, dos grandes fazendeiros que adquiriram as terras de Dezidério” (SANTOS, 2010, p. 233).

Ainda segundo Santos (2010), o cemitério foi construído em 1937, após o falecimento do patriarca, Dezidério. Lá estão enterradas cerca de 50 pessoas do quilombo, incluindo sua esposa, Maria Cândida. Nesse sentido, durante a festividade de São Sebastião e Santos Reis este também é um espaço de ritualização e rememoração dos entes queridos em meio às orações e cantigas religiosas, realizado até o tempo presente, como mostrado na Foto 7:

Foto 7 – Homenagem dos foliões aos falecidos da família Oliveira e Braga, em 2018



Fonte: Areco (2018).

Complementando essa questão, Santos (2010) explica que as tradições históricas da Picadinha permanecem vivas mesmo com “o passar do tempo”, pois estão vinculadas à “memória do casal fundador”, e através disso estão inscritas nesse território as “[...] noções de autodeterminação, de articulação sociopolítica, de vivência e crenças religiosas” (SANTOS,

2010, p. 200). Logo, fatores como a diminuição do território e a saída dos seus moradores contribuíram por um bom tempo para o “enfraquecimento” da festividade.

Nas festas, sejam religiosas ou profanas, os parentes já falecidos são lembrados. Nesses momentos festivos a memória de vários eventos é renovada e confirmada. Cada evento, cada parente lembrado é um marco da memória. Nesse sentido, as festas, os mortos, o cemitério, as antigas e novas roças, os caminhos, os rios, as matas, as novas e antigas casas que já não existem, os marcos que delimitam o território, todos são “lugares de memória”, que estão interligados à memória coletiva dos “Negros da Picadinha”, fazendo com que os espaços sejam pontos de marcação do tempo. O espaço é mais do que um lugar, é um conjunto de imagens coletivas (SANTOS, 2010, p. 216).

Gilberto Areco (50 anos, folião) explicou que, por volta do ano de 2006, houve uma suspensão da festa no quilombo, mas que rezavam o terço para São Sebastião. Tempos depois, sem lembrar de uma data específica, ele afirmou que mesmo com dificuldades, a festa como folguedo retornou com o esforço dos foliões e da família que permaneceu católica.

Outros interlocutores, por sua vez, expuseram que o reinício ocorreu mediante a criatividade dos impulsionadores que trouxeram a “bandeira para a cidade”. Boa parte desses membros estão alocados na periferia de Dourados. Assim, sem perder a conexão com o meio rural, a bandeira passou a transitar na zona urbana desta cidade. Conforme Adriana Braga (2021a): “[...] a saída e a gira (percurso) acontecem na cidade e a chegada (ponto culminante da festa) é na Picadinha”.

Ademais, em meio aos sons de canções de invocam à Santíssima Trindade, e São Sebastião, orações confraternizadas entre amigos e foliões, o folguedo a esses santos ocorre até o tempo presente, estruturalmente circular, tendo como ponto final a chegada no Quilombo da Picadinha, seja na ARQUEDEZ ou na chácara do sr. Noel Farias, o guardião da imagem de São Sebastião.

O início da festa em honra a São Sebastião remonta ao ano de 1942 e, posteriormente, foi unificada à folia de Reis em 1955. Partindo da primeira data, em 2022 completou seu 80º ano, entre os diversos desafios, como a diminuição do número de participantes do quilombo, em virtude da conversão ao protestantismo e a saída dos moradores. Diferentemente do passado, esse circuito atualmente ocorre aos fins de semana, iniciando em 25 de dezembro e se estendendo até o dia 20 de janeiro. Dependendo da quantidade de foliões, a romaria é feita em um final de semana, tendo em vista as obrigações cotidianas, como o trabalho e os estudos.

A análise dos festeiros e ex-festeiros (como Desidério, que atualmente pertence à outra agremiação religiosa) mais “antigos”, sobre a festa, remontam a esse passado como centenário, bom e cheio de boas lembranças. Da mesma maneira que alguns mais contemporâneos apreciam

esse passado de forma saudosista por acreditarem que “antigamente era melhor do que hoje porque as pessoas tinham mais fé”, considerando a tradição antiga mais “pura” se comparada à atualidade. Sobre as mudanças que não os agradam, o depoimento de Noel é elucidativo:

É do jeito deles é mais moderninho, mas está bom. Mas antigamente nós tinha companhia. Nós nunca tivemos um mestre bom. Mas de vez em quando eu e meu primo Beka que era o palhaço trazia um mestre e nós mesmo cantava junto com outros guri. Então nós tinha nossa companhia, nós tinha nosso time. Hoje em dia hoje em dia é a mesma coisa que você colocar um profissional num campo de amadores. É trazer outro time pra jogar no seu campo. Isso aí eu já falei pra eles, isso aí não receberam. Não me agradou. Me agradaria se fosse um pessoal de lá (FARIAS, 2022b).

Ao longo da entrevista, o interlocutor apontou que a festividade era mais fidedigna aos costumes, se executada somente por pessoas do quilombo, ao assumir as funções de mestres, cantores, palhaços e todas as demais obrigações para fazer a festa acontecer. Nesse sentido, ao trazer pessoas de fora para realizar essas tarefas, soa como desrespeitoso ou como modernidade que não acompanha a tradição. As tradições são dinâmicas e sempre estão sujeitas às mudanças de acordo com os contextos. Nesse sentido, em opinião contrária à exposta acima, as reinvenções são bem recebidas por outros foliões que pontuam as mudanças de maneira positiva.

[...] as melodias antigas mudaram, já atualizaram pra novas no século XXI. Então assim, cada passar de ano vai evoluindo algo, vai acrescentando algo, vai acrescentando no instrumento, vai acrescentando uma voz. As toadas vão modificando e aí cada vez que modifica é uma melodia diferente. É uma melodia que as pessoas escutam, mas se identificam com algo histórico. (ARECO, 2021b).

Para Souza (2013), os costumes e as práticas das festividades populares, como a folia de Reis, possuem um caráter tradicional e hereditário. Uma vez “[...] transmitidos de uma geração para outra [...]” as “eventuais alterações” acabam “[...] sendo vistas como uma perda de respeito ou da magia que antes tinha [...]” (SOUZA, 2013, p. 5).

Pontos positivos em comum que surgiram durante as entrevistas foram a saudade do passado, as boas lembranças de pessoas que já faleceram e a importância da festa para o quilombo. Quanto aos motivos de tristeza ou desânimo, estes se relacionam à dificuldade de captação de recursos e principalmente a ausência de membros importantes para a família de foliões, que se converteram ao protestantismo ou faleceram. Outros, por sua vez, apontam as intempéries do presente tal qual a necessidade de preservação dessa tradição por meio dos jovens. Sobre a última questão, os foliões Adriana Braga e Gerson Areco explicam que a festa é importante e precisa ser continuada.

Então essa festa pra nós é muito importante. Porque quando lá atrás eu lembro muito quando criança, quando os meus avós ainda estavam vivo. Era uma devoção muito forte, era uma coisa muito respeitada. Depois com os anos foi passando, houve muita divisão em religiões. Um foi prum lado, outro foi pro outro. E aí a festa foi ficando pequenininha, meio esquecida. Mas assim, teve muitos ainda muito forte na devoção. Falou não, não vamos deixar acabar. Porque é uma história, é um ponto que ajuda muita gente é uma festa de milagres. É uma festa que não deve morrer e foi se arrastando, foi se arrastando e a gente conseguiu, trazer, ainda tá trazendo, bem pequenininha, mas tamos engatinhando, tamos andando [...] (BRAGA, 2021a).

[...] então assim é bem limitado, mas pra não morrer, pra não deixar de existir ainda a gente faz o esforço de ter isso, de ter uma história, de ter uma educação pro filho. Na nossa época as crianças tinham que aprender, tinha que respeitar o ato de Deus. Então muitas coisas foram se quebrando pelo passar do tempo. Qualquer outro tipo de religião, né? Então assim, é mais um ato religioso pra gente não perder a tradição. Então por isso a gente até hoje fazemos com muita devoção, com muita fé, com muito respeito. E aí a gente feliz em ver os jovens participando, se interessando porque a educação manda muito. E os tempos estão bem difíceis muita coisa e é um patrimônio que nossa tem se não cuidar ele entra em extinção (ARECO, 2021b).

Constantemente rememorado pelos seus participantes, as festas de santos da Picadinha são um patrimônio importante que, assim como outros, precisa ser mantido. É um meio de forte significação para os seus pertencimentos, logo a sua interrupção pode acarretar em desconexão com os elementos culturais coletivos, transmitidos ao longo das gerações. Sobre isso, Rodrigues (2020) categoriza que a festa, por ser uma tradição hereditária, marcada pela coletividade e reciprocidade entre os membros, é artifício de “conservação das memórias passadas” da Picadinha, que é um ambiente repleto de lembranças (RODRIGUES, 2020, p. 13).

Diante do exposto, percebe-se que a partir das memórias das pessoas que viveram essas festas, que a tradição não foi “minguada” ou esquecida. Podem ter havido interrupções, mas o festejo continuou na memória, no discurso coletivo e nas práticas dos seus participantes, ao ponto de trazê-la de volta. Desse modo, em relação ao Quilombo da Picadinha, as festas promovidas vão além do entretenimento, constituindo-se também em instrumento de luta.

Foto 8 – Giro da Bandeira na casa de Adriana Braga, zona urbana de Dourados-MS, em 2019



Fonte: Areco (2019).

Na contemporaneidade os rituais continuam acontecendo, porém de forma reduzida, como requisito a uma das normativas emitidas pela OMS, no combate às transmissões do vírus da COVID-19. Em 2022, ocorreu a reza do terço no dia 6 de janeiro, sendo um momento esperado ao longo do ano. O giro e a festa já estavam programados, porém, houve a suspensão destas atividades devido ao aumento dos casos de contaminação do vírus. Por isso, todas as doações estão arquivadas para quando chegar o momento oportuno realizar a festa conforme manda a tradição, isto é, com a “gira” na cidade e a chegada na Picadinha.

Assim, o Quilombo da Picadinha, que tem a festa de São Sebastião e Santos Reis como instrumento de identidade e afirmação da sua resistência em um campo conflituoso, marcado pela disputa do território, as festividades também possuem “[...] o objetivo político e social de divulgar a cultura e reafirmar a identidade do grupo [...]”, logo “[...] as festas de santo nas comunidades negras rurais são formas de resistência quilombola na luta pelos seus direitos” (COSTA; SILVA, p. 53-54).

Foto 9 – Registro da Festa de São Sebastião e Santos Reis na Picadinha (jan. 2021)



Fonte: Areco (2021d).

4. CAPÍTULO IV – AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS (HQ) PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

4.1. Legislações educacionais antirracistas

Segundo Lanari (2010), a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, o esquecimento passou a ceder lugar ao dever de memória da cultura indígena, “[...] dos afro-brasileiros, e outras culturas populares” (LANARI, 2010, p. 4-5). Para ele, esses grupos sociais passaram a fazer parte de um “[...] projeto de Nação que sempre quis se reencontrar consigo, mas cujo reencontro foi interrompido pelos silêncios constitucionais da sua história política” (LANARI, 2010, p. 5).

Domingues e Gomes⁷⁹ (2013) explicam que na mesma década, em âmbito intelectual, a elevação dos novos protagonistas da nação (como indígenas e afro-brasileiros) deveu-se também pelas conexões entre a historiografia e os movimentos sociais. Adiante, no início do século XXI, nessa mesma perspectiva de integração, tanto uma quanto a outra estiveram presentes nos debates e projetos que incluíram a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, tal como a inserção do dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar (BRASIL, 2003; DOMINGUES; GOMES, 2013, p. 20).

Por meio da Lei n.º 10.639/2003, a matriz curricular da educação básica sofreu uma mudança epistemológica ao reconhecer o protagonismo dos negros na História do país, e tornar obrigatória a abordagem da temática da História e Cultura Afro-brasileira uma vez que ampliou as questões relacionadas aos referidos grupos sociais, que na Lei n.º 9.394/1996 eram pautadas de forma sucinta, a exemplo do parágrafo XII do artigo 2º das disposições gerais, que levava a “consideração com a diversidade étnico-racial”. O ensino de História, segundo a diretriz, deveria levar em conta “[...] as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia” (BRASIL, 1996).

Como forma de superar as limitações apresentadas pelas referidas legislações, emergiu em 2008 a legislação que ampliou e aprofundou o tema da diversidade dos segmentos que foram historicamente apagados nos currículos escolares, a Lei n.º 11.645/2008 também tornou obrigatória a temática indígena na Educação Básica.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a

⁷⁹ http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf

luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 2008a).

Todas as legislações representaram um importante avanço para o processo de conhecimento acerca dos povos indígenas, negros e quilombolas do Brasil, ao mesmo tempo que demonstraram a necessidade das diretrizes para a orientação e formulação de projetos educacionais comprometidos com a promoção das relações étnico-raciais. Sobre estas últimas, o Parecer do CNE/CP n.º 3, de xx de mês de 2004, determina as políticas de “[...] reparações, de reconhecimento e valorização [...]” da oralidade, das formas de arte e outros requisitos como a valorização e difusão da patrimonialidade afro-brasileira (BRASIL, 2004).

Em relação ao último, para Monteiro e Abreu (2020), por meio do Decreto n.º 3.551/2000, ocorreu o reconhecimento da dimensão imaterial do patrimônio, com vistas ao destaque à “[...] contribuição incontestável das populações negra e indígena para o patrimônio cultural do Brasil”. Essa política vinculada a outras que atuam “[...] no campo da cultura e da educação, produziram uma intensa movimentação de sujeitos que, pelas múltiplas possibilidades de encontros e de criação de redes, fortaleceram suas identidades” (MONTEIRO; ABREU, 2020, p. 67).

Lima (2020), por sua vez, ressalta que o registro legal se constitui como instrumento articulador entre a resistência e a história do povo negro brasileiro. Com vistas à “[...] permanência de uma tradição cultural representativa da trajetória histórica dos afro-brasileiros [...]”, passou a trazer em destaque as discussões sobre a diversidade sócio-cultural como a atuação das mulheres negras (LIMA, 2020, p. 51).

Nesse sentido, Monteiro e Abreu (2020) defendem que os pesquisadores e docentes que trabalham com patrimônio cultural negro questionem-se sobre o lugar social e a instituição de trabalho ao qual pertencem, a fim de assumirem “[...] compromissos éticos e políticos diante da afirmação negra do patrimônio cultural imaterial” (MONTEIRO; ABREU, 2020, p. 78).

O reconhecimento da diversidade étnico-cultural e a valorização desse processo cria novas possibilidades de ensino e aprendizagem, incluindo as temáticas relacionados à população negra, povos indígenas e quilombolas nos projetos pedagógicos. Segundo as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, o reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e estratégias pedagógicas que valorizem, divulguem e respeitem “[...] os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil

e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas” (BRASIL, 2004, p. 11-12).

Para Domingues e Gomes⁸⁰ (2013), os “[...] embates pelo direito à terra, ao desenvolvimento sustentável, à dignidade e às identidades étnicas continuam calibrando os impasses, desafios e horizontes da democracia” (DOMINGUES; GOMES, 2013, p. 20). Sobre isso, Costa e Silva (2020) apontam que nos quilombos em geral, apesar do avanço legal da seguridade ao direito à terra e da preservação cultural, os remanescentes de quilombos ainda enfrentam desafios acerca de diversas prerrogativas amparadas pelos direitos humanos, como a “[...] cidadania, justiça, respeito à diversidade, desenvolvimento autossustentável e projetos pedagógicos que dialoguem com suas histórias e cultura” (COSTA; SILVA, 2020, p. 48).

Nessa perspectiva, Domingues e Gomes⁸¹ (2013) relatam que as ações educacionais e projetos pedagógicos precisam “[...] dialogar com a história e a cultura dessas comunidades, respeitando suas tradições, seus costumes em comum e seu fecundo patrimônio multicultural [...]”, com o intuito de promover o “[...] respeito à diversidade, reconhecimento de direitos e preservação de bens de natureza material e imaterial dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (DOMINGUES; GOMES, 2013, p. 20).

De acordo com Monteiro e Abreu (2020, p. 78), as Leis n.º 10.649/2003 e n.º 11.645/2008 “[...] provocaram transformações na formação docente, na produção de materiais didáticos, nos currículos e na dinâmica das escolas”. Sobre a formação docente, as autoras descrevem que

[...] mudanças aconteceram em várias áreas do conhecimento e de formação docente, como Artes, História, Literatura e Educação. Aparecem nos cursos de formação docente nessas áreas, disciplinas como História da África; Literatura Africana; Línguas Indígenas, como Guarani; Línguas Africanas, como Iorubá; e Relações Étnico-Raciais na Escola. Além disso, passaram a aparecer nos cursos de formação docente nessas áreas, disciplinas como História da África; Literatura Africana; Línguas Indígenas, como Guarani; Línguas Africanas, como Iorubá; e Relações Étnico-Raciais na Escola (MONTEIRO; ABREU, 2020, p. 78).

São inegáveis, ainda que de maneira insuficiente, as mudanças promovidas após a promulgação das leis e das constantes lutas que as antecederam. As ações educativas de combate ao racismo e às discriminações são orientadas por diversas legislações, porém não garantem a efetividade dessas mobilizações nas práticas escolares. O debate sobre as relações

⁸⁰ http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf

⁸¹ http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf

étnico-raciais criou amplitude e chegou ao chão da escola brasileira, mas em diferentes níveis, inclusive de inserção social, política e didática.

Dessa maneira, refletindo sobre a importância da articulação entre memória, história e identidade afro-brasileira, apresenta-se o material didático originado desta pesquisa que traz como temas principais a trajetória do Quilombo da Picadinha, localizado no interior do Brasil, constituído no pós-abolição por uma família livre e as celebrações das festas de santo realizadas nessa comunidade. O objetivo principal desse instrumento didático é contribuir para a promoção de uma educação antirracista, que amplie o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural e racial brasileira e sul-mato-grossense.

Em relação ao interior do MS, existe o esforço dos docentes para o aprofundamento do debate sobre essas pautas, efetuado muitas vezes de modo individual e espontaneístas, pois quase não existe tempo para a elaboração e efetivação de projetos inter/transdisciplinares e tampouco formações continuadas que contemplem tais práticas. Os objetivos das escolas estaduais têm sido a promoção do “aluno protagonista”, pesquisador, autônomo e que tenha um projeto de vida. Tais perspectivas pontuam a pasteurização dos educandos, sem levar em consideração as suas especificidades em variados níveis, como condição social, tempo e forma de aprendizagem.

Além da falta dos cursos conforme já exposto, a quase completa inexistência de materiais didáticos nas escolas é evidente, o que interfere na fluidez desse processo. Vale observar que durante o governo do presidente Lula, as escolas receberam materiais importantes, como a coletânea da História da África, dentre outros pequenos livros que tratavam dos assuntos em questão. Porém, tendo em vista as longas jornadas e acúmulo de trabalhos que os professores dos níveis médio e fundamental enfrentam, não existe tempo suficiente para uma leitura e apropriação teórica dessas obras para a sua inserção em sala de aula por meio de práticas pedagógicas antirracistas. Os materiais didáticos e/ou paradidáticos são instrumentos de fundamental importância para a efetivação de uma educação antirracista, que se desdobre no combate a toda e qualquer forma de discriminação racial.

Os documentos que orientam a execução de uma educação antirracista nas escolas são o já mencionado Parecer CNE n.º 3/2004 e a Resolução CNE n.º 1/2004, que estabelecem as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*

[...] o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes, elaborado e publicado pelo Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2009. Destacam-se ainda o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº

12.288/2010) e a Lei de Cotas para ingresso nas universidades e instituições de ensino técnico federais (Lei nº. 12.711/2012), frutos dos esforços dos movimentos sociais antirracistas (CENTRO..., 2021).

As legislações contribuíram para o avanço das ações contra o racismo, porém são necessários mais instrumentos para chegar nas escolas onde efetivamente as práticas pedagógicas devem ser decolonizadas para promover o antirracismo. Dessa maneira, como forma de contribuir para esse debate, esta pesquisa investigou o Quilombo da Picadinha desde os seus primórdios até a contemporaneidade, tendo como foco principal o estudo das festas de São Sebastião e de Santos Reis realizadas ao longo de 80 anos. Como requisito desta modalidade de pós-graduação, e pelos motivos apresentados na introdução, o desdobramento deste trabalho foi a produção de um material paradidático para ser utilizado nas escolas, nos níveis fundamental II e médio. O gênero literário escolhido foi a HQ, pela ludicidade e criatividade apresentada sobre os mais variados assuntos, de modo conciso e informativo.

4.2. Breve histórico das histórias em quadrinhos

As HQ são referenciadas como pequenas histórias/estórias discursivas, dispostas em pequenos quadros sequenciais, explicados por meio de linguagens verbais e não verbais (COSTA, 2009, p. 2-3). Segundo Silva⁸² (2011), em artigo sobre o tema, os antepassados desse gênero remontam a fases que vão desde a antiguidade, com as pinturas rupestres que registravam, por exemplo, o cotidiano da humanidade na antiguidade, até a era medieval, com os quadros das igrejas que retratavam a via sacra. Para a autora, a diferença existente entre esses registros ancestrais para as HQ é a ausência de texto, uma vez que os “enredos eram desenvolvidos com uma sequência de desenhos” (SILVA, 2011).

Sobre a importância das imagens ao longo da história, sabe-se que desde os primórdios da existência humana, os desenhos emergem como meio de comunicação e representação das mentalidades de uma determinada sociedade. Para Claro (2012), em meio à fronteira existente entre a História e a imagem, em seus múltiplos campos transdisciplinares — “[...] arte, antropologia, fotografia, arquitetura, design e diferentes produtos da indústria cultural — constituem-se em campos a serem desbravados” (CLARO, 2012, p. 23). Posto isso, considera-se o alargamento do conceito de fonte visual que eventualmente versa sobre fotografias e

⁸² <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quem-inventou-as-historias-em-quadrinhos/>

pinturas, analisadas por meio da iconografia e da iconologia (estudo do assunto e do objeto, respectivamente).

Para estudiosos como Belusso⁸³ (2019) e Rocha (2010), os quadrinhos formam uma parcela significativa do capital cultural, experienciados cotidianamente por alunos e professores, na indústria cultural. Diante desse compartilhamento de experiências culturais semelhantes, e da sua peculiar estrutura entre “cor, letra e imagem”⁸⁴, esse gênero literário se expandiu, superando os preconceitos acerca da sua validação como leitura informativa. Para Lavarda (2018), esse gênero literário é “[...] exemplo de literatura de entretenimento de fácil compreensão, presentes no cotidiano das pessoas, tal como livros, jornais, internet e animes de televisão e podem funcionar como importantes instrumentos de ensino e aprendizagem para diversas disciplinas, contribuindo no processo de construção de sentidos”.

Historicamente, esse formato de texto é de origem brasileira, remonta a metade da década de 1800, mais especificamente em 1869: *As aventuras de Nhô Quim*⁸⁵, do ítalo-brasileiro Ângelo Agostini. A história de um caipira que chegou à cidade grande, disposta em quadros sequenciais e sem os balões de pensamento pode ter sido a primeira do gênero, como investigado por Waldomiro Vergueiro (2004)⁸⁶ em projeto com vistas à “[...] preservação da memória quadrinhística nacional” (VERGUEIRO, 2004, p. 18).

Segundo Silva (2011), Agostini, nascido na Itália e brasileiro de coração, foi também responsável pelo lançamento da *Revista Illustrada*, uma das primeiras revistas do Brasil. Tanto os quadrinhos quanto as revistas, com o passar do tempo, se tornaram recursos de leitura de grande sucesso, no Brasil e no mundo. Sobre os quadrinhos, em 1985, ou seja, 30 anos depois da publicação de Agostini, surge nos Estados Unidos, pelo artista Richard Felton Outcault, o *The Yellow Kid* (o garoto amarelo), que contava as peripécias de um menino morador das ruas de Nova York. Por se assemelhar com a estrutura contemporânea (ações fragmentadas, imersas em onomatopeias e pequenas frases assentadas em balões fixos), durante muito tempo foi considerada como o primeiro representante desse gênero textual. Após o seu lançamento, as vendas de jornais aumentaram exponencialmente, provocando a “[...] ferrenha concorrência da virada do século” XIX para o XX” (ANÍBAL⁸⁷, 2001). No Brasil, os quadrinhos estiveram

⁸³ <https://rbeducacaobasica.com.br/a-potencialidade-dos-quadrinhos-no-ensino-de-historia-da-teoria-a-pratica/>

⁸⁴ Diante da indústria cultural, os quadrinhos são referenciados como a “Nona Arte”, pela sua peculiar estrutura. <http://www.nonaarte.com.br/>

⁸⁵ <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/521244>

⁸⁶ Coordenador do Núcleo de Pesquisa de História em Quadrinhos (NPHQ), da Universidade de São Paulo (USP).

⁸⁷ <https://www.omelete.com.br/quadrinhos/a-nona-arte>

dispostos tanto nos jornais quanto nas revistinhas intituladas de gibis⁸⁸, sucesso desde a década de 1930, responsáveis pelo início da fortuna de três conglomerados editoriais: Abril, Record e Globo (JUNIOR, 2004).

Segundo Gonçalo Jr. (2004), o preconceito que assolou essa literatura tem origem política, nacionalista e moralista. Na Itália, por exemplo, o ditador Mussolini afirmava que era um instrumento de desnacionalização da juventude, logo deveria ser combatido. No Brasil, por sua vez, a censura começou a tomar forma em 1944, através da divulgação de um estudo promovido pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do MEC “[...] que acusava os quadrinhos de causar preguiça mental e desestimular o aprendizado e a leitura de livros [...]” e de ser uma heresia religiosa, uma vez que Deus não admitia a existência de “[...] super-homens, supermacacos ou super-Robertos Marinhos”. Por isso, em todo o país, colégios e paróquias organizaram monumentais fogueiras para queimar revistinhas” (HAAG apud JUNIOR⁸⁹, 2005). Com características moralistas e de um nacionalismo de extrema-direita, novos ataques surgiram em 1949, diante de discursos como o de Carlos Lacerda, que se “preocupava” com o suposto aumento de escritores comunistas, e que diante disso os gibis seriam “[...] como veneno importado para as crianças [...]”. Ademais, o então vereador do Rio de Janeiro, Jânio Quadros gerou um projeto de Lei em 1949, a fim de impedir as exposições em bancas de jornais e livrarias “[...] as leituras atentatórias aos bons costumes” (HAAG, 2005).

Tanto o projeto de Lei quanto os discursos de Lacerda não impediram a circulação e venda desse gênero literário. Haag⁹⁰ (2005), ancorado nas pesquisas de Gonçalo Júnior, aponta que essa literatura, durante a década de 1960, chegou a “[...] vender espantosos 240 milhões de exemplares anuais num país cuja população não superava os 55 milhões” (HAAG, 2005). Nessa mesma década, nos jornais as HQ em formatos de tirinhas ganharam grande destaque pelas suas charges irônicas e de oposição à Ditadura Civil Militar (1964-1985).

Diante do panorama apresentado, compreende-se que perante o preconceito de caráter conservador essa vertente textual foi relegada durante muito tempo pela academia. Porém, mesmo diante dessa condição, a leitura dos quadrinhos se ampliou ao ponto de contar com leitores de todas as idades, estando presente em diversas modalidades de leitura nas mais variadas situações: provas de vestibular, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), livros didáticos, redes sociais, periódicos, dentre outros. Quanto ao ensino básico, as HQ têm ganhado

⁸⁸ Diversas denominações acompanham as revistas de HQ mundo afora: nos EUA são chamadas de *comics*, no Japão, mangás, e no Brasil, gibis. As estruturas internas e externas também variam conforme a ordem cultural de cada país. Ex.: os mangás devem ser lidos de trás para frente, dentre tantas outras características.

⁸⁹ <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-nona-arte/>

⁹⁰ <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-nona-arte/>

espaço nas escolas. Seja como recurso didático ou fonte histórica, constitui-se como um relevante dispositivo lúdico para as aulas, auxiliando na formação de leitores assíduos e críticos (VERGUEIRO; RAMOS, 2009, p. 18).

Nesse sentido, Vilela (2004) defende que os quadrinhos podem ser utilizados de diversas formas. No ensino de História, por exemplo, podem ser ferramentas pedagógicas a fim de “[...] ilustrar ou fornecer uma ideia de aspectos da vida social de comunidades do passado; como registros da época em que foram produzidos e como ponto de partida de discussões de conceitos da História” (VILELA, 2004, p. 109-110). Palhares⁹¹ (2008, p. 11) expõe que “[...] a utilização das diferentes linguagens para o ensino de História, vem contribuindo para a dinamização do cotidiano da sala de aula diversificando a prática do ensino da disciplina, permitindo melhor compreensão por parte dos alunos da mensagem que o professor deseja que ele receba”.

Essa vertente textual tem se expandido para fins educacionais, sendo inclusive amplamente utilizadas nas aulas de História, uma vez que todas as histórias (em escala do micro ao macro) podem ser contadas por meio dos quadrinhos, sendo mais um recurso didático para professores e professoras, assim como para alunos e alunas de todas as idades. Nesse sentido, citam-se algumas narrativas históricas que ganharam versões em HQ e os seus respectivos assuntos: *O diário de Anne Frank* (Holocausto e Segunda Guerra Mundial), *Rainha Nzinga, Jinga de Angola* (África, escravidão, resistência, gênero), *Angola Janga* (Quilombo de Palmares, escravidão e resistência), *Axterix* (Idade antiga, Roma, invasões bárbaras, Gália), dentre tantas outras. Essas releituras, embora concisas nessa nova roupagem, não perderam a qualidade histórica e ficaram ainda mais interessantes aos olhos daqueles que estão em fase escolar. Vale mencionar que além destas existe uma infinidade de textos em formato de HQ, tirinhas, mapas mentais, dentre outros, que são tomados como recursos nas aulas da educação básica como forma alternativa lúdica de leitura e interpretação.

A utilização desse recurso em sala de aula deve seguir a função de todo material didático, isto é, de não tomá-lo como única fonte de informação, mas como um dos instrumentos de conhecimento e diálogo sobre certo conteúdo. Nesse sentido, o professor, como mediador de informação, deve em primeira instância planejar como será a sua utilização e o seu propósito, iniciando a aula com as informações preliminares sobre o assunto para depois utilizar os quadrinhos para enriquecer as discussões e a apreensão do conteúdo pelos educandos. Corroborando essa questão, Palhares⁹² (2008, p. 12) aponta que “[...] todo recurso pedagógico, as histórias em quadrinhos exigem planejamento, ajustamento do material ao conteúdo a ser

⁹¹ <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2262-8.pdf>

⁹² <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2262-8.pdf>

trabalhado e finalidade em seu uso. Assim, selecionar, analisar e questionar as HQs é fundamental para o sucesso de seu emprego”.

Além da seleção apresentada por Palhares⁹³ (2008), ao se utilizar a HQ nas aulas de História deve-se levar em conta a sua estrutura interna e externa. Sobre a primeira, identificar personagens, contexto e conexão com o fato histórico e, por fim, anacronismos, quando houver; e a segunda, contexto de produção, a quem se destina, quem escreveu, dentre outros aspectos fundamentais para a tomada deste gênero como recurso didático e fonte. Em suma, conforme exposto, as possibilidades de aplicação desse tipo de material são diversas e devem ser analisadas com seriedade, pois em tempos de *web 2.0*, a sociedade está cada vez mais “visual” e tais dispositivos não devem ser tratados como infantis ou sem importância para a produção de um conhecimento histórico crítico acerca das relações sociais.

4.3. O produto didático em formato HQ

As principais metas desta pesquisa foram conhecer e problematizar as festas de santos do Quilombo da Picadinha, tendo como desdobramento a produção de um material didático em forma de HQ.

A finalidade de construir uma narrativa histórica por meio dos quadrinhos justifica-se por acreditar na ludicidade apresentada por este formato de texto, constituindo-se também em fonte visual. Dotado de linguagem verbal e não verbal, imersos em quadros desenhados e textos de fácil entendimento, esse tipo de material didático se aproxima da realidade do aluno, por favorecer uma leitura dinâmica, apta ao processo de abstração, elemento essencial para a compreensão do processo histórico. Nesse sentido, a sua utilização em sala de aula, além de fonte, torna-se também um recurso metodológico (CLARO, 2012; COSTA, 2009).

Desse modo, este material didático se divide em três partes: a primeira, em formato HQ, que pontua o histórico do Quilombo da Picadinha sob o protagonismo do casal fundador Dezidério e Maria Cândida. Para a sua construção foram pesquisados, selecionados e analisados trechos que pontuam Dezidério como herói da cidade de Dourados, com trajetória marcada pela coragem e diversos percalços da chegada a esta região até a sua morte, em 1935. A organização textual foi feita conforme as datas, como Dezidério chegou primeiro nesta região, a história começou com ele.

⁹³ <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2262-8.pdf>

Após a sua morte, entra em cena com mais efetividade a matriarca, Maria Cândida. Os procedimentos de seleção e pesquisa foram os mesmos já citados. Além disso, justifica-se desde já que esse modelo não teve a intenção de colocar o protagonismo desta personagem em segundo plano, mas destacar a coragem e determinação de uma mulher que, assim como tantas em plenos anos de 1930, passou a cuidar da família após a viuvez, bem como lutar pelo direito de viver onde escolheu. Essa continua sendo a rotina de muitas mulheres, e por isso vale a pena trazer essa experiência para a sala de aula, a fim de pontuar algumas discussões a respeito de temas, como: a desvalorização do trabalho doméstico, o cotidiano das mulheres ao longo do tempo, o protagonismo feminino, entre outras questões.

A segunda parte do HQ trata sobre as festas de santo realizadas no quilombo ao longo dos 80 anos. Para essa parte, além das pesquisas nos trabalhos de Santos (2010) e Saruwatari (2014), que citaram as festas, a metodologia da História Oral foi de grande relevância para a sua construção, pois por meio desta colheram-se informações de suma importância para a sua compreensão e para as ressignificações ao longo do tempo.

Posto isso, essa etapa do produto tem como personagem principal Li: uma adolescente negra da contemporaneidade, que conta a história da festividade. A escolha por uma personagem fictícia para narrar a história se justifica por alguns motivos: primeiramente, como homenagem à parte do público entrevistado (duas ex-alunas quilombolas, em que Li surge como a sílaba presente em ambos os nomes), e por se relacionar com o público ao qual trabalho (adolescentes e jovens, cheios de juventude, atitudes, personalidades e cores). Com um visual descolado (cabelos e roupas coloridas), esta protagonista narra a história como forma de destacar a memória coletiva existente sobre as festas.

Outra justifica para a presença de uma adolescente na narrativa é a tentativa de uma elaboração de uma história que contribua para a promoção do protagonismo feminino, iniciado por Maria Cândida nesta história. Uma jovem que conta a história de outras mulheres do passado e do presente pode corroborar com a perspectiva pontuada, uma vez que ao longo das pesquisas sobre a história dessas festas, a presença feminina foi essencial para a realização desses eventos, da sua gênese ao tempo presente.

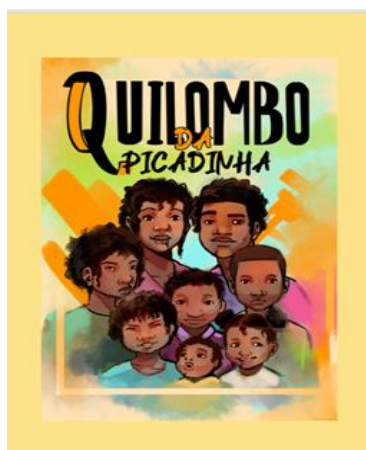
Na terceira parte deste produto, foram elaborados alguns exercícios para serem aplicados em sala de aula, de modo *on-line* ou *offline*, e estará disponível de forma *on-line* na rede mundial de computadores e a forma de aplicabilidade fica a critério de cada profissional da educação, podendo ser utilizado nas aulas de História, das demais humanidades e/ou em projetos inter/transdisciplinares que abordarem o assunto. As atividades apresentadas voltam-se para uma aprendizagem lúdica e estão aptas ao processo de problematização.

De modo geral, este material didático surgiu por duas razões: a primeira, de ordem didática, como demanda advinda do chão da escola, que é a produção e popularização de materiais alternativos aos livros didáticos, uma vez que estes não contemplam essa temática ainda pouco conhecida sobre a história regional de Dourados e do MS. A segunda, de ordem burocrática, porém importante e necessária, em que a produção foi requisito obrigatório para o cumprimento do Mestrado Profissional em História (ProfHistória), que visa qualificar os profissionais da educação básica.

Nesse sentido, cabe aludir que a organização curricular da educação básica do estado do MS, dos anos iniciais ao ensino médio a ser cumprida nas escolas de tempo integral ou parcial, referenciam essa temática em diversas áreas do conhecimento, porém não postula a sua obrigatoriedade. Estando de modo “flexível”, dependente da escolha da escola em contemplá-la em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), tal qual do/a docente em trazê-la para a sala de aula, a história quilombola do MS apresenta-se de forma tangenciada. Balizado sob uma perspectiva eurocêntrica, o currículo em questão não beneficia o conhecimento sobre diversos grupos e atores/atrizes sociais que cooperaram para a construção deste estado.

Sendo assim, o material em questão se apresenta como um dos instrumentos que visam contribuir para o conhecimento histórico tal qual da problematização acerca do ocultamento da história de um dos quilombos do MS, em meio às suas práticas culturais e diversas formas de experiências ao longo do tempo. Essas premissas, como os objetivos postulados ao longo do primeiro capítulo desta dissertação, contribuíram para a elaboração desta HQ que também foi pensada para ser utilizada nos anos finais do ensino fundamental II (8º e 9º anos), bem como no ensino médio, em todas as suas etapas (1º, 2º e 3º anos).

Figura 7 – Capa do material didático



Fonte: elaborada pela autora.

O produto didático desta pesquisa surge como forma de contribuir com as professoras e os professores que atuam na disciplina de História, apresentando uma temática que se situa na perspectiva de desconstrução da História oficial que têm ocultado, invisibilizado e silenciado a participação das pessoas negras nos processos históricos nacionais e/ou regionais; têm desrespeitado a construção de seus territórios, especialmente dos quilombos e não têm reconhecido suas espiritualidades, cosmologias e religiosidades.

Além de contribuir para a inserção de materiais didáticos sobre a história quilombola do MS, como forma de ressemantizar a “memória viva” das comunidades constituídas pelos afro-brasileiros do pós-abolição, objetivou-se também o combate ao racismo epistêmico, que não valoriza a história desses grupos sociais, cujas histórias são desqualificadas e silenciadas. Nesse sentido, Domingues e Gomes⁹⁴ (2013) enfatizam que “[...] os quilombolas de ontem e de hoje são o Brasil”, e as “[...] reflexões (fora e dentro do meio acadêmico) sobre as relações raciais [...] foram fundamentais, na perspectiva de provocarem questionamentos sobre os seus passados e o reconhecimento acerca das suas presenças no tempo presente” (DOMINGUES; GOMES, 2013, p. 20-21).

Compreende-se, assim, que as legislações demarcaram um importante caminho para o reconhecimento dos sujeitos negros na História brasileira. No âmbito dos debates e na efetiva promoção do protagonismo afro-brasileiro têm-se muito a realizar, nas mais diversas esferas e condições, começando pelo chão da escola, pois é neste espaço que a consolidação desse percurso precisa ser concretizada de forma plena, com docentes comprometidos com a conscientização antirracista, balizados pelos conhecimentos em prol das ações de promoção às relações étnico-raciais.

⁹⁴ http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de história e cultura africana e afro-brasileira são instrumentos que podem contribuir para a desnaturalização do racismo. A educação antirracista é aquela que combate toda e qualquer forma de discriminação, e valoriza a contribuição dos africanos e afro-brasileiros em todas as instâncias sociais, culturais, intelectuais e políticas. No ambiente escolar, as práticas antirracistas atribuem nomes às violências que ocorrem. Tal exercício permite, segundo Schneider (2021, p. 189), “[...] que educadores, gestores e comunidade sejam capazes de transformar as relações educacionais, enfrentando as perpetuações do racismo e rompendo com elas”.

Apesar do atual panorama político de desmonte da educação pública e do silenciamento dos grupos minorizados, a polifonia de vozes não está completamente calada: os movimentos sociais populares, os setores políticos de promoção aos direitos humanos e a própria universidade, por meio das pesquisas, seguem na luta pela sobrevivência, preservação do patrimônio cultural e demais formas de expressões protagonizadas por quilombolas e indígenas. O dever de memória pode e deve ser salvaguardado.

O Quilombo da Picadinha resiste há 115 anos em meio aos conflitos pela luta da terra e o dever de existência. Esse contexto retratado por Santos (2010) e Saruwatari (2014) também se fez presente neste trabalho, pois não há como dissociar as festas das lutas vivenciadas por esta comunidade. O tema deste estudo se voltou para as festas de santo deste quilombo, um patrimônio existente há 80 anos, que assim como o próprio quilombo não é conhecido e/ou visibilizado como patrimônio. Nesse sentido, com o propósito de compreender e corroborar a importância da existência desse patrimônio cultural imaterial quilombola em Dourados-MS, pesquisou-se sobre as políticas públicas patrimoniais, a trajetória do quilombo e as produções acadêmicas relacionadas a esses temas. Essas perspectivas serviram de base introdutória para a inserção das festas neste trabalho.

As premissas se constituíram como ponto de partida desta investigação, que objetivou perceber a Comunidade Quilombola Dezidério Felliipe de Oliveira/Quilombo da Picadinha em seu patrimônio cultural imaterial: as festas de São Sebastião e Santos Reis como essenciais instrumentos para a manutenção da tradição, da resistência e afirmação da cultura afro-brasileira.

Na introdução abordou-se brevemente as legislações antirracistas e sua importância para a promoção da história afro-brasileira, as inquietudes que impulsionaram esta pesquisa, tal qual a sua trajetória. No primeiro capítulo, elencou-se o histórico da comunidade e as poucas e

fundamentais produções acadêmicas sobre o Quilombo da Picadinha. Os trabalhos citados, da área de Antropologia, bem como a metodologia da História Oral balizaram esta dissertação. Sobre a estrutura da pesquisa, como forma de contextualizar a negligência quanto ao conhecimento do patrimônio de matriz afro no MS, o segundo capítulo trouxe um breve panorama das legislações patrimoniais existentes, que vão desde a criação da UNESCO ao Programa Nacional do Patrimônio Imaterial brasileiro, que primam pela preservação, divulgação e memória dos patrimônios afro-culturais de diversas naturezas.

O terceiro capítulo, por sua vez, desenvolve o tema de pesquisa desta dissertação: as festas de santo do Quilombo da Picadinha, marcadas pela fé, nostalgia e pelas reinvenções. Festividade essa com uma trajetória de 80 anos, que também se constitui como instrumento de luta e resistência frente às forças sociais que não reconhecem o quilombo e nem o seu patrimônio cultural. Por fim, no quarto e último capítulo, apresenta-se a relevância das HQs para o ensino lúdico e problematizante de História e o produto didático neste formato, orientado pelas legislações antirracistas, Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008, que instituem a obrigatoriedade da educação étnico-racial na educação básica e superior.

Ainda sobre isso, a fim de levar uma nova perspectiva sobre a trajetória dos negros que se radicaram no quilombo em questão, elaborou-se um material didático com 80 páginas, estruturado em duas etapas: a primeira em formato HQ, e a segunda com sugestões de atividades para se aplicar nas escolas, com alunos do ensino fundamental II e ensino médio. O propósito de construir nesse formato textual foi a ludicidade apresentada em meio aos textos e as imagens pelos quais os educandos se sentem atraídos.

Na atualidade, as HQ têm ganhado importante espaço nas aulas de História. Os preconceitos em relação a esse formato textual tem diminuído cada vez mais e, com isso, seja como fonte visual ou tema de estudo, as HQ têm ocupado um interessante espaço na promoção de aulas mais dinâmicas.

Em suma, espera-se que este estudo, em especial o material didático produzido nesse contexto, possa contribuir para a prática de uma educação antirracista, que respeite e inclua as pessoas negras com equidade, assim como o “[...] fortalecimento da identificação e sensação de pertencimento [...]”, especialmente na história local e regional de Dourados e do MS (SCHNEIDER, 2021, p. 190).

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. Cultura imaterial e patrimônio histórico nacional. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Faperj, 2007. p. 351-370.
- ADVOGADO escreve sobre a festa de São Sebastião e o conflito da Picadinha. *Dourados News*, 20 jan. 2015. Disponível em: <https://www.douradosnews.com.br/noticias/cidades/advogado-escreve-sobre-a-festa-de-sao-sebastiao-e-o-conflito-da-picadi/674734/>. Acesso em: 16 maio 2021.
- ALBERTI, Verena. Fontes orais: História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Orais*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar. Patrimônio e Memória. *Patrimônio e Memória*, Assis, v. 7, n. 1, p. 134-150, jun. 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5703214.pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.
- ALVES, Diego dos Santos; MELO, Beatriz Medeiros de. Presença e/ou ausência da História Quilombola no Currículo: análise dos livros didáticos utilizados no ensino médio integrado. *Fronteiras*, [S. l.], v. 22, n. 40, p. 173-192, dez. 2020.
- ALVES, Eduardo. Entrevista concedida à pesquisadora Ana Paula Pícoli de Lima. 2022.
- ANDRADE, Wesley Lima; NOGUEIRA, Wanderleia Silva. Catolicismo popular enquanto expressão da cultura popular: práticas e apropriações em Quirinópolis (GO). In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA HISTÓRIA, SEÇÃO MATO GROSSO DO SUL, 12., 2014, Aquidauana. *Anais [...]*. Aquidauana: UFMS, 2014.
- ANÍBAL, Ricardo. A nona arte. *Omelete*, 19 jun. 2001. Disponível em: <https://www.omelete.com.br/quadrinhos/a-nona-arte>. Acesso em: 1 set. 2021.
- ARANTES, Antônio A. Sobre inventários e outros instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural intangível: ensaios de antropologia pública. *Anuário Antropológico 2007/2008*, Rio de Janeiro, . 33, n. 1, p. 173-222, 2009.
- ARECO, Adriana. Entrevista concedida à pesquisadora Ana Paula Pícoli de Lima. Dourados, 2021.
- ARECO, Gabriely. Entrevista concedida à pesquisadora Ana Paula Pícoli de Lima. Dourados, 2021a.
- ARECO, Gerson. Entrevista concedida à pesquisadora Ana Paula Pícoli de Lima. Dourados, 2020.
- ARECO, Gerson. Entrevista concedida à pesquisadora Ana Paula Pícoli de Lima. Dourados, 2021b.

ARECO, Jaqueline. Entrevista concedida à pesquisadora Ana Paula Pícoli de Lima. Dourados, 2021c.

ARECO, Gabriely. *Homenagem dos foliões aos falecidos da família Oliveira e Braga*. 2018. 1 fotografia.

ARECO, Gerson. *Giro da Bandeira na casa de Adriana Braga, zona urbana de Dourados-MS*. 2019. 1 fotografia.

ARECO, Gerson. *Registro da Festa de São Sebastião e Santos Reis na Picadinha*. 2021d. 1 fotografia.

ARECO, Gerson; ARECO, Adriana. *Bandeiras de São Sebastião e Santos Reis*. 2022. 1 fotografia.

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc, 2005.

AZZI, Riolando. *A teologia católica na formação da sociedade colonial brasileira*. Petrópolis: Vozes, 2005.

BARROS, José D'Assunção. História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço. *MOUSEION*, [S. l.], v. 3, n. 5, jan./jul. 2009. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/documentos/Mouseion/Vol5/historia_memoria.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.

BARROS, Jussara de. Dia de Reis. *Brasil Escola*, 2022. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-de-reis.htm#:~:text=Em%20homenagem%20aos%20reis%20magos,povos%20na%20%C3%A9poca%20da%20coloniza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 17 mar. 2021.

BELUSSO, Maicon. A potencialidade dos quadrinhos no ensino de História: da teoria à prática. *Revista Brasileira de Educação Básica*, Belo Horizonte, v. 4, n. 13, 2019. Disponível em: <https://rbeducacaobasica.com.br/a-potencialidade-dos-quadrinhos-no-ensino-de-historia-da-teoria-a-pratica/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

BITTER, Daniel. *A bandeira e a máscara: estudo sobre a circulação de objetos rituais nas folias de reis*. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2008.

BRAGA, Adriana. Entrevista concedida à pesquisadora Ana Paula Pícoli de Lima. Dourados, 2021a.

BRAGA, Antonia da Silva. Entrevista concedida à pesquisadora Ana Paula Pícoli de Lima. Dourados, 2021b.

BRAGA, Domingas. Entrevista concedida à pesquisadora Ana Paula Pícoli de Lima. Dourados, 2022.

BRAGA, Noel. Entrevista concedida à pesquisadora Ana Paula Pícoli de Lima. Dourados, 2022b.

0%20&dtHoraQuarto=14:34&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final. Acesso em: 14 jun. 2021.

BRASIL. *Requerimento de informação de 11 de fevereiro de 2008*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008b. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01kf23gdb8ntemsnwzfo3jaoux13082778.node0?codteor=537611&filename=Tramitacao-RIC+2330/2008. Acesso em: 15 jun. 2021.

CAMARGO, Aspásia. História Oral e Política. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 75-100.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. *Católicos, Protestantes, Espíritas*. Petrópolis: Vozes, 1973.

CANDAU, Vera Maria; RUSSO, Kelly. Interculturalidade e Educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. *Rev. Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO Maria Ligia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: economia, sociedade e cultura*. 11. ed. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTE, Ronaldo Bentes. Catolicismo popular em Parintins: rupturas e permanência. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, São Paulo, ano 4, ed. 3, v. 4, p. 103-115, mar. 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/catolicismo-popular>. Acesso em: 10 out. 2021.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 34, 2012. dez./fev. 2005. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CHUVA_Marcia_Por-uma-historia-da-nocao-de-patrimonio-cultural.pdf. Acesso em: 20 maio 2021.

CHUVA, Márcia. *Os Arquitetos da Memória*. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CLARO, Regina. *Olhar a África: fontes visuais para sala de aula*. São Paulo: Hedra, 2012.

COELHO, Tito Oliveira. Giro da folia de Santos Reis em uma metrópole. *Revista Produção Acadêmica*, Tocantins, n. 1, p. 162-178, jun. 2015.

COELHO, Tito Oliveira; MAIA, Carlos Eduardo Santos. Rituais de saída da bandeira na Folia de Santos Reis do Jardim das Aroeiras em Goiânia, Goiás. *Agrária*, São Paulo, n. 15, p. 126-144, 2011.

CONCEIÇÃO, Edmir. Os principais componentes da ‘genética’ cultural de MS. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, 2016. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/a-cultura-de->

ms/#:~:text=Com%20uma%20das%20maiores%20popula%C3%A7%C3%B5es,e%20os%20Bugres%20de%20Concei%C3%A7%C3%A3o.&text=O%20Estado%20tem%20uma%20das%20maiores%20reservas%20ind%C3%ADgenas. Acesso em: 20 mar. 2022.

CORÁ, Maria Amelia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 5, p. 1093-1112, set./out. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121497>. Acesso em: 5 mar. 2022.

CORSINO, Luciano Nascimento; ZAN, Dirce Djanira Pacheco e. Juventude negra, ensino médio e democracia: a luta pela escola. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 36, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.75337>. Acesso em: 5 jun. 2022.

COSTA NETO, Antonio Gomes da. A Denúncia de Cesáire ao Pensamento Decolonial. *Revista Eixo*, Brasília, v. 5, n. 2, jul./dez. 2016.

COSTA, Cícero Alves da. Quem são os habitantes das terras da Picadinha. *Dourados Agora*, 28 jul. 2009. Disponível em: <https://www.douradosagora.com.br/noticias/entretenimento/quem-sao-os-habitantes-das-terras-da-Picadinha>. Acesso em: 18 maio 2021.

COSTA, Manuela Areias. *O “Maestro da Abolição” no Recôncavo baiano: abolicionismo e memória nas músicas e crônicas de Manoel Tranquilino Bastos (Cachoeira - BA, 1884-1920)*. 2016. 250 f. Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

COSTA, Manuela Areias. *Patrimônio cultural de comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul: festas, saberes e resistência*. Campo Grande. 2021. 1 vídeo (55 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=x0l5EXU_3pU. Acesso em: 17 dez. 2021.

COSTA, Manuela Areias; SILVA, Luciano P. Patrimônio cultural, festas e lutas políticas em comunidades quilombolas de Mato Grosso. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 12, n. 22, jan./jun. 2020.

CRUZ, Teresa Cristina de Carvalho. As irmandades religiosas de africanos e afrodescendentes. *PerCursos*, Florianópolis, v. 8, n. 1, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1525>. Acesso em: 11 jul. 2021.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*. Patrimônio imaterial e biodiversidade. n. 32. Brasília: IPHAN, 2005.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

DIALLO, Cíntia; LIMA, Cláudia. História dos afro-brasileiros, africanos e a educação antirracista: o olhar das/os professoras/es das licenciaturas. *Educ. Pesquisa*, São Paulo, v. 48,

2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248234744>. Acesso em: 5 jun. 2022.

DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 118-139, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/CNTvf4QcpGvMk9b5qdh3Jjq/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 7 jul. 2021.

DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio. Histórias dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na Lei 10.639/031. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as* (ABPN), [S. l.], v. 5, n. 11, p. 5-28, out. 2013. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/187>. Acesso em: 11 maio 2022.

DURKHEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FALCÃO, Joaquim A. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, Sérgio (org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. p. 24-55.

FCMS. *Lista de bens tombados e em processo de tombamento em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: FCMS, 2017.

FCP. Produção simbólica e diversidade da cultura afro-brasileira. *Revista Palmares*, Brasília, ano 6, n. 6, p. 12-13. mar. 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, dez. 2002. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, 2018. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018080>. Acesso em: 10 jul. 2021.

FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Márcia. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, v. 19, p. 259-297, dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/h6G4NL5f4f5Pcn9xjZRPjDf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2022.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Iphan-Minc, 2009a.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: CHAGAS, Mário; ABREU, Regina (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2009b. p. 59-79.

GALVÃO, Eduardo. *Santos e viagens: um estudo da viagem religiosa de Ita, Baixo Amazonas*. 2. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1976.

GENNARI, Emilio. *Em busca da liberdade*. Traços das lutas escravas no Brasil. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

GINO, Mariana. Cultura popular e Catolicismo popular: usos e configurações sobre um estudo de caso na Minas setecentista. In: *ENCONTRO REGIONAL ANPUH/MG*, 8., 2012, Mariana. *Anais [...]*. Mariana: ANPUH/MG, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340675188_ARQUIVO_TextoCompleto.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Flávio da Silva. Quilombos do Rio de Janeiro do Século XIX. In: REIS, João José; GOMES, Flávio da Silva (org.). *Liberdade por um fio*. História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. \

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro, Séc. XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. Terra e camponeses negros: o legado da pós-emancipação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, v. 34, p. 375-395, 2012.

GOMES, Flávio da Silva. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Preconceito e discriminação*. São Paulo: Fundação de Apoio à USP, 2004.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 34, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2021.

HAAG, Carlos. A nona arte. *Revista Pesquisa Fapesp*, São Paulo, ed. 110, abr. 2005. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-nona-arte/>. Acesso em: 18 abr. 2022.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

IPHAN. *Preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural Brasileiro*. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 25 fev. 2022.

IRALA, Clóvis. *Educação rural em Dourados: a Escola Geraldino Neves Correa (1942-1982)*. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

KUTTERT, Deisy. Entrevista concedida à pesquisadora Ana Paula Pícoli de Lima. Dourados, 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Sociologia Geral*. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

LANARI, Raul Amaro de Oliveira. Políticas patrimoniais voltadas para práticas culturais e religiosas afro-brasileiras na atualidade: dilemas e potencialidades. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 3., 2017, Florianópolis. *Anais* [...]. Florianópolis: UDESC, 2017.

LIMA, Alessandra Rodrigues. *Patrimônio cultural afro-brasileiro: as narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial*. 2012. 154 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

LIMA, Alessandra Rodrigues. Patrimônio cultural afro-brasileiro e o registro de bens imateriais: alcances e limitações. *Cadernos Naui*, Florianópolis, v. 9, n. 17, p. 39-58, jul./dez. 2020.

LIMA, Karla Dias de. As reelaborações do conceito de quilombo no pós-abolição e a trajetória das mulheres na comunidade do Tucum (Tanhaçu – BA). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, 16., 2014, Rio de Janeiro. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: ANPUH, 2014.

LIMA, Maria Margareth Escobar Ribas. *Patrimônio histórico cultural do MS*. Campo Grande: FCMS, 2007.

MAGALHÃES, Dayane; FERREIRA, Lúzia; SANTOS, Sidnay. Educação básica e cultura indígena: por sentidos não estereotipados. *Revista Encantar*, Bom Jesus da Lapa, v. 1, n. 2, p. 316-327, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8685>. Acesso em: 16 mar. 2022.

MAIA, Carlos Eduardo Santos. *Enlaces geográficos de um mundo festivo: Pirenópolis - a tradição cavaleiresca e sua rede organizacional*. 2002. 308 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

MARQUES, Carlos Eduardo; GOMES, Lilian. A constituição de 1988 e a resignificação dos quilombos contemporâneos limites e potencialidades: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 137-153, 2013.

MATO GROSSO DO SUL. *Símbolo de luta Comunidade Tia Eva completa 100 anos*. 2019. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/simbolo-de-luta-comunidade-tia-eva-completa-100-anos-de-historia/>. Acesso em: 18 nov. 2021.

MATTOS, Hebe. Remanescentes das comunidades dos Quilombos: memórias docativeiro e políticas de reparação no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, 2006.

MATTOS, Regiane Augusto de. *História e cultura afro-brasileira*. São Paulo: Contexto, 2012.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Editora Loyola, 1996.

MONTEIRO, Elaine; ABREU, Martha Campos. Patrimônio imaterial e afirmação negra: a política dos encontros para uma educação antirracista. *Cadernos Naui*, Florianópolis, v. 9, n. 17, p. 60-88, jul./dez. 2020.

MORAES, Silvânia Alves de; SILVA, Conceição de Maria Ferreira. *O conceito de quilombo e a (re) construção de identidades e espacialidades negras*. 2008. 24 f. Artigo (Curso de Especialização em Formação Docente em História e Culturas Africanas e Afro-Americanas) – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2008.

MOURA, Glória. *Festas do quilombo*. Brasília: Editora UnB, 2012.

MPMS. *Mapa quilombolas*. Campo Grande: MPMS, 2022. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/ms/atuacao/mapa-quilombolas/deziderio-felipe-de-oliveira-picadinha>. Acesso em: 11 nov. 2021.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. *Revista USP*, São Paulo, n. 28, 1996.

MUSAL. *Brasil declara guerra em 22 de agosto de 1942*. Brasília: MUSAL, 2022. Disponível em: <https://www2.fab.mil.br/musal/index.php/slideshow/819-brasil-declara-guerra-em-22-08-1943#:~:text=Em%2022%2F08%2F1942%2C,Vargas%20%C3%A0%20press%C3%A3o%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 18 abr. 2022.

NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo: um conceito científico histórico-social. In: NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. 2. ed. Brasília: FCP, 2002. p. 269-274.

NASCIMENTO, Beatriz. *Afrodíaspóra*, São Paulo, ano 1, n. 1. jan./abr. 1983.

NASCIMENTO, Beatriz. Quilombos: mudança social ou conservantismo? 1976. In: *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição*. Diáspora Africana: Editora filhos da África, 2018a. p. xx-xx.

NASCIMENTO, Beatriz. Historiografia do Quilombo. 1977. In: *Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição*. Maria Beatriz Nascimento. Diáspora Africana: Editora filhos da África, 2018b. p. xx-xx.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Diversidade e sentidos do patrimônio cultural: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 233-255, 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

OBSERVATÓRIO QUILOMBOLA E TERRITÓRIOS NEGROS. Disponível em: <https://kn.org.br/oq/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

OLIVEIRA, Desidério. Entrevista concedida à pesquisadora Ana Paula Pícoli de Lima. Dourados, 2022.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de; PEREIRA, Levi Marques. Do ‘largão’ da terra ‘voluta’ à estreiteza da terra vendida: reflexões sobre territórios e comunidades quilombolas no norte de Mato Grosso do Sul. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 15, n. 3, 2020.

PALHARES, Marjory C. História em quadrinhos: uma ferramenta pedagógica para o ensino de História. 2008. 34 f. Produção didático-pedagógica (Programa de Desenvolvimento Educacional) – Universidade Estadual de Maringá, Umuarama, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2262-8.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PASSOS, Joana Célia dos; NASCIMENTO, Tânia Tomázia do; NOGUEIRA, João Carlos. O patrimônio cultural afro-brasileiro: São José, um estudo de caso. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 195-214, jan./abr. 2016. Disponível em: www.scielo.br/pdf/eh/v29n57/0103-2186-eh-29-57-0195.pdf. Acesso em: 19 mar. 2022.

PATRIMÔNIO. In: DICIONÁRIO etimológico. 2022. Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/patrimonio/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

PATRIMÔNIO. In: MICHAELIS Dicionário online de português. São Paulo: Editora Melhoramentos Ltda, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=3wPaw>. Acesso em: 15 nov. 2021.

PEREIRA, Dario. *Os peregrinos da folia: um estudo etnográfico sobre uma festa em movimento no Município de Urucua – MG*. 2009. Xx f. Tese (Doutorado em xx) – Universidade xx, Rio de Janeiro, 2009.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; AMORIM, Gisella; BATISTA, Amélia Pereira. *Quilombolas e quilombos: história do povo quilombola*. Belo Horizonte: Rona, 2012.

PEREIRA, Paulo Fernando Soares. A invenção dos direitos e a racialização dos patrimônios: a Constituição de 1988 e a desconstrução do monólito monocultural da nação. *Revista de Direito*, Viçosa, v. 13, n. 2, p. 1-33, 2021.

PORTARIA declara terra na Picadinha como Quilombola. *Dourados Agora*, 31 dez. 2014. Disponível em: <https://www.douradosagora.com.br/brasil-mundo/rural/portaria-declara-terra-na-Picadinha-como-quilombola>. Acesso em: 19 maio 2021.

QUEIROZ, Hermano Fabrício Oliveira Guanais e. O Patrimônio Cultural Imaterial e a força normativa da Convenção para a (da) Humanidade. *Cadernos Naui*, Florianópolis, v. 9, n. 17, p. 14-37, jul./dez. 2020.

Quilombolas e quilombos: história do povo quilombola. Belo Horizonte: Rona, 2012. *Revista Eixo*, Brasília, v. 5, n. 2, jul./dez. 2016.

QUILOMBOS voltam a ameaçar Distrito da Picadinha. *Dourados Agora*, 20 set. 2011. Disponível em: <https://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/distrito-da-Picadinha-pode-virar-terra-de-Quilombola>. Acesso em: 18 maio 2021.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 28, p. 14-39, 1996. Disponível em: [file:///C:/Users/Ana%20Paula/Downloads/28362-Texto%20do%20artigo-33013-1-10-20120626%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Ana%20Paula/Downloads/28362-Texto%20do%20artigo-33013-1-10-20120626%20(3).pdf). Acesso em: 18 maio 2022.

REZENDE, Eliana Almeida de Souza. Os historiadores e suas fontes em tempos de Web 2.0. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, ano 25, n. 36, 2012. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/1160/0>. Acesso em: 12 jul. 2021.

REZENDE, Maria Beatriz et al. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. In: REZENDE, Maria Beatriz et al. (org.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/55/instituto-do-patrimonio-historico-e-artistico-nacional-iphan-1970-1979-e-1994>. Acesso em: 15 mar. 2022.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Helenice A. P. Aula de História: que bagagem levar? In: MAGALHÃES, Marcelo; ROCHA, Helenice A. P.; GONTIJO, Rebeca (org.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 81-104.

RODRIGUES, Valéria Aparecida Lima. *Estudo etnomatemático: singularidades matemáticas da comunidade quilombola Dezíderio Felipe de Oliveira*. 2020. 22 f. Monografia (Graduação em Matemática) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

ROSA, Eduarda. Patrimônio cultural quilombola de Mato Grosso do Sul é destaque de pesquisa na UEMS. *UEMS*, 20 nov. 2020. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/patrimonio-cultural-quilombola-de-ms-e-destaque-de-pesquisa-da-uems/>. Acesso em: 18 nov. 2021.

RÜSEN, Jörn. *História Viva*. Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora UnB, 2007.

SANTILLI, Juliana. Patrimônio imaterial e direitos intelectuais coletivos. In: UNESCO. *Convenção do patrimônio mundial, a proteção do patrimônio mundial cultural e natural*. Paris: UNESCO, 1972.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Construindo as epistemologias do Sul: antologia essencial*. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Antologia_Boaventura_PT1.pdf. Acesso em: 16 maio 2021.

SANTOS, Carlos Alexandre Barboza Plínio dos. *Fiéis Descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato*. 1. ed. Brasília: Editora UnB, 2010.

SANTOS, Lourival dos. Por uma história do negro no sul do Mato Grosso: história oral de quilombolas de Mato Grosso do Sul e a (re)invenção da tradição africana no cerrado brasileiro. *Revista de Pesquisa Histórica– CLIO*, Recife, n. 35, p. 239-259, jul./dez. 2016.

SANTOS, Maria Aparecida Lima dos; SANTOS, Lourival dos. Cultura escolar, currículo e docência: semeando ancestralidade em escolas quilombolas. In: COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE QUESTÕES CURRICULARES, 2017, Campinas. *Anais [...]*. Campinas, Galoá, 2017.

SANTOS, Maria Christina de Lima Félix. *Patrimônio cultural no contexto territorial da noroeste do Brasil - NOB: perspectivas de desenvolvimento local das comunidades estabelecidas na rota do Trem do Pantanal*. 2011. 123 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2011.

SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. Patrimônio cultural dos espaços religiosos afro-brasileiros: Patrimônio subalterno? *RELACult*, Foz do Iguaçu, v. 5, n. 5, 2019.

SARUWATARI, Gabrielly Kashiwaguti. *Comunidade Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira: tradição, política e religião entre os “negros da Picadinha”*. 2014. 195 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

SCARDINI, Maria Clara Mascarenhas (org.). *Memórias do presente: patrimônios de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: IPHAN, 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=&busca=mem%C3%B3rias+do+presente>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, ano 5, n. 10, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

SCHNEIDER, Fernanda Chagas. Escola para Todos: promovendo uma educação antirracista – Planos de aula comentados. In: FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO (org.). *Escola para Todos: promovendo uma educação antirracista*. São Paulo: Fundação Telefônica Vivo, 2021.

SECIC-MS. *Comunidades quilombolas*. Campo Grande: SECIC-MS, 2022. Disponível em: <https://www.secic.ms.gov.br/comunidades-quilombolas-2/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

SEMAGRO. *Em Dourados, Incra reconhece território de comunidade Quilombola*. Campo Grande: SEMAGRO, 2015. Disponível em: <http://www.semagro.ms.gov.br/em-dourados-incra-reconhece-territorio-de-comunidade-Quilombola/>. Acesso em: 19 maio 2021.

SILVA, Cíntia Cristina da. Quem inventou as histórias em quadrinhos? *Superintessante*, 18 abr. 2011. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quem-inventou-as-historias-em-quadrinhos/>. Acesso em: 1 set. 2021.

SILVA, Helenice Rodrigues. A história do tempo presente e a problemática das fontes.

SILVA, Jônatas Conceição da. *Vozes quilombolas: uma poética brasileira*. Salvador: EDUFBA, 2004.

SMARRA, André Luis Soares et al. As aventuras de Nhô Quim: o marco histórico dos quadrinhos no mundo. *9ª Arte*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 15-41, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/nonaarte/article/view/153373>. Acesso em: 26 jan. 2022.

SOB PRESSÃO: Getúlio rompe com o Eixo. *O Globo*, 22 ago. 1942. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/primeiras-paginas/sob-pressatildeo-8898987>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SOUZA, João Batista Alves de; MORETTI, Edvaldo Cesar. Existir e resistir: um olhar geográfico das comunidades remanescentes quilombolas no pantanal sul-mato-grossense. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 19., 2018, João Pessoa. *Anais [...]*. João Pessoa, 2018. Disponível em: <http://www.eng2018.agb.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSzZPIjtzOjQ6IjQwNTgiO3oiO3M6MT0iaCI7czozMjoiOTQ0ZDlkNjAzMGQ4OWI1ZDg5ODAzMzBlNmI4ZDkwMzUiO30%3D>. Acesso em: 8 maio 2021.

SOUZA, Laura Olivieri de. *Quilombos: identidade e história*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

SOUZA, Luiz Gustavo Mendel. As Folias de Reis e suas peregrinações rituais por territórios liminares urbanos. *Ponto Urbe*, São Paulo, v. 24, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/6041>. Acesso em: 18 maio 2022.

SOUZA, Ricardo Luiz de. *Festas, procissões, romarias, milagres: aspectos do catolicismo popular*. Natal: IFRN, 2013.

STEIN, Stanley J. *Vassouras, um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

SUPERTI, Eliane. Positivismo e escravidão: um estudo sobre o projeto positivista de reorganização das relações de trabalho no Brasil no final do século XIX. *Revista Científica da UNESC*, Florianópolis, v. 4, p. 19, 2003. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177544_f256575df9b4cfcf487f2c18bb054485.pdf. Acesso em: 18 maio 2022.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TREMURA, Welson Alves. A música caipira e o verso sagrado na folia de Reis. In: CONGRESSO DA SEÇÃO LATINO-AMERICANA DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL PARA O ESTUDO DA MÚSICA POPULAR, 5., 2004, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro, 2004.

UNESCO. *Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*. Paris: UNESCO, 1972. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2022.

UNESCO. *Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura*. UNESCO, 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

UNESCO. *Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. UNESCO, 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2022.

URQUIZA, Antonio Hilario Aguilera; SANTOS, Lourival dos. Regularização fundiária de comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul/Brasil. *Rev. Bras. Polít. Públicas*, Brasília, v. 7, n. 2, p. 231-247, 2017.

VERGUEIRO, Waldomiro. Uso das HQs no ensino. In: RAMA, Ângela; VERGUEIRO, Waldomiro (org.). *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2004. p. xx-xx.

VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo. *Quadrinhos na educação: da rejeição à prática*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

VIANNA, Letícia Costa Rodrigues. Patrimônio imaterial: legislação e inventários culturais. A experiência do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular. In: IPHAN. *Celebrações e saberes da cultura popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectiva*. Rio de Janeiro: IPHAN; CNFCP, 2006. p. 15-25.

VIANNA, Letícia Costa Rodrigues. Patrimônio Imaterial. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (org.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

WALSH, Catherine. Notas pedagógicas a partir de brechas decoloniais. In: CANDAU, Vera Maria (org.). *Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação outra?* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

XAVIER FILHO, José Luiz. Do kilombo ao quilombo: uma breve análise historiográfica quilombola da África ao Brasil e a valorização das memórias, oralidades e história oral nas comunidades remanescentes atuais. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 19., 2020, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: ANPUH, 2020.

YABETA, Daniela; GOMES, Flávio dos Santos. Memória, cidadania e direitos de comunidades remanescentes (em torno de um documento da história dos quilombolas da Marambaia). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 47, p. 79-117, 2013.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998. 181 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Produto didático em formato HQ

QUILOMBO DA PICADINHA





Quilombo da Picadinha



Escrito por:

Ana Paula Pícoli de Lima
Beatriz dos Santos Landa

Ilustração:

Gabriel Leal de Matos

Diagramação:

Thaiane Coral Fernandes Lima

Sumário

Quilombo da Picadinha_____	5
HQ parte I_____	6
Quilombo em festa – HQ parte II_____	23
Sugestões de atividades_____	35
Jogo "Responda rápido" _____	36
Crie a sua história em quadrinhos_____	42
Pesquisa: festa quilombolas_____	48
Pesquisa: quilombo da Picadinha em HQ_____	49
Caça-palavras_____	50
Labirinto_____	51
Quizz online (Kahoot)_____	52
Atividade: personalidade em destaque_____	57
Palavra-cruzada. Tema: o quilombo da Picadinha_____	59
Palavra-cruzada. Tema: festas do quilombo da Picadinha_____	61
Pesquise_____	63
Atividade: corrente elétrica "falante" _____	64
Palavras embaralhadas_____	65
Resolução das atividades_____	71
Breves considerações sobre este material_____	76
Habilidades da BNCC previstas neste produto didático_____	77
Referências_____	80

Quilombo da Picadinha

Você sabia que na cidade de Dourados-MS tem um Quilombo com mais de 100 anos de existência?

O Quilombo da Picadinha como é conhecido, completou em 2022, 115 anos de existência ou melhor: "resistência".

Essa comunidade se autodenomina como remanescente de quilombo e foi constituída no início do século XX.

A história a seguir conta alguns trechos da história desse território sob o protagonismo do seu fundador: Dezidério Felliipe de Oliveira.

Nascido escravo em 1867 "debaixo de um pé de café", na região de Uberaba/MG, viveu sob essa condição até os 21 anos, quando promulgou-se a Lei Áurea em 1888, que decretou a abolição da escravidão em todo o território brasileiro.

Liberto, Dezidério continuou trabalhando como agricultor e peão nas fazendas, até tomar conhecimento das "terras soltas" da cabeceira do córrego São Domingos, região da Picadinha, distrito da cidade de Dourados/MS.

Logo, em 1907, este com sua esposa Maria Cândida e os primeiros filhos se mudaram para essa região, a fim de estabelecer sua morada de forma livre e autônoma.

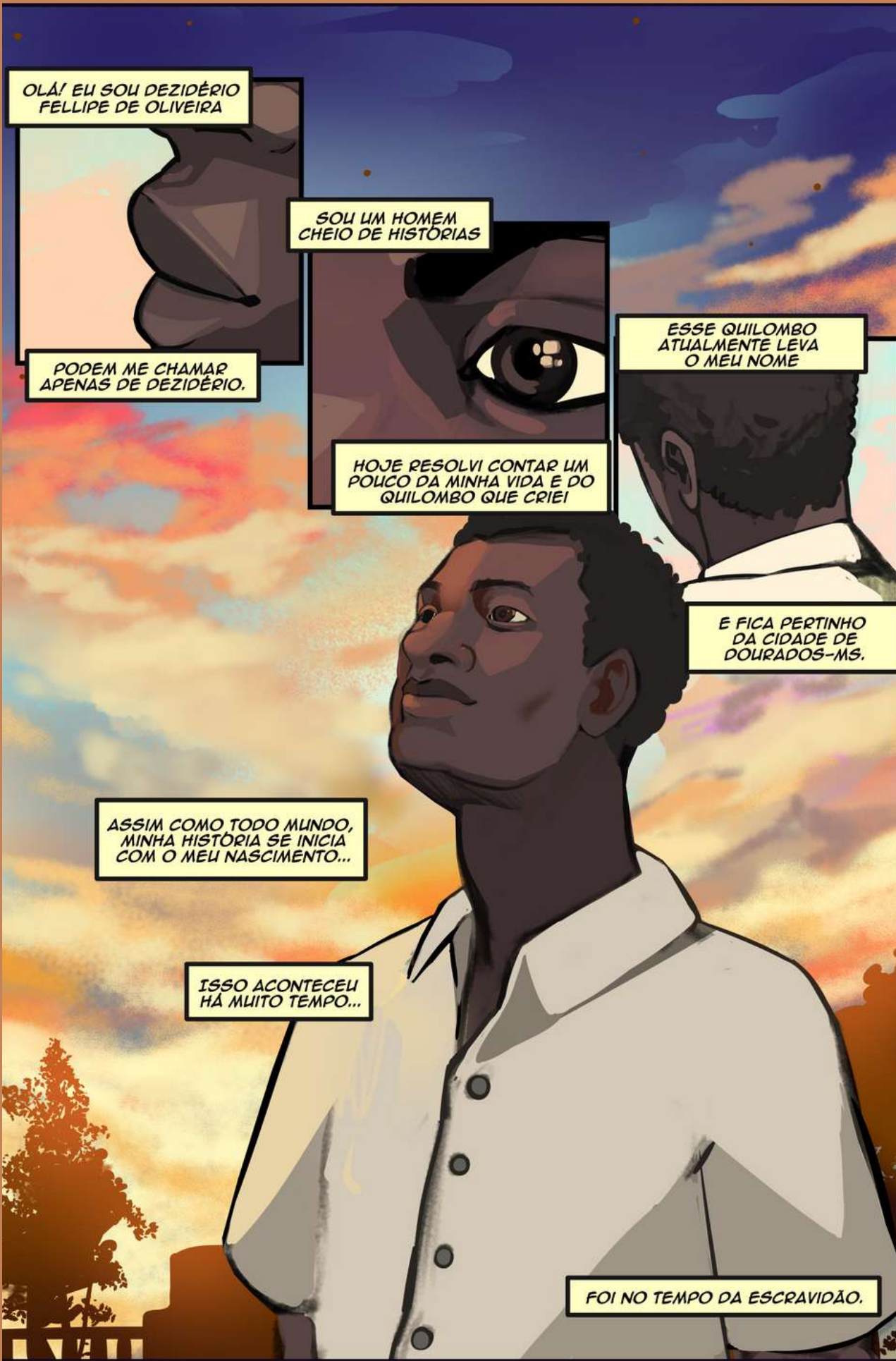
Este é um quilombo constituído no pós-abolição, por uma família livre que contribuíram e contribuem para a história de Dourados.

Ao final desta história, encontram-se algumas sugestões de atividades para continuar aprendendo sobre esta temática.

Tenham uma boa leitura!

QUILOMBO DA PICADINHA





OLÁ! EU SOU DEZIDÉRIO
FELLIPE DE OLIVEIRA

SOU UM HOMEM
CHEIO DE HISTÓRIAS

PODEM ME CHAMAR
APENAS DE DEZIDÉRIO.

ESSE QUILOMBO
ATUALMENTE LEVA
O MEU NOME

HOJE RESOLVI CONTAR UM
POUCO DA MINHA VIDA E DO
QUILOMBO QUE CRIEI

E FICA PERTINHO
DA CIDADE DE
DOURADOS-MS.

ASSIM COMO TODO MUNDO,
MINHA HISTÓRIA SE INICIA
COM O MEU NASCIMENTO...

ISSO ACONTECEU
HÁ MUITO TEMPO...

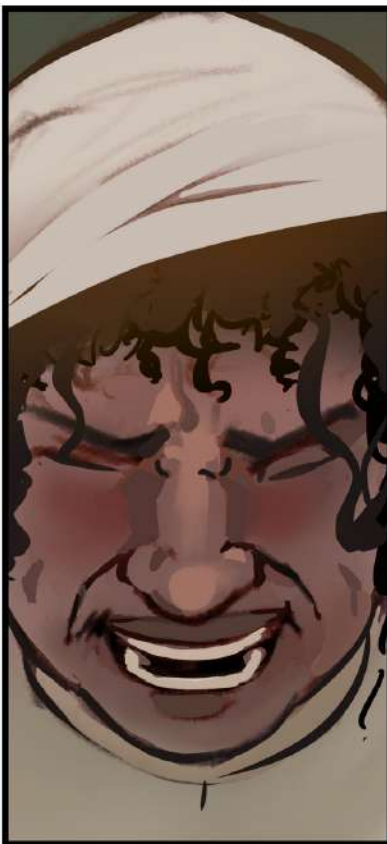
FOI NO TEMPO DA ESCRAVIDÃO.

LIBERABA, MINAS GERAIS, 1867





FORÇA!
TA QUASE LÁ!





NASCI E CRESCI
NUMA FAZENDA
LÁ EM MINAS



E COMO AGRICULTOR,
PLANTEI MUITO PÉ DE
CAFÉ NESTA MINHA VIDA



TRABALHEI
COMO PEÃO



QUANDO FIZ 21 ANOS,
GANHEI UM GRANDE
PRESENTE...



A MINHA LIBERDADE



LEI ÁUREA É ASSINADA
EM 13 DE MAIO DE 1888

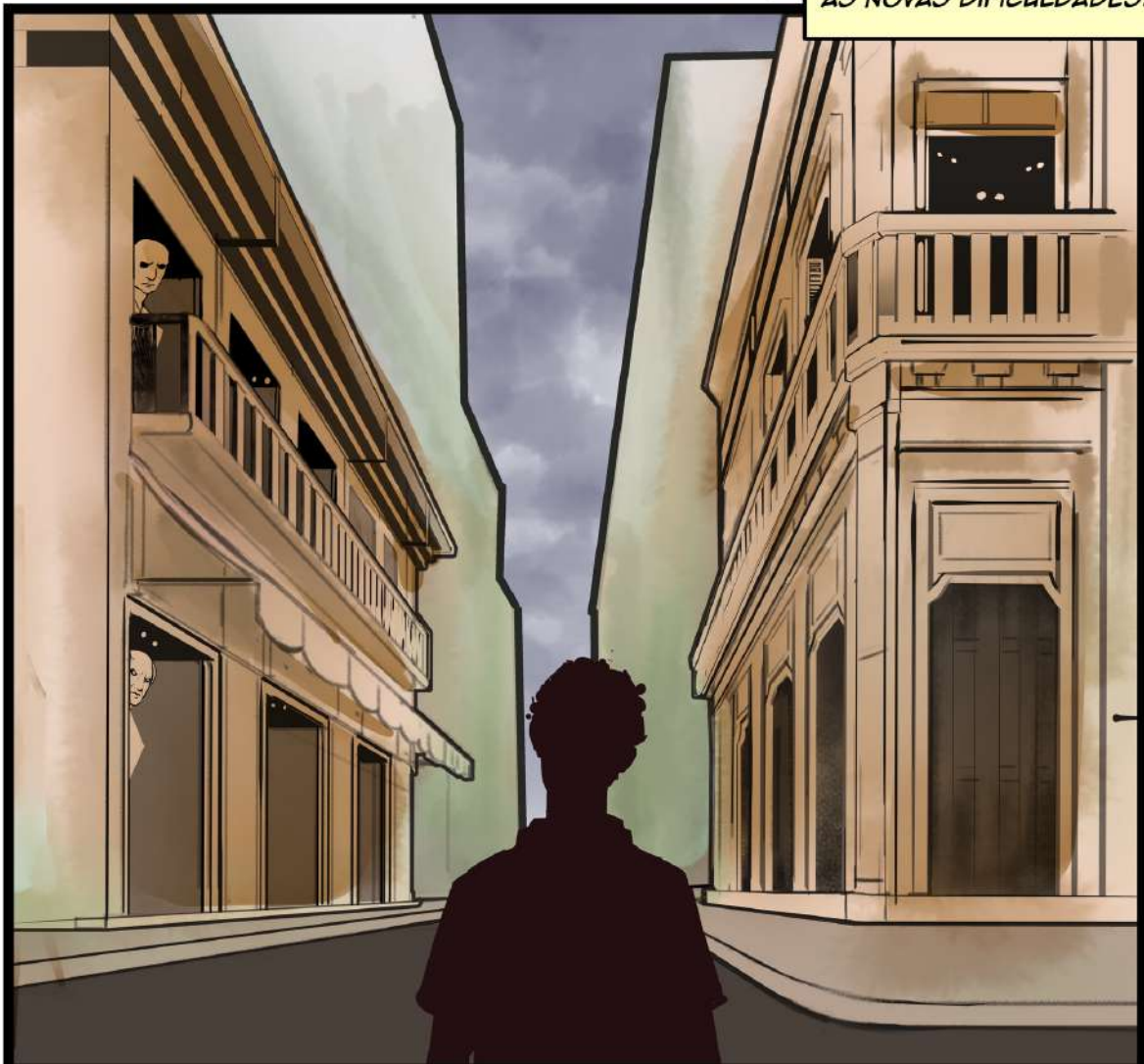
EU E OS IRMÃOS
ESCRAVOS FICAMOS
MUITO FELIZES
COM A LIBERTAÇÃO



MAS...



LOGO DEPOIS
TIVEMOS QUE ENFRENTAR
AS NOVAS DIFICULDADES.



MUITOS COMPANHEIROS FORAM EXPULSOS DAS FAZENDAS E NÃO TINHAM PARA ONDE IR.



SEM DINHEIRO E SEM TER ONDE MORAR, VÁRIOS FORAM PARA OS MORROS.

OUTROS SEGUIRAM RUMOS DIFERENTES INFELIZMENTE NUNCA MAIS TIVE NOTÍCIAS DELES



EU SEGUI COM A MINHA VIDA COMO AGRICULTOR E BOIADEIRO

EM 1898 FUI CONTRATADO POR UMA COMITIVA, PARA LEVAR GADO LÁ PRAS BANDAS DE MATO GROSSO.



O LUGAR HOJE SE CHAMA MARACAJU, MAS NA ÉPOCA ERA VISTA ALEGRE.

EM VISTA ALEGRE EU CONHECI MUITA GENTE,
FIZ MUITOS AMIGOS, COMO A FAMÍLIA BRAGA



MARCELINO

MARIA
RITA

FOI LÁ QUE EU CONHECI UMA LINDA
MULHER, A MARIA CANDIDA



QUEM ME APRESENTOU FORAM
O MARCELINO E A MARIA RITA.

ELES FORAM MEUS PADRINHOS
DE CASAMENTO COM A MARIA



ELES TAMBÉM ME ARRUMARAM UM
TRABALHO NUMA FAZENDA, EM VISTA ALEGRE



EU TRABALHAVA NA LIDA DO CAMPO



MARIA CUIDAVA DA CASA.



A NOSSA AMIZADE COM OS BRAGA FOI TÃO FORTE,
QUE NO FUTURO CASAMOS OS NOSSOS FILHOS COM
OS DELES. A FAMÍLIA OLIVEIRA E BRAGA TORNOU-SE UMA SÓ.

EM 1924, PARTICIPEI DA REVOLTA PAULISTA, AO LADO DOS LEGALISTAS



AO FINAL DA REVOLTA, GANHEI UMA ESPADA COMO HONRÁRIA

DIZEM QUE FUI UM HERÓI, MAS SÓ ESTAVA LUTANDO PELO QUE ACREDITAVA.



TAMBÉM POR ESSA ÉPOCA, PASSEI A PROCURAR UM PEDAÇO DE TERRA PARA MIM, COMO SEMPRE SONHEI

COMO TINHA MUITOS AMIGOS NA IRMANDADE



FIQUEI SABENDO DE UMAS TERRAS SOLTAS LÁ PRO LADO DA PICADA ROMUALDO

ESSAS TERRAS NÃO TINHAM DONO, ENTÃO RESOLVI INICIALMENTE OCUPAR, PARA DEPOIS COMPRAR.



JÁ DENTRO DE NOSSAS TERRAS, NASCERAM NOSSOS FILHOS



ELÍSIA

FELLIPE

MAXIMIANA

ALFREDO

ANTÔNIO

BENEDITO

CÂNDIDA

JOÃO

ALÉM DE TRABALHAR NAS MINHAS TERRAS,
PLANTEI CAFÉ PARA O MARCELINO
PIRES LÁ PERTO DE DOURADOS.



EU E MEUS FILHOS MAIS VELHOS
IAMOS A CAVALO TODO DIA CEDO



E VOLTÁVAMOS
DE TARDE PRA CASA.



AO TODO FORMAMOS UMA
FAMÍLIA COM 22 PESSOAS

PARA TER ESSA
GRANDE FAMÍLIA



CRIEI GADO



TIVE ROÇA E
PLANTACÃO DE ERVAIS

LEVAVA PARA
CAMPO GRANDE



E TROCAVA POR
OUTROS MATERIAIS

POR VOLTA DOS ANOS 1920
COMECEI A MEXER COM
OS PAPEIS DA COMPRA.



EM 1924 CONSEGUI
O TÍTULO PROVISÓRIO



PORÉM, ALGO ESTRANHO
ACONTECEU:

AS MINHAS TERRAS TINHAM
CERCA DE 500 HECTARES

MAS O ENGENHEIRO QUE
MEDIU DISSE QUE TINHA 3.748

INFELIZMENTE, NÃO PUDE VIVENCIAR A POSSE DEFINITIVA DAS TERRAS.



DEZIDÉRIO FALECE EM 1935, AOS 68 ANOS,
NÃO TENDO EM MÃOS A TITULAÇÃO DEFINITIVA

APÓS MINHA PASSAGEM,
MARIA CÂNDIDA CONTINUOU
MINHA LUTA



A VIDA TINHA FICADO
MAIS DIFÍCIL

AGORA ERA APENAS
ELA E NOSSOS FILHOS



MAS EU CONHECIA
MINHA ESPOSA



ELA NÃO
DESISTIRIA

TRÊS ANOS APÓS
MEU FALECIMENTO



O ENGENHEIRO QUE HAVIA
MEDIDO AS TERRAS APARECEU

OS COBROU, DIZENDO QUE QUE
ESTAVAM EM DÍVIDA COM ELE E
QUE DEVERIA SER QUITADA EM TERRAS.



POR FALTA DE ENSINO



NOSSA FAMÍLIA
NÃO SABIA LER

NOSSOS FILHOS TENTARAM
ENTENDER O QUE HAVIA ACONTECIDO



MAS PARA NÃO TEREM PROBLEMAS,
RESOLVERAM PAGAR.

O COBRADOR TOMOU POSSE DE CERCA DE 3.148 HECTARES.
NÓS FICAMOS COM 600 HECTARES.

DEPOIS DISSO, O ENGENHEIRO COMEÇOU A
VENDER A SUA PARTE À OUTRAS FAMÍLIAS.



MUITOS DOS NOSSOS
PRECISARAM SE MUDAR.
NÃO HAVIA LUGAR PARA TODOS



MINHA ESPOSA FICOU DOENTE EM 1945 E TEVE QUE
VENDER 200 DOS HECTARES PARA PAGAR O TRATAMENTO



AGORA, EU E ELA DEIXÁVAMOS
NOSSO LEGADO AOS NOSSOS FILHOS



MAS TENHO CONFIANÇA QUE NOSSOS
HERDEIROS VENCERÃO



MARIA CÂNDIDA DE OLIVEIRA FALECE
EM 14 DE JUNHO DE 1951,

*O QUILOMBO DA PICADINHA FOI RECONHECIDO
PELA FUNDAÇÃO PALMARES, EM 2005.*

*ATUALMENTE AS FAMÍLIAS QUE LÁ VIVEM
CONSIDERAM-SE COMO REMANESCENTES QUILOMBOLAS.*

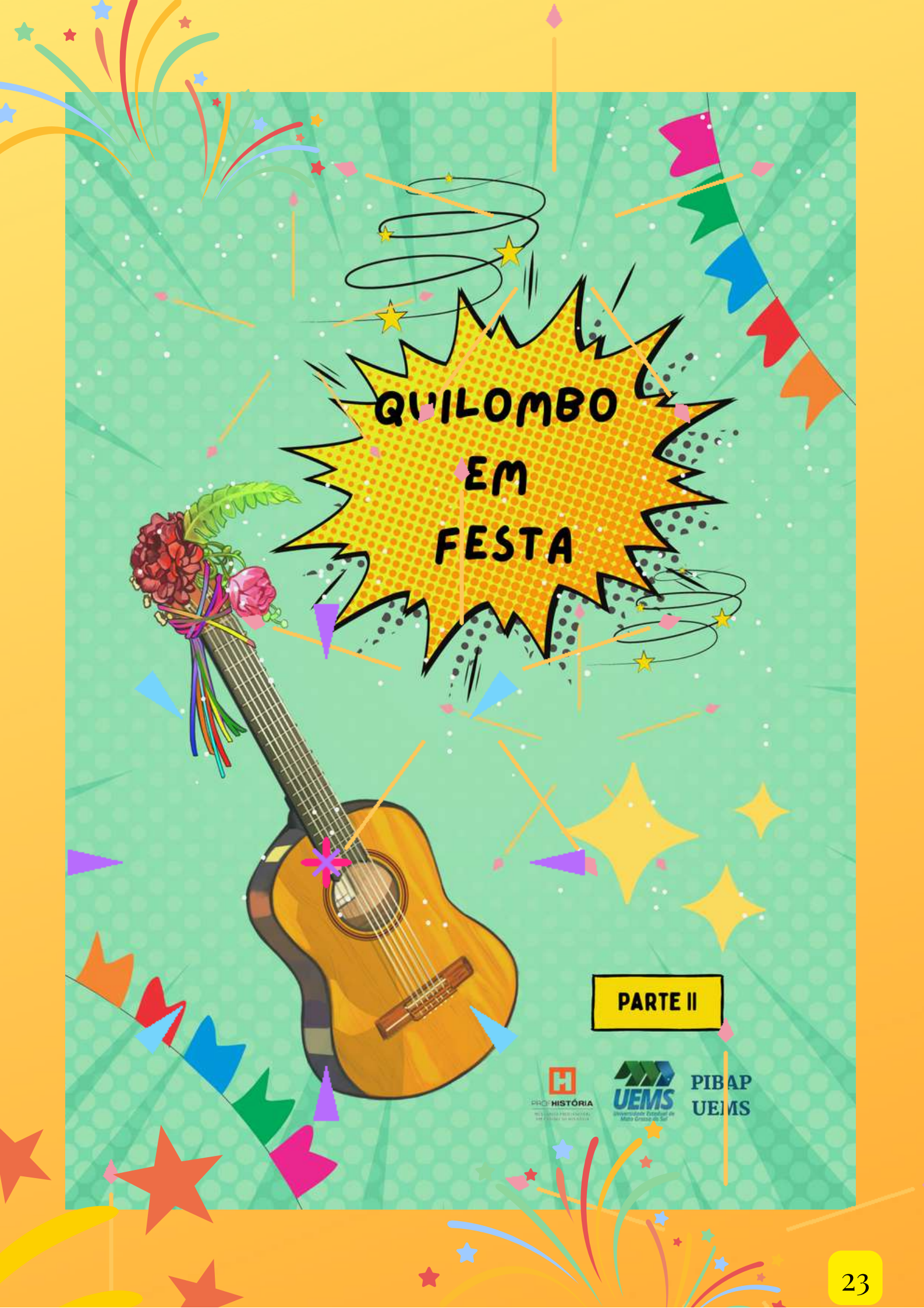
*A SUA HISTÓRIA É ANTERIOR DA ELEVÇÃO DA
CIDADE DE DOURADOS À CATEGORIA DE MUNICÍPIO, OCORRIDA EM 1935.*

DEZIDÉRIO E SUA FAMÍLIA SÃO TAMBÉM PIONEIROS DA CIDADE DE DOURADOS

*SEGUNDO CARLOS ALEXANDRE SANTOS, NO TEMPO PRESENTE:
"MORAM CERCA DE 15 FAMÍLIAS NO QUILOMBO, EM UM ESPAÇO DE 40 HECTARES E
UMA PARTE DOS DESCENDENTES DE DEZIDÉRIO E MARIA CÂNDIDA
RESIDEM NA PERIFERIA DA CIDADE DE DOURADOS-MS" (SANTOS, 2014, P. 77-79).*

*NO ANO DE 2015, O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)
DECLAROU 1.696,5738 HECTARES SÃO CORRESPONDENTES À ÁREA DE OCUPAÇÃO ATUAL DE
TERRAS DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE DEZIDÉRIO FELIPE DE OLIVEIRA, LOCALIZADO
NO DISTRITO DE PICADINHA" (GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, 2015).*

*A COMUNIDADE DEZIDÉRIO FELIPE DE OLIVEIRA, À
EXEMPLO DE MUITAS OUTRAS, NÃO É RECONHECIDA COMO
QUILOMBO POR DIVERSOS SETORES SOCIAIS,
SENDO ALVO DE AMEAÇAS E INJÚRIAS.*



QUILOMBO EM FESTA

PARTE II


PROHISTÓRIA
NÚCLEO DE PESQUISA E
EXTENSÃO NA HISTÓRIA


UEMS
Universidade Estadual de
Maringá - Paraná

**PIBAP
UEMS**



Quilombo em festa



Escrito por:

Ana Paula Pícoli de Lima
Beatriz dos Santos Landa

Ilustração:

Gabriel Leal de Matos

Diagramação:

Thaiane Coral Fernandes Lima

VOCÊ SABIA QUE SEGUNDO O OBSERVATÓRIO DAS
TERRAS QUILOMBOLAS DO BRASIL, INDICA-SE QUE
ATUALMENTE
EXISTEM 3.475 COMUNIDADES QUILOMBOLAS ESPALHADAS
PELAS CINCO REGIÕES DO PAÍS.
EM RELAÇÃO AO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL,
APONTA-SE A PRESENÇA DE CERCA DE 22 COMUNIDADES
QUILOMBOLAS, SENDO UMA DELAS A COMUNIDADE
DEZIDÉRIO FELIPE DE OLIVEIRA/PICADINHA, LOCALIZADO
NO DISTRITO QUE LEVA ESSE MESMO NOME E QUE
PERTENCE AO MUNICÍPIO DE DOURADOS -MS.

FUNDADO EM 1907 POR DEZIDÉRIO E MARIA CÂNDIDA
(FAMÍLIA OLIVEIRA), ESSE QUILOMBO POSSUI 115 ANOS DE EXISTÊNCIA
E FOI CONSTITUÍDO NO PÓS-ABOLIÇÃO. O CASAL FUNDADOR SE
CONHECEU POR MEIO DE MARCELINO E MARIA RITA (FAMÍLIA
BRAGA) QUE NÃO SOMENTE
OS APRESENTOU, COMO TAMBÉM FALOU DA EXISTÊNCIA
DAS TERRAS SOLTAS DA REGIÃO DA PICADA ROMUALDO, LUGAR
ONDE O QUILOMBO SE CONSTITUIU.
COM O TEMPO, MEDIANTE A ESCOLHA PARA OS PADRINHOS
E DOS FILHOS TAL QUAL PARA CASAMENTO ENTRE AMBAS AS
FAMÍLIAS, OS OLIVEIRA E OS BRAGA TORNARAM-SE UMA SÓ
FAMÍLIA, MORANDO NO MESMO ESPAÇO
TERRITORIAL: O QUILOMBO DA PICADINHA.

A PRIMOGÊNITA BENVINDA, FILHA DO CASAL MARIA CÂNDIDA E DEZIDÉRIO, EM CASAMENTO ARRANJADO PELOS PAIS, TEVE COMO CÔNJUGE MANOEL BRAGA, FILHO DE MARCELINO E MARIA RITA.

O SEU CASAMENTO FOI O SEGUNDO REALIZADO NA CIDADE DE DOURADOS-MS. DESSE ENLACE NASCERAM SETE FILHOS: JOÃO, ANTÔNIO, SEBASTIÃO, ELOI, DORCELINA, JORGE E NOEL.

NO ANO DE 1942, NO AUGE DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, JOÃO BATISTA FILHO DE BENVINDA FOI CONVOCADO PARA SERVIR AS TROPAS BRASILEIRAS NO CONFLITO.

BENVINDA NA CONDIÇÃO DE MÃE, FICOU AFLITA E RESOLVEU RECORRER À FÉ: SE O FILHO VOLTASSE VIVO DA GUERRA, PROMOVERIA 20 ANOS DE FESTA AO SEU SANTO DE DEVOÇÃO, SÃO SEBASTIÃO.

SERÁ QUE SANTO FEZ MILAGRE? JOÃO VOLTOU DA GUERRA? NAS PRÓXIMAS PÁGINAS VOCÊ TERÁ A RESPOSTA. LEIA E DESCUBRA. BOA LEITURA!!



OLÁ, EU SOU A LI.



SOU UMA PESSOA SUPER CURIOSA



E HOJE QUERO CONTAR UMA HISTÓRIA.

VAMOS COMISO?

VOCÊ SABIA QUE DOURADOS
TEM UM QUILOMBO?



POIS É, E QUERO TE CONTAR SOBRE O
PATRIMÔNIO CULTURAL DELE!!!

TUDO COMEÇOU HÁ
MUITO TEMPO ATRÁS...



...NO AUGE DA SEGUNDA
GUERRA MUNDIAL

RIO DE JANEIRO,
CAPITAL FEDERAL, 1942

O BRASIL
DECLARA GUERRA!

O GOVERNO DO BRASIL RECONHECE
O ESTADO DE BELIGERÂNCIA COM A
ALEMANHA E A ITÁLIA!!!!



A PARTIR DE AGORA, A QUALQUER MOMENTO
OS RESERVISTAS PODERÃO SER CONVOCADOS!!!

QUILOMBO DA
PICADINHA (1944)



MEU QUERIDO
SÃO SEBASTIÃO

POR FAVOR, TRAGA O
MEU FILHO DE VOLTA

SE ASSIM
FIZERES

PROMETO 20 ANOS DE
FESTA EM SUA HOMENAGEM

JOÃO BATISTA, FILHO DE BENVINDA,
PARTIU RUMO À GUERRA. SAINDO
DO QUILOMBO PARA SE JUNTAR
ÀS TROPAS DA CAPITAL FEDERAL
E SEGUIR À ITÁLIA, LUTAR
CONTRA AS FORÇAS DO EIXO



1945

...A GUERRA, FINALMENTE, ACABOU!



GRAÇAS A DEUS E À SÃO SEBASTIAO
VOCE VOLTOU, MEU FILHO!



AGORA TEMOS QUE
CUMPRIR A PROMESSA!

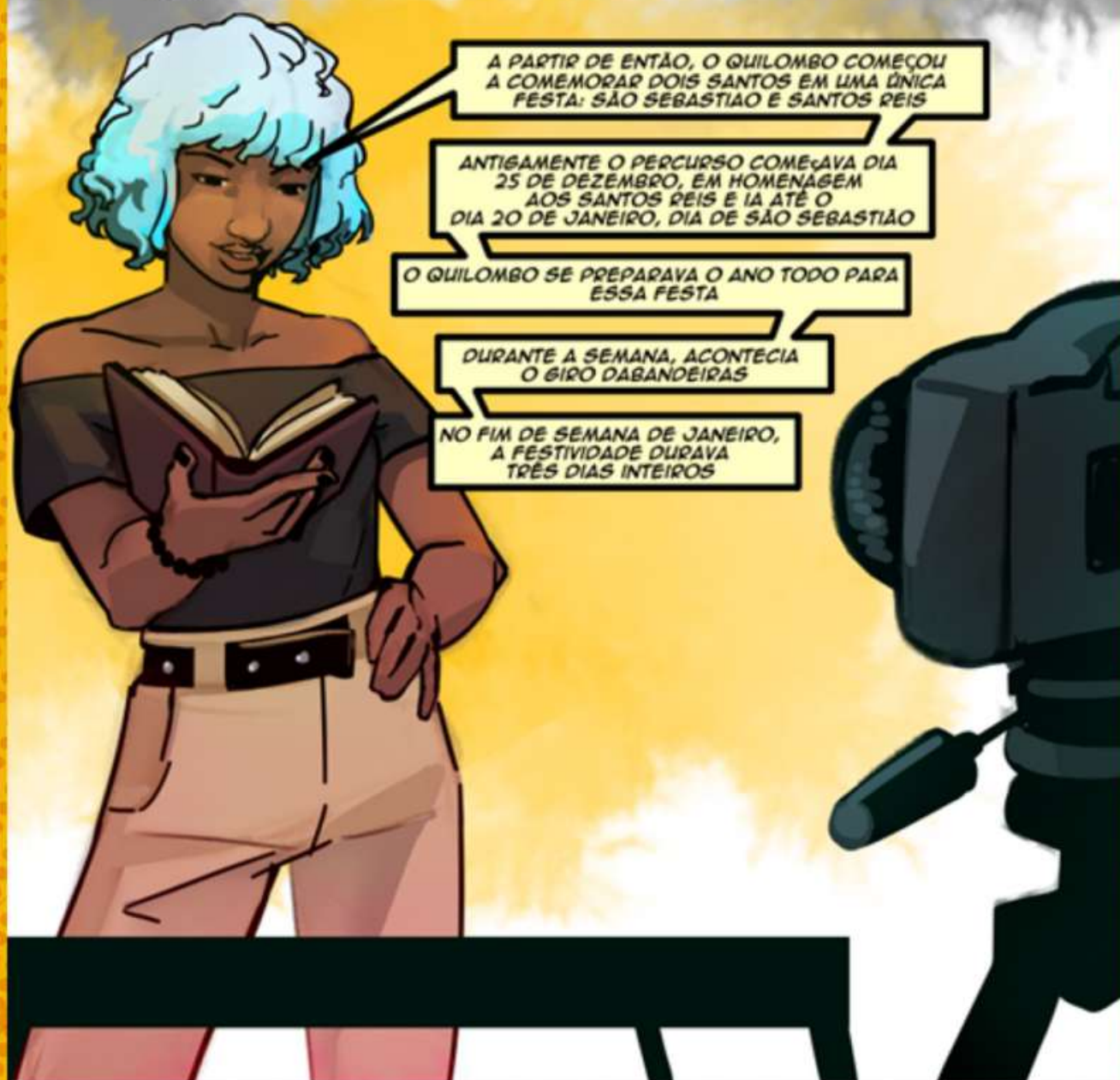
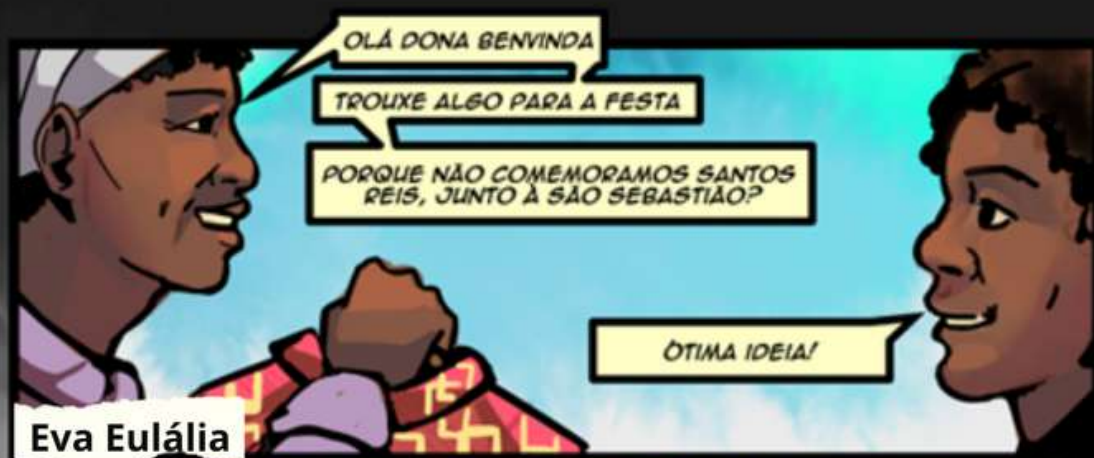


E FOI ASSIM QUE SE INICIOU A FESTA DE
SÃO SEBASTIAO, NO QUILOMBO DA PICADINHA.

NO INÍCIO O QUILOMBO SOMENTE COMEMORAVA
SÃO SEBASTIAO E O DIVINO ESPÍRITO SANTO



ATÉ QUE...



VINHA GENTE DE MUITOS LUGARES,
COMO ITAPORÁ, DOURADOS, MARACAJÚ

BANDEIRAS REPRESENTAM OS SANTOS:
BANDEIRAS AZUIS SÃO DE SANTOS REIS



BANDEIRAS VERMELHAS DE SÃO SEBASTIÃO



**A BANDEIRA ESTÁ
CHEGANDO, AI AI**

ELA ESTÁ CHEGANDO,....

**VELAI A NÓS
SÃO SEBASTIÃO
E SANTOS REIS**



POR MUITO TEMPO AS FESTAS
OCORRIAM SOMENTE NO QUILOMBO

MAS MUITAS PESSOAS
RECISARAM SAIR DE LÁ.

NO COMEÇO ISSO FOI UMA
DIFICULDADE PARA
CONTINUAR A FESTA

MAS...

A FESTA FOI
PARA A CIDADE!!

ASSIM, ATÉ O TEMPO PRESENTE A BANDEIRA
FAZ O SEU GIRO NA CIDADE DE DOURADOS-MS E
DEPOIS FINALIZA COM A FESTA NO
QUILOMBO DA PICADINHA.

TANTO NO PASSADO
QUANTO NO PRESENTE

O INÍCIO DO GIRO
DA BANDEIRA É
CHAMADO DE SAÍDA

E OCORRE NA ZONA
URBANA DE
DOURADOS-MS

A FESTA É FEITA
GRACAS AOS
DEVOTOS QUE FAZEM
PROMESSAS AOS
SANTOS E OFERECEM
DONATIVOS À FESTA.

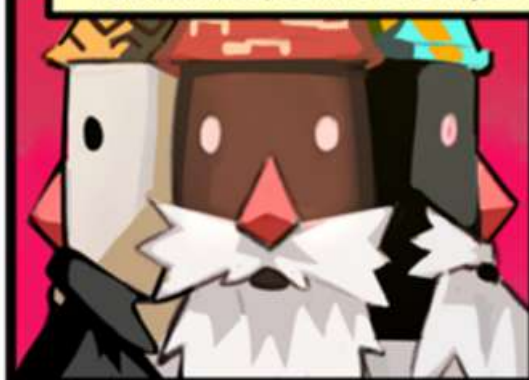
A FESTA É A CELEBRAÇÃO
FINAL, QUE OCORRE NO
QUILOMBO DA PICADINHA.

COMO A LIBERDADE RELIGIOSA É
UM BEM PRECIOSO



MUITOS FESTEIROS DO
PASSADO SE CONVERTERAM
AO PROTESTANTISMO
E NÃO PARTICIPAM
MAIS DA FESTA CATÓLICA.

QUEM PERMANECER CATÓLICO CONTINUA
PARTICIPANDO, COM FÉ E DEVOÇÃO.



DESTA MANEIRA A FESTA
ATUALMENTE OCORRE EM
UM AMBIENTE MAJORITARIAMENTE
PROTESTANTE. TODOS
RESPEITAM, POIS PARTICIPA QUEM
SENTE VONTADE.



E VOCÊ? CONHECIA
ESSA HISTÓRIA?

QUE TAL PESQUISARMOS
SOBRE A HISTÓRIA
DOS QUILOMBOS DE MATO
GROSSO DO SUL?

TE AGUARDO NESTA
JORNADA DO CONHECIMENTO!

ATÉ MAIS!



SUGESTÕES DE ATIVIDADES

A partir de agora seguem algumas sugestões de atividades para ser desenvolvidas em sala de aula, individual ou em grupo.

Observe as instruções e bom trabalho!



Jogo:

"Responda rápido"

Tema: as festas do quilombo
da Picadinha

Material:

folhas de sulfite A4 ou cartolina americana ou celular/notebook e internet.

Confecção:

copiar a mão ou imprimir as páginas seguintes.

Instruções:

Jogo que exige raciocínio rápido. Todos os alunos participam e a pontuação vai para quem acertar as respostas.

- Escreva na lousa o tema jogo.
- Divida a turma em 02 equipes.
- Escreva os nomes das equipes e deixe um espaço para marcar os pontos que cada uma conseguir.
- Cada grupo recebe 07 cartões aleatórios.
- Em uma caixa ou sacola (uma para cada equipe), coloque os cartões dobrados e misture.
- Chame um representante de cada equipe, tire par ou ímpar e veja que irá começar.

- Após o início em cada rodada uma equipe responde.
 - O vencedor escolhe aleatoriamente uma carta, lê em voz alta a pergunta e pede para que a outra equipe responda.
 - Delimite um tempo para os times responderem em voz alta: 30 segundos a 1 minuto.
 - A resposta poderá ser elaborada em conjunto, mas apenas 01 membro da equipe responderá.
 - Se a resposta for errada, o grupo que lançou o desafio responde a resposta do cartão, pontua e lança um desafio ao grupo adversário (cantar uma música, dançar, explicar um fato histórico, dentre outros).
 - Cada carta respondida corretamente vale 10 pontos.
 - Vá marcando a pontuação na lousa
 - Ao término de cada pergunta a carta é separada e não pode mais ser utilizada. ·No final, é feita uma contagem de pontos que cada equipe reuniu. Ganha a equipe que tiver mais pontos.
- Para quem fizer de modo offline, seguem nas próximas páginas as cartas para impressão.

Inspiração do jogo: 30 segundos para responder.

Fonte: <https://ensinarhistoria.com.br/s21/wp-content/uploads/2019/01/jogo-4-30-seg-responder-1.pdf>

Caso possua acesso à internet,
o jogo está disponível online.
Para acessá-lo, aponte a
câmera para o Qr Code
abaixo:



wordwall.net/pt/resource/34180231



Obs: se o jogo for feito com o uso de celular e internet, o professor pode dividir as equipes, lançar as perguntas e com o auxílio do aparelho (que ficará somente com ele), ler as perguntas em voz alta e delimitar quem deve responder e se pagará ou não um desafio. Ganha quem ganhar mais pontos. Bom jogo!

Cartões para impressão

Em que ano
Benvinda fez
a promessa
ao Santo?
R: 1942

Quem trouxe as
roupas dos
palhaços para a
folia?
R: Eva Eulália

Qual o nome do
filho de
Benvinda que
foi convocado
para o Exército
durante a
guerra?
R: João Batista

Em qual
cidade estava
o filho de
Benvinda
quando a
guerra
acabou?
R: Três Lagoas-MS

Quantos anos de
festa Benvinda
prometeu caso o
filho retornasse
com vida?
R: 20 anos

O quilombo da
Picadinha foi
constituído antes
ou depois da
abolição da
escravidão, no
Brasil?
R: Pós-abolição

Qual o critério
de
reconhecimento
dos quilombolas
da Picadinha?

R:
Remanescentes
quilombolas

Qual era o nome
da mulher que fez
a promessa para
que o filho
retornasse vivo da
guerra?

R: Benvinda
Cândida

Quantos anos tem
o quilombo da
Picadinha?

R: 115 anos (em
2022)

Quantas
comunidades
quilombolas
existem no Estado
de Mato Grosso do
Sul?

R: 22 até o ano de
2022

Qual a importância das bandeiras para as festas de santo do quilombo da Picadinha?

R: São objetos sagrados. Cada ícone posto nelas representa uma graça alcançada

Quais são os santos comemorados durante as festas do quilombo da Picadinha?

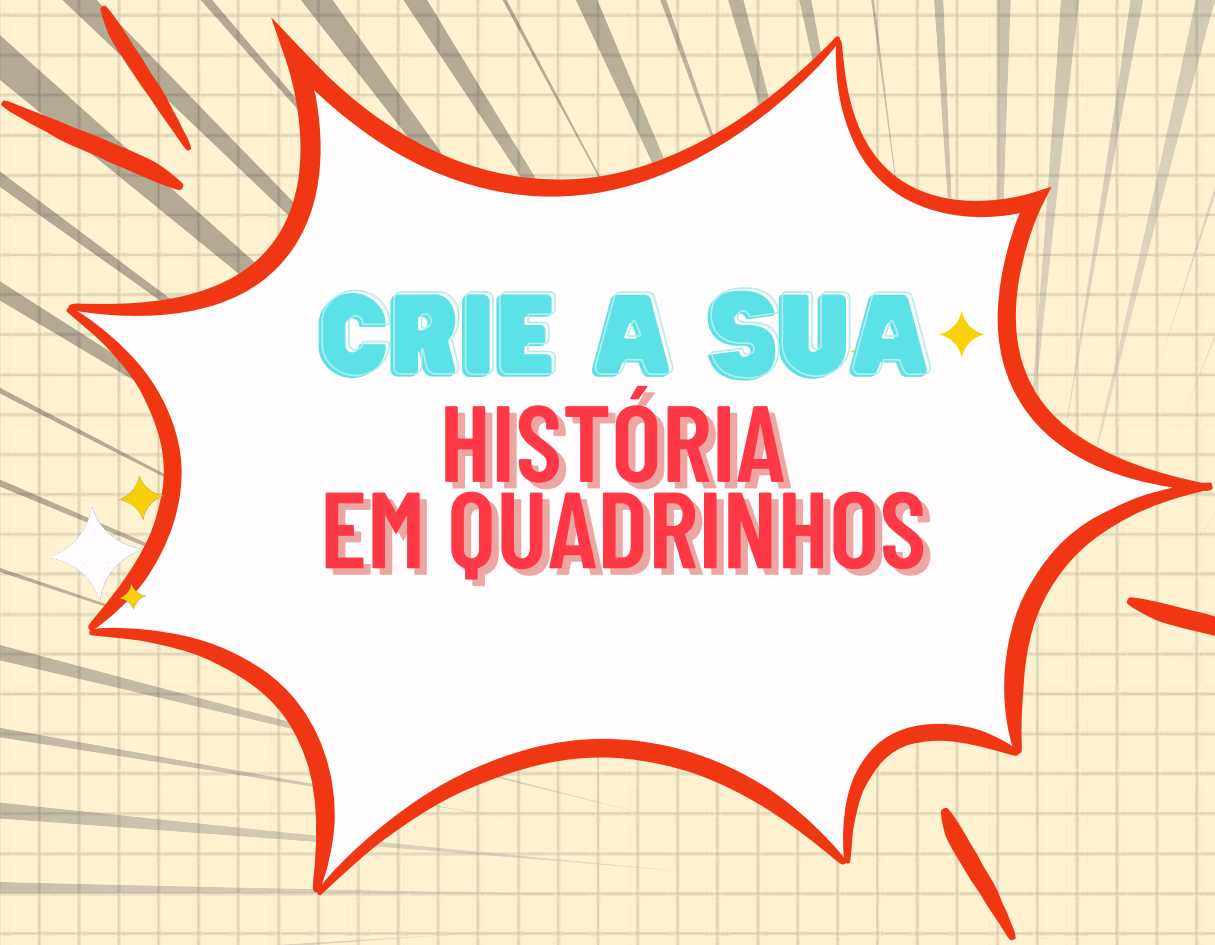
R: São Sebastião e Santos Reis

Distrito onde se localiza o quilombo da história.

R: Picadinha

Quais os sobrenomes das famílias que fundaram o quilombo da Picadinha?

R:
Oliveira e Braga



CRIE A SUA ✨ **HISTÓRIA** **EM QUADRINHOS**

Após as pesquisas e a leitura da HQ sobre o quilombo da Picadinha, que tal criar a sua história em quadrinhos sobre o que você aprendeu a respeito ?



Se você aceitou esse desafio,
então é hora de pôr a mão na
massa!

Em primeiro lugar, elabore uma síntese sobre o tema que deseja abordar. Para isso, siga os passos abaixo:

- Escolha um recorte temporal e temático.
- Leia e resuma o texto com atenção.
- Sublinhe as principais ideias.
- Relacione essas ideias.
- Esboce os personagens (características físicas e psicológicas evidentes nos desenhos).
- Uma ação por quadro
- Falas e onomatopeias nos balões.
- Pense na página como um todo e planeje as suas viradas.
- Faça a indicação bibliográfica

Depois disso, rascunhe os desenhos e a estrutura visual da sua história.

Deixe a imaginação fluir, mas pesquise direitinho para colocar as informações necessárias.

Obs: na próxima página segue a capa, as orientações com legendas e depois um template para auxiliar nesse processo criativo!

Você pode imprimir e desenhar/escrever a mão ou criar o seu HQ online.

Bom trabalho!!

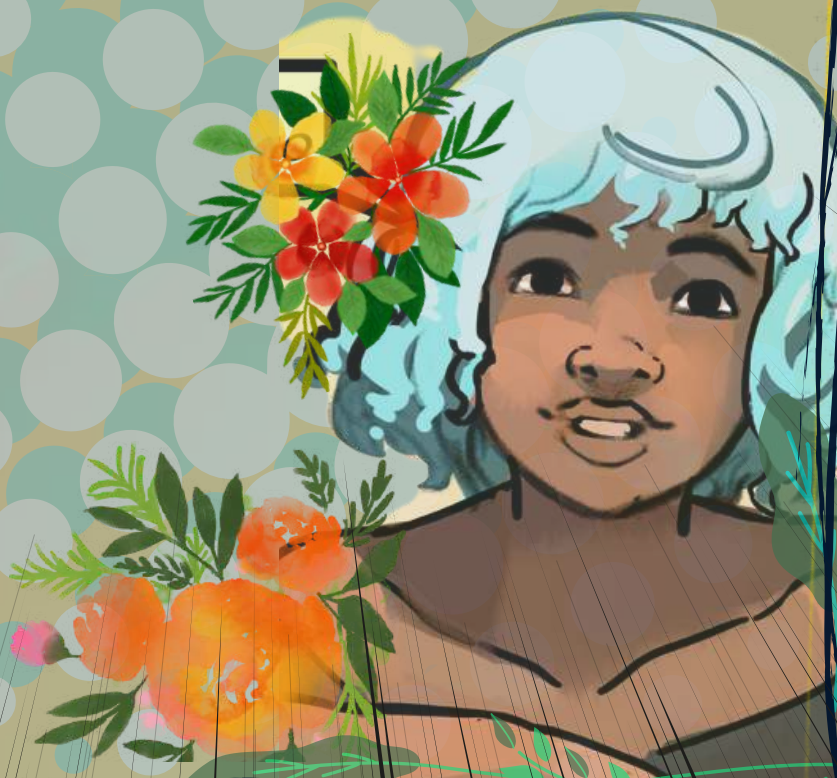


HISTÓRIA EM QUADRINHOS

NOME:

SÉRIE E DATA:

NOME(S):





Contexto da história: lugar e ano e apresentação dos personagens



Contexto: trama geral e (se houver) conflito da história



Clímax: acontecimento marcante

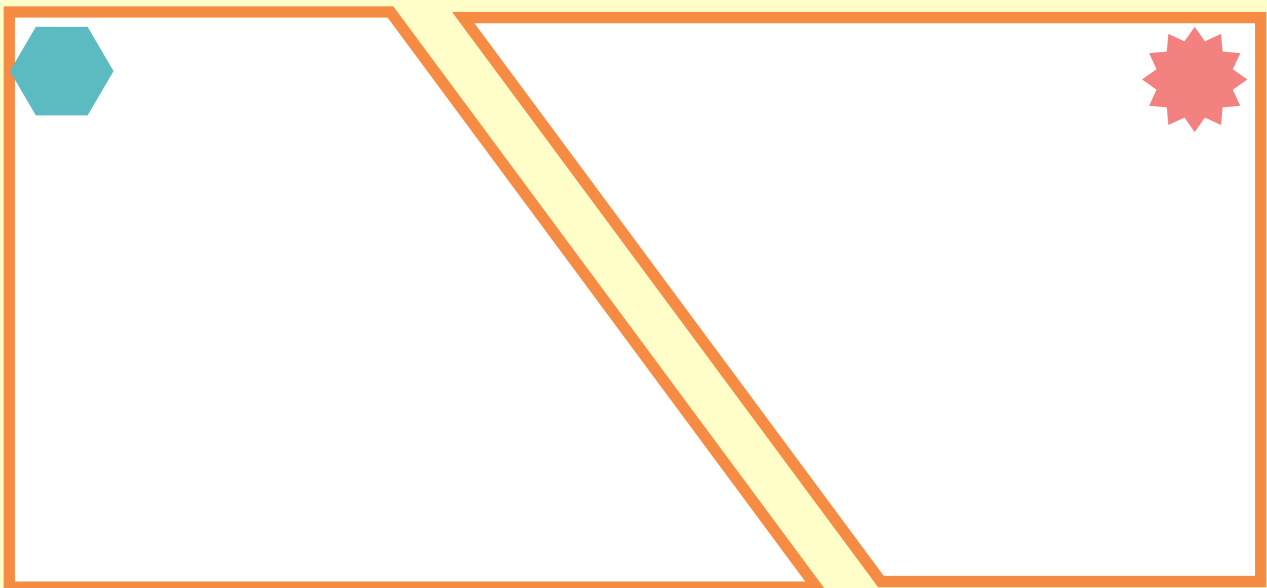
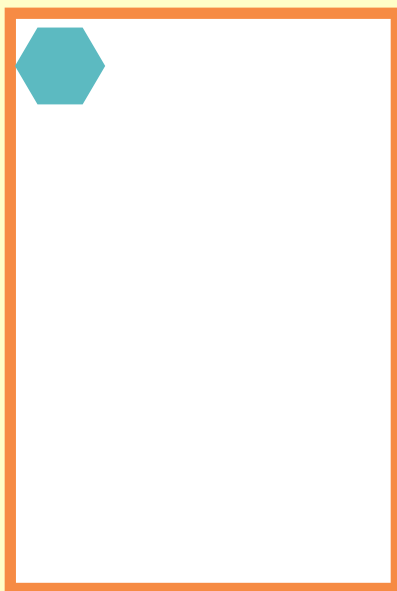
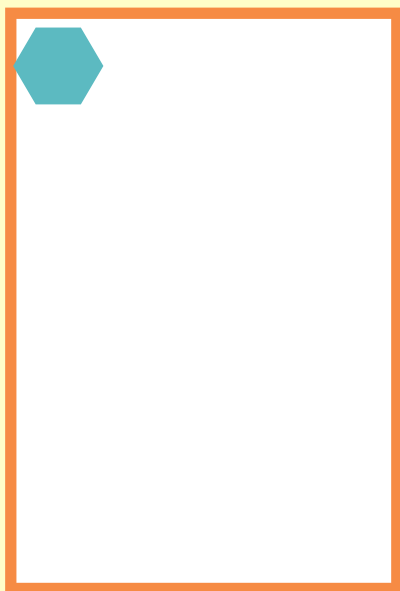
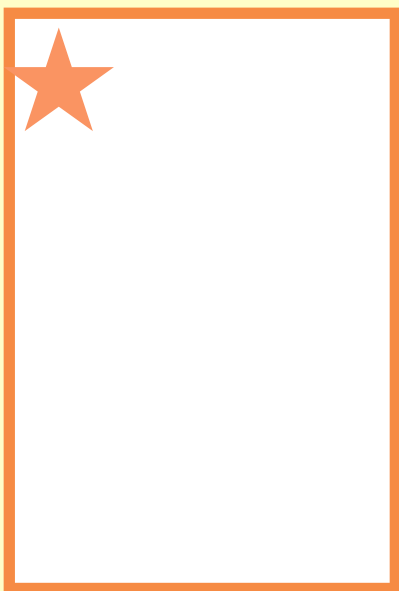
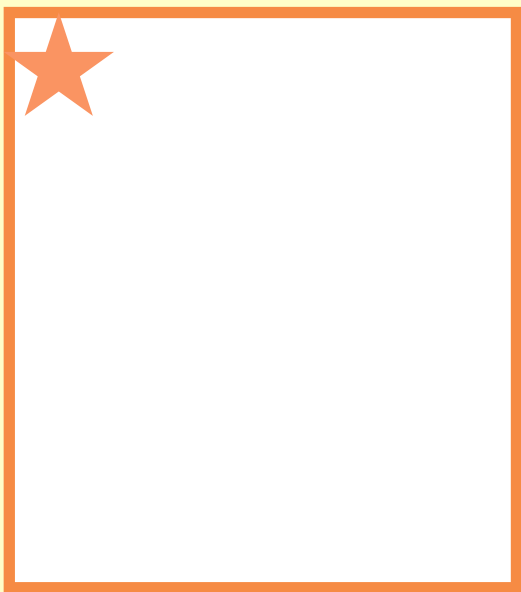


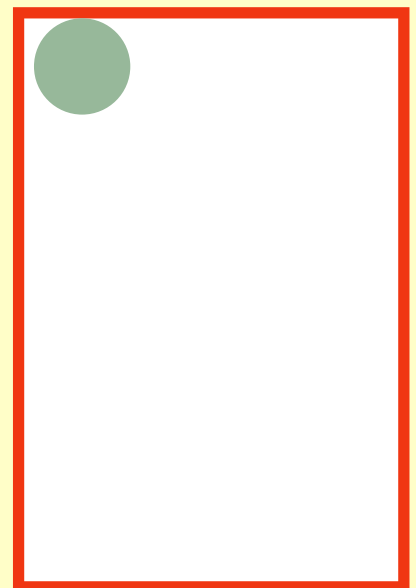
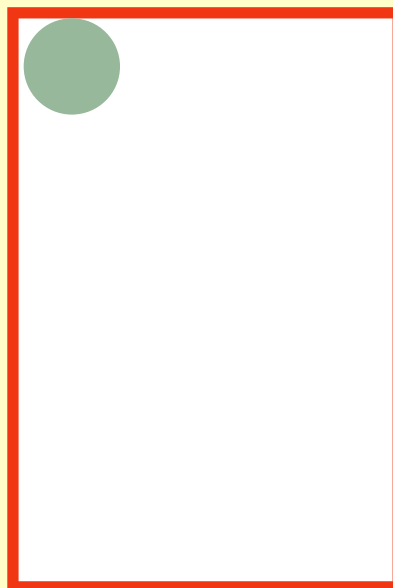
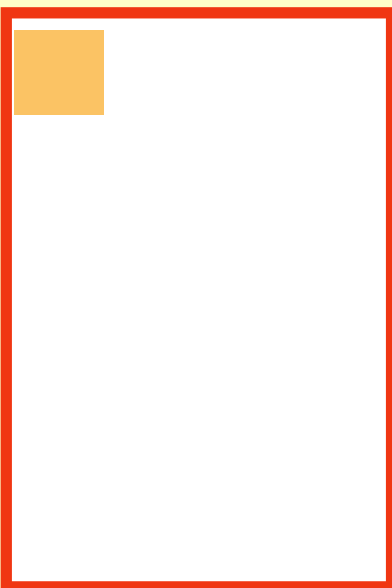
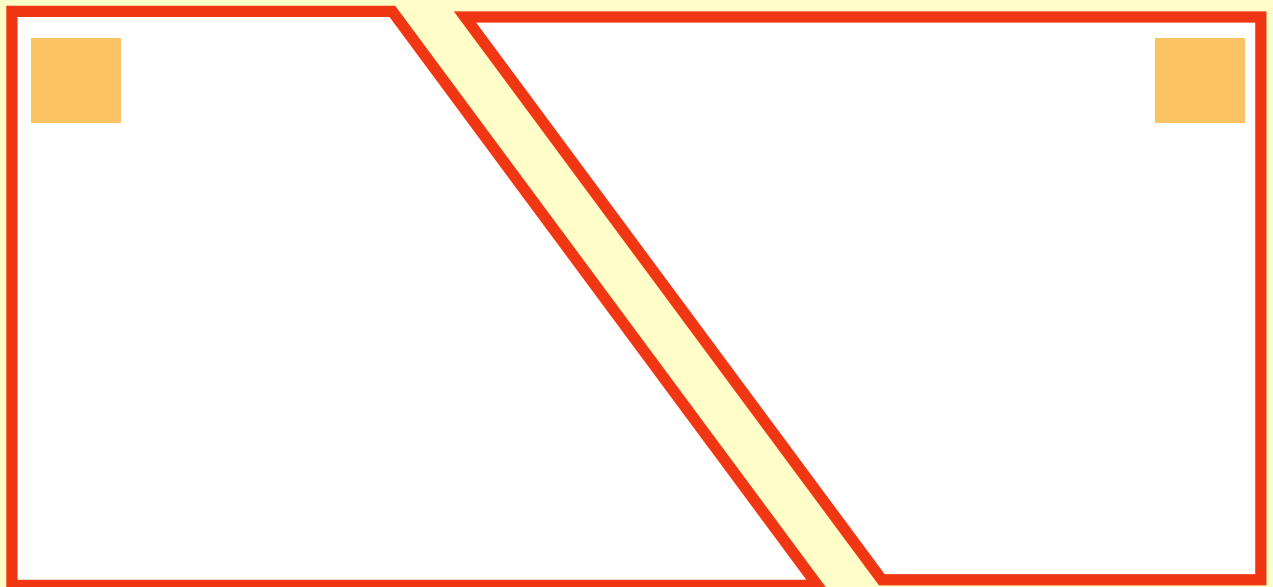
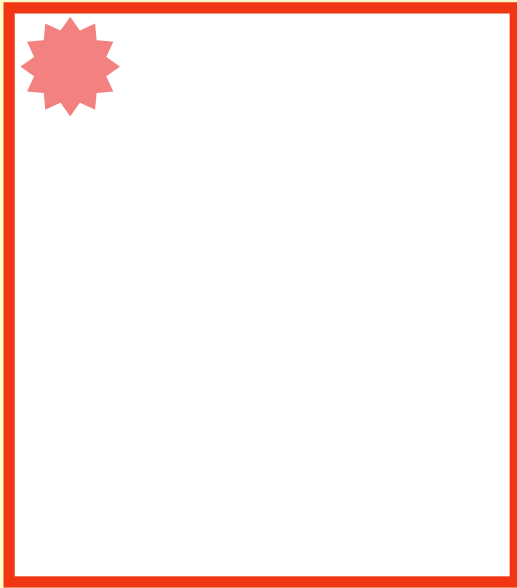
Consequências do acontecimento e transição para a finalização



Finalização da história

Lembrando que estas são apenas sugestões, a fim de auxiliar esse processo criativo.







PESQUISA

FESTAS QUILOMBOLAS

Nome

série

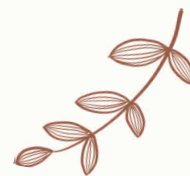
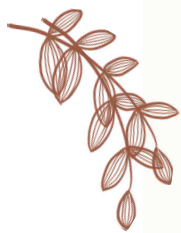
Pesquise algumas festas/ tradições quilombolas existentes em Mato Grosso do Sul

Alguns ritmos musicais de origem afro-brasileira / africana.

Algumas formas de arte e expressão de base afro-brasileira e africana.

QUAL A IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR AS FESTAS DOS QUILOMBOS?





Pesquisa

Quilombo da Picadinha em HQ

NOME:

SÉRIE

RESUMO DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS SOBRE O QUILOMBO DA PICADINHA:

Quem são os personagens da história em quadrinhos? Descreva-os

Qual a parte que te chamou a atenção nesta história em quadrinhos?

Qual a importância de estudar a história do quilombo da Picadinha?

Você já tinha conhecimento da existência desse quilombo?

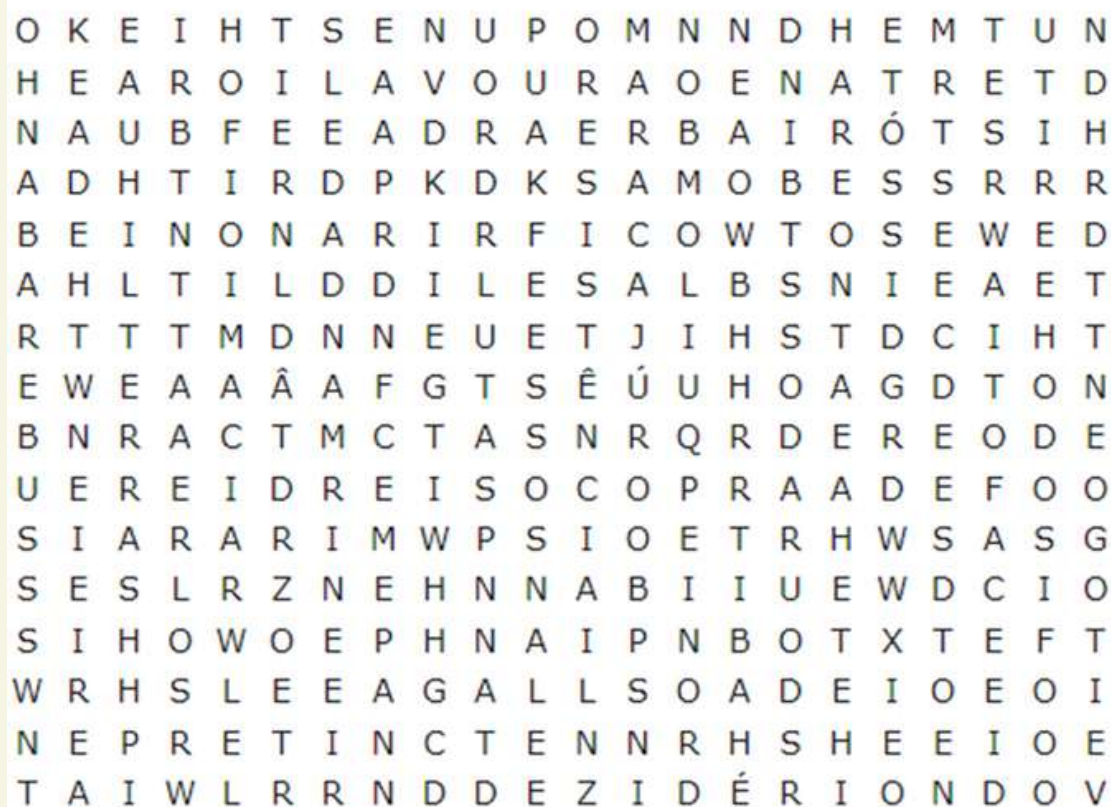


Caça-palavras

tema: o quilombo da Picadinha



As palavras deste caça palavras estão escondidas na horizontal, vertical e diagonal, com palavras ao contrário.



PALAVRAS QUE DEVEM SER ENCONTRADAS:

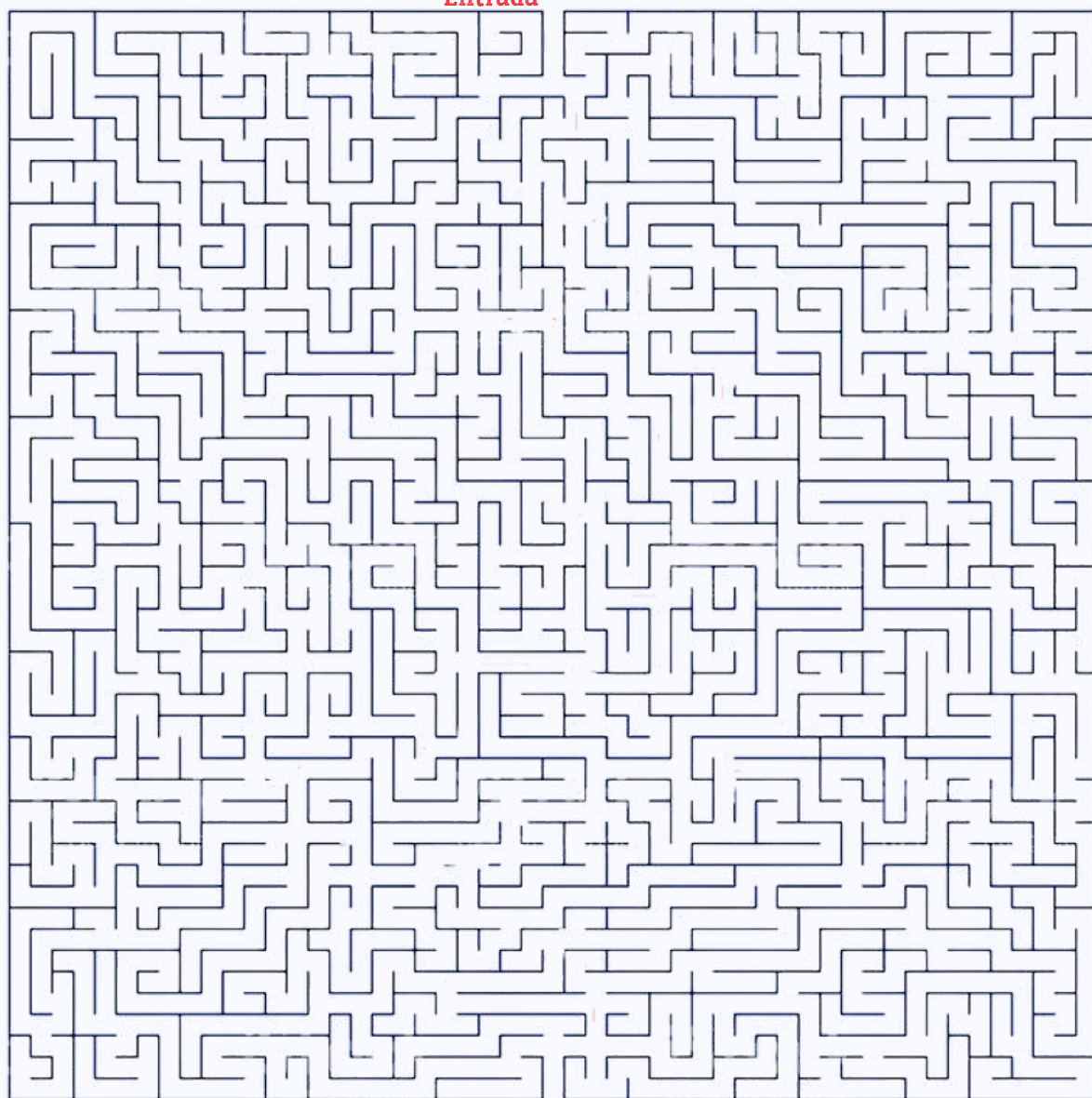
CÂNDIDA	DEZIDÉRIO	DOURADOS	HISTÓRIA	IRMANDADE	
LAVOURA	LIBERDADE	MARACAJÚ	PALMARES	PICADINHA	
QUILOMBO	TERRAS	UBERABA	LUTAS	RESISTÊNCIA	DIREITO



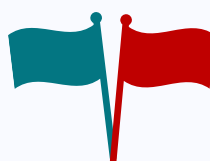
**Ajude os palhaços da folia a encontrar as
bandeiras**

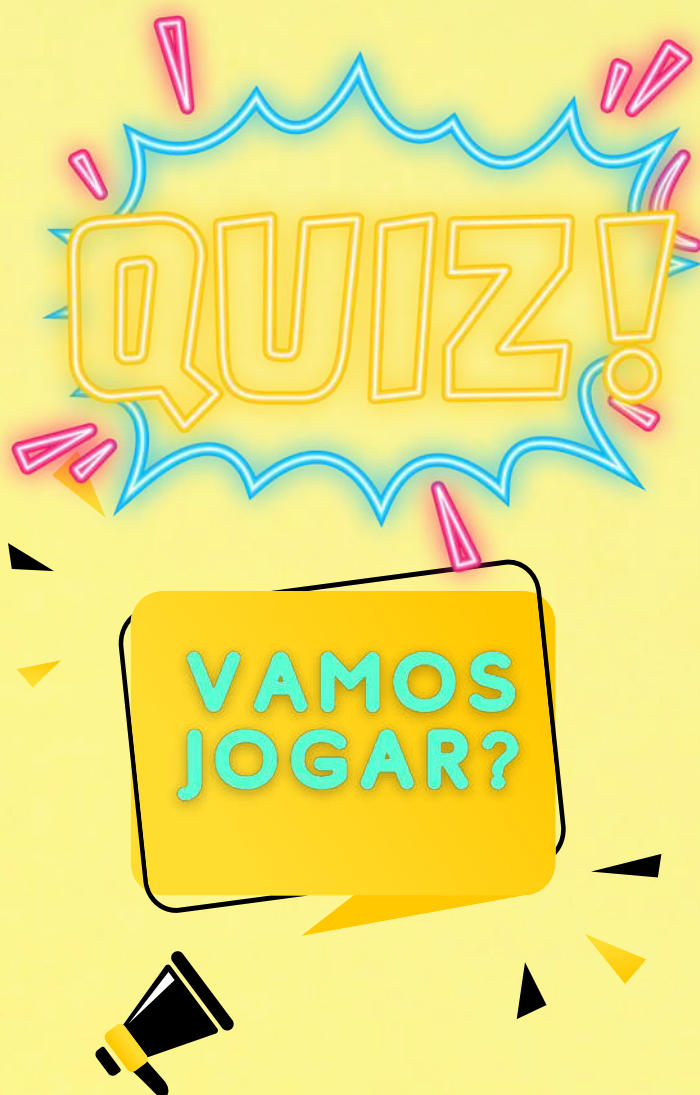


Entrada



saída





Antes de iniciar o jogo, leia as instruções das próximas páginas



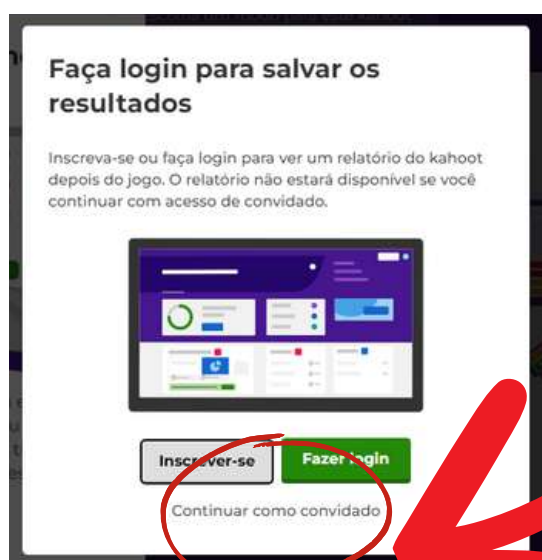


Professora (o) / jogadora (or):

clique uma vez no botão acima **(SIM)** ou **play** no link abaixo:



Após o clique, abrirá uma nova página. Clique em **"continuar como convidado"**



Depois, com essa janela aberta, escolha qual **modalidade** deseja atribuir o jogo aos alunos



Modo clássico:
jogadores individuais

Modo de equipe:
grupos divididos pelo
próprio aplicativo

Após essa etapa, uma nova janela se abrirá, a exemplo desta abaixo:



Observe os elementos enumerados:



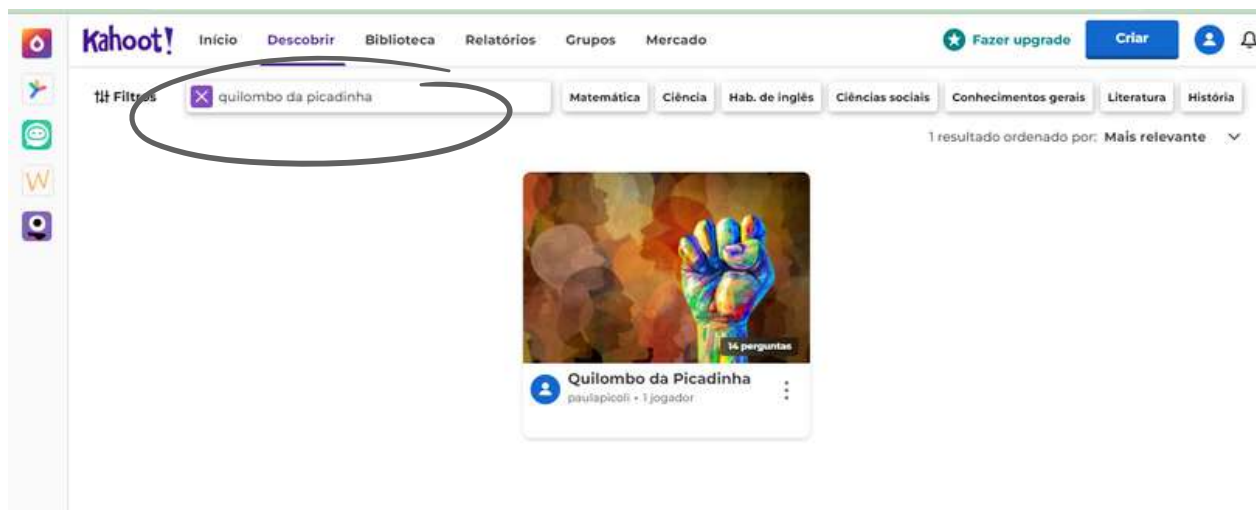
(1) Os alunos deverão acessar a página **kahoot.it**, ou pelo aplicativo disponível no smartphone ou por meio do **código QR** que automaticamente é gerado (3).

(2) Acessando a plataforma, digitar o **PIN**. Após essa etapa, **digitar o apelido**.

(4) Esperar os jogadores entrarem para dar **início** (5).



O jogador **Francisco** entrou.
Agora é só esperar os demais para **iniciar**.



Caso o link não abra, clique em "descubra", e logo após **digite** quilombo da picadinha, no **espaço circulado.**

Ou copie e cole o endereço **abaixo:**



[https://create.kahoot.it/search?
query=quilombo+da+picadinha&ta
gs=quilombo+da+picadinha&filter
=filter%3D1](https://create.kahoot.it/search?query=quilombo+da+picadinha&tags=quilombo+da+picadinha&filter=filter%3D1)

Pronto!
Agora é só jogar.



Quer criar o seu próprio game
online, sobre as diversas
temáticas?
Acesse o Qr code abaixo e siga as
orientações.



ATIVIDADE: PERSONALIDADE EM DESTAQUE



Com o auxílio do seu professor, pesquise sobre as personalidades afro-americanas presentes em seu livro didático, na internet, da sua cidade e/ou da escola.

Procure por indivíduos que atuaram na política, entretenimento, esportes, música e ciência.

Após essa etapa, em um rascunho elabore uma síntese sobre a sua personalidade escolhida e descreva de forma breve as seguintes informações: Nome (social), data de nascimento e morte, profissão, atuação de destaque e curiosidades.

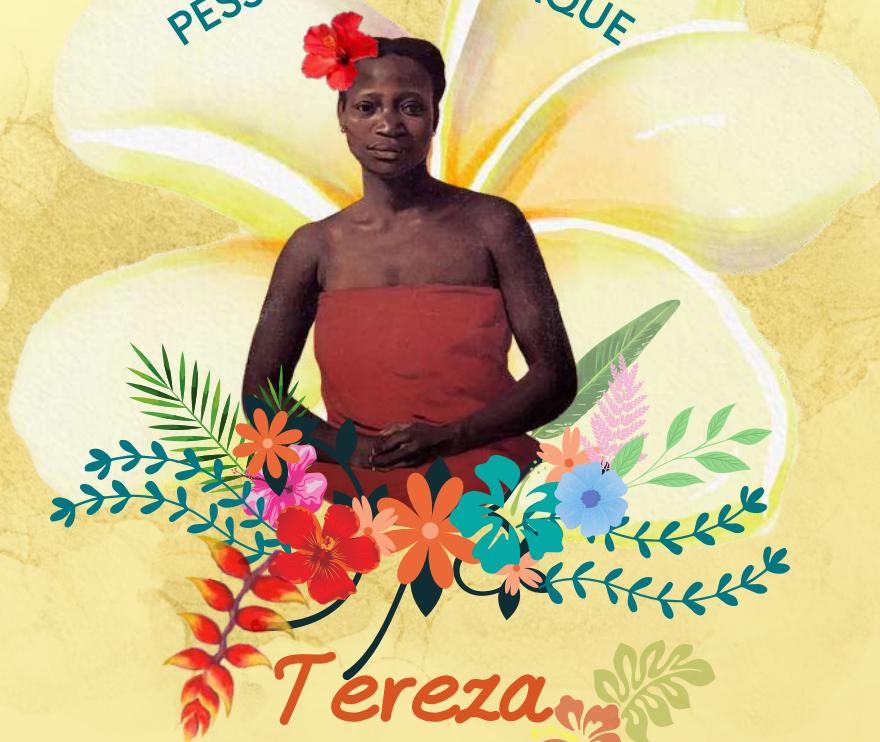
Passado esse momento, em uma folha de A4 elabore um folder sobre essa personalidade, contendo as informações colhidas e uma foto centralizada, como no exemplo da página seguinte.

Essa atividade pode ser feita de forma digital ou manuscrita. Combine com o seu professor e mãos à obra!

SUGESTÃO: AO TÉRMINO DOS TRABALHOS, CRIAR UM MURAL EXTERNO À SALA DE AULA COM TODAS AS PERSONALIDADES PESQUISADAS.



PESSOA EM DESTAQUE



Tereza de Benguela

*Heroína, Rainha e
Guerreira*

1700 - 1770

Tereza de Benguela foi a líder do maior quilombo do Mato Grosso (o quilombo do piolho). Sob o seu comando, essa “comunidade negra e indígena resistiu à escravidão por duas décadas”.

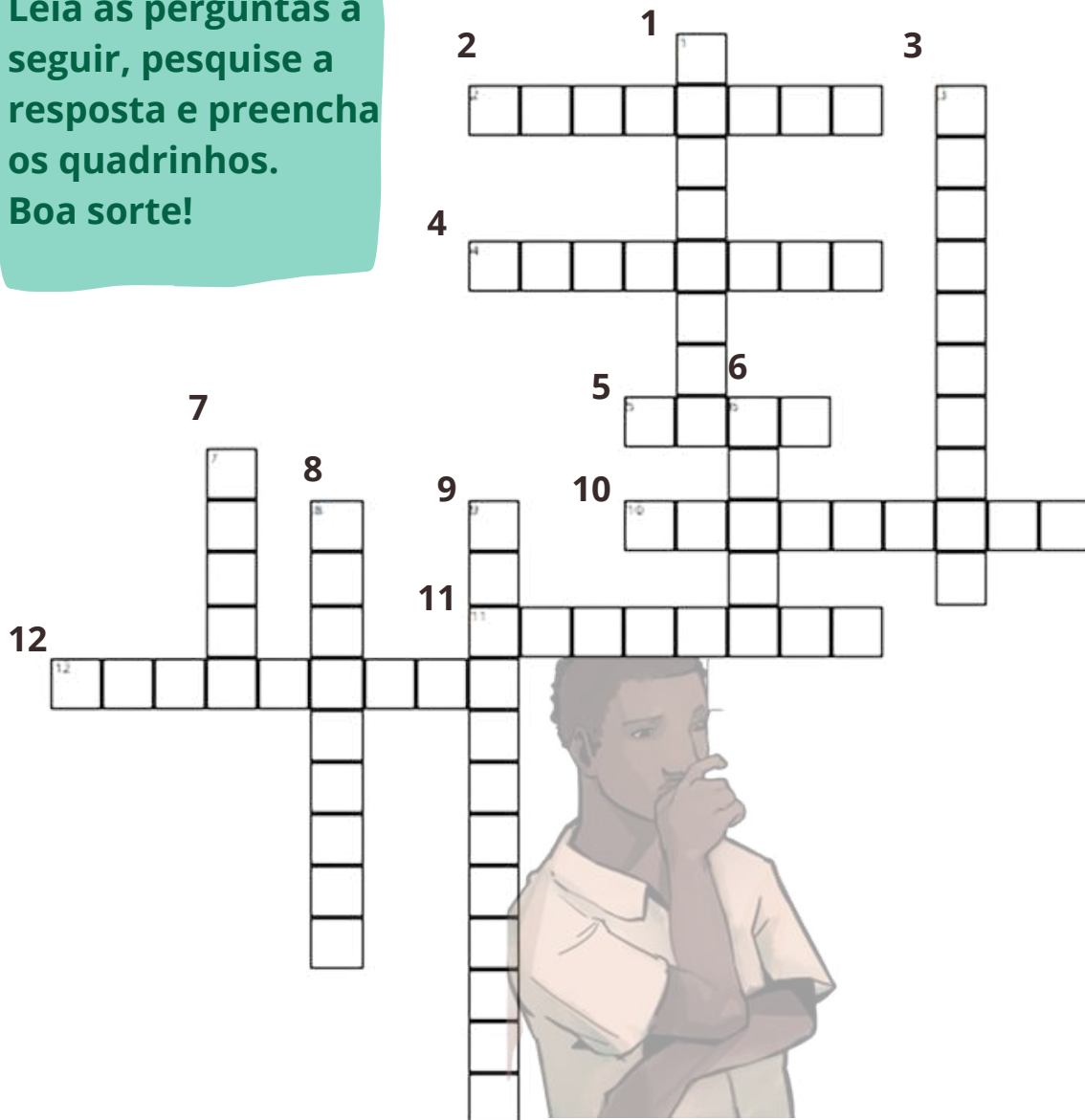
FONTE:

<https://www.ufrb.edu.br/bibliotecaecult/noticias/220-tereza-de-benguela-a-escrava-que-virou-rainha-e-liderou-um-quilombo-de-negros-e-indios#:~:text=Tereza%20viveu%20no%20s%C3%A9culo%20XVIII,o%20maior%20do%20Mato%20Grosso.>

Palavra-cruzada

Tema: o quilombo da Picadinha

Leia as perguntas a seguir, pesquise a resposta e preencha os quadrinhos. Boa sorte!



Palavra-cruzada

Tema: o quilombo da Picadinha

Verticais

- 1** - Picada onde no início do século XX, Dezidério tomou conhecimento das terras soltas existentes.
- 6** - Lei assinada em 1888 que pôs fim a escravidão, no Brasil.
- 3** - Título conseguido por Dezidério em 1924 referente ao espaço que ocupou.
- 7** - O primeiro nome da matriarca do quilombo da Picadinha.
- 8** - Primeiro nome do patriarca do quilombo da Picadinha.
- 9** - Os moradores do quilombo da Picadinha se autodenominam _____ quilombolas

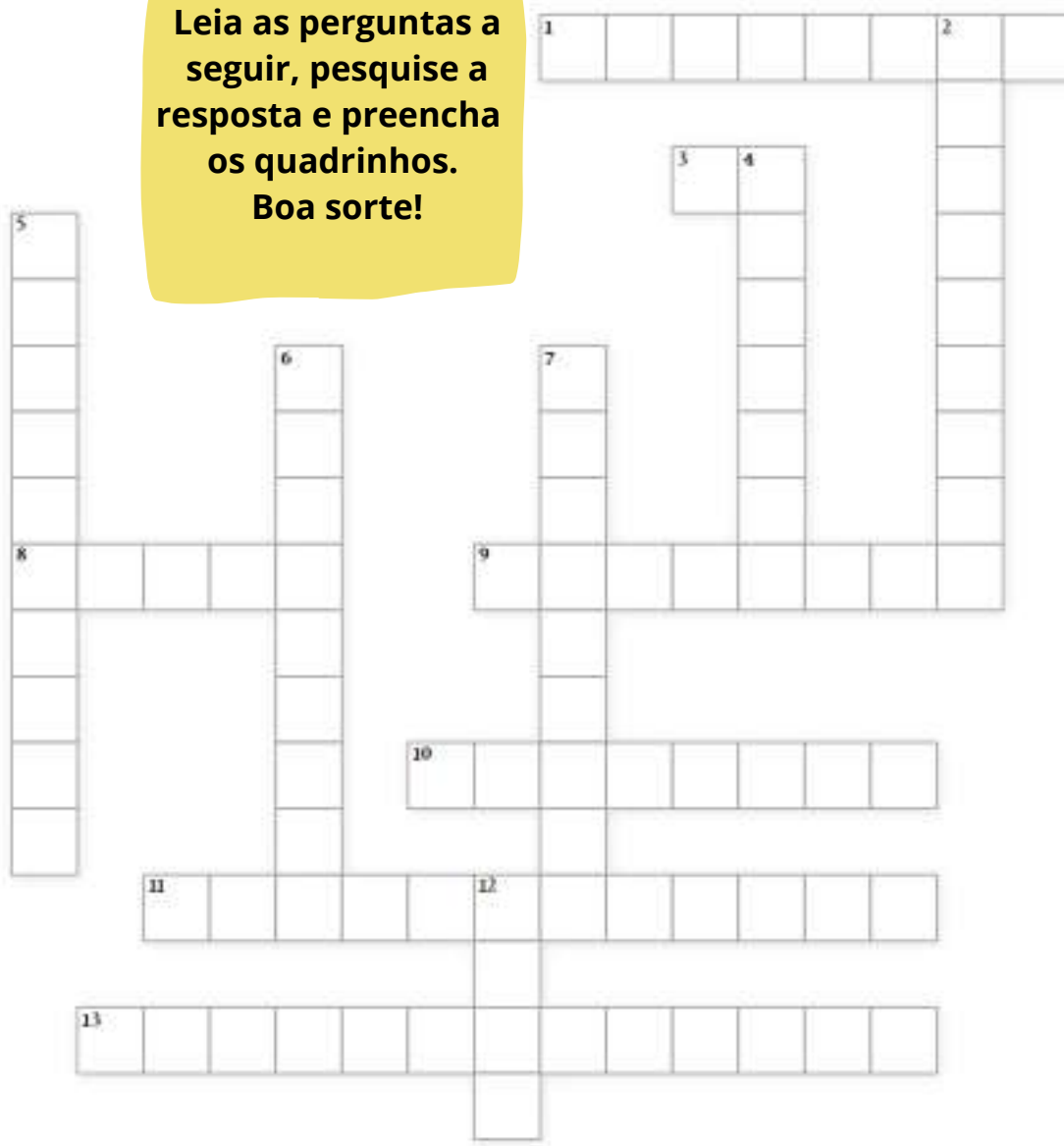
Horizontais

- 2** - O tema da história em quadrinhos é sobre o _____ da Picadinha.
- 4** - Município elevado à categoria de município em 1935.
- 5** - Nome do filho mais novo do casal fundador do quilombo.
- 10** - Segundo a história, Dezidério plantou café para para ele.
- 11** - Nome atual da região que antigamente era conhecida como Vista Alegre.
- 12** - Distrito onde se localiza o quilombo estudado.

Palavra-cruzada

Tema: festas do quilombo da Picadinha

Leia as perguntas a seguir, pesquise a resposta e preencha os quadrinhos.
Boa sorte!



Palavra-cruzada

Tema: festas do quilombo da Picadinha

Verticais

2. SÃO CONSIDERADAS ELEMENTOS SAGRADOS PARA AS FESTAS
4. MUNICÍPIO DE ONDE VINHAM DIVERSOS FOLIÕES PARA A FESTA
5. SEGUNDO A HISTÓRIA, ELES VISITARAM JESUS NA MANJEDOURA E SÃO TAMBÉM FESTEJADOS
6. NOME DO SANTO PARA QUEM A MÃE DO RESERVISTA FEZ A PROMESSA
7. DISTRITO ONDE SE LOCALIZA O QUILOMBO QUE OCORRE A FESTA
12. NOME DO HOMEM CONVOCADO A GUERRA EM 1942

Horizontais

1. FOI CONSTITUÍDO NA PICADINHA NO ANO DE 1907
3. NOME DA NARRADORA DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS
8. COMO É CONHECIDA O INÍCIO DO PERCURSO DA BANDEIRA
9. SÃO RESPONSÁVEIS POR LIBERTAR A RAINHA DA FESTA E PROTEGER A BANDEIRA
10. NOME DA MULHER QUE FEZ A PROMESSA AO SANTO
11. CAPITAL FEDERAL DO BRASIL EM 1942
13. CONFLITO ARMADO OCORRIDO EM ESCALA MUNDIAL ENTRE OS ANOS DE 1939-1945

Essa cruzadinha se encontra online.
Caso deseje resolvê-la de modo interativo,
acesse o QR code

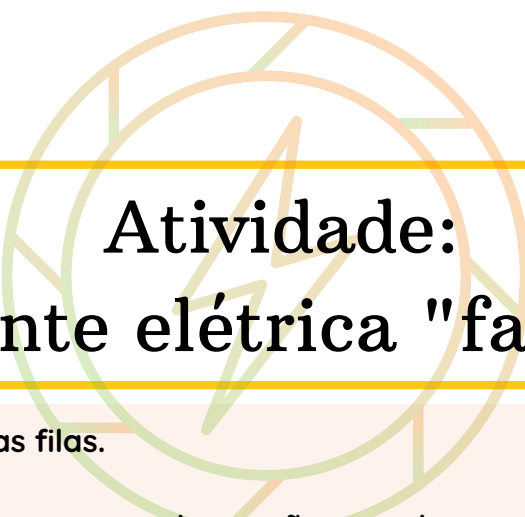


Pesquise

- 1 - Comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul.
- 2 - Tradições culturais dessa comunidades.
- 3 - Festas populares da sua cidade.
- 4 - Festas realizadas em alguns quilombos do Brasil (02 - 04 festividades).
- 5 - A importância das festas para a cultura de um povo.
- 6 - A Lei no 10.639 e a sua importância para a educação brasileira.
- 7 - O significado de patrimônio cultural imaterial.
- 8 - Exemplos de patrimônios culturais imateriais afro-brasileiros.
- 9 - O que é o antirracismo e como deve ser efetivado no cotidiano.
- 10 - 20 de novembro: dia da consciência negra
 - a) História
 - b) Importância

Essas pesquisas precisam de recursos como livros didáticos, jornais, revistas e internet como veículo de informação.

Sugestão: após a pesquisa, ler e debater as respostas em grupos.



Atividade: corrente elétrica "falante"

Divida a sala em duas filas.

Coloque os educandos segurando as mãos uns dos outros.

Lance questões referentes ao assunto.

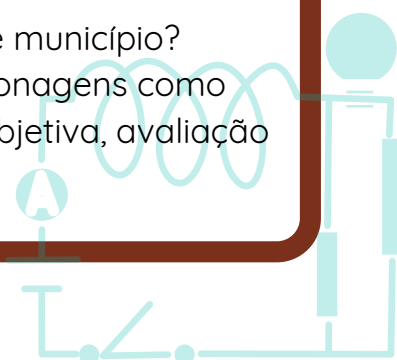
O aluno que souber a resposta deve "liberar a energia", isto é apertar a mão do colega, e passar a informação de forma discreta ao aluno ao lado.

O mesmo procedimento deve ser feito até chegar ao colega que inicia a fila, que pronunciará a resposta.

Ganha quem responder corretamente e em menor tempo.

Sugestões de perguntas:

1. Quem foi Devidério Felipe de Oliveira?
2. Onde está localizado o quilombo que estudamos?
3. Em que ano promulgou-se a Lei Áurea?
4. Em qual cidade nasceu Devidério?
5. Como se chamava o município de Maracajú quando
6. Devidério veio para esta região?
7. Como se chamava a esposa de Devidério?
8. Em que ano o quilombo da Picadinha foi oficializado pela Fundação Palmares?
9. Em que ano Dourados foi elevada à categoria de município?
10. Qual a importância de estudar a história de personagens como Devidério e sua família? (Pergunta totalmente subjetiva, avaliação do professor).





Palavras embaralhadas



Divida os alunos por equipes e apresente as frases de forma embaralhada.

Vence quem concluir primeiro cada uma destas da forma correta ou mais próxima.

Para isso, imprima as páginas a seguir, divida os papéis e distribua às equipes.

Use um temporizador (do celular) ou conte no relógio para demarcar o tempo de resolução.



Boa atividade!



1

—

FUNDADO

quilombo o em

foi

PICADINHA

1907 DA



2

—

ESTADO

VINTE NO SUL

existem

mato quilombos

de vinte

grosso do

DOIS



3 – a b o l i ç ã o
p i c a d i n h a d a
f o i o
p ó s
Q U I L O M B O
N O
C O N S T I T U Í D O



4 – F A Z E N D A S
D E Z I D É R I O
t r a b a l h o u
c o m o n a s
a g r i c u l t o r
F E L L I P E P E ã O



5

— R A C I S T A

S O C I E D A D E

a n t i r r a c i s t a

E M N Ã O

u m a n ã o

b a s t a n ã o

s e r r a c i s t a

p r e c i s o s e r

É



6

– E D U C A Ç ã O

S E N S I B I L I Z A Ç ã O

C I D A D ã O S

A

d a s d o s

o b j e t i v o r e l a ç õ e s

p o r a d o s

é t n i c o - r a c i a i s

T E M



S O C I E D A D E
M U L H E R E S
p e s s o a s
g e n t e
c o n s i d e r a d a s
l u t a
P E S S O A S A
U M A P O R
S E R e m q u e
a s p o s s a m

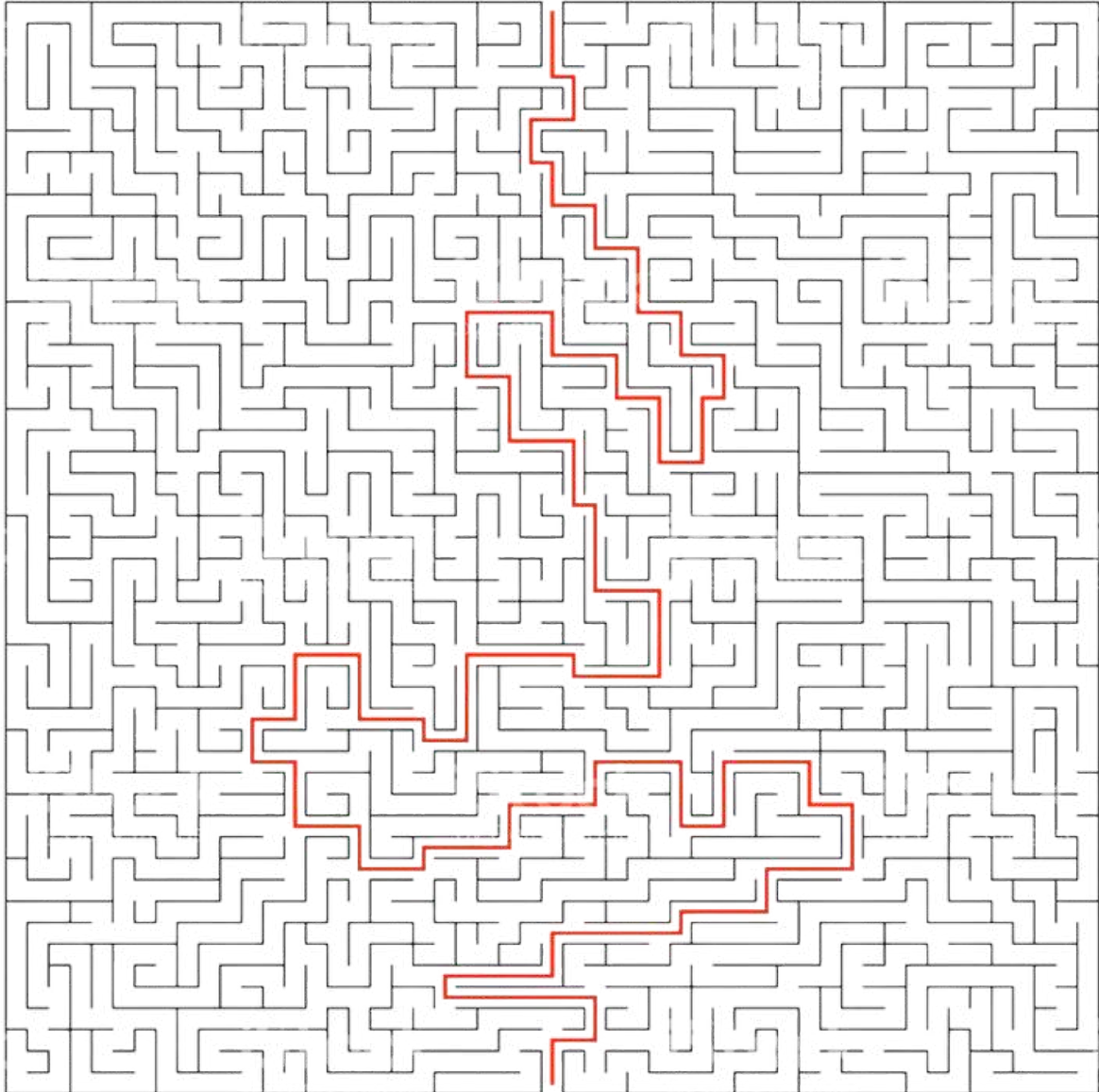


Resolução das atividades

P.16 - Caça-palavras

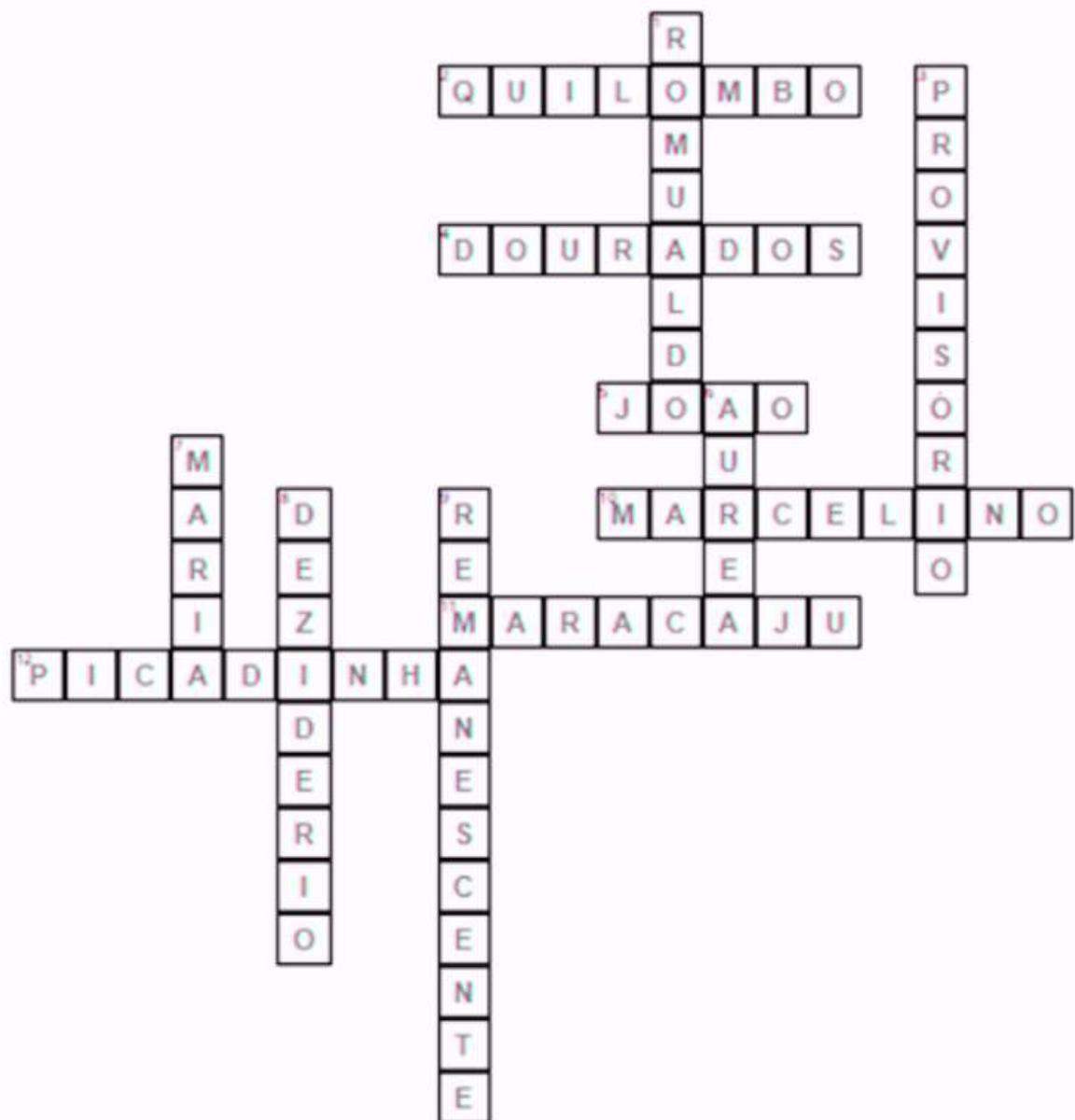
M
L A V O U R A O D
A E A E R B A I R Ó T S I H
A H D P D S A M R
B N A I I C O E
A I L D D L S A L I E
R T M D N U T J I S T D
E E A Â A T Ê Ú U O A
B R C M C A N Q D
U E R R I S C R A
S A I P I E R
S S A B U
I O
L D
D E Z I D É R I O

P.17 - Labirinto



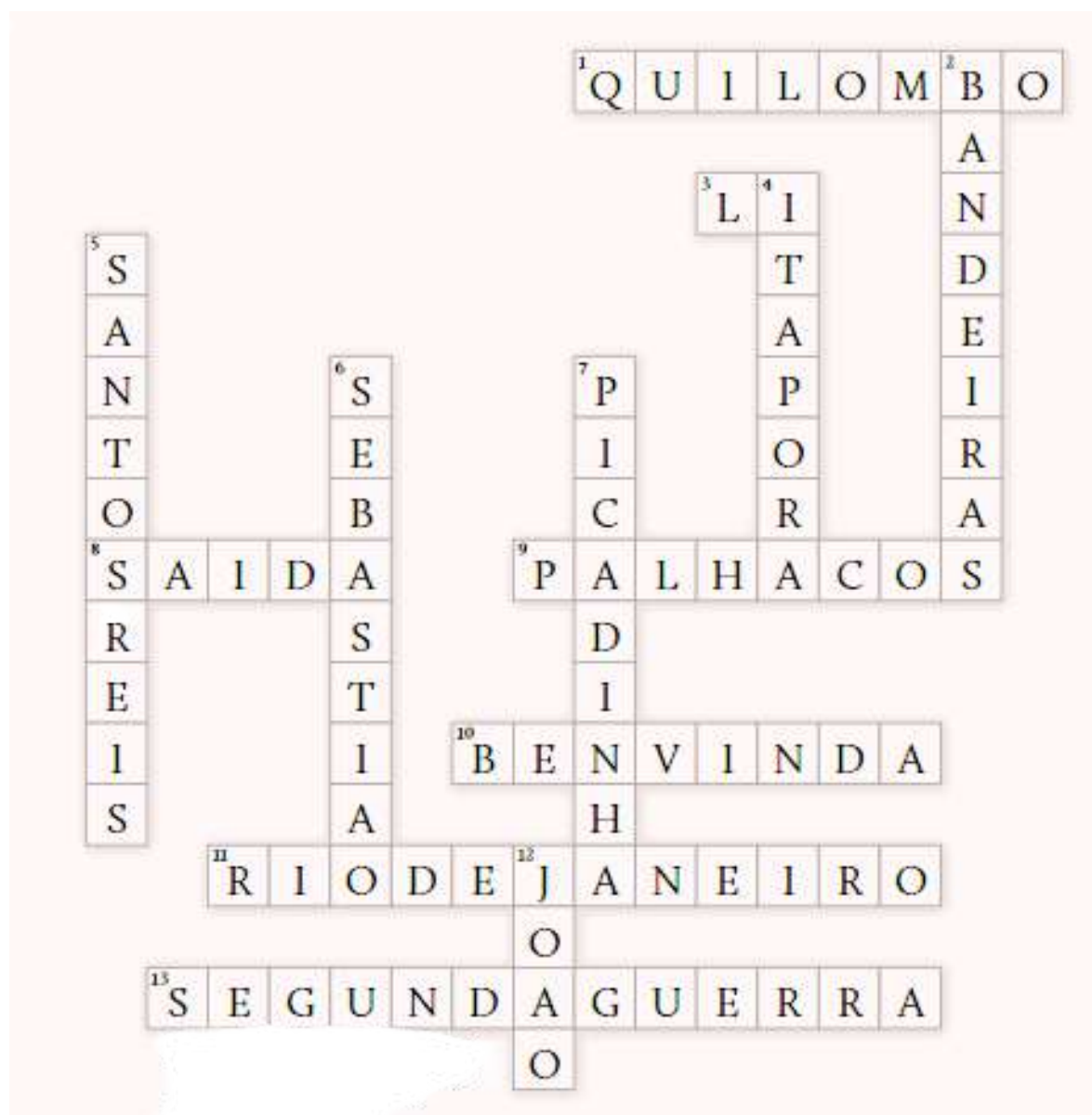
Resolução da palavra-cruzada

P. 25 -O quilombo da Picadinha.



Resolução da palavra-cruzada

P. 27 - festas do quilombo da Picadinha



P. 30 -Respostas da atividade corrente elétrica

1. Patriarca do quilombo da Picadinha
2. Picadinha, distrito de Dourados
3. 1888
4. Uberaba
5. Vista Alegre
6. 1898
7. Maria Cândida
8. 2015
9. 1935
10. Pergunta totalmente subjetiva, avaliação do professor.



P. 31 -Respostas da atividade “frases embaralhadas”:

- 1 - O quilombo da Picadinha foi fundado em 1907.
- 2 - No Estado de Mato Grosso do Sul existem vinte e dois quilombos.
- 3 - O quilombo da Picadinha foi constituído no pós-abolição.
- 4 – Dezidério Fellipe trabalhou como agricultor e peão nas fazendas.
- 5 – Em uma sociedade racista, não basta não ser racista, é preciso ser antirracista. Ângela Davis
- 6 – A educação das relações étnico-raciais tem por objetivo a sensibilização dos cidadãos.
- 7 – A gente luta por uma sociedade em que as mulheres possam ser consideradas pessoas. Djamila Ribeiro



Desenvolvido entre os anos de 2020 a 2022 este material foi elaborado como resultado de pesquisa realizada no ProfHistória (Mestrado Profissional em Ensino de História) na UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul), unidade de Amambai - MS e contou com bolsa de fomento à pesquisa - PIBAP/UEMS.

A pesquisa sobre o quilombo da Picadinha em meio às festividades de São Sebastião e Santos Reis procurou orientar-se na perspectiva de uma educação antirracista, de promoção à equidade e respeito à diversidade religiosa, requisitos amparados pelos discursos presentes na Constituição Federal (CF/1988), bem como nas legislações 10639/03 e 11645/08 e da BNCC – Base Nacional Comum Curricular.

Como desdobramento desta investigação e balizado pelas legislações educacionais acima, este material em formato HQ juntamente com as sugestões de atividades para as aulas, pode atuar como instrumento de alcance das competências previstas pela BNCC uma vez que pontua a promoção da educação étnico racial como parte importante dos “temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora” (BRASIL, 2018, p. 19).

Desta maneira, com vistas a contribuir para a educação pautada no antirracismo e auxiliar o educador no processo de planejamento das atividades, pontuam-se as habilidades previstas pela BNCC e pelo organizador curricular do Estado de Mato Grosso do Sul para o cumprimento das competências relacionadas a esta temática:



Base Nacional Comum Curricular



5.4.1. Ciências Humanas e Sociais aplicadas no Ensino Médio: Competências específicas e habilidades

Competência específica nº5	Descrição	Habilidades
Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.	O exercício de reflexão, que preside a construção do pensamento filosófico, permite aos jovens compreender os fundamentos da ética em diferentes culturas, estimulando o respeito às diferenças (culturais, religiosas, étnico-raciais etc.), à cidadania e aos Direitos Humanos. Para a realização desse exercício, é fundamental abordar circunstâncias da vida cotidiana que permitam desnaturalizar condutas, relativizar costumes, perceber a desigualdade e o preconceito presente em atitudes, gestos e silenciamentos, avaliando as ambiguidades e contradições presentes em políticas públicas tanto de âmbito nacional como internacional.	(EM13CHS501) Compreender e analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a autonomia e o poder de decisão (vontade). (EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e propor ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais. (EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos. (EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.



Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

Organizador curricular do Estado de Mato Grosso do Sul

3º Ano do Ensino Médio



Eixo Temático	Habilidades	Componente Curricular	Objetos de Conhecimento
Indivíduo, Cultura Política e Ética	MS.EM13CHS606) Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.	Geografia	O Mito da Democracia Racial brasileira: as consequências das políticas socioeconômicas para os grupos étnico-raciais (negros e indígenas) do Brasil.



Fonte: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, 2022). Ver mais em: <https://novoensinomedio.ms.gov.br>

Organizador curricular do Estado de Mato Grosso do Sul

3º Ano do Ensino Médio



Eixo Temático	Habilidades	Componente Curricular	Objetos de Conhecimento
Indivíduo, Cultura Política e Ética	(MS.EM13CHS601) Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.	História	Indígenas e Quilombolas no Brasil e Mato Grosso do Sul: período colonial até os dias atuais (século XXI). Estudos Étnico-raciais.



Fonte: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, 2022). Ver mais em: <https://novoensinomedio.ms.gov.br>

Referências:

BRASIL. Decreto-lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 20/04/2022

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasil. Brasília – DF. 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Conselho Nacional de Educação – CNE, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>. Acesso em 23/02/2022

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). UNESCO, c2018 [s.d.]. Disponível em : < <http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20747-unesco>>. Acesso em 19/12/2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL. Mapa quilombolas. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/ms/atuacao/mapa-quilombolas/deziderio-felipe-de-oliveira-picadinha>. Acesso em 11/11/2021

OBSERVATÓRIO QUILOMBOLA E TERRITÓRIOS NEGROS. Disponível em: <https://kn.org.br/oq/>. Acesso em 18/03/2022

SANTOS. Carlos Alexandre Barboza Plínio dos. Fiéis Descendentes: Redes-Irmandades na Pós-Abolição Entre as Comunidades Negras Rurais Sul-Mato. Editora: Editora UnB; 1ª edição. 2010.

SARUWATARY. Gabrielly Kashiwaguti. Comunidade Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira: tradição, política e religião entre os “negros da Picadinha”. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação). 195 f. Universidade Federal da Grande Dourados. 2014.

SECIC-MS. Secretaria do Estado de Cultura de Mato Grosso do Sul. Comunidades quilombolas. Disponível em: <https://www.secic.ms.gov.br/comunidades-quilombolas-2/>. Acesso em 18/03/2022

SILVA, Cíntia. Quem inventou as histórias em quadrinhos? Revista mundo estranho, 2011. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quem-inventou-as-historias-em-quadrinhos/>. Acesso em 01/09/2021.

